



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS – PPGDT**

DISSERTAÇÃO

**Desvendando o turismo em Barra do Piraí: um estudo sobre o turismo
rural e sua relação com o desenvolvimento local**

Marlen Maria Cabral Ramalho

2014



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS – PPGDT**

**DESVENDANDO O TURISMO EM BARRA DO PIRAÍ: UM ESTUDO
SOBRE O TURISMO RURAL E SUA RELAÇÃO COM O
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

MARLEN MARIA CABRAL RAMALHO

Sob a Orientação do Professor Doutor
Robson Dias da Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro sob orientação do Prof. Doutor Robson Dias da Silva como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de **Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas.**

Seropédica, RJ
Abril, 2014

910.8153

R165d

T

Ramalho, Marlen Maria Cabral, 1988-
Desvendando o turismo em Barra do
Piraí: um estudo sobre o turismo rural e
sua relação com o desenvolvimento local /
Marlen Maria Cabral Ramalho - 2014.
149 f.: il.

Orientador: Robson Dias da Silva.
Dissertação (mestrado) - Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de
Pós-Graduação em Desenvolvimento
Territorial e Políticas Públicas - PPGDT.
Bibliografia: f. 131-140.

1. Turismo - Barra do Piraí (RJ) -
Teses. 2. Turismo rural - Barra do Piraí
(RJ) - Teses. 3. Turismo - História -
Barra do Piraí (RJ) - Teses. 4. Turismo
cultural - Barra do Piraí (RJ) - Teses. 5.
Desenvolvimento rural - Barra do Piraí
(RJ) - Teses. I. Silva, Robson Dias da,
1976-. II. Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Territorial e Políticas
Públicas - PPGDT. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS – PPGDT**

MARLEN MARIA CABRAL RAMALHO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas** no Curso de Pós- Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: _____/_____/_____.

Prof. Robson Dias da Silva (Dr.) UFRRJ
(Orientador)

Prof (a). Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues (Dra.) UFRRJ

Prof. Aguinaldo Cezar Fratucci (Dr.) UFF

Dedicatória

Dedico esta dissertação aos meus pais, Mauro e Mariana, que sempre me apoiaram e são peças fundamentais para que eu conseguisse chegar até esse momento tão especial da minha vida.

Agradecimentos

A Deus, pelo sopro de vida, pelo cuidado contínuo e pelas bênçãos derramadas durante a minha vida inteira.

Aos meus pais, pelo esforço e dedicação aos filhos, pelo exemplo de honestidade, luta e amor. Muito obrigada pais por toda dedicação aos seus filhos Marlon e Marlen!!

Ao meu irmão Marlon pelo apoio e minha cunhada Natália pelos conselhos nos momentos difíceis e abrigo nos dias de aula em Seropédica.

Ao meu noivo Rafael, que durante quase dois anos ficou ao meu lado estudando e me apoiando, enquanto os outros casais tinham uma vida “normal”. Obrigada amor, por me ajudar, ir comigo ao campo muitas vezes e me “aturar” nos dias difíceis.

Ao meu avô Lincoln Cabral, pelos sábios conselhos e exemplos de vida.

Aos meus amigos, Oswaldo e Claudia pelo apoio e amizade verdadeira.

Ao meu orientador Robson Dias da Silva pela confiança, liberdade e ensinamento.

A professora Cristiane Amâncio pelo apoio na metodologia, indicação de alguns entrevistados e esclarecimento de dúvidas sobre o assunto.

Ao professor Lamounier e Robson Dias da Silva por todo apoio e disponibilidade para me ajudar a conseguir uma bolsa na FAPERJ.

RESUMO

RAMALHO, Marlen Maria Cabral. **Desvendando o turismo em Barra do Piraí: um estudo sobre o turismo rural e sua relação com o desenvolvimento local**. 2014. 172p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas). Instituto Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

O trabalho tem como objetivo diagnosticar o papel dos empreendimentos turísticos relacionados ao meio rural, além da análise de que forma o turismo em espaço rural tem influenciado no desenvolvimento de Barra do Piraí e adjacências. Dessa forma, o fator motivacional deste trabalho é a pesquisa sobre o papel do turismo em espaço rural no desenvolvimento do município Barra do Piraí, localizado no Sul Fluminense do Rio de Janeiro, na região conhecida turisticamente como Vale do Café. A região do Vale do Café é formada por 13 municípios de acordo com o mapa do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) intitulado pelo Ministério do Turismo em 2003. De acordo com o documento a região é composta pelos municípios: Barra do Piraí, Barra Mansa, Engenheiro Paulo de Frontim, Mendes, Miguel Pereira, Paracambi, Paty dos Alferes, Pinheiral, Piraí, Rio das Flores, Valença, Vassouras e Volta Redonda. O grande potencial turístico da região é a história regional caracterizado através do turismo histórico e pedagógico e outras atividades no espaço rural. O presente trabalho adotou como metodologia, a pesquisa de campo (entrevistas semi-estruturadas, questionários), pesquisa documental e bibliográfica. Os dados das entrevistas e dos questionários foram analisados e cruzados através de alguns verificadores, tais como: mercado de trabalho, grau de produção interna, conectividade entre agentes que estão relacionados no setor turístico, relação entre o setor público e o privado, turismo como fonte de renda para os estabelecimentos turísticos e influência do turismo em Barra do Piraí. Neste âmbito, é possível observar que apesar das potencialidades do município de Barra do Piraí, com suas fazendas e outros patrimônios históricos, os hotéis fazendas, dentre outros empreendimentos turísticos, o setor não tem influenciado de forma eficiente no desenvolvimento do local.

PALAVRAS-CHAVES: turismo rural, turismo histórico, desenvolvimento rural, Barra do Piraí.

ABSTRACT

RAMALHO, Marlen Maria Cabral Ramalho. **Unraveling tourism in Barra do Pirai: a study on rural tourism and its relation to local development**. 2014.173p. Dissertation (Master in Territorial development and public policy). Instituto Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

The study aims to diagnose the role of related rural tourism enterprises, in addition to analyzing how the tourism in rural areas has influenced the development of Barra do Pirai and vicinity. Thus, the motivational factor of this work is the research on the role of tourism in rural areas development in the municipality Barra do Pirai, located in South Fluminense of Rio de Janeiro, in the region known touristic as Vale do Café. The Vale do Café region consists of 13 municipalities according to the map of the Regionalization Program of Tourism (PRT) headed by the Ministry of Tourism in 2003. According to the document the region is composed of the municipalities: Barra do Pirai, Barra Mansa, Engenheiro Paulo de Frontim, Mendes, Miguel Pereira, Paracambi, Paty dos Alferes, Pinheiral, Piraí, Rio das Flores, Valença, Vassouras e Volta Redonda. The great tourism potential of the region is characterized regional history through historical and pedagogical tourism, and other activities in rural areas. This worked as adopted methodology, field research (semi-structured interviews, questionnaires), documentary and bibliographic research. The datas from the interviews and questionnaires were analyzed and crossed through some verifiers, such as: labor market, degree of domestic production, connectivity between agents listed in the tourism sector, relationship between the public sector and the private, tourism as a source of income for establishments tourist and influence of tourism in Barra do Piraí. In this context, it is noteworthy that despite the potential of the municipality of Barra do Pirai, with its farms and other historical buildings, hotels farms, among other tourist developments, the industry has not influenced efficiently local developing.

Key words: rural tourism, historical tourism, rural development, Barra do Piraí.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Brasil: ocupações agrícolas e não agrícolas na PEA rural ocupada

Tabela 02: Habitantes de 10 anos ou mais por condição de atividade e anos de estudo (rural)

Tabela 03: Habitantes de 10 anos ou mais, ocupadas na semana de referência por situação e naturalidade em relação ao município.

Tabela 04: Rendimento mensal per capita de famílias conviventes residentes em domicílios particulares rurais

Tabela 05: Número de componentes das famílias rurais em domicílio particular em Barra do Piraí.

Tabela 06: Habitantes de 10 anos ou mais de idade por ocupação na semana de referência em Barra do Piraí.

Tabela 07: Produção agropecuária em Barra do Piraí.

Tabela 08: Utilização de terras nos estabelecimentos agropecuários em Barra do Piraí.

Tabela 09: Participação das atividades econômicas no valor adicional bruto do Rio de Janeiro (%).

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Relação de entrevistados

Quadro 02: Questionários

Quadro 03: Análise sobre o papel do turismo na complementação da renda nas fazendas históricas

Quadro 04: Análise sobre o papel do turismo na complementação da renda nas fazendas históricas II

Quadro 05: Análise da influência dos estabelecimentos turísticos no desenvolvimento de Barra do Piraí e da região do Vale do Café

Quadro 06: Análise sobre a visão dos agentes locais sobre os principais entraves para o desenvolvimento turístico em Barra do Piraí

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Localização do município de Barra do Piraí

Figura 02: Mapa de Barra do Piraí

Figura 03: Macrozoneamento de Barra do Piraí

Figura 04: Características da demanda

Figura 05: Características da demanda II

Figura 06: Potencialidade turística

Figura 07: Potencialidade turística para o turismo rural

Figura 08: Interesse por atividades rurais

Figura 09: Realização de atividades em estabelecimentos turísticos

Figura 10: Visitação em outros atrativos

LISTA DE SIGLAS

CEE	Comunidade Econômica Europeia
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CEPERJ	Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro
CONCICLO	Conselho Regional do Turismo do Ciclo do Vale do Café
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAL	Grupos de Ação Local
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LEADER	Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural
OCDE	Organização para a cooperação e desenvolvimento econômico
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Política Agrícola Europeia
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNT	Plano Nacional de Turismo
PRESERVALE	Instituto de Preservação e Desenvolvimento do Vale do Paraíba

PRODETUR	Programa de desenvolvimento do turismo da região do Nordeste do Brasil
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SIUP	Serviço Industrial de Utilidade Pública
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UNCED	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
ZEU	Zona de Expansão Urbana
ZRU	Zona Rural
ZUR	Zona Urbana

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 DESENVOLVIMENTO E TURISMO: UMA ANÁLISE CONCEITUAL	17
1.1 Fundamento Conceitual	17
1.1.1 Breve Histórico Sobre o Conceito de Desenvolvimento	19
1.2 Turismo e Desenvolvimento	29
1.2.1 Turismo e as Correntes Teóricas	31
1.3 Desenvolvimento Rural	33
1.4 Novo Rural Brasileiro	36
2 O VALE DO CAFÉ FLUMINENSE	45
2.1 Formação Socioeconômica da Sociedade do Café	45
2.1.1 A Produção Cafeeira	46
2.1.2 Os Barões do Café	47
2.1.3 Declínio da Produção de Café	48
2.2 O Município de Barra do Piraí	50
3 TURISMO NO MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAÍ	59
3.1 Turismo Rural	59
3.1.1 Turismo Rural e Desenvolvimento	66
3.2 Turismo Histórico	69
3.3 Peculiaridades do Turismo Local	71
4 REVELANDO O TURISMO RURAL EM BARRA DO PIRAÍ	78
4.1 Descobrimo o Turismo Rural em Barra do Piraí	81
4.2 A Visão dos Agentes de Barra do Piraí e Região	90
4.2.1 Mercado de Trabalho no Setor de Turismo	90
4.2.2 Grau de Produção Interno	95
4.2.3 Conectividade entre os Agentes Turísticos	99
4.2.4 Conectividade entre Setor Público e Privado	105
4.2.5 Turismo como Fonte de Renda	107
4.2.6 Influência dos Empreendimentos Turísticos no Desenvolvimento Local e Regional	112
4.2.6.1 Turismo e Comércio	118
4.3 Perspectivas sobre o turismo	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	133
APÊNDICES	142

INTRODUÇÃO

O turismo, fenômeno que tem seu desenvolvimento no mundo moderno marcado a partir de meados do sec. XIX é uma atividade que tem crescido significativamente nas últimas décadas por conta das grandes inovações tecnológicas, principalmente das que se referem aos meios de transportes; do sistema de comercialização e distribuição de produtos e serviços turísticos; do acesso a uma maior camada social às viagens, com destaque à classe média; e da garantia do tempo livre (REJOWSKI; SOLHA, 2005).

Nesta perspectiva, o turismo passa a ser intensamente valorizado, visto como uma atividade lucrativa, pois está diretamente ligada a busca da sociedade atual pelo lazer e pela fuga do cotidiano. Esta é uma das razões pelas quais muitas localidades, antes inexploradas, passam a possuir um ‘valor’, a desenvolver uma atividade econômica no seu território devido à existência de um potencial turístico que possibilite a prática da atividade. Outras razões que podem ser consideráveis para explicar o aumento da atividade foram: o aumento do crédito e do financiamento, ou seja, hoje as viagens são mais acessíveis, deixando de ser muitas vezes, sinônimo de status social; a incorporação da classe média no consumo, já que o turismo é uma atividade essencialmente capitalista, de modo que criar valor para todos os seus produtos; entre outros.

Um dos principais aspectos positivos do turismo é a capacidade de gerar emprego e renda, direta e indiretamente. Além de outras consequências tal como o efeito multiplicador, de forma que esses podem ser razões da atividade ter adquirido posição estratégica na economia de vários países. Nesta vereda, o turismo tem sido visto como ‘salvador da pátria’ para o crescimento e desenvolvimento de algumas localidades. Contudo, o fenômeno pode gerar riqueza como também outros processos, como o processo inflacionário, além de aprofundar práticas indesejadas como a prostituição infantil e o tráfico de drogas, quando não planejado de forma inclusiva (CRUZ, 2006). Já em relação à justiça social e a distribuição da riqueza, Cruz (2006) ainda salienta, que a distribuição espacial da riqueza é diferente da distribuição estrutural da riqueza. Assim muitos lugares pobres, que desenvolveram o turismo, não tiveram a sua população local detentora de melhores condições de vida e renda.

Em síntese, o turismo pode ser considerada a única atividade econômica em que o consumo do espaço constitui sua razão de ser (CRUZ, 2006), além de ser uma atividade multidisciplinar, que existe em conjunto com outras. Desse modo, o turismo no Brasil era visto como forma de complementar a economia das cidades. Contudo, a partir de 1960, com o crescimento do fenômeno, a atividade passou a ser de grande interesse para as localidades receptoras, criando-se políticas próprias para o seu crescimento. De acordo com Cruz (2006), duas características intrínsecas ao turismo o diferenciam, fundamentalmente, de outras atividades econômicas. Uma delas é o fato de o turismo ser, antes de qualquer coisa, uma prática social. A outra é o fato de ser o espaço seu principal objeto de consumo. Assim, como o turismo é um fenômeno social e utiliza do espaço com seu principal produto, ele passa a ser visto, como indutor da inclusão e da justiça social, já que todas as localidades podem ter potencialidade turística para gerar renda. De acordo com Tomazzoni (2009) os dados apresentados pela Organização Mundial do Turismo (OMT) poderiam justificar o interesse dos que apostam no turismo como indutor do desenvolvimento. Contudo, apesar do setor ter grande potencialidade de gerar ingressos de divisas para a economia nacional (TOMAZZONI, 2009), a atividade pode não justificar o desenvolvimento justo nas localidades.

Conforme dito anteriormente, devido ao impacto econômico na economia ocasionado pelo setor, além do fato do turismo ser uma atividade interdisciplinar onde todas as localidades possuem potencialidades de serem tornarem turísticas (CORIOLANO, 2012), muitos locais têm fomentado e tentando desenvolver a atividade. O que poderia ser considerada uma

visão reducionista do fenômeno, já que outros aspectos devem ser analisados para sua implantação. Fato este que também pode ser notado na região do Vale do Café.

O Vale do Café, como é conhecido turisticamente, localiza-se no Sul Fluminense do estado do Rio de Janeiro e é composto pelos municípios: Barra do Piraí, Barra Mansa, Engenheiro Paulo de Frontim, Mendes, Miguel Pereira, Paracambi, Paty dos Alferes, Pinheiral, Piraí, Rio das Flores, Valença, Vassouras e Volta Redonda. A região ficou conhecida e foi denominada desta forma, devido ao ciclo econômico do Café que ocorreu no Vale Paraíba no século XIX (o apogeu da economia cafeeira foi entre 1835 e 1875). Foi devido a este legado cultural que surgiu uma das grandes potencialidades turísticas na região.

O patrimônio histórico pode ser considerado o principal potencial turístico da região, caracterizado através das fazendas históricas, museus, cidades históricas tombadas, entre outros. Dentro dessa perspectiva, não se deve olvidar o turismo rural, que também tem emergido na região. Muitas fazendas, inclusive as históricas, tem incrementado o segmento, outras só se podem autodenominar rural devido ao empreendimento está localizado neste espaço. Segundo Almeida e Rield (2000) o turismo rural pode ser denominado como uma atividade turística que ocorre na zona rural, integrando a atividade agropecuária à atividade turística, surgindo como alternativa para proprietários rurais na atual crise fundiária, atrelada a falta de incentivos ao homem do campo.

Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar como o turismo rural tem incentivado no desenvolvimento do município de Barra do Piraí. Segundo a Prefeitura Municipal de Barra do Piraí (2013), o município se localiza no centro Sul Fluminense com uma distância de aproximadamente 100 km da cidade do Rio de Janeiro e possui uma área de 582,1 km². As principais atividades econômicas são: a agricultura, as indústria, pecuária e comércio. Ou seja, apesar do potencial, o turismo ainda não é considerado uma das principais atividades econômicas.

Dessa forma, apesar de talvez não ser a cidade mais visitada da região do Vale do Café, o município tem grande potencialidade para o desenvolvimento que podemos denominar 'turismo histórico-rural'. Isso porque a maioria dos empreendimentos turísticos tem competência para ofertar atividades consideradas meramente rurais nos cronogramas destes estabelecimentos (muitos oferecem, conforme será visto a seguir). O município aloja pelo menos 06 meios de hospedagem que podem ser denominados rurais se relacionados às razões mencionadas acima (isso será debatido nos próximos capítulos) e 04 fazendas históricas (duas dessas fazendas são meio de hospedagem também). Ou seja, o local é um grande potencial para o turismo. Nota-se que existem outros meios de hospedagem localizados na região urbana e central do município, no entanto, de acordo com o proposto no trabalho, serão analisados apenas os empreendimentos localizados nas áreas rurais.

Dadas estas reflexões, alguns questionamentos foram analisados, dentre eles: quais são as características do turismo rural na localidade? Ele pode ser realmente denominado turismo rural? Qual é a influência que o turismo exerce em Barra do Piraí como também nos municípios limítrofes? Já que muitos turistas utilizam roteiros regionais para conhecer o Vale do Café, ou seja, boa parte dos turistas visita não só Barra do Piraí, como também Vassouras e Valença (Conservatória) ou vice-versa. Qual é o papel da política pública no fomento à atividade? O turismo histórico pode ser complementar do turismo rural? E as populações locais, estão engajadas no crescimento do turismo? Qual é a relação entre os empreendimentos turísticos com o poder público e entre eles mesmos?

Assim sendo, uma série de questões precisam ser respondidas objetivando a investigação sobre a hipótese de que turismo rural não tem influenciado no desenvolvimento de Barra do Piraí. Para Sachs (2004), o desenvolvimento de um local ocorre quando promove a efetiva apropriação das três gerações de direitos humanos, como, direitos políticos, civis e cívicos; direitos econômicos, sociais e culturais; e os direitos coletivos ao meio ambiente e ao

desenvolvimento. Ou seja, o crescimento econômico não basta para definir o fenômeno, e sim a soma de diversas características que buscam incluir a população como um todo. Neste enfoque, é necessário saber também, que o conceito de desenvolvimento pode ser considerado polissêmico. Desenvolvimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento social (CRUZ, 2006). E ainda, de acordo com Sachs (2004) o que diferencia desenvolvimento de crescimento econômico, entendendo que os objetivos do desenvolvimento vão bem além da multiplicação da riqueza. O mesmo autor salienta que o crescimento econômico é uma condição necessária, mas não suficiente para alcançar a meta de uma vida melhor para todos.

É importante observar ainda, que a pesquisa é justificada devido à ausência de trabalhos sobre o tema, especificamente sobre a região do Vale do Café e o turismo. E ainda, o trabalho foi estruturado através de revisão bibliográfica e a pesquisa de campo cujo envolve os principais agentes relacionados ao turismo em Barra do Piraí, como empreendimentos hoteleiros, atrativos turísticos, associações comerciais e rural, além do poder público. Esses dados serão detalhados no último capítulo.

Quanto a metodologia, conforme será destacada detalhadamente no capítulo 04, a pesquisa pode ser considerada qualitativa, já que baseia-se na interpretação de fenômenos e atribuição de significados, que não pode ser caracterizada em números. Já em relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa foi baseada na revisão bibliográfica: consulta de livros, documentos cujos temas foram: turismo e turismo rural e em espaço rural, desenvolvimento, crescimento econômico, geografia, espaço, território e história sobre a região estudada, além de dados estatísticos sobre o local.

A pesquisa de campo pode ser caracterizada através de entrevistas semiestruturadas com 26 agentes relacionados com o turismo no local e na região, além de questionário com 21 turistas que visitavam um hotel fazenda. Neste sentido, em relação ao tratamento de dados, as entrevistas foram transcritas, analisadas o grau de incidência das respostas mais importantes e integradas com a análise dos questionários.

A análise foi dividida em ‘descobrir o turismo rural em Barra do Piraí’, onde foram analisadas as questões sobre a classificação e aspectos sobre o turismo em espaço rural no município, de acordo com os capítulos. Além, de outros verificadores estipulados na pesquisa relacionado ao conceito de desenvolvimento, tais como: o mercado de trabalho, onde foram analisados dados sobre número de empregos oferecidos pelos empreendimentos, renda média dos funcionários, sazonalidade, a capacitação dos funcionários desses empreendimentos e a questão dos *free lancers*; o grau de produção interna para uso turístico, a conectividade entre agentes turísticos locais; a relação do setor público e privado; o turismo como fonte de renda para esses empreendimentos turísticos e a influência destes no desenvolvimento do município. Por fim, essas questões foram mescladas com dados econômicos e estatísticos do município.

Já em relação ao conteúdo dos capítulos, no primeiro capítulo, como forma de elucidar toda a pesquisa de campo, foram discutidos temas relevantes, como desenvolvimento, turismo e meio rural. Dessa forma, neste primeiro capítulo discutiram-se os diversos conceitos de desenvolvimento, analisados através de um breve histórico; a relação do turismo com desenvolvimento; além da discussão sobre o novo rural brasileiro e sua relação com fenômeno.

No segundo capítulo, foram abordados a história do Vale do Café e dados sobre o município de Barra do Piraí. Neste sentido, no proposto capítulo foi estudado a história da região (o Ciclo do Café), além do levantamento de análise de dados estatísticos essenciais para a evolução da pesquisa.

O terceiro capítulo denominado ‘turismo no município de Barra do Piraí’ discorre sobre os conceitos de turismo rural e histórico para depois analisar as peculiaridades do turismo no município de Barra do Piraí, tal como na região do Vale do Café Fluminense.

Já o capítulo 04 é formado pela análise dos dados coletados em relação à referencial teórico. Neste sentido, o capítulo 04 discute como pode ser definido o turismo em Barra do Piraí, além da análise dos verificadores mencionados acima.

Por fim, a conclusão expõe os resultados da pesquisa, além de recomendações para o desenvolvimento adequado do turismo no município. Assim, a pesquisa busca responder as questões citadas acima, incentivando todos os envolvidos da importância do desenvolvimento adequado do turismo em espaço rural na localidade.

CAPÍTULO I: DESENVOLVIMENTO E TURISMO: UMA ANÁLISE CONCEITUAL

Conceituar desenvolvimento tem gerado uma imensa discussão nos dias atuais, por causa das suas diferentes vertentes, e porque não dizer, por causa das suas diversas formas de ramificação. Veiga (2008) explica esse fato, quando salienta que existem pelo menos três conceituações básicas de resposta para a investigação do que seria desenvolvimento. A primeira remete à associação entre desenvolvimento e crescimento econômico, ou seja, que os dois seriam sinônimos. Nesse enfoque, apesar das pesquisas na área evoluírem a cada dia, muitos acreditam que os dois fenômenos são sinônimos, até porque, deve-se considerar a necessidade de encontrar uma maneira para medir o desenvolvimento. Já a segunda resposta está associada à afirmação que desenvolvimento não passa de um mito, uma ilusão ou manipulação ideológica. Para o autor, essa corrente também tem a visão do desenvolvimento como crescimento econômico. Por fim, a terceira corrente se estabelece no meio das outras duas, ou seja, tenta explicar que o desenvolvimento não é o mesmo que crescimento econômico e não tem nada de quimérico ou um mito.

Já para Sharpey (2000) o desenvolvimento descreve o processo pelo qual uma sociedade se move a partir de uma condição para outra, o que também é objetivo do mesmo.

Dessa forma, analisar desenvolvimento se torna algo complexo de acordo com essas diferentes perspectivas. No caso do turismo, a área relacionada a este trabalho, esse entendimento também se torna complexo, visto que até os últimos anos pelo menos, o turismo tem sido visto como ‘salvador’ de todas as mazelas socioeconômicas das localidades receptoras devido aos potenciais aspectos econômicos ocasionados pelo setor.

Nesse enfoque, a história do desenvolvimento é bastante abrangente e deve-se ser discutida para elucidar a pesquisa de campo desse trabalho.

1.1 Fundamento Conceitual

Conforme dito anteriormente, definir desenvolvimento pode ser considerado um fato bastante complexo, visto que o conceito é multifuncional, baseado em vários aspectos e em situação da vida humana. Todavia, um dos critérios mais utilizado ao longo dos anos para a definição, é relacionar desenvolvimento com crescimento econômico. De acordo com Tomazzoni (2009) a renda tem sido um dos parâmetros mais utilizados para definir desenvolvimento. Entretanto, outros parâmetros também são utilizados como expectativa de vida, a educação, saúde, segurança e a dimensão psicológica e cultural que diz respeito à inclusão social. Dessa forma, a ideia de desenvolvimento não pode ser baseada somente em impactos econômicos, mas também em um conjunto de fatores que se interrelacionam, visando uma vida com qualidade. Outra variável interessante é a mobilidade social. Ou seja, quanto mais pessoas com renda inferior às estabelecidas pela linha de pobreza ascender socialmente, maior será o desenvolvimento.

Neste sentido, nos últimos 70 anos, a ideia de desenvolvimento tem influenciado bastante o sistema de Nações Unidas. O conceito tem evoluído e influenciado em mudanças políticas e intelectuais (SACHS, 2004).

Thomas (2000) define desenvolvimento como um processo que ocorre desde o nível local até o global, que atualmente está mais focado em solucionar problemas do que realizar transformações sociais.

Outro modo de se pensar desenvolvimento, estaria relacionado o fenômeno como uma quimera. Para Veiga (2008) analisando alguns textos do italiano Giovanni Arrighi, o objeto do seu trabalho,

(...) é saber se seria possível algum tipo de mobilidade ascendente na rígida hierarquia da economia capitalista mundial, formada por um pequeno “núcleo orgânico” de países centrais; uma extensa periferia contendo os países mais pobres; e uma “semiperiferia” composta das nações que muitos consideram “emergentes”. Não é difícil demonstrar que são irrisórias as chances de transposição dos dois “golfos” que separam a pobreza dos periféricos da riqueza modesta dos semiperiféricos, e esta da riqueza oligárquica dos Estados do núcleo orgânico. Ou seja, embora alguma mobilidade seja possível, é altamente improvável que o núcleo orgânico absorva muitos países da semiperiferia. (VEIGA, 2008, p. 21)

Desse modo, para o mesmo autor, deve-se atentar para essa afirmação,

Ou seja, no sentido estrito de acúmulo de riqueza por parte de um número significativo de países, de modo que tal avanço econômico significaria, em algum momento, seu ingresso no núcleo orgânico. Se esse fosse o principal sentido da noção de desenvolvimento, ele estaria coberto de razão. Mas ninguém é obrigado a aceitar tão simplória definição do desenvolvimento. Além disso, não há sequer muita lógica em afirmar que o desenvolvimento não passa de ilusão, porque até aqui foram muito raros os saltos da semiperiferia para o centro. Mesmo que se admitisse o pressuposto de que o desenvolvimento poderia ser aferido pelo PNB *per capita*, essa constatação autorizaria, no máximo, a conclusão de que o processo de desenvolvimento só pode ser muito lento e demorado (VEIGA, 2008, p. 22).

Para outros estudiosos, como David Landes a cultura é a principal diferença gerada pelo desenvolvimento econômico. Para ele, as disparidades do desenvolvimento não devem ser atribuídas a condições objetivas, por mais que estas possam ter influenciado o sucesso de algumas nações (VEIGA, 2008). Furtado (2000) reforça esse argumento, quando cita que o tema central do desenvolvimento é a criatividade cultural e a morfogênese social.

Já do ponto de vista de Sachs (2004, p. 14), a ideia sobre desenvolvimento no contexto que surgiu

(...) implica na expiação e a reparação de desigualdades passadas, criando uma conexão capaz de preencher o abismo civilizatório entre as antigas nações metropolitanas e a sua antiga periferia colonial, entre as minorias ricas modernizadas e a maioria ainda atrasada e exausta dos trabalhadores pobres. O desenvolvimento traz consigo a promessa de tudo – a modernidade inclusiva propiciada pela mudança estrutural.

Sachs (2004) ainda afirma que o desenvolvimento tem sido uma exceção histórica e não regra. O processo não é meramente resultado da interação das forças do mercado. Eles são apenas instituições que participam do fenômeno. E ainda, os únicos países que tiveram uma boa caminhada nos últimos dez anos do século XX foram aqueles que não aplicaram totalmente as prescrições do Consenso de Washington. Sobre o tema, é importante observar que o evento foi um encontro que ocorreu em 1989 na capital dos Estados Unidos, com finalidade de elaborar estratégias para o desenvolvimento de países da América Latina. Todavia, ampliava as ideias de neoliberalismo. Para Bresser Pereira (2014) o consenso de Washington formou-se a partir da crise das ideias Keynesianas e da correspondente crise da teoria de desenvolvimento econômico nos anos 1940 e 1950.

Para o autor, as discussões sobre o tema têm influenciado muito no refinamento do conceito. Contudo, ainda é necessário tornar a teoria mais operacional, já que a ideia tem sido contestada por dois grupos distintos. Os primeiros poderiam ser denominados pós-modernos e veem o desenvolvimento como

(...) uma armadilha ideológica construída para perpetuar relações assimétricas entre as minorias dominadoras e as maiorias dominadas, dentro de cada país e entre países. Propõem avançar para um estágio de pós-desenvolvimento, sem explicar claramente o seu conteúdo operacional concreto (SACHS, 2004, p. 26).

Já o outro grupo, seriam denominados de fundamentalistas de mercado, que reduzem o desenvolvimento ao resultado natural do crescimento econômico, através do ‘efeito cascata’ (*trickle down effect*). Muitos estudiosos criticam essa afirmação, devido ao fato desta relacionar que os ricos devem ficar mais ricos ainda, enquanto os destituídos fiquem mais pobres.

Dessa forma, como enfatizado inúmeras vezes acima, o desenvolvimento visto como sinônimo de crescimento econômico é uma teoria que tem sofrido grandes debates. O próprio Veiga (2008) enfatiza que o crescimento é um fator muito importante para o desenvolvimento, todavia, o crescimento é uma mudança quantitativa, enquanto o desenvolvimento tem uma característica qualitativa. No âmbito do turismo, o crescimento econômico é um fenômeno bastante divulgado como aspectos positivos da atividade. Nesse sentido, para se pensar em desenvolvimento e afirmar sua diferença com o crescimento econômico, deve-se fazer uma breve análise na discussão sobre crescimento econômico e desenvolvimento.

1.1.1. Breve histórico sobre o conceito de desenvolvimento

A ideia de desenvolvimento muitas das vezes é ou foi associada ao crescimento econômico. Dessa forma, para contextualizar o trabalho é necessário fazer uma breve análise sobre as principais discussões sobre o conceito. Ou seja, a contextualização é importante para entender a influência nas políticas e conhecimento econômico. Contudo, é importante salientar que praticamente todos os conceitos que serão discutidos aqui, foram associados ao crescimento econômico.

É importante observar ainda que o fato do desenvolvimento ser visto como crescimento econômico gerou grande discussão para a Organização das Nações Unidas (ONU). Já que

Até o início dos anos 1960, não se sentiu muito a necessidade de distinguir desenvolvimento de crescimento econômico, pois as poucas nações desenvolvidas eram as que se haviam tornado ricas pela industrialização. De outro lado, os países que haviam permanecido subdesenvolvidos eram os pobres, nos quais o processo de industrialização era incipiente ou nem havia começado. Todavia, foram surgindo evidências de que o intenso crescimento econômico ocorrido durante a década de 1950 em diversos países semi-industrializados (entre os quais o Brasil) não se traduziu necessariamente em maior acesso de populações pobres a bens materiais e culturais, como ocorrera nos países considerados desenvolvidos. A começar pelo acesso à saúde e à educação. Foi assim que surgiu o intenso debate internacional sobre o sentido do vocábulo desenvolvimento. Uma controvérsia que ainda não terminou, mas que sofreu um óbvio abalo esclarecedor desde que a ONU passou a divulgar anualmente um índice de desenvolvimento que não se resume à renda *per capita* ou à renda por trabalhador. (VEIGA, 2008, p. 18)

Neste sentido, primeiramente, destaca-se na França pré-industrial o pensador François Quesnay em seu *Tableau économique* (1758) que afirmou que a agricultura é a fonte de renda

da população, condenando a interferência do Estado na vida econômica da nação (TOMAZZONI, 2009). Já no liberalismo ou na escola clássica destacam-se Adam Smith (1776) e David Ricardo (1821). O primeiro afirmou que a divisão do trabalho é a fonte de riqueza de um país, além da total liberdade de iniciativa e de comércio. O mesmo condena os monopólios e a intervenção do Estado, já que acredita que a economia deve ser movimentada pela ação invisível. Já o segundo, acredita na liberdade do comércio e que o trabalho associado à produção agrega valor à mercadoria produzida (TOMAZZONI, 2009).

Por outro lado, alguns estudiosos acreditam que foi a partir da Revolução Industrial que a humanidade passou a ser determinada pelo fenômeno do crescimento econômico. Todavia, pode-se citar que antes desse marco histórico já haviam dados que podem contestar esse argumento. Entretanto, alguns estudiosos associam o fenômeno do crescimento econômico com o surgimento do capitalismo, na Revolução Industrial. Dentro desta perspectiva, apesar da existência de outros marcos, este trabalho analisará o histórico de crescimento econômico e desenvolvimento a partir da Revolução Industrial.

Contudo, é importante salientar que a afirmação de que o crescimento econômico surgiu depois da Revolução Industrial está associado de que não houve grandes mudanças na vida dos homens antes do fenômeno. Para Veiga (2008, p. 63)

È verdade que a comparação entre o crescimento econômico dos últimos duzentos anos e o de milênios anteriores dá mesmo a impressão de que toda a época pré-industrial foi marcada por uma espécie de estagnação permanente. (...) não teria havido mudança muito grande no padrão de vida do homem médio, do habitante dos centros civilizados da Terra. Duas razões teriam causado esse ritmo lento de progresso ou a falta de progresso: a notável ausência de importantes melhoramentos técnicos e a deficiência da acumulação de capital.

Neste sentido, seguindo a ordem de pensadores que estudaram desenvolvimento ou crescimento econômico (já que muitos por muito tempo acreditavam que as palavras seriam sinônimas), Keynes (1936) explica que o capitalismo é um sistema instável, onde o desequilíbrio não pode ser resolvido através de mecanismo de mercado. O pensador

Defende a intervenção governamental em casos de alto nível de desemprego involuntário e falta de demanda como mecanismo de reaquecimento de uma economia em recessão. Ele ataca os mecanismos autoreguladores (seriam ineficientes). Além disso, afirma que o emprego só pode aumentar paralelamente ao investimento, a não ser que aconteça uma mudança na propensão ao consumo (KEYNES, 1936 apud TOMAZZONI, 2009, p. 40).

Keynes não concordava com a regulação da lei da oferta e da procura sobre o equilíbrio dos mercados de capitais, trabalho e mercadorias. Dessa forma, segundo Keynes o conjunto produtivo da economia não é suficiente para absorver a totalidade de mão de obra, o que ocasiona o desemprego. Neste sentido, Keynes dedicou-se a estudar as razões e características do desemprego. O pensador defendia o comércio internacional como fonte expressiva de emprego e renda, o que fortaleceria a economia nacional, através do superávit da balança de pagamento de um país (TOMAZZONI, 2009).

Segundo o autor supracitado, para entender a evolução da teoria de desenvolvimento é necessário estudar um número razoável de pensadores, como é o caso de Schumpeter (1934). O pensador foi responsável por identificar os principais elementos influenciadores no processo de desenvolvimento, dentre eles: a adoção de inovações, a ação do empresário inovador e a utilização do crédito bancário. Ou seja, para Schumpeter a inovação é a razão do desenvolvimento, sendo o empresário a força motora, já que a inovação tecnológica existe devido a esse ator. E esse ator não sobrevive sem o crédito bancário. Dessa forma, para o pensador, as classificações se caracterizam como: introdução a novos produtos; uso de novos

métodos de produção; abertura de novos mercados; descoberta de nova fonte de oferta de matéria-prima; e o estabelecimento de novas formas de organização individual. Por fim, Schumpeter inova classificando desenvolvimento através de uma mudança no estado de equilíbrio da economia e não mais apenas associado ao aumento de renda e populacional.

Rosentein-Rodan (1961) seguia também ao grupo que acreditava nas inovações como influenciador do desenvolvimento, de forma que apresentou a denominada “teoria de grande impulso”, que acreditava que o desenvolvimento econômico consistia uma série de saltos descontínuos. Para Rosenstein-Rodan o impulso dependia que investimentos que causassem impactos em vários setores industriais, gerando assim, novas frentes de trabalho e níveis mais elevados de produtividade e renda (TOMAZZONI, 2009).

E ainda, para Rosentein-Rodan com o impulso do desenvolvimento através de investimentos expressivos, se criariam várias indústrias, onde o mercado seria encontrado na própria região, por causa do poder de consumo. Para Tomazzoni (2009) o pensamento de Rosentein-Rodan é conhecido com a teoria do desenvolvimento equilibrado, pois as indústrias são clientes uma das outras, através do poder aquisitivo de seus funcionários. Ou seja, o desenvolvimento equilibrado se fundamenta na demanda.

Por outro lado, Hirschman (1961) critica a teoria de desenvolvimento equilibrado, afirmando que se um país aplica-se essa doutrina ele não seria subdesenvolvido. “Para ele, nesses países, não se pode conceber que uma economia se desenvolva sem a ajuda externa, pois não possui recursos suficientes para as diversas frentes de produção e de consumo recíprocos” (TOMAZZONI, 2009, p. 36). Nesse sentido, como estratégia para esse fato, o pensador constrói a teoria de desenvolvimento desequilibrado, de forma que a principal ideia baseia-se na concentração de investimentos em determinadas indústrias e setores-chaves.

De acordo com Tomazzoni (2009, p. 36), Rostow (1961) também com pensamento relacionados à inovação, acreditava que os países passam por cinco etapas de desenvolvimento econômico:

- a) produção limitada à subsistência; b) transição, com surgimento de uma incipiente atividade empreendedora, decorrente do crescimento da renda, poupança e investimentos; c) arrancada a partir da migração do trabalhador da agricultura para a indústria, com o crescimento ainda concentrado e limitado a determinadas regiões, sem uma homogeneidade nacional; d) marcha para a maturidade, com a expansão da tecnologia e das oportunidades de investimentos; e) consumo de massa, em que floresce a produção de bens duráveis, e o setor de serviços assume relevância no contexto econômico-nacional.

Deste modo, o que determina essa estratégia é a falta de recursos. É importante observar que esta estratégia impulsiona setores satélites e as interligações tecnológicas, além de demandar menos investimento de recursos, não havendo a necessidade de capital externo, evitando assim empréstimos e dívidas (TOMAZZONI, 2009).

E ainda, Rostow salienta que os setores industriais impulsionam o crescimento da economia, já que proporciona diversos impactos positivos na sociedade.

A renda gerada por esse crescimento enseja a procura por outros produtos, provocando uma série de efeitos de economia externa. À medida que setores que lideram o processo de desenvolvimento se enfraquecem, novos setores líderes se estabelecem. Rostow (1961) classifica os setores da economia em três tipos de desenvolvimento: a) primário (a inovação e aplicação de recursos em um setor impulsionam outras áreas da economia); b) suplementar (exigência ou decorrência do crescimento do setor primário); derivado (o progresso ocorre em ritmo adequado a variáveis como expansões de renda, população ou produção). (TOMAZZONI, 2009, p. 35)

Tomazzoni (2009) salienta que alguns pensadores foram influenciados pelas ideias de Schumpeter e as renovaram, entre eles o pensador Wallich (1969) que afirmou que o desenvolvimento nos países subdesenvolvidos podem ser caracterizados: pela “força motora do Estado como agente promotor, que toma para si o papel de empreendedor de Schumpeter (...)” (TOMAZZONI, 2009, p. 39); e pelo processo denominado ‘efeito demonstração’. Além do fato da dificuldade de observar países subdesenvolvidos serem inovadores. Para Wallich a teoria de Schumpeter é errônea, pois não é um processo característico dos países subdesenvolvidos. De forma, que nestes países o empresário não é a força motora principal e muito menos a inovação é um processo característico e o enriquecimento privado não é um objetivo predominante. Nessa vereda, o autor afirma que desenvolvimento é consequência da importação de tecnologias do exterior. E é a partir da importação, que os importadores aprenderam fazer a própria tecnologia (WALLICH, 1969).

Para Gerchenkron (1973) acredita no desenvolvimento industrial, onde a industrialização pode ser:

(...) autóctona ou derivada, forçada ou autônoma, de bens de produção ou de consumo; inflacionista ou com preços estáveis; com variações quantitativas ou com transformações estruturais; contínua ou descontínua; com progresso da agricultura ou não; e com propósitos econômicos ou políticos (GERCHENKRON, 1973 apud TOMAZZONI, 2009, p. 38).

O pensador explica ainda, que o atraso econômico em sua perspectiva histórica, muitas vezes é base na experiência no século passado. Tornando necessário que as regiões atrasadas observem os seus recursos naturais, os inconvenientes climáticos e outros fatores pertinentes (TOMAZZONI, 2009).

Furtado (1979) explica a dependência externa e o subdesenvolvimento, analisando a relação entre centro e periferia. Cita alguns fatos da política de desenvolvimento nos países subdesenvolvidos como o aumento no nível de empregos. No entanto, o autor sintetiza que para se chegar ao desenvolvimento são necessárias mudanças estruturais, por meio da ação estatal. Ou seja, Furtado defende a ação do Estado para finalizar com o círculo vicioso da pobreza.

Para Furtado (1974) a ideia de desenvolvimento econômico é um mito. Principalmente, devido ao papel do mito nas ciências sociais. Ou seja,

A literatura sobre desenvolvimento econômico do último quarto século nos dá um exemplo meridiano desse papel diretor dos mitos nas ciências sociais: pelo menos noventa por cento do que aí encontramos se funda na ideia, que se dá por evidente, segundo a qual o desenvolvimento econômico, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideraram a revolução industrial, pode ser universalizado. Mais precisamente: pretende-se que os *Standards* de consumo da minoria da humanidade, que atualmente vive nos países altamente industrializados é acessível às grandes massas de população em rápida expansão que formam o chamado terceiro mundo. Essa ideia constitui, seguramente, uma prolongação do mito do progresso, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial. (FURTADO, 1974, p. 16)

Isto é, a ideia de desenvolvimento seria uma forma de transformar o foco das necessidades fundamentais do homem para objetivos abstratos como crescimento, investimentos e exportações. Tudo relacionado ao modelo capitalista de consumo. Além do fato, dos mitos influenciarem profundamente a mente das pessoas, principalmente daqueles que se empenham em analisar a realidade social. Além do fato de que os mitos congregam hipóteses que não podem ser testadas. Para o autor supracitado,

Como negar que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de culturas arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? (FURTADO, 1974, p. 75)

Neste sentido, para o autor citado acima, a teoria sobre desenvolvimento ficou sempre restrita aos meios, confundindo-se com a lógica do sistema produtivo da civilização industrial. Todavia, o desenvolvimento deve ser entendido como um processo de transformação da sociedade, não apenas em relação ao meio, como também aos fins.

Hayed (1980) apresentou um pensamento que era contra o intervencionismo estatal denominado neoliberalismo. De forma, que as ideias centrais do neoliberalismo, no final do século XX eram: a despolitização da economia; condenação do *Welfare State*, e desregulamentação de todos os mercados, em especial os mercados do dinheiro e do trabalho. Outros fatores que o neoliberalismo defendia era a globalização dos investimentos, dos fluxos financeiros e dos meios de produção (TOMAZZONI, 2009).

Para Veiga (2008) foi a partir de 1990, através do primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano, que o panorama sobre desenvolvimento passou a mudar. Isto é, o crescimento passou a ser considerado como uma parte do fenômeno, já que os resultados do desenvolvimento não se resumem somente em benefícios. Além do fato, da percepção que as políticas de desenvolvimento deveriam ser estruturadas por valores além da esfera econômica.

Uma mudança na forma de se pensar desenvolvimento, ocorreu nos anos 1996 e 1997 com o estudo do indiano Amartya Sen denominado “Desenvolvimento com Liberdade”. Para Sen (2000) a conotação de desenvolvimento esta relacionado ao um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Ou seja, o desenvolvimento requer

que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos, ou intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. (...) Às vezes a ausência de liberdades substantiva relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada e saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estritamente à carência de serviços públicos e assistência social (...) de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade. (SEN, 2000, p. 18)

Logo, a expansão da liberdade é a principal forma de obter o desenvolvimento para o autor. Onde o crescimento econômico pode ser uma forma de se expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Contudo, essa liberdade depende de outros determinantes, como os serviços de educação, entre outros citados acima. A industrialização, o desenvolvimento tecnológico ou a modernização social podem contribuir para o aumento da liberdade, mas como o crescimento econômico, depende de outros determinantes também.

Outra questão a ser abordada refere-se à discussão que quando se admite que o desenvolvimento não se resume ao aumento de renda *per capita*, é bastante comum que surja a ideia de que o problema fundamental seria a distribuição de renda (VEIGA, 2008). Para explicar essa afirmação, o autor destacado acima, cita alguns fatos ocorrentes sobre o debate científico do tema. Veiga (2008) salienta que a primeira contribuição foi na conferência

presidencial ministrada por Kuznets ao congresso da Associação dos Economistas Americanos em 1954. Na ocasião, Kuznets procurou mostrar

que as evidências disponíveis faziam pensar que a desigualdade de renda tendia a aumentar na fase inicial da industrialização de um país, ocorrendo o inverso em fase posterior, quando esse país estivesse desenvolvido. Foi essa a base científica daquela famosa parábola que insistia na necessidade de que primeiro o bolo crescesse para que depois fosse repartido (VEIGA, 2008, p. 43).

È importante destacar, que essa não foi a intenção de Kuznets, pelo contrário, ele destacou o perigo de se pensar que todos os países percorressem o mesmo caminho em busca do desenvolvimento (VEIGA, 2008).

Foi apenas depois de cerca de quarenta anos, que essa hipótese foi testada pelo Banco Mundial, através da montagem de uma base de dados envolvendo 108 economias nacionais durante quatro décadas. Dessa forma, foi a partir da divulgação dessa base de dados que o velho consenso introduzido não propositalmente por Kuznets, passou a ser substituído por outro: de que a estrutura de distribuição de renda é extremamente persistente, independente do crescimento econômico.

Isto é, que não resta nada a fazer para atenuar a concentração de renda, independente do que se possa fazer pelo crescimento. Desde a Segunda Guerra Mundial, o crescimento variou muito entre os países, ao passo que a distribuição de renda quase não mudou em termos comparativos (VEIGA, 2008, p. 44).

O Fundo Monetário Internacional (FMI) também promoveu dois encontros sobre o tema (um em 1995 e outro em 1998), buscando analisar formas de melhorar a distribuição de renda com políticas econômicas. Todavia, no segundo desses encontros essa preocupação mudou de foco, com a apresentação das ideias de Sen (VEIGA, 2008).

Ele começou perguntando se distribuições de renda e de riqueza seriam mesmo temas centrais para as questões de justiça e equidade nos países em desenvolvimento. Ele ilustrou essa pergunta com uma comparação entre a China e a Índia. Em 1997, os 10% mais pobres da China recebiam apenas 2,2% da renda, enquanto na Índia sua parte era dois terços maior: 3,7%. (...) Ou seja, haveria mais equidade na Índia do que na China se avaliada pela distribuição de renda. Todavia, quase metade da população adulta da Índia continuava analfabeta, enquanto na China não chegava a um quinto (VEIGA, 2008, p. 45).

Chang (2004) em sua obra denominada “Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica” salienta que o desenvolvimento econômico requer um Estado que possa criar e regular as relações econômicas e políticas e que possa suportar a industrialização sustentável. O mesmo afirmava que é necessária uma reforma de um Estado desenvolvimentista, onde esse Estado assumira metas de crescimento em longo prazo e mudança estrutural séria.

Sintetizando todos os conceitos abordados acima, Navarro (2001) explica que pelo menos nos últimos 50 anos, existiram dois momentos em que a noção do que seria desenvolvimento se aprofundou em um campo de singularidade histórica, fazendo com que o tema fosse intensamente discutido, orientando assim, programas governamentais, debates intelectuais, além de motivar grupos sociais. Esses dois momentos seriam: “O primeiro de tais períodos nasceria nos anos seguintes à Segunda Guerra, especialmente a partir da década de 50, estendendo até o final dos anos 70” (NAVARRO, 2001, p. 83). Para o autor supracitado, esse período marcado pelo crescimento econômico, alimentou esperanças e estimulou iniciativas em toda a sociedade.

Já o segundo momento, seria mais recente:

(...) vencida a transição, que deixou os debates sobre desenvolvimento na penumbra, este novo momento provavelmente foi demarcado a partir de meados da década de 90. Nos anos recentes, as motivações para o reaparecimento do debate sobre o desenvolvimento (...) modificaram-se radicalmente, caracterizando-se muito mais, ao contrário do primeiro período, por uma percepção acerca da aparente *impossibilidade do desenvolvimento* ou, pelo menos, suas imensas dificuldades de materialização. Aliás, pode-se ousadamente afirmar que talvez a inquietude social e política gerada pela disseminação da desesperança com relação ao futuro é que, de fato, tenha reavivado o crescente interesse pelo tema do desenvolvimento (NAVARRO, 2001, p. 85).

Seguindo a mesma linha de raciocínio e analisando o mesmo objeto de estudo, mas com observações distintas, Faria (2012) explica que a economia do desenvolvimento emergiu em um período onde se observava o aumento da intervenção estatal na economia na tentativa de definir propostas para acelerar o crescimento econômico dos países atrasados.

O enfoque analítico e teórico foi o subdesenvolvimento. As teorias elaboradas foram uma ruptura com a teoria ortodoxa marginalista vigente, que se baseava na escassez dos fatores de produção (incluindo o fator trabalho), destacando a questão das externalidades e da intervenção do Estado na economia (FARIA, 2012, p. 07).

Dentro dessa perspectiva, surgem quatro principais correntes de pensamento do desenvolvimento: modernização, dependência, neoliberal e as abordagens alternativas ao modelo neoliberal, abaixo exemplificada.

Para Faria (2012) analisando Rostow (1956), a teoria da modernização é marcada pelo pensamento que o desenvolvimento é um processo evolutivo, que ocorre em etapas, em busca de progresso. Caracteriza-se pela ideia que o crescimento econômico permite que as sociedades evoluam através de estágios, passando por uma condição pré-capitalista para uma sociedade de consumo. Para essa teoria, o desenvolvimento será atingido através do crescimento econômico, de forma que aquele é a última etapa de um *continuum* de crescimento econômico, onde mudanças no método de produção levarão ao crescimento sustentado e partir daí o aprofundamento nas mudanças da economia e da sociedade. O setor industrial seria o principal motivador dessa mudança, por causa da elevada produtividade que é capaz de aumentar o produto *per capita*, ocasionando o aumento da poupança e do investimento produtivo, estabelecendo assim uma cadeia de demanda efetiva por outros bens manufaturados. Isso tudo contribuiria na expansão urbana e no fortalecimento do processo de industrialização. Para Faria (2012) essa teoria era baseada em três fatores econômicos chaves para impulsionar o desenvolvimento: a poupança, as externalidades e o comércio externo. Ou seja, para chegar ao desenvolvimento é necessário aumentar a poupança como proporção de renda nacional e incentivar a industrialização, reduzindo a participação da agricultura na economia, sendo o Estado agente importante na coordenação de investimentos para impulsionar as externalidades e fomentar o comércio internacional.

Para essa teoria, existem várias críticas, a principal estaria relacionada de que forma se pode analisar o desenvolvimento como apenas uma consequência do crescimento econômico. Outras críticas estão relacionadas ao elevado nível de abstração de tal teoria, já que a teoria do desenvolvimento em 1950 nasceu do receio de alguns economistas quanto à continuidade de baixo nível de crescimento econômico ocorridos nas primeiras décadas do século XX e durante a Segunda Guerra (HIRSCHMAN, 1961). Para o autor supracitado, referindo ao conceito modernista de desenvolvimento, “(...) em um ambiente daquele em que foi concebido, se deve esperar pouco de seus resultados” (HIRSCHMAN, 1961, p. 59).

Já a teoria da dependência surgiu no início dos anos 60 na América Latina, marcada pela crítica à teoria da modernização, que nesta época estava perdendo força devido a diversos

fatores, entre eles, a incapacibilidade dos países periféricos em manter índices satisfatórios de crescimento econômico, além de não conseguirem reduzir as desigualdades sociais e atingir o desenvolvimento esperado (FARIA, 2012).

Para os pensadores da teoria da dependência o subdesenvolvimento e o desenvolvimento não constituem etapas de um processo ou um *continuun* evolutivo. Ou seja, mesmo estando estruturalmente relacionados, são realidades diferentes resultantes do modo de produção capitalista mundial. Sendo o objetivo dessa corrente, entender o sistema capitalista de produção nos países periféricos, analisando um sistema que ocasionava e aumentava diferenças econômicas, sociais e políticas entre países e regiões (FARIA, 2012).

Para alguns pensadores dessa corrente, como Frank (1980, p. 44), referindo as diferenças entre países e regiões, “(...) três séculos de intercâmbio desigual baseado em valores desiguais drenaram enormes volumes de capital da maioria das colônias do ‘novo’ mundo e dos povos colonizados, que a metrópole europeia investiu no desenvolvimento econômico, que no século XIX serviu para consolidar o subdesenvolvimento da América Latina”.

Já para Furtado (1985, p. 80) para se entender o subdesenvolvimento basta concentrar nos processos de produção e de circulação de bens, que juntos vão gerar a dependência cultural que sustenta o processo de reprodução das estruturas sociais correspondentes.

A recomendação dos pensadores dessa corrente para a superação do subdesenvolvimento e o alcance do desenvolvimento se baseava em transformar estratégias para incentivar a industrialização nos países considerados periféricos. Essas recomendações propunham o protecionismo do Estado e sua liderança no planejamento de investimentos, reunir esforços para reduzir o peso da dependência tecnológica, desenvolver uma política de substituição de importações para reverter a deterioração da balança de pagamentos, fortalecer o mercado interno e alterar a relação estrutural com o capitalismo internacional. (FURTADO, 1978; THOMAS, 2000; FRANK, 1980). Furtado (1978, p. 125) ainda salienta que “[...] não se deve perder de vista que a luta contra a dependência não é senão um aspecto do processo de desenvolvimento, e este não existe sem a liberação da capacidade criadora de um povo”.

Para os críticos essa teoria não forneceu soluções para os países periféricos superarem as contradições internas do capitalismo (THOMAS, 2000). Já que esse processo é baseado na exploração do trabalhador e na apropriação privada da riqueza, logo as recomendações dessa corrente são ineficazes (TELFER, 2004). Todavia, essa corrente continua influenciando outras análises sobre o desenvolvimento.

A corrente neoliberal ganhou força nos anos 70 em meio a uma crise de oferta, do aumento do preço do petróleo, de mudanças na política monetária dos Estados Unidos, e da alteração na política cambial. O neoliberalismo pode ser caracterizado como uma estratégia política deliberada, cujo objetivo era o ordenamento das relações entre o centro hegemônico do capitalismo e outros países capitalistas, de forma que a premissa ideológica era o modelo anglo-saxão (TAVARES E FIORI, 1993). Já para Thomas (2000) a teoria neoliberal pode ser considerada como uma resposta à intervenção estatal cada vez maior na economia e um contraponto na escola estruturalista. É uma corrente que utiliza das ideias de livre mercado de Adam Smith e as vantagens comparativas de David Ricardo como diretrizes para o crescimento ou o desenvolvimento econômico (FARIA, 2012).

Para a corrente neoliberal o

(...) fortalecimento das estruturas de mercado é suficiente para alcançar os resultados do desenvolvimento econômico e a interseção de agentes específicos resultar em obstáculos a este processo de evolução. A partir dessa ideia de barreiras ao livre mercado é construído o argumento para explicar as diferenças entre o nível de desenvolvimento de diferentes países. Os principais obstáculos, de acordo com a corrente neoliberal são: primeiro a tradição, ou seja, a continuidade dos modos de organização social fora do mercado, em seguida as empresas

monopolistas (indústrias e prestadoras de serviços) e o monopólio da mão de obra, representado pelos sindicatos e regulação estatal (FARIA, 2012, p.10).

As recomendações dessa teoria baseavam-se na política de liberação do comércio internacional, a privatização das empresas públicas e a redução da intervenção do Estado na economia (FARIA, 2012).

Como resultado dessas ações, passados trinta anos de utilização das medidas neoliberais para o alcance do desenvolvimento, estas não mostraram avanços na redução das desigualdades entre países. Pelo contrário, muitas vezes o resultado foi o contrário. A partir dessa corrente, houve o surgimento de uma nova ordem mundial, onde o Estado perde o poder em um mercado liderado e planejado por corporações globais. É importante ressaltar ainda, que a teoria neoliberalista influenciou o aparecimento de outras correntes, como a teoria do crescimento desigual, a do crescimento endógeno e a dos efeitos da causa circular acumulativa (FARIA, 2012). Assim, apesar dessas teorias incorporarem outros aspectos, a corrente neoliberalista influencia determinantemente para a execução de ações.

Já as teorias alternativas ao modelo liberal surgem no final de 1970 até os anos 90, com o debate sobre o conceito de desenvolvimento, que evolui para outras dimensões além da economia, como a dimensão ambiental e as sociais. Surge o paradigma do desenvolvimento humano, estabelecido pelas Nações Unidas (FARIA, 2012).

Através da abordagem de cunho ambiental surgiram duas correntes: o desenvolvimento sustentável e a economia ecológica. A corrente de desenvolvimento sustentável nasceu a partir dos resultados da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada através do relatório de *Brundtland* em 1987. De forma que o maior pensamento dos teóricos dessa corrente é corrigir a degradação ambiental (FARIA, 2012).

Para a autora citada acima, o conceito de desenvolvimento sustentável foi objetivo de varias reuniões das Nações Unidas nos últimos anos. Mas foi na UNCED (Conferência sobre das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento) em 1992, no Rio de Janeiro, que constituiu a Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável com o objetivo de apoiar as ações dos governos neste tema. Outras reuniões marcaram o desenvolvimento do pensamento, como a Conferência sobre População e Desenvolvimento no Cairo, em 1994; a Reunião sobre Desenvolvimento Social em Copenhague, em 1995; a Conferência sobre Cidades- Habitat II, em Istambul, 1996; e a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo 2002.

Para Sachs (2004) a concepção de desenvolvimento sustentável, além do lado social, inclui a dimensão ambiental. A concepção de desenvolvimento sustentável envolve critérios de sustentabilidade social e ambiental e de viabilidade econômica, obedecendo ao duplo imperativo ético de solidariedade entre as gerações presentes e futuras. Para Sachs (2004, p. 15) o conceito de desenvolvimento sustentável obedece cinco pilares:

Social, fundamental por motivos tanto intrínseco quanto instrumentais, por causa da disrupção social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do nosso planeta; Ambiental, com suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para a disposição de resíduos); Territorial, relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades; Econômico, sendo a viabilidade econômica a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam; Político, a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; a liberdade faz toda a diferença.

O autor ainda explica que o desenvolvimento sustentável surge com o gerenciamento de crises, o que necessita de uma mudança imediata de paradigma,

passando-se do crescimento financiado pelo influxo de recursos externos e pela acumulação de dívida externa para o do crescimento baseado na mobilização de recursos internos, pondo as pessoas para trabalhar em atividades com baixo conteúdo de importações e para aprender a “*vivir con los nuestros*” (SACHS, 2004, p. 17)

O grande problema do conceito de desenvolvimento sustentável, para alguns estudiosos como Sharpley (2000) é que existe uma ambiguidade na teoria, que demonstra uma falta de clareza conceitual, tendo como consequência o fato de seu objeto poder se interpretado de diversas maneiras.

Já a contribuição da economia ecológica está baseada no pensamento de alguns teóricos dessa corrente, como Alier (1999), que acreditava que a economia ecológica não era uma nova disciplina, mas sim um novo campo de estudo interdisciplinar que se concentra a sustentabilidade, onde pode ser definido como a quantidade de consumo que pode continuar indefinidamente, sem deteriorar o estoque de capital, incluindo o estoque de capital natural (CONSTANTA, 1994). O pensamento dessa teoria consiste em duas questões que relaciona meio ambiente ao desenvolvimento. A primeira está relacionada às consequências negativas que o desenvolvimento ocasiona ao meio ambiente, que também atinge o próprio desenvolvimento, questionando seus objetivos e sua capacidade de se tornar sustentável. A segunda questão remete a importância de formular planos de políticas de desenvolvimento, em uma perspectiva de médio e longo prazo, abordando adequadamente a questão dos recursos naturais e o ambiente (FARIA, 2012).

Já o desenvolvimento endógeno busca reconhecer, fortalecer e incentivar os processos internos da sociedade locais através da organização de seus próprios recursos, das estratégias sociais, do fortalecimento das estruturas de rede. Ou seja, as recomendações dessa proposta visa transformar o lado social, fortalecendo os valores comunitários, cujo tema é ‘pensar globalmente e agir localmente’ (VAZQUEZ-BARQUERO, 1999). Em meio a discussão que explica que desenvolvimento não é algo estritamente econômico, e sim que implique na melhoria da qualidade de vida, distribuição de renda, entre os indicadores sociais, a abordagem espacial do fenômeno é de grande importância. Nesta vereda, para Blos (2000) o desenvolvimento local pode representar uma forma de saída para os efeitos indesejáveis do modelo de desenvolvimento tradicional. E ainda,

Muitas iniciativas de desenvolvimento são abrigadas sob a rubrica de desenvolvimento local, não ocorrendo um consenso sobre essa diversificação. Poderão ser consideradas assim: a industrialização difusa, as agroindustriais, as iniciativas municipais ou outras entidades de âmbito local na promoção ou criação de atividades econômicas novas, as experiências empresariais localizadas em pequenas cidades ou, mesmo, em zonas rurais. Todavia, o desenvolvimento local representa uma utilização, em primeiro lugar, dos recursos ociosos, da recuperação de oportunidades de criação de atividades produtivas realmente existentes, porém nunca utilizadas, abandonadas, que podem voltar a se aproveitadas a partir de oportunidades que oferecem as novas tecnologias, a reorganização dos processos produtivos, as mudanças de demanda, a melhoria das condições de comunicação e transporte e, entre outras iniciativas mais, o acesso a novos mercados (BLOS, 2000, p. 204).

Outra característica marcante do desenvolvimento local ou endógeno são as decisões locais, o controle local do processo de desenvolvimento e a apropriação dos benefícios do desenvolvimento local pela população local, respeitando os valores culturais (BLOS, 2000). O desenvolvimento local é o resultado de articulações de diversos agentes sociais, culturais, econômicos e políticos de um município em busca de ações estratégicas em longo prazo. Assim, não se trata apenas de políticas públicas e sim ações que busquem objetivos em comum (ALBURBURQUE, 2001).

As críticas a essa corrente baseiam-se na ambiguidade do conceito de desenvolvimento sustentável, no excessivo controle do processo por parte do Estado, nas restrições ao crescimento econômico no longo prazo e a não consideração das possíveis mudanças de política em nível global, nas inovações e tecnologias. Outra crítica remete na capacidade de gerenciar a questão ambiental no âmbito global, além da possibilidade de ocasionar conflitos entre a escala global e local (TELFER, 2004).

Por fim, a corrente do pós-desenvolvimento surge em 1990, com uma característica muito marcante: o posicionamento crítico a tudo que é considerado desenvolvimento, rejeitam a maneira de pensar e o estilo de vida do desenvolvimento ocidental e questionam as diferentes versões da modernização (FARIA, 2012).

Para essa corrente é necessário introduzir conceitos básicos de uma nova linguagem econômica, porque a discussão econômica é altamente concentrada em questões de fluxos, equilíbrios, ajustes macroeconômicos que são traduzidos por inflação, balança de pagamentos, emprego, emissão, despesas fiscais, taxas de juros, receitas, entre outros, em detrimento de questões como patrimônio, recursos produtivos, população e qualidade de vida. (...) as sugestões para definir os limites de longo prazo a partir de uma perspectiva de sustentabilidade são as seguintes: i) em relação à tecnologia, incentivar aquelas que aumentam a produtividade de um recurso, ao invés de favorecer as que aumentam a produtividade na extração desse recurso, resultando em um duplo benefício ambiental: se utilizará menos recursos e menos resíduos serão gerados, ii) concentrar esforços em satisfazer as necessidades humanas básicas de todas as pessoas, estimular a criatividade, autoorganização, cooperação e aumento de felicidade. O que se busca é uma nova proposta de organização social e cultural, que, de acordo com essa teoria, é possível devido às mudanças globais no mundo contemporâneo. (FARIA, 2012, p.17).

Por fim, em uma breve caracterização sobre o fenômeno do desenvolvimento, pode-se constatar que pela sua complexidade, novas conotações têm sido inseridas na discussão. Todavia, como Sachs (2004) afirma a sociedade ainda carece de um paradigma capaz de lidar com dois problemas: o desemprego e a desigualdade crescente.

Referindo-se ao turismo, uma atividade essencialmente capitalista, o desenvolvimento tem sido visto como crescimento econômico, o que tem sido base para a implantação da atividade em muitas localidades.

1.2. Turismo e Desenvolvimento

Conforme salientado anteriormente, o conceito de desenvolvimento é considerado bastante complexo. E quando associa o conceito ao turismo, em especial à área de políticas públicas, esse entendimento se torna complexo, visto que o turismo tem sido interpretado como um grande causador de impactos econômico, razão pela quais muitas localidades têm implantado ou incentivado a atividade. Local este que muitas vezes não possui potencialidade para outras atividades econômicas sem ser o turismo, e que acaba nomeando o setor o 'salvador' de todas as mazelas sociais. É importante salientar, que o turismo pode impactar o setor econômico e ocasionar o desenvolvimento, todavia esse fato não é isolado e deve ter a comunidade local com detentora desses benefícios, o que muitas vezes não ocorre.

Explicando o aspecto econômico da atividade turística, Saab (2012) explica que se trata de um setor com grande vocação para a geração de empregos diretos e indiretos, que já constitui um efeito relevante em termos de política econômica, sem citar o efeito multiplicador ocasionado pela atividade. O segmento encontra-se no setor terciário, apesar de apresentado muitas vezes como indústria devido ao seu potencial impacto econômico e tem apresentado uma participação crescente no Produto Interno Bruto (PIB) do país. O mesmo

autor afirma que em 1995 a participação do segmento terciário representava 55,7% do PIB brasileiro, enquanto o PIB do setor industrial declinava. É necessário destacar que por esse fato muitas localidades tem incentivado o desenvolvimento do turismo, contudo sem devidas políticas públicas, diretrizes para o uso público em áreas restritas, ou seja, sem planejamento ou com um planejamento mínimo. Em suma, muitas localidades do país tem buscado no turismo uma alternativa para o desenvolvimento tardio e historicamente conturbado local.

Neste sentido, é necessário analisar que o conceito de desenvolvimento é distinto de crescimento econômico. Conforme dito anteriormente, o desenvolvimento vai muito além do crescimento econômico, já que seus objetivos são muito maiores que a multiplicação da riqueza (SACHS, 2004). E a distribuição estrutural não é sinônimo de distribuição espacial da riqueza, o que pode ser observado em muitas localidades que desenvolveram o turismo, mas não tiveram sua população detentora de melhores condições de vida e renda, conforme citado anteriormente (CRUZ, 2006).

Continuando na premissa de como conceituar desenvolvimento e sua relação com o turismo, é importante expor diversos estudos e questionamentos sobre o assunto. Dessa forma, Brandão (2007) explica desenvolvimento como um alargamento de horizontes de possibilidades, que se denotam em dois vieses: o primeiro seria relacionado às formas de se projetar para o futuro em conjunto com certos elementos para este fim; e o segundo estaria relacionado àquela que deve frustrar as ações que prejudicam à construção social. Para o mesmo autor, o pensamento que o desenvolvimento é algo tranquilo e equilibrado é um conceito vulgar do termo, já que desenvolvimento é um estado de tensão. “Significa predispor-se o tempo todo, a embaraçar, estovar, transtornar e obstaculizar as forças do atraso estrutural. Desenvolvimento é a anti-serenidade, a anticoncórdia prévia, é a não paz de espírito” (BRANDÃO, 2007, p. 200).

E ainda, Brandão (2012) acredita que o desenvolvimento resulta de variadas e complexas interações sociais que buscam o alargamento de possibilidades de determinada sociedade. Ou seja, o processo de desenvolvimento vai muito além de apenas o crescimento econômico, impõe o envolvimento de diversos fatores, tais como: “de ações disruptiva e emancipatórias, envolvendo, portanto, tensão, eleição de alternativas e construção de trajetórias históricas, com horizontes temporais de curto, médio e longo prazo” (BRANDÃO, 2012, p. 70). É necessário que esse processo inclua parcela de populações marginalizadas dos frutos do processo técnico, de centros de decisão locais e ter sustentabilidade ambiental (BRANDÃO, 2012).

Brandão analisando Furtado diferencia desenvolvimento e crescimento econômico. De modo que desenvolvimento seria recorrente à

processos de iniciativa, criatividade, melhorias no “sistema de incitações”, inventividade e enriquecimento do universo de valores capazes de incrementar a capacidade de ação, superando a passividade. Uma vez consolidadas, essas ações podem constituir estruturas sociais habilitadas a gerar “forças preventivas e corretivas nos processos de excessiva concentração de poder (BRANDÃO, 2007, p. 201)

Logo, estabelecer o turismo numa posição de superador de todos os problemas estruturais existentes e que existiram no país, pode ser uma visão muito distorcida do fenômeno. Não que a atividade não seja uma atividade de muitíssima importância para o desenvolvimento de uma localidade. O turismo quando planejado é de grande valia para os destinos. Entretanto, para que haja o desenvolvimento de um local, é necessária a soma de diversos aspectos, ou seja, somente a atividade turística como vetor de desenvolvimento, pode ser uma visão muito micro do processo. De acordo com Cano (2012) a herança social apresenta grande deterioração da saúde pública, da habitação, do saneamento básico, do

transporte público e a disseminação da violência. Em resumo, estas mazelas precisam ser prioridade do Estado e somente com a política pública de turismo não se pode acabar com todos esses problemas.

Brandão (2007, p. 201) sintetizando alguns pensamentos de Furtado (1974) explica que

(...) o desenvolvimento econômico- a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos- é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similaridades às economias que formam o atual centro do sistema capitalista (...), Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito.

1.2.1 Turismo e as Correntes Teóricas

De acordo com as correntes teóricas citadas acima (modernização, dependência, neoliberal e teorias alternativa) através da análise de Faria (2012) pode-se analisar o papel do turismo nos diversos conceitos de desenvolvimento. Por exemplo, quando relacionado à teoria de modernização, a atividade turística é bastante reconhecida, devido ao crescimento econômico, o efeito multiplicador que o turismo pode ocasionar em nível local ou regional. Isso devido aos impactos positivos consequentes da atividade, como ingresso de divisas, incremento da produção, aumento de empregos e oportunidade de negócios.

Já na perspectiva da teoria da dependência, o turismo está associado aos impactos negativos da atividade, onde é exemplificada a relação entre centro-periferia entre os países, de forma que a periferia é altamente dependente do centro em fatores como a chegada de visitantes estrangeiros, na geração de divisas, na atração de empresas transnacionais, entre outros. O que reduz o impacto econômico local e favorece a permanência da dependência dos países em desenvolvimento em relação aos países desenvolvidos. Dentro desse âmbito, os estudiosos dessa corrente afirmam que os efeitos positivos exemplificados na corrente modernista é um otimismo equivocado. Isso porque em países em desenvolvimento o turismo não conseguiu dinamizar a economia local e gerar receitas (FARIA, 2012).

No âmbito da corrente neoliberal o turismo é uma atividade que oferece oportunidades de geração de emprego e renda para os países em desenvolvimento. Os agentes financeiros de ajuda devem oferecer recursos para desenvolver planos de desenvolvimento do turismo e implantar infraestrutura necessária, porque o turismo necessita de capital. No Brasil um grande programa de investimento no setor foi o Programa de Ação para Desenvolvimento do Turismo da Região do Nordeste do Brasil (PRODETUR¹) que foi financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, no ano de 1994 (FARIA, 2012). Dessa forma, dentro da perspectiva neoliberal, o turismo pode gerar benefícios econômicos e sociais para os países receptores. Todavia, essa afirmação muitas vezes é contrariada, principalmente pelos teóricos

¹ Através da iniciativa no então governo de Fernando Collor de Melo em 1990 e os governos estaduais de Pernambuco e Alagoas, que deu origem ao complexo turístico denominado Projeto Costa Dourada, induziu também a criação do PRODETUR-NE, que por razões políticas e operacionais, tornou-se extensivo à toda área de jurisdição da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O PRODETUR- NE foi criado pela EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo) e a SUDENE em 29 de novembro de 1991, atendendo os estados nordestinos e a região norte do estado de Minas Gerais, devido ao fato desta área fazer parte da área de jurisdição da SUDENE. O objetivo do programa era induzir investimentos em infraestrutura turística através de estratégias como melhoria da infraestrutura básica e dos serviços públicos de áreas em expansão turística, onde o estado não acompanhou a demanda de tais serviços, que não era o caso do norte de Minas. Dentro os objetivos específicos do programa estavam: aumentar o turismo receptivo, aumentar a permanência do turista nestas áreas, incentivar novos investimentos na infraestrutura turística e gerar emprego e renda com a atividade turística. Assim, o programa apesar de ser considerado como uma política de turismo, muitas das vezes pôde ser considerado um política urbana (CRUZ, 2000).

da corrente da dependência, principalmente pelo fato do turismo ser uma atividade capitalista que muitas vezes aumenta as desigualdades ao invés de diminuí-las.

Dentro da perspectiva das teorias alternativas, vários estudiosos da área têm analisado o turismo sustentável, o ecoturismo, o turismo verde e o turismo de base comunitária, todos influenciados pela teoria do desenvolvimento sustentável. De forma que estas teorias têm a premissa do empoderamento da população e a preservação ambiental, contribuindo assim para o desenvolvimento humano das localidades receptoras (FARIA, 2012). A grande crítica a estas correntes de desenvolvimento alternativo no turismo, são que algumas premissas buscam atender apenas uma ideologia do discurso oficial de órgãos multilaterais como as Nações Unidas, ao invés de promover o bem estar das populações receptoras ou mesmo a proteção ambiental (BENEVIDES, 2002).

Vale ressaltar ainda, que existem alguns aspectos relacionados ao turismo e o desenvolvimento que devem ser discutidos. O primeiro refere-se à presença do Estado como agente estratégico na organização da atividade e no desenvolvimento do turismo. Para algumas correntes, como a da modernização e da dependência e até para o neoliberalismo o processo é bem visto, principalmente pelo fato de que o Estado deve suprir infraestrutura necessária para a concretização da atividade turística. Dentro desta perspectiva, é importante observar que a atuação do Estado no setor de turismo é de grande importância devido ao fato do fenômeno causar aspectos positivos e negativos, necessitando que o Estado facilite, induza e organize a atividade, criando políticas que norteie os diferentes interesses de diversos sujeitos (DIAS, 2005). Ou seja, de forma geral, o Estado tem função de desenvolver o fomento o turismo. Já para Salvati (2004) o Estado deve mediar os diferentes interesses: governo local, o setor privado, o patrimônio cultural e natural, a comunidade local e o turista.

Destaca-se que conceituação do Estado Moderno Europeu, surgido no século XVIII para Max Weber, seria uma instituição organizada de forma social, jurídica e política, ocupando um território. Ao Estado caberiam as funções de exercer o controle social, pois detém do monopólio legal do uso da força ou da coerção social (ALEIXO, 2011). Já Foucault (2001, p. 281) salienta que governar um Estado significa “estabelecer a economia ao nível geral do Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle tão atenta como um pai de família”. De acordo com Dias (2005) de modo geral são atribuições do Estado: promoção do turismo a nível nacional e internacional, atração de investimentos estrangeiros diretos, planejamento estratégico da atividade e fiscalização (segurança, meio ambiente, entre outras).

Já o segundo aspecto, refere-se à participação das empresas transnacionais no setor e sua influência sobre o desenvolvimento. Esse processo acontece em muitas áreas do setor, da seguinte forma: para reduzir a incerteza do mercado turístico, as empresas adotam modelos de integração econômica (FARIA, 2012). O grande problema é que muitas vezes as empresas locais dos países em desenvolvimento não têm condições de concorrer com essas transnacionais, diminuindo a apropriação local da renda. Ou seja, como resultado do país que decide incentivar o turismo através da abertura para o mundo globalizado, pode ser o crescimento, todavia por outro lado, o aumento da pobreza.

Neste sentido, pode existir de certo modo um contraponto entre os interesses das transnacionais e os interesses das populações locais. Para as correntes convencionais esses interesses convergem. Todavia, para as teorias alternativas esses são fonte de conflitos (FARIA, 2012).

Sintetizando, a capacidade do turismo de influenciar o desenvolvimento é executá-lo de modo que se alcancem os objetivos do desenvolvimento através da percepção das pessoas que vivem neste destino (FARIA, 2012). E ainda, não é o turismo que incentiva o desenvolvimento, em um país menos desenvolvido, e sim a dinâmica do desenvolvimento local que pode converter o turismo em uma atividade favorável ou não.

È importante salientar ainda, no âmbito do impacto econômico ocasionado pelo turismo, que o nível de consumo é um aspecto essencial para mensurar o desenvolvimento econômico, pois se a atividade for concebida por um público exclusivo que consome bens com um nível de diferenciação muito grande e ou com uma significativa parcela de bens importados, se torna difícil esperar que o setor gere benefícios para a população local. Podendo na melhor hipótese, gerar renda para apenas uma parcela para população (FARIA, 2012).

Por fim, pensar em desenvolvimento como algo calmo é um equívoco. E pensar na atividade turística como ‘salvadora da pátria’ para todas as mazelas socioeconômicas da sociedade, pela capacidade da atividade gerar emprego e renda com a possibilidade da inclusão social pode ser um outro equívoco. Já que o subdesenvolvimento do país é devido “uma malformação estrutural com grande capacidade de persistência, cumulatividade e reprodução (...) sendo uma situação quase irreversível” (BRANDAO, 2007, p. 202). Ou seja, a busca do processo de desenvolvimento deve ter várias frentes. Disto isto, apesar da importância do turismo para o crescimento econômico das localidades, é um lapso impor ao setor o status de ‘salvador da pátria’ do subdesenvolvimento, como muitas localidades têm forjado. E ainda, pensar em desenvolvimento relacionado ao turismo, como consequência apenas do impacto econômico, é uma visão funcionalista e reducionista da atividade, por não perceber que o turismo é um fenômeno que envolve territórios com as suas devidas peculiaridades.

1.3 Desenvolvimento Rural

Analisados os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico, o proposto trabalho se preocupará neste momento nas discussões sobre o meio rural, devido a ser a proposta deste trabalho.

A emergência de conceitos do que seria o desenvolvimento rural, hoje é uma questão bastante discutida não só no meio acadêmico, como em setores da política pública brasileira. Conforme dito anteriormente, conceituar desenvolvimento é uma tarefa complexa, devido a própria característica de complexidade do fenômeno. Schneider (2004) explica a necessidade de novas concepções de desenvolvimento rural cresceu através de ideias e noções de estudiosos e pensadores de outros países. Para o autor temas que influenciaram bastante no debate sobre desenvolvimento foram ao redor das temáticas sobre sustentabilidade e a problemática ambiental, o enfoque local e territorial das atividades não agrícolas, além da interrelação entre o rural e o urbano.

Diante destes argumentos, de acordo com o autor supracitado, as transformações na sociedade a partir da reestruturação econômica e institucional dos últimos anos tem influenciado o pensamento de vários pesquisadores e estudiosos, que passaram a repensar as abordagens analíticas e os enfoques utilizados para a definição de desenvolvimento rural. Dessa forma, os estudos sobre a temática fora do Brasil tem se baseado nas discussões teóricas, analíticas e seus efeitos normativos e institucionais, onde a maiorias dos estudiosos abordam pelo menos quatro elementos: a erradicação da pobreza, o território como unidade de referência, a sustentabilidade ambiental, o protagonismo dos atores sociais e sua participação política. Como exemplo, para Ellis (2000) o desenvolvimento rural poderia ser definido como um conjunto de ações e práticas com finalidade de reduzir a pobreza nas áreas rurais, estimulando assim, o processo de participação e consequentemente afetando no empoderamento destes habitantes, tornando capazes de gerir suas prioridades para a mudança.

Para estudiosos brasileiros, o desenvolvimento só pode ser definido com a simplificação de alguns aspectos e certa aproximação de outros (KAGEYANA, 2004). De acordo com a autora citando Veiga (2000), o desenvolvimento rural não existe separado do

desenvolvimento urbano. De forma que em muitas vezes, por meio da simplificação, pode estudar separadamente o lado do desenvolvimento rural.

Kageyama (2004) afirma que outros estudiosos da temática afirmam que desenvolvimento rural carece de disciplinas específicas, dessa forma, é necessário estudar outras disciplinas que tratam do assunto, tais como economia regional, dentre outras que analisam as áreas rurais. Todavia, o desenvolvimento dessas áreas pode ser dificilmente analisado através de apenas um das teorias desses campos de estudo. O que é possível observar é que no campo dos estudos e análise de áreas rurais, podem ser identificados pelo menos três enfoques

(...) o do desenvolvimento exógeno, o enfoque do desenvolvimento endógeno e uma combinação dos dois. No primeiro enfoque do desenvolvimento endógeno centra-se no desenvolvimento rural, é imposto por forças externas e implantado em certas regiões. Exemplo emblemático é os das políticas de modernização da agricultura como forma de estimular o desenvolvimento rural. O enfoque do desenvolvimento endógeno centra-se no desenvolvimento local, gerado por impulsos locais e baseado predominantemente em recursos locais, em que os atores e as instituições desempenham papel crucial; o caso típico é o dos modelos dos distritos industriais. Finalmente, o desenvolvimento rural pode ser visto como uma combinação de forças internas e externas à região, em que os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas que podem variar significativamente entre regiões (KAGEYAMA, 2004, p. 383).

Dentro desta perspectiva, o desenvolvimento rural implica na criação de novos produtos que venham a estar associados a novos mercados; procura formas de redução de custos através de novas trajetórias tecnológicas e tenta renovar a agricultura em nível regional, não somente nos estabelecimentos (KAGEYAMA, 2004). Já para Ploeg (2000) o desenvolvimento rural estaria associado à três aspectos essenciais: o caráter multinível, o de multiatores e o multifacetado. De forma que a complexidade das instituições envolvidas no processo de desenvolvimento rural faz com que o mesmo dependa de diversos atores, que podem estar envolvidos em relações locais e a economia global. Por outro lado, o caráter multifacetado estaria associado às novas práticas nestas áreas tais como: o turismo rural e o agroturismo, a agricultura orgânica, a conservação da natureza, entre outros. Estabelecimentos estes que estavam à margem do paradigma da modernização e assumiram novos papéis com estas atividades.

Dentro dessa lógica, Kageyama (2004) apresenta motivos para a nova definição do desenvolvimento, que se deu em função da necessidade de reorientação do protecionismo da Política Agrícola Europeia (PAC) que reconheceu os problemas criados pela agricultura intensiva e a multifuncionalidade ou pluriatividade do novo espaço rural.

A nova filosofia da Comissão Europeia partiu de algumas premissas que permitiram, no fim dos anos 80 e início dos 90, chegar aos novos enfoques do desenvolvimento rural. Essas premissas eram: a) o reconhecimento de que a modernização agrícola incidirá sempre sobre o emprego no sentido de reduzi-lo, mas a população pode permanecer no seu local de origem praticando atividades não agrícolas; b) devido ao desemprego urbano, a população deve ser dissuadida de abandonar o campo; c) o espaço rural perde a função primordial produtiva, e outras passam a ser valorizadas (funções paisagísticas, turísticas e ecológicas); d) a “desagrarização” do meio rural não deve significar a falência da produção familiar, mas seu fortalecimento por meio da diversificação das fontes de renda, da agregação de valor aos produtos aproveitando nichos de mercado e a conversão de agricultor em “empresário rural”, e) o reforço da pluriatividade tanto sob a forma de atividades complementares dentro do próprio estabelecimento, como pela integração a outros setores econômicos (indústria e serviços). (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 76 apud KAGEYAMA, 2004, p. 385)

Em resumo, o desenvolvimento rural pode ser considerado como a combinação entre o aspecto econômico, o social (grau de vida socialmente aceitável) e a diversificação das atividades que geram renda, ou seja, a pluriatividade no campo (KAGEYAMA, 2004). A autora supracitada afirma ainda que o desenvolvimento rural deve mobilizar diversos setores produtivos e de apoio, de forma que tenha o caráter multisetorial. Todavia, é importante observar que as áreas rurais podem desempenhar diferentes funções no processo de desenvolvimento que pode ser modificado ao longo dos anos, como por exemplo, a função produtiva que antes estava associada somente ao setor agrícola, passa a abranger outras atividades tais como o artesanato e outros produtos relacionados ao turismo rural, ao agroturismo e à conservação ambiental. A função populacional, que geralmente cedia mão de obra barata para as áreas urbanas, passa a reter grande número de mão de obra devido ao desenvolvimento de infraestrutura, serviços e oferta de emprego no meio rural; a questão ambiental passa a ter grande importância, principalmente após industrialização e isso também pode estar relacionado ao crescimento de alguns segmentos turísticos nas áreas rurais: o ecoturismo, turismo ecológico e turismo de aventura.

Outros autores apontam formas que podem influenciar no desenvolvimento rural, principalmente quando analisadas em conjunto. Segundo Veiga (2000) a integração mercantil entre as cidades da região junto com o dinamismo das cidades de médio porte onde se destaca a criação de atividades no setor terciário, podem ajudar no desenvolvimento das localidades do entorno. O mesmo autor salienta também que a combinação da agricultura familiar consolidada e o processo de urbanização e industrialização local descentralizado conseqüentemente acarreta um mercado local de produtos diversificados, fortalecendo assim a matéria prima e mão de obra rural para indústria local, favorecendo dessa forma o processo de desenvolvimento rural na localidade. Para Kageyama (2004) a diversidade de fontes de renda permite a maior autonomia em relação à atividade agrícola exclusiva e a menor instabilidade da renda são fatores de imensa importância para alavancar o desenvolvimento rural. Além da pluriatividade das famílias rurais, que permite a diminuição do êxodo rural. Por fim, Kageyama (2004) analisando dados da OCDE (*Organisation de Coopération et Développement Économiques* ou Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 1995) afirma que os programas de geração de emprego e de melhoria na qualidade de vida podem reduzir o êxodo rural e o isolamento das regiões rurais, além do fato que a existência dos recursos territoriais que permitam produzir para mercados específicos, permitindo a internalização de externalidades positivas, que podem ajudar no processo de desenvolvimento rural.

Dessa forma, a ruralidade é baseada em grandes diversidades, principalmente pela introdução de novas atividades neste meio. Assim, entender essa diversidade ajuda no esclarecimento da dimensão espacial do desenvolvimento (KAGEYAMA, 2003).

Já que de acordo com Tomazzoni (2009) os estudos de desenvolvimento podem se dividir geograficamente, considerando o meio rural e urbano. De forma, que para os dois contextos, podem-se aplicar os mesmos parâmetros abordados no capítulo (renda, segurança, educação e saúde, ou seja, parâmetros associados a situação de vida com qualidade para cada indivíduo). Todavia, existem também peculiaridades entre o meio rural e urbano. Por exemplo, uma das principais peculiaridades que refere-se ao desenvolvimento rural é a capacidade de as comunidades produzirem seus próprios alimentos e desfrutarem de privilégios como a vida em local mais preservado. Já o meio urbano dispõe de melhores condições de acesso ao atendimento nas áreas da educação, saúde, comunicações e transportes.

1.4 O Novo Rural Brasileiro

Em meio à discussão sobre desenvolvimento e turismo, é necessário salientar que cada localidade tem suas peculiaridades e isso deve ser considerado quando formuladas ações em busca o desenvolvimento turístico desse local e propriamente o desenvolvimento. Dessa maneira, antes de implantar o turismo em meio rural deve se levar em consideração também as características implícitas do meio onde a atividade poderá acontecer.

O turismo rural (ou turismo em meio rural, o que será analisado a seguir) tem evoluído bastante nas últimas décadas, principalmente devido à busca das pessoas dos grandes centros urbanos de ar puro e vida calma, aspectos característicos da vida rural. Ou seja, o setor de serviços, como o turismo, tem alcançado importante posição na geração de empregos e renda num meio anteriormente exclusivamente agropecuário.

Para Baptista (2001) o rural no século 20 diferenciava-se do urbano devido o ordenamento de espaço de algumas variáveis (ambientais, ocupacionais, sistema de integração social, entre outros) que ocorrem em polos extremos. Todavia, algumas dessas variáveis foram se modificando ao longo da história, tais como: a nova propriedade não ser mais absoluta, a modernização da agricultura, a população rural engajada com as regiões adjacentes às cidades, a inserção da indústria no meio rural e a redução de diferenças entre a cidade e o campo. Para Entrena Dúran (1998) a cidade na concepção do mundo moderno, sempre foi vista como representação de liberdade, de desenvolvimento, de civilização, um lugar de muitos estilos de vida, enquanto o meio rural possui como sinônimo o autoritarismo, o tradicionalismo, o conservadorismo e a ignorância. Ideia que tem sido confrontada nas discussões atuais, de tal forma que muitos urbanos buscam no rural, aspectos sociais e espaciais idôneos para a realização de sua identidade individual e coletiva em um mundo globalizado.

Para Abramovay (2003) o rural pode-se caracterizar através de três aspectos principais: a existência de áreas não densamente povoadas, a relação do meio com a natureza (isso pode ter ajudado na caracterização de turismo rural, todas as formas que ocorrem nesse espaço) e a dependência do sistema urbano. Todavia, mesmo com diversas definições e significados, para o autor supracitado (p. 382), existe certo consenso no conceito de meio rural, seriam elas:

- a) rural não é sinônimo de agrícola e nem tem exclusividade sobre este; b) rural não é multisetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtivas, ambiental, ecológica, social) c) as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa; d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas. Redes mercantis, sociais e institucionais se estabelecem entre o rural e as cidades e vilas adjacentes.

Para Kageyama (2004) os critérios para classificar o que seria rural ou urbano em diversos países não resultaram no desenvolvimento territorial. Citando o Brasil, a classificação se torna mais grave devido a denominação de urbano ser a sede do município (cidade, com exuberância no grau de urbanização) e o distrito a vila, sem se considerar todas as peculiaridades. Já segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2002 apud KAGEYAMA, 2004) o rural pode ser definido como a área externa ao perímetro urbano (linha divisória dos espaços juridicamente distintos de um distrito, estabelecida por lei municipal) de um distrito, compostas por setores, tais como: rural de extensão urbana, rural núcleo, rural povoado, rural outros aglomerados e rural exclusive outros aglomerados.

De acordo com Silva (1997) está cada vez mais difícil delimitar o que seria rural e urbano. De forma que atualmente o rural pode ser caracterizado como uma continuação do urbano do ponto de vista espacial e não propriamente agrícola do ponto de vista da atividade econômica. Ou seja, pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de

outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. Como resultado desse duplo processo de transformação, a agricultura – que antes podia ser caracterizada como um setor produtivo relativamente autárquico, com seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno - se integrou no restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos. “Já tivemos oportunidade de mostrar que essa integração terminou por se consolidar nos chamados “complexos agroindústrias” que passaram a responder pela própria dinâmica das atividades agropecuárias aí vinculadas” (SILVA, 1997, p.01).

Em meio a esta discussão, pesquisas na década de 90 e ano 2000 sobre a População Economicamente Ativa (PEA)² no meio rural, demonstram que as atividades não agrícolas na estrutura agrária brasileira têm despontado bastante. Na década de 90 observa-se que a taxa que indica o número de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas cresceu 2,5% ao ano, taxa superior ao desempenho do PEA, que caiu 2,2% ao ano (SILVA, DEL GROSSI, 1999). Destaca-se ainda, que na década de 90, observa-se que mais de 40% do PEA rural estava ocupada em atividades não agrícolas, tais como: serviços pessoais e agroindústrias.

Já de acordo Ferreira et. al. (2006) observa-se uma redução no PEA Rural ocupada, com queda de ocupações não agrícolas até 1999, voltando a descrever a parti deste momento. Além do crescimento das ocupações não agrícolas até ao ano de 1999, seguido por um decréscimo. Esses dados foram extraídos através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD³) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1993 a 2004. Ressalta-se ainda, que Segundo o IBGE (2004) deve-se levar em conta ao analisar os anos a partir de 2004 com as décadas anteriores, devido a classificação da diferenciação de área urbana ou rural ser de acordo com os censos demográficos. Dessa forma, o Censo Demográfico de 1991 foi mantida para as PNADs de 1992 a 1999. E Censo Demográfico de 2000, permaneceu para as pesquisas realizadas na década. Neste sentido, a melhor comparação seria de 1993 contra 2003, já que somente a partir de 2004 foram inseridos dados de toda região Norte (Rondônia, Tocantins, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá) de forma que até 2003 somente o estado do Tocantins era pesquisado (tabela 01).

² Observa-se que os dados das PNADs de 1992 em diante não são diretamente comparáveis com os das PNADs anteriores, inclusive 1990, devido a mudanças no critério de enumeração das pessoas de 10 anos e mais economicamente ativas (PEA) que passaram a incluir aqueles que declararam não receber nenhuma remuneração (em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios) e trabalhar passaram a incluir aqueles que declararam não receber nenhuma remuneração (em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios) e trabalhar: a) 1 hora e mais (antes eram 15 horas e mais); b) na produção agropecuária apenas para o próprio consumo e/ou na construção para o próprio uso (antes não eram considerados parte da PEA). Embora essas mudanças permitam um maior detalhamento das pessoas não remuneradas que realizaram algum trabalho na semana de referência, a sua simples inclusão no total de pessoas ocupadas pode levar a erros (SILVA, 1997, P.15).

³ O sistema de pesquisas domiciliares, implantado progressivamente no Brasil a partir de 1967, com a criação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, objetiva-se na produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Pode ser caracterizado como de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação, e outras com periodicidade variável, como as características sobre a migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição e outros temas que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação para o País. A pesquisa, a partir de 2004, abrange a população residente nas unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos) de todas as Unidades da Federação (até 2003 não incluía aquelas localizadas na área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá), conforme salientado. As características gerais de migração e de educação são pesquisadas para todas as pessoas. As características de trabalho e rendimento são investigadas para as pessoas de 5 anos ou mais de idade. O levantamento das características de fecundidade abrange as mulheres de 10 anos ou mais de idade. (IBGE, 2004).

Tabela 01: Brasil: ocupações agrícolas e não agrícolas na PEA rural ocupada

Ano	Agrícola (A)	Não Agrícola (B)	PEA Rural (C)	A/ (A+B)
1993	12.760. 557	4.303.724	17.064.281	75%
1995	12.764. 618	4.484.676	17.249.294	74%
1996	11.679. 036	4.452.246	16.131.282	72%
1997	11.929.660	4.615.312	16.544.972	72%
1998	11.667.501	5.027.383	16.694.884	70%
1999	12.300.930	5.137.229	17.438.159	71%
2001	10.757.166	3.662.666	14.419.832	75%
2002	11.231.035	3.408.092	14.639.127	77%
2003	11.254.673	3.427.549	14.682.222	77%
2004	12.490.726	4.174.436	16.665.162	75%

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2006 apud FERREIRA et. al. (2006)

A mudança no ano de 1998 para 1999, marca a divisão de dois momentos: um de 1993 até 1998 e outro de 2001 a 2003. Isso devido ao ano de 1999 ter sido um ano marcado pela desvalorização cambial no início do ano discriminado, o que influenciou nas condições macroeconômicas e conseqüentemente influenciado os níveis de emprego no meio rural. Já entre os anos de 1993 e 1998, conforme exemplificado acima, o número de ocupações agrícolas reduziu, diferentemente do crescimento das atividades não agrícolas. Por outro âmbito, a partir de 2001 houve um aumento nos dois grupos, contudo dados de 2004 de certo modo não podem ser comparados com os demais anos (FERREIRA ET. AL, 2006).

Segundo Silva (1997) estes dados têm contribuído para o rompimento da ideia que o espaço rural se resume ao conjunto de atividades ligadas de certo modo à agricultura e a pecuária. E partir da caracterização desse ‘novo rural’, discussões são geradas junto com novas potencialidades de desenvolvimento.

Assim, dentro desse cenário de novo rural é necessário abordar qual era e é o real sentido do meio rural e como essa ideia surgiu. Para Silva (1997) analisando-se autores como Marx e Weber, pode-se perceber que a denominação de uma área rural ou urbana relacionava-se ao conflito entre duas realidades sociais distintas em função do progresso das forças capitalistas que minavam a ordem feudal, ou seja, a denominação rural-urbano procurava representar as classes sociais que contribuíram para o capitalismo ou que tinha ideias opostas na Europa do século XVII e não pelo espaço geográfico apenas. È neste momento que o urbano “passou a ser identificado como o ‘novo’, como o ‘progresso’ capitalista das fábricas; e os rurais - ou a ‘classe dos proprietários rurais’, com o ‘velho’ (ou seja, a velha ordem social vigente) e com o ‘atraso’ no sentido de que procuravam impedir o progresso das forças sociais. (...)” (p. 02). O autor aponta ainda, que a caracterização do rural como atrasado, servia como uma justificativa para as propostas intervencionistas ‘de fora’, como programas de assistência técnica e extensão rural.

Mesmo com toda a evolução no conceito de rural, o espaço ainda é considerado como não urbano ou não metropolitano somente. Todavia, é necessário afirmar que as novas possibilidades desse meio rural nos países desenvolvidos são devido a estes exibirem formas sociais e econômicas de organização paradigmática.

A conceituação do novo rural têm despontado grandes debates nos dias atuais, de forma que existem pelo menos três pontos chaves neste cenário: a) a mudança rural é multidimensional, não podendo ser analisada apenas sobre as óticas econômica, social ou relacionada ao ponto de vista estrito da produção; b) deve-se incorporar também a esfera da

circulação como parte das novidades do meio, mais precisamente, o capital financeiro; c) há um novo significado sobre o que seria “*commodotization*” nas áreas rurais, ou seja, nos dias atuais é crescente o número de atividades orientadas para o consumo, como lazer e turismo. (MENÉNDEZ, 1985 apud SILVA, 1997).

O novo rural tem incorporado características relacionadas ao lazer e o ludismo, que para Schneider e Fialho (2000) tem contribuído para a redefinição de percepções simbólicas da população extraídas do âmbito urbano. De forma, que os fatores que estariam relacionados à essa transformação seriam: o aumento do tempo livre proporcionado pela evolução tecnológica de várias áreas; a melhorias de vias de acessos e comunicação entre os centros urbanos e o meio rural, proporcionando uma redução no tempo de deslocamento; o crescimento das residências secundárias, sítios de lazer e condomínios fechados em áreas rurais, devido à qualidade de vida e maior segurança em relação aos grandes centros urbanos; a fuga do estresse e do alto custo de vida das cidades decorrentes do crescimento intenso e desordenado das cidades; e a busca de uma parcela crescente da população em busca do exótico, um contato maior com a natureza e áreas mais isoladas.

Para Silva (1997) existe um novo paradigma que veem operando principalmente nos países desenvolvidos, o *Part-time farmer*, ou seja, esse agente é um agricultor em tempo parcial, de forma que o mesmo não realiza somente atividades agropecuárias, como também outras não agrícolas dentro ou fora do seu estabelecimento, tais como, conservação da natureza, turismo ou outras formas de prestação de serviço. Esse fenômeno sintetiza a pluriatividade da combinação de atividades agrícolas como não agrícolas.

Vários fatores podem estar relacionados ao crescimento dessa nova tendência no meio rural dos países desenvolvidos, conforme citado acima, como e principalmente a crescente semelhança de técnicas de organização e contratação de trabalho das atividades no campo com as da indústria; a própria volta ou implantação da indústria para o campo, a melhoria no sistema de comunicação e transporte, além do surgimento de novas formas de trabalho a domicílio (SILVA, 1997). Neste sentido, para o autor supracitado (p. 04), essa pluriatividade pode ser caracterizada através de dois princípios:

a) através de um mercado de trabalho relativamente indiferenciado, que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústrias, têxtil, vidro, bebidas, etc); b) através da combinação de atividades tipicamente urbanas do setor terciário com o “management” das atividades agropecuárias.

Sobre as ocupações não agrícolas, Silva (1993) ainda afirma que nos anos 60 e 70 um grande contingente de trabalhadores rurais se deslocou para as periferias das cidades, fazendo com que grande parte da força de trabalho nas fazendas se urbanizasse. Todavia, nos anos 80 ocorreu o contrário, esse fluxo de deslocamento foi reduzido e ocorreu uma verdadeira urbanização no campo devido à emergência de ocupações não agrícolas nestes locais.

Outros fatores intensamente influentes na emergência de atividades não agrícolas no meio rural estão relacionados aos seguintes aspectos: o próprio processo de urbanização do campo, devido a saída das pessoas da área urbana; a crise comercial do setor agrícola na década de 90; e a alta taxa de ociosidade tecnológica e o subemprego existente na estrutura agrária do Brasil (SILVA; DEL GROSSI, 1999). Para os mesmos autores, o crescimento de atividades não agrícolas no meio rural brasileiro decorre da crise do setor agrícola, principalmente devido à abertura comercial em 1990. É neste período onde o setor agrícola é exposto ao

(...) desmantelamento dos instrumentos de política agrícola (garantia de preços mínimos, estoques reguladores, redução do crédito agropecuário) juntamente com a significativa queda nos recursos públicos destinados para a agricultura

(infraestrutura), pesquisa agropecuária, assistência técnica teve impacto decisivo sobre as condições de atuação do setor agrícola. (CONCEIÇÃO; CONCEIÇÃO, 2014, p. 03)

Entre outros fatos, tais como:

(...) a abertura comercial (que expôs o setor agrícola à competição com produtos importados altamente subsidiados); a integração econômica (Mercosul), que resultou no aumento das importações de produtos dos países vizinhos; a taxa de câmbio sobrevalorizada que tornou os produtos importados ainda mais competitivos além de penalizar as exportações dos produtos agropecuários; a sensível desvalorização do preço da terra (CONCEIÇÃO; CONCEIÇÃO, 2014, p. 03).

Para Laurenti e Del Grossi (2000) no processo de emergência de atividades não agrícolas no meio rural, destaca-se a homogeneização na estrutura ocupacional entre a agricultura e a indústria manufatureira. De forma, que alguns fatos, antes relacionado à indústria, passam a ser característicos na agricultura, tais como: desemprego de boa parte da população economicamente ativa, pessoas trabalhando por conta própria, aumento na totalidade de pessoas de se dedicam a uma atividade econômica, sazonalidade do emprego (muito observado no setor turístico, devido a sazonalidade existente no setor), precarização das relações de trabalho e a múltipla inserção das pessoas na divisão do trabalho.

Somado a isto, para Laurent e Del Grossi (2000) analisando Weller (1997) existem algumas atividades econômicas que tem ajudado no crescimento de ocupações não agrícolas no meio rural, tais como:

a) Atividades econômicas diretamente derivadas da produção de bens e serviços agropecuários ou, indiretamente, de sua comercialização, transformação e transporte, bem como do consumo de insumos não agrícolas utilizados nesses últimos processos; b) Atividades derivadas do consumo final da população rural. Estes incluem a produção de bens e serviços não agropecuários sediados tanto na zona rural como na urbana e os serviços auxiliares a eles relacionados (transporte, comércio varejista etc.); c) Atividades associadas ao excedente de mão de obra disponível no setor camponês que denominou de “setor de refúgio”. Inclui tanto o trabalho efetuado no recinto do estabelecimento agrícola, como o trabalho complementar, assalariado e estacional dos membros familiares com ocupações remuneradas e situadas fora de suas unidades produtivas, agrícolas ou não; d) Atividades vinculadas à demanda final não agrícola da população urbana. Envolve o artesanato, o turismo rural etc., que são constituídos por bens e serviços não agrícolas que podem ser elaborados internamente nos estabelecimentos agrícolas; e) Serviços públicos nas zonas rurais.

Para os autores a agricultura e a pecuária não foram os únicos setores atingidos com a diminuição da população economicamente ativa, já que o setor industrial também tem sofrido com essas reduções, impactando o setor terciário, cujas taxas de crescimento podem ser vistas. Para os autores, a redução da mão de obra industrial é um fenômeno mundial, que pode ter sido influenciado devido a difusão de inovações técnicas e organizacionais que iniciam um novo paradigma técnico-industrial. No Brasil esse processo se torna mais complicado, visto que o país não conseguiu atingir o volume de empregos industriais como nos países desenvolvidos. Para Pochmann (1998) essa dinâmica faz com que aumente a mão de obra qualificada procurando emprego e o aumento de ocupações informais ou de baixa remuneração ou ainda o crescimento do setor terciário. Como consequência do aumento da mão de obra qualificada sem emprego nas cidades, a capacidade de absorção de mão de obra do meio rural é reduzida, devido muitas vezes à falta de qualificação.

Dessa maneira, esse processo contribuiu para o lento crescimento da população rural, já que uma parcela dos trabalhadores saiu das atividades agrícolas, mas continuaram com

moradia no meio rural. Assim, o crescimento de atividades não agrícolas no meio rural tem ajudado na inserção dessas pessoas em novas ocupações. Contudo, o fato que uma pessoa possua moradia no meio rural, não significa que está pessoa tenha ocupação necessariamente no mesmo local. Ou seja, o indivíduo pode morar no meio rural, mas pode exercer sua função nas cidades circunvizinhas. A partir desse fato observa-se uma função não agrícola para essas áreas seja através da implantação de residências tanto para o segmento de classes urbanas de média e alta renda em busca de melhores condições de vida e lazer, que podem ser exemplificados através da construção de condomínios fechados, casas de campo, chácaras de fim de semana, entre outros ou para famílias de baixa renda que constroem suas residências no meio rural, devido a legislação habitacional ser menos restritiva que nos grandes centros urbanos (LAURENT; DEL GROSSI, 2000).

Para os autores supracitados, o contingente de pessoas ocupadas em setores agrícolas no meio rural tem sido transformado por pessoas que ocupam atividades não agrícolas, tal como se tem reduzido o número de pessoas que tem na agropecuária sua principal ocupação. Esse fato pode ser constatado já que em 1981 a participação relativa de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas situava-se em torno de 22,2%, já em 1997 esse número aumentou para 28,9%. De forma, que o setor que tem absorvido mais esse contingente de pessoas no meio rural brasileiro é o emprego doméstico no ramo da prestação de serviço. No período de 1981-1992 o setor incorporou 378 mil pessoas, já em 1997 esse número aumentou para 680 mil pessoas empregada na atividade (LAURENT; DEL GROSSI, 2000).

O segundo setor que incorporou mais pessoas foi a Construção Civil, seguido pelo setor de Estabelecimentos de Ensino Público, que em 1997 incorporou 347 mil pessoas. Em termos gerais, como exceção do setor de construção civil, alfaiataria, transporte de cargas e indústria de madeiras, os demais setores cresceram no período da década de 80, de forma, que o setor de emprego doméstico emergiu de forma mais acelerada que os outros, destacando-se o setor de restaurantes, setor que está diretamente associado ao setor turístico, já que este é um produto da atividade (LAURENT; DEL GROSSI, 2000).

Como consequência da pluriatividade do campo outros fenômenos que podem ocorrer no mundo rural dos países desenvolvidos, tais como: fim das unidades produtivas em função devido à possibilidade de contratação externa; especialização da produção, apresentando novos nichos como mudas e insumos; formação de redes; crescimento de emprego qualificado com características de empregos tipicamente urbanos relacionados à atividades não agrícolas; melhoria de infraestrutura social e de lazer. Já nos países subdesenvolvidos também se pode observar alguns aspectos do fenômeno *part-time-farm*, conforme citado acima, por mais que não seja tão visível como nos países desenvolvidos. Em primeiro lugar, as principais atividades não agrícolas crescentes no meio rural brasileiro estão relacionadas às industriais (agroindustriais). Em segundo lugar destaca-se a evolução da urbanização do meio rural junto com a preservação do ambiente. Por fim, em último lugar as atividades que não são agrícolas e vem crescendo no meio rural, tais como o aumento no número dos sítios de recreio (SILVA, 1997). Para o mesmo autor, sítios de recreio pode ser consideradas pequenas áreas de terra destinadas ao lazer da classe média, geralmente inferiores a 2 hectares, que estão localizadas nas periferias dos grandes centros urbanos, na orla marítima e áreas próximas a rios, lagos, represas ou reservas e um bom acesso, através de rodovias asfaltada do país.

Destaca-se ainda, que o fenômeno *part-time-farm* alcançou objetivo sempre almejado mas nunca alcançado através da famílias rurais a nível das urbanas. Neste sentido, Baptista (1994) afirma que o fenômeno da pluratividade no meio rural tem influenciado bastante as famílias rurais, que tem dificuldades de sobreviver apenas da produção agropecuária voltada para o mercado, fato que vem ocorrendo desde 1970, quando houve uma queda nos preços das commodities, que se acentuou na década de 90 com a abertura dos mercados para a

competição internacional. Além das reformas das políticas agrícolas dos países desenvolvidos e desmontes das políticas nos países em desenvolvimento.

Diante todos estes fatos, de acordo com Silva (1997) o espaço rural não pode ser mais considerado apenas como um lugar produtor de mercadorias agrícolas e com disponibilidade de mão de obra não qualificada. Atualmente nasce um novo cenário, marcado pela existência de lazer e turismo e outras atividades no meio rural que apresentou novas funções como a possibilidade de lazer para visitantes e para a própria família; moradia e o crescimento de condomínios rurais fechados para classe média alta; preservação e conservação de fragmentos florestais, destacando-se a criação de Parques e outras Unidades de Conservação; e a criação de novos postos de trabalho de empregos tipicamente rurais. Já para Laurenti e Del Grossi (2000) os setores não agrícolas representam diversas dinâmicas econômicas, destacando-se conforme citado por Silva anteriormente, a construção de novas moradias, como chácaras e sítios de lazer, e o surgimento de novos postos de trabalho principalmente no setor do emprego doméstico, na construção civil e nos estabelecimentos de ensino público, atividades estas que se assemelham muito com os padrões urbanos, especialmente nos ramos do comércio e distribuição de mercadorias.

É necessário afirmar ainda, que a pluriatividade de atividades não agrícolas pode ter surgido devido a remuneração insuficiente em atividades agropecuárias. De acordo com Laurent e Del Grossi (2000), nos anos 2000 o Brasil ainda dependia de uma elevada participação das atividades agrícolas para o balanço da economia, devido ao caráter tardio da industrialização no país, principalmente na agroindustrialização cujo surto iniciou-se na década de 60. Embora elevada o número de mão de obra em ocupações agrícolas, a sua participação encontra-se aquém da contribuição das atividades não agrícolas.

Por outro lado, é importante salientar ainda, que muitos empregos relacionados ao turismo também oferecem remuneração baixa. Para Reardon e Berdegú (1999) apesar da importância da generalização das rendas rurais não agrícolas, algumas formas de ocupações que poderiam ajudar na renda de famílias rurais mais pobres não são adequadamente distribuídas. As famílias rurais mais pobres geralmente não tem acesso a oportunidades por não possuírem educação e formação profissional, por exemplo, para serem inseridas em postos de trabalho com maiores remunerações, como é o próprio caso do turismo, que frequentemente necessita de mão de obra qualificada, como a fluência de línguas, por exemplo. Como consequência estas famílias ficam sujeitas ao trabalho em ocupações semelhante às atividades agrícolas, com baixa remuneração, instabilidade no emprego (principalmente quando se relaciona o fenômeno da sazonalidade do mercado turístico e a contratação de *free-lancers*) e reduzido potencial de crescimento profissional. Um grande exemplo relacionado ao emprego na área do turismo e lazer é a qualificação, conforme citado anteriormente, de forma que quando uma pessoa se qualifica na área, devido á baixa remuneração de algumas ocupações, o individuo vai a busca de melhor remuneração na cidade. Isso ocorre com alguns estudantes de turismo da região do Vale do Café. Sobre o assunto a tabela 02, analisa no período de 2009, 2010 e 2011 e aponta que o nível de escolaridade vem crescendo no meio rural, principalmente das crianças de 4 a 7 anos. Sendo notável que são poucas pessoas que possuem mais de 15 anos de estudo e continua empregado na semana de referência da pesquisa.

Tabela 02: Habitantes de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade na semana de referência e anos de estudo (Rural)

Mil Habitantes- Rural					
Condição de Atividade	Grupos de anos de estudo	Ano/2012	2011	2009	
Economicamente Ativa	Sem instrução ou menos de 1 ano	2.617	3.321	3.363	
	1 a 3 anos	2.772	2.561	3.303	
	4 a 7 anos	4.873	4.719	5.538	
	8 a 10 anos	2.251	2.176	2.180	
	11 a 14 anos	2.335	2.085	2.278	
	15 ou mais	320	295	321	
	Não determinados e sem declaração	-	-	-	
	Sem instrução ou menos de 1 ano	1.973	2.175	1.848	
	1 a 3 anos	2.193	2.063	2.272	
	4 a 7 anos	3.427	3.100	3.131	
	8 a 10 anos	1.305	1.220	1.068	
	11 a 14 anos	688	583	518	
	15 ou mais	40	51	42	
	Não economicamente ativa	Não determinados e sem declaração	-	-	-

Fonte: PNAD-IBGE⁴, 2014.

Já em relação à naturalidade das pessoas que trabalham no campo, as quais foram analisadas algumas respostas dos entrevistados no capítulo 04, dados apontam que os cargos que necessitam de maior qualificação, ficam retidos com pessoas de fora do município. Dessa forma, observando a tabela 03, retirada dos dados do PNAD-IBGE, tem-se diminuição o número de pessoas naturais e não naturais nos anos de 2009, 2011 e 2012. Ou seja, pode concluir que em meio ao aumento de ocupações não agrícolas nas áreas rurais e talvez novas moradias para as classes sociais que fogem da correria da cidade, reduziu-se o número de pessoas ocupadas naturais e não naturais nos anos descritos.

Tabela 03: Habitantes de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por situação e naturalidade em relação ao município de Barra do Piraí

Brasil			
Situação do domicílio = Rural			
Naturalidade em relação ao município	2009	2011	2012
Naturais	10.343	9.410	9.429
Não naturais	6.136	5.392	5.344

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2014.

Reardon e Berdegú (1999) demonstram uma grande preocupação na ideia que as atividades não agrícolas podem causar a desconcentração de renda, que é baseada em três fatores: a renda ocasionada nas ocupações não agrícolas pode ser grande o suficiente para influenciar na distribuição de renda; a renda gerada por estas atividades é distribuída desigualmente; e a distribuição de renda das atividades não agrícolas favorecem os mais pobres. Os autores confrontam essa ideia de que o crescimento de atividades não agrícolas no

⁴ Os dados desta tabela foram reponderados pela revisão 2008 das projeções populacionais, incluindo a tendência 2000-2010 (IBGE,2014).

meio rural pode ajudar na distribuição de renda, apontando que existem casos em que há incapacidade de pessoas de baixa renda em superar barreira à entrada destas atividades devido à falta de capital, investimento, infraestrutura e educação, o que tende a aumentar a desigualdade no meio.

E é partir desse momento no mundo rural brasileiro, que muitos estudiosos insistem na conceituação de desenvolvimento rural, através de atividades que impulsionem atividades que gerem aumento na renda de residentes deste meio e conseqüentemente o aumento na sua qualidade de vida.

CAPÍTULO II: O VALE DO CAFÉ FLUMINENSE

2.1 Formação socioeconômica da sociedade do Café

Após o fim do Ciclo do Ouro, o Brasil ainda era considerado exclusivamente agrícola, necessitando assim de um novo fator capaz de reerguer as finanças. De forma que este fator deveria ser poderoso para acelerar a evolução, até que outro componente econômico que viria ser a indústria viesse para completar a dupla fundamental na formação estrutural de uma nação: a agricultura e a indústria. Assim, esse novo fator seria o café, conhecido por muitos como ‘ouro verde’ (LAMEGO, 2006). É importante destacar o que Brasil no século XVIII baseava sua economia na extração e exportação do ouro e de pedras preciosas.

O país nesta época passava por crises financeiras, principalmente nos últimos anos de D. João no país, devido a gastos pela conquista e ocupação militar na Cisplatina. Assim, D. Pedro, Regente, herdou um país em grande crise e com o Banco do Brasil chegando á falência. D. Pedro e seus ministros, após a Independência, estiveram sempre administrando *déficits* orçamentários, entre outros problemas, como desvalorização da moeda e endividamento externo. Logo, fugindo da crise e da estagnação que assombrava algumas regiões, o Sudeste buscou no café, um meio para tentar tirar o país do retrocesso econômico que se encontrava (GOMES, 1976).

O café é original da Etiópia e difundiu-se pela Arábia, Egito e Turquia no século V, chegando à Veneza no século XVI. Todavia, a moda de beber o café foi iniciada pelo embaixador otomano Solimão Aga, em 1669 em Paris (MACHADO, 2000).

De acordo com Lamego (2006) o café chegou ao Brasil em 1727, trazido pelo grande desbravador da região amazônica, o sargento português, Francisco de Mello Palheta. De acordo com Gomes (1976) o militar trouxe as mudas da Guiana Francesa. No entanto, havia indícios que haviam outros cafeeiros plantados no país. As mudas foram inicialmente plantadas na capitania do Grão-Pará, depois a lavoura se estendeu para as capitanias do Maranhão, Pernambuco, Goiás, Mato Grosso e sertões do Piauí. No entanto, o cultivo foi um fracasso por causa das condições adversas, como fatores climáticos e geográficos, além da dificuldade de escoamento da produção. Por outro lado, segundo Machado (2000) o café foi bem sucedido inicialmente em Pará, chegando em Maranhão e em 1760 o café chega ao Rio de Janeiro, através João Alberto Castelo Branco. Assim, as plantações cobriam inicialmente a baixada fluminense, chegando ao Vale Paraíba no século XIX.

No entanto, a cultura de café foi a cultura que o Brasil mais investiu. Sua expansão ocorreu devido ao aumento do consumo na Europa Ocidental e, logo, após nos Estados Unidos. Assim, o café teve crescente valorização, beneficiando o país. Todavia, devido a esse fato, o país permaneceu com seu caráter primário de exportador fundamentado em uma monocultura, tornando o sistema econômico brasileiro dependente, e bastante vulnerável às oscilações do mercado externo (LAMEGO, 2006).

Em 1731, a exportação de café já era frequente nos portos brasileiros, mas em pequena quantidade ainda. Ao findar o século XVIII, o café já era cultivado no Rio de Janeiro, em hortas e jardins e em plantações maiores na serra da Tijuca e localidades adjacentes (GOMES, 1976). Foi através de D. João VI que a cultura do café expandiu-se pelo Sudeste. D. João VI trouxe de Moçambique mudas e sementes para doá-las a fazendeiros da proximidade da capital e membros da sua comitiva. Distribuiu também grandes terras em solo fluminense e mineiro, denominadas sesmarias.

Na primeira metade do século XIX os cafezais ganharam o vale do Rio Paraíba do Sul, estendendo pela província do Rio de Janeiro. Nesse sentido, a empreitada iniciou na região conhecida como Vale Paraíba, devido à sua situação geográfica e seu aspecto topográfico (LAMEGO, 2006). Isso devido à região possuir características ideais para o cultivo, tal como

(...) a latitude modificada pela atitude, imperando o clima semiárido continental em que a distribuição das chuvas se faz num ritmo regular, estão as terras vermelhas, a argila originária da desagregação e decomposição do complexo geológico brasileiro, áreas de húmus gordo, cuja fertilidade é denunciada pela vestimenta (LAMEGO, 2006, p. 57).

Logo depois, a cultura se expandiu para Zona da Mata mineira, o Sul do Espírito Santo e a região paulista de Guaratinguetá e Taubaté. A partir de 1850, o café atingiu o Centro-Norte de São Paulo e o Sul de Minas Gerais. E após 1890, a cultura foi implantada no oeste de São Paulo, onde o local era considerado mais favorável, devido o terreno ser pouco acidentado, a ‘terra roxa’ e o clima temperado úmido (GOMES, 1976).

Para chegar ao Vale Paraíba, os desbravadores passaram por diversos obstáculos, entre eles a subida perigosa e penosa da Serra do Mar, como também a mata existente, já que o Vale do Paraíba era coberto por mata primária (LAMEGO, 2006). É importante observar que no Alto e Médio Paraíba existiam antigos vilarejos surgidos ao longo dos caminhos de penetração. Todavia, com o rápido declínio da produção mineral e atraído pela fertilidade das terras da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, novos colonizadores migraram para iniciar a conquista dessa nossa fronteira agrícola. A região era cortada por trilhas que foram utilizadas para transporte de pedras preciosas na época do ouro. E foram através dessas trilhas que houve a penetração e o povoamento dos primeiros plantadores na região, até porque eram as únicas vias de transporte para abastecimento e escoamento das fazendas do Café, durante consideráveis anos do século XIX (LAMEGO, 2006).

Um fato que influenciou o surto do café foi a decadência da mineração. Foi entre 1821 e 1830 que as exportações tornaram-se significativas e a medida que a produção se expandia geograficamente, influenciava na economia brasileira. Em 1830, o café concorria com aproximadamente 20% do valor das exportações do país. Dez anos depois, esse valor ultrapassava 46%. Todavia, de 1850 a 1930, foram poucos os anos que valor caiu a menos de 50%, de forma que foi superior a 70% durante vários anos da década de 20. Assim, devido às exportações de café, o país conseguiu ultrapassar o período de 1820-1860 sem entrar em colapso econômico financeiro. Após este período as exportações de café mantiveram a balança comercial favorável vista altas importações necessárias à modernização (GOMES, 1976).

2.1.1. A produção cafeeira

Segundo Lamego (2006) a produção cafeeira era semelhante ao sistema das demais lavouras da colônia, voltada para o mercado externo, na propriedade monocultora, utilizando-se de mão de obra escrava e recursos técnicos rudimentares.

As terras foram doadas a antigos mineradores, negociantes de escravos, tropeiros, comerciantes, fidalgos e/ou pessoas que eram ligadas de alguma maneira à Corte, estabelecendo-se as sesmarias. Sesmarias eram terrenos incultos doados por Dom João VI, após sua chegada no Brasil. Essas terras tinham em média uma légua quadrada e eram doadas á súditos, que tinham obrigações como cultivar a terra e ajudar na abertura de novos caminhos de uso comum nas cercanias da fazenda. Essas terras às vezes poderiam ser doadas também como prêmio a nobres e cidadãos influentes, ligados ao Monarca. Esse sistema pendurou nas terras das zonas rurais do Brasil. Ou seja, desde o início da colonização a base da sociedade rural brasileira era marcada por posse de terra ou obtenção de sesmarias. De forma, que esse sistema mudou apenas em 1850, após a “Lei da Terra” que foi o primeiro instrumento legal para se estabelecer a compra e venda de propriedades no território brasileiro (LAMEGO, 2006).

Assim, muitos se tornavam barões em função dos serviços prestados à Corte. Todavia, deve se salientar que havia também os Viscondes, Condes, Marqueses e Duques. Estes

formaram a nova sociedade aristocrática brasileira, com grande influência política. De acordo com o autor supracitado, cerca de “um terço, dos quase mil títulos nobiliárquicos, cedidos no Brasil, por Dom João VI e pelos dois imperadores, ficou com pessoas da classe social ligadas ao café” (LAMEGO, 2006, p. 60).

Devido a hegemonia política dos barões de café e ao crescimento econômico, o café teve grande influência na construção de vias férreas, pela melhoria de portos e a necessidade de mão de obra (MACHADO, 2000).

Segundo Lamego (2006, p. 63) alguns fatores eram estudados para implantação de uma fazenda de café entre eles:

Quanto às conclusões de fertilidade do solo, não havia dificuldade: a roupagem que encobria a terra era seu índice seguro. Se a floresta aparentava um verde intenso, vista de longe, de algum espigão, mostrava-se azulada, a sua boa qualidade estava assegurada. Nela se encontraria o cedro, o jacarandá, o jequitibá, a canela. Nela a natureza seria prodigam nela o solo retribuiria com generosidade as mudas que plantassem ou a semente que se lhe enterrasse! Era o lugar indicado.

E ainda,

Era necessária na proximidade da sede da fazenda, a presença de um córrego de bom volume, com razoável queda d'água para mover o monjolo, o moinho de fubá, e futuramente mover o engenho de pilões, para o descascamento do café. Outra seria a facilidade para a construção do caminho da fazenda à estrada mais próxima. O terreno perto da casa teria ainda que apresentar a forma de um largo tabuleiro, onde houvesse espaço suficiente para, com largueza, conter, além da casa-grande, todas as edificações subsidiárias: paiol, tulhas, engenho, senzalas, currais, chiqueiros e, principalmente, os terreiros para secagem do café. (LAMEGO, 2006, p. 63)

Assim que estava pronto o ‘rancho’ dava início a derrubada de alguns alqueires de matas ao redor das construções, de acordo com o número de escravos que existia. Logo após a derrubada, separavam-se os melhores troncos para construção, e com os ramos secos e roçados, os escravos ateavam fogo em vários pontos (LAMEGO, 2006).

O cafezal era formado em pequenas covas, onde eram plantadas mudas e sementes. É importante observar que depois do café, também eram plantadas outras culturas como: arroz, mandioca, a cana e inhame (LAMEGO, 2006).

2.1.2. Os barões de café

Após a independência do Brasil, Dom Pedro I se deparou com alguns problemas como revoluções e revoltas. Um grande fato foi a da Província de Cisplatina, que havia sido incorporada ao Brasil na época de Dom João VI. Foi em 1825, que a Província iniciou a luta para emancipação, que somente aconteceu após três anos de batalha, que resultou na formação da República do Uruguai (LAMEGO, 2006).

Dessa forma, para combater os cisplatinos, Dom Pedro I obteve novo empréstimo com a Inglaterra, o que agravou a situação econômica do primeiro reinado. Outro episódio que impactou negativamente o reinado foram as negociações políticas que Dom Pedro I precisou tratar com Portugal. Nessas negociações, foi estabelecido que o Brasil teria que pagar a Portugal, um ressarcimento de dois milhões de libras esterlinas para indenizar o país pela perda da colônia. O fato é que essa quantia também foi emprestada pela a Inglaterra (LAMEGO, 2006).

Em meio a estes acontecimentos, os gastos do governo brasileiro deveriam ser financiados internamente. O que convergiu com o momento de exportação de safras de café.

Nesse sentido, foi nesta época que os fazendeiros do Vale do Café começaram a enriquecer e financiar o Estado e como consequência galgar importantes posições políticas, junto ao governo imperial. Dessa forma, eram os Barões do Café que influenciavam as decisões nacionais e formar uma nova corte brasileira (LAMEGO, 2006).

A década de 1840 já era considerada a segunda geração dos barões do café. Para Gomes (1976) a proximidade entre a capital e as regiões produtoras deu aos fazendeiros do café uma grande influência política. Assim, os fazendeiros do Vale Paraíba reuniram riqueza e títulos de nobreza, constituindo uma poderosa aristocracia política e econômica. Logo, depois da independência, os “senhores de engenho” eram substituídos pelos barões do café. De forma, que estes foram deixando de ficar por períodos mais prolongados em suas luxuosas casas na área urbana, para se instalar nas áreas rurais, trazendo para elas grande prosperidade. Todavia, é importante destacar ainda, que essa prosperidade pode ser questionada devido a tendência da produção de café de esgotar rapidamente o solo, além do problema de mão de obra escrava oriunda da extinção do tráfico negreiro e a pobreza de recursos técnicos.

De acordo com Lamego (2006) a região do Vale do Paraíba era considerada o centro da economia brasileira. Já o município de Vassouras era denominado a capital do café. Muitos diziam que o Brasil era o Vale. Com o progresso e o lucro da produção cafeeira, em torno dessas zonas surgiam unidades agrícolas, produtoras de gêneros alimentícios, e as vias de comércio. Foi neste tempo que aconteceu o apogeu da cafeicultura escravagista no Vale do Paraíba. É necessário destacar que este modelo era baseado na mão de obra escrava, provenientes da Luanda, Bengala, Rio Congo, Ilha de Moçambique, Camarões, Zaire e outras regiões da África (LAMEGO, 2008).

Um grande impacto negativo para a produção do café foi a sanção da lei que proibia a importação de escravos em 1850 (LAMEGO, 2008). O Fato pode ser considerado o início da derrocada dos barões do café. Isso porque o tráfico de pessoas era uma ocasião frequente nesta época, já que o negro era objeto de consumo. No entanto, mesmo sendo proibido o tráfico acontecia clandestinamente e “quanto mais arriscado o tráfico, mais rendoso se tornava o negócio” (LAMEGO, 2006, p. 93). Segundo o autor supracitado, na primeira metade do século XIX entraram no Brasil em média vinte mil escravos.

No Brasil, um fato marcante para o fim do tráfico negreiro internacional, foi a elaboração da Lei Euzébio de Queiroz. No entanto, o tráfico negreiro acabou oficialmente em 1852 (LAMEGO, 2006).

2.1.3. Declínio da produção de café

O declínio da produção de café no Vale Paraíba iniciou por volta de 1870. É importante ressaltar que muitos fazendeiros, principalmente do oeste paulista começaram a perceber que o trabalho livre com baixa remuneração era mais vantajoso e produtivo do que a mão de obra escrava (LAMEGO, 2013).

Segundo Gomes (1976) por volta de 1870, as lavouras formadas na primeira fase da expansão do café sofriam concorrência com as lavouras que eram implantadas no Centro-Norte de São Paulo e no Sul de Minas Gerais. De maneira, que a produção nestes locais sofriam outros moldes: a administração era montada em termos de uma empresa do sistema capitalista. Eram utilizadas máquinas e se ampliava o trabalho livre. Os fazendeiros visitavam os estabelecimentos somente nos dias de colheita, pois viajavam ao estrangeiro e viviam nas cidades, em busca de ideias modernas. Assim, dessas novas regiões, saíam notável parte do café brasileiro nos tempos finais do Império. Em 1969, o porto de Santos começava a ultrapassar ao Rio de Janeiro em movimento de exportações. Assim, em 1888, a produção de café de São Paulo representava 40% da produção do país (GOMES, 1976).

O ciclo do café contribuiu muito a devastação da mata local, o que é visível até os anos atuais em algumas localidades do Vale do Paraíba, principalmente no Sul Fluminense, região conhecida turisticamente como Vale do Café.

Segundo Lamego (2006) os cafezais se alastraram para toda a extensão do Vale do Paraíba. Uma nova etapa do Ciclo da Café surgiu com a mão de obra de imigrantes, que muitas vezes eram explorados, até o governo de Dom Pedro II iniciou o programa de subvencionamento pelo governo imperial, pagando as despesas da viagem e garantindo que o fazendeiro pagasse ao imigrante um salário fixo e mais a participação na colheita (LAMEGO, 2006).

De acordo com o mesmo autor, outra grande mudança não só para região como para o país foi evolução dos sistemas de transportes.

Em 1864 foi inaugurada a Ferrovia Rio-Barra do Pirai, fazendo-se assim, a melhoria do escoamento do café produzido no Médio Paraíba. Esta mesma ferrovia denominada Dom Pedro II, nos próximos anos estenderia suas linhas para o sul encontrando os trilhos que, provenientes da capital da província de São Paulo, atravessariam a região do Alto Paraíba (LAMEGO, 2006, p. 149).

Gomes (1976) salienta na segunda fase da expansão cafeeira foi marcada pela construção de estradas de ferro, cujo foram implantadas a partir de 1852 e percorriam 9.583 km, servindo cerca de 16 províncias imperiais no período da Proclamação da República. De forma, que aproximadamente 1.239 km dessas estradas estavam localizadas no estado de São Paulo.

A cultura do café no Vale Paraíba entrava em decadência e em 1883 a produção do planalto de São Paulo suplantava a do Vale Paraíba. Destaca-se ainda, que quanto mais tempo os barões do café se relacionavam com o passado, mais era difícil de acumular capital para repor escravos e investir em maquinários e engenhos, necessários para atrair novos colonos imigrantes. Outra importante razão para o declínio eram as características das terras da região, que estavam bastante devastadas (LAMEGO, 2006). Dessa forma, “quando houve a abolição, a maioria das terras do Vale já se encontrava em exaustão, com cafezais envelhecidos ou abandonados” (LAMEGO, 2006, p. 156).

Nos anos seguintes à Proclamação da República iniciou-se a terceira e última fase da expansão do café pelo Sudeste, destacando-se o Oeste paulista e o Triângulo Mineiro. Assim, São Paulo duplicou a produção nacional nos dois primeiros decênios republicanos. Já a cultura fluminense chegava ao declínio devido ao fim de escravidão (GOMES, 1976).

Em 1888 foi sancionada a Lei Áurea que declarava extinta a partir daquela data a escravidão no Brasil. Nesse sentido, com a abolição a ‘sociedade do café’ deteriorou-se. Boa parte dos proprietários de fazendas hipotecou seus bens dando espaço a novos emergentes, e já no ano seguinte foi proclamada a República (LAMEGO, 2006).

Todavia o fim do período pode ser exemplificado com o preço do café em alta e a baixa produtividade de mão de obra utilizada, que fez com que a maioria das plantações começasse a ser definitivamente abandonadas dando espaço para a pecuária (LAMEGO, 2006).

Mesmo com o fim do ciclo do Café no Vale Paraíba e com as consequências negativas como a destruição de um grande patrimônio natural ocasionada pelo ciclo, foi nesta região que se concentrou a vida social, política, econômica e financeira do Brasil Império (LAMEGO, 2006).

Neste sentido, todo esse histórico deixou um importante legado para a região Vale do Café, fatos importantes para incremento do turismo histórico cultural. Atualmente alguns empreendimentos turísticos utilizam desses atrativos juntando ou não à outros relacionados ao

meio rural para o desenvolvimento do turismo. Observa-se ainda que algumas fazendas ainda produzem café, mesmo que não seja na mesma proporção do passado.

2.2. O município de Barra do Piraí

Barra do Piraí integra a região intitulada Vale do Café Fluminense através do Programa de Regionalização do Turismo (Ministério do Turismo) ou Médio Paraíba Sul Fluminense (vide figura 01) com área de 575,42 km², ou seja, 9,4% do total de área do Médio Paraíba (IBGE, 2014).

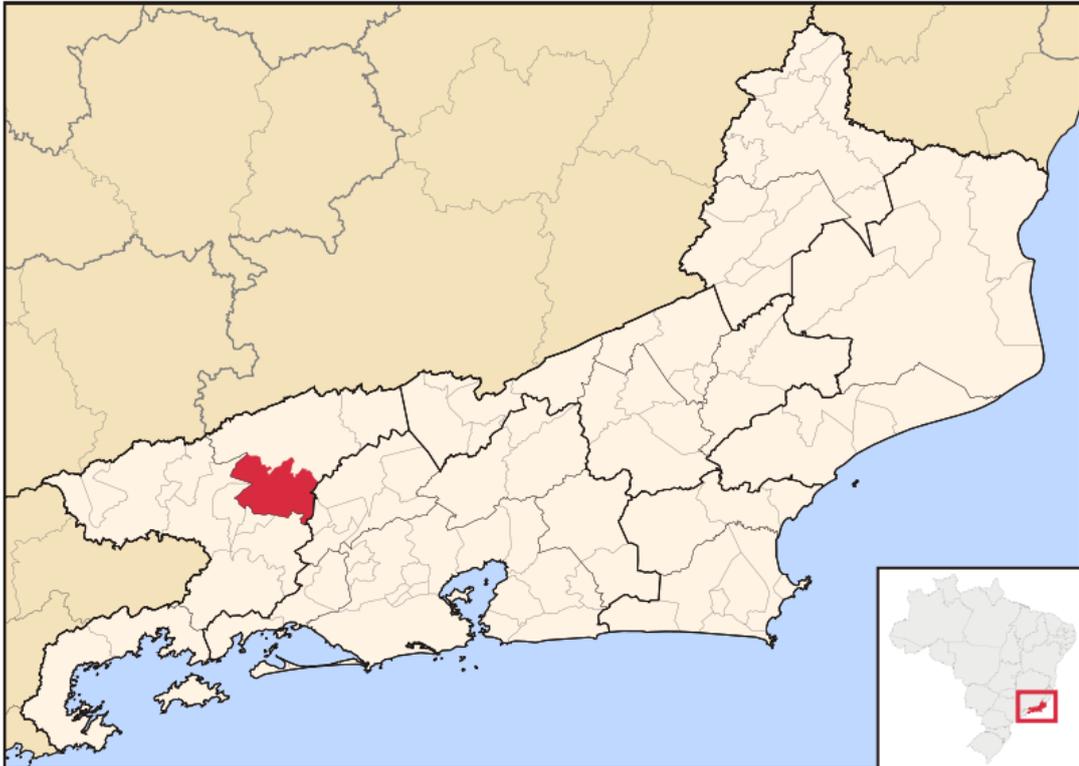


Figura 01: Localização município de Barra do Piraí
Fonte: Raphael Lorenzeto de Abreu, 2014.

O município faz limite com outros, tais como: Mendes, Vassouras, Pinheiral, Volta Redonda, Barra Mansa, Piraí e Valença e devido ao seu importante centro comercial, atrai grande fluxos de compradores dos municípios limítrofes citados e dos distritos municipais. Assim, Barra do Piraí é dividida em 06 distritos, dentre eles: Barra do Piraí (sede), Ipiabas, Vargem Alegre, Dorândia, São José do Turco e Califórnia da Barra, conforme mapa da cidade discriminado na figura 02 abaixo.



Figura 02: Mapa de Barra do Piraí
 Fonte: Agenciario.com (2014)

Segundo o IBGE (2014) o município é cortado pelos rios Paraíba do Sul e Piraí, logo o nome da cidade se intitulou Barra (foz) do Piraí devido a formação da foz do rio Piraí que deságua no rio Paraíba do Sul. Já a origem da cidade se deu na metade do século XIX com a formação de dois povoados, o São Benedito e Sant’Ana. A cidade começou a se desenvolver com a chegada da estrada de Ferro Dom Pedro I (logo mais tarde nomeada Central do Brasil) em 1864. Com a chegada do regime republicano foi emancipada e é considerada a primeira cidade emancipada do regime.

Já segundo a Prefeitura Municipal de Barra do Piraí (2014) o povoamento da cidade foi através da doação de sesmarias em 1761 e 1765 a Antonio Pinto de Miranda e Francisco Pernes Lisboa. Estes foram os primeiros colonizadores e senhores de escravos da área, cujo dedicação era à agricultura. Em 1853, estas sesmarias se interligaram por uma ponte construída pelo comendador Gonçalves Moraes. Nas proximidades deste local, foi edificado o Hotel Piraí e logo após, novas edificações. Neste momento, os comendadores João Pereira da Silva e José Pereira de Faro (Barão do Rio Bonito) estabeleciam o povoado de Santana. De forma que com o desenvolvimento de relações e do local, inaugurou-se uma estação da Estrada de Ferro Dom Pedro I, logo depois denominada Estrada de Ferro Central do Brasil, em 1864. Hoje a estação de trem⁵ foi desativada para transportes de pessoas devido à incidência de acidentes, sendo parte da linha ferroviária utilizada pela empresa MRS Logística para transporte de cargas, ligando Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Barra do Piraí era coberta de Mata Atlântica, todavia com o início do Ciclo do Café, conforme salientado anteriormente, houve uma grande devastação dessa mata. Contudo, mesmo com o desenvolvimento de outras atividades, entre elas a agropecuária (IBGE, 2014),

⁵ Segundo a Prefeitura Municipal de Barra do Piraí (2014) até 1996, operava-se a linha denominada ‘Barrinha’ que ligava o município de Japeri e Barra do Piraí, passando pelas estações: Mário Belo, Engenheiro Gurgel, Palmeira da Serra, Paulo de Frontin, Humberto Antunes, Martins Costa, Morsing e Santana da Barra.

na cidade existem alguns fragmentos florestais de mata secundária, uns dentro das fazendas, através de principalmente áreas de reserva legal, além de alguns bairros da cidade fazer parte da Zona de Amortecimento do Parque Estadual da Serra da Concórdia (em Valença, criado em 2002), exercendo forte influência em relação conservação e regras ambientais.

As principais atividades econômicas que podem ser vista são: a agricultura (café, milho, banana, entre outros); a pecuária (com criação de bovinos, suínos, equinos, por exemplo), a indústria e o comércio, que segundo o Presidente da Associação Comercial do município, a cidade recebe compradores de diversos municípios vizinhos, como Valença, Mendes, Vassouras, Piraí, Pinheiral, podendo ser considerada um grande polo comercial da região. Outra atividade de importância na cidade e que vem crescendo em Barra do Piraí é o turismo. De forma que o turismo histórico cultural pode ser considerado uma grande oportunidade em conjunto com o turismo rural, como será visto nos próximos capítulos.

Com população total de 94.778 (IBGE, 2014-Censo 2010), o município possui Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) considerado médio (0,733), que vem crescendo ao longo do ano. De acordo com o Censo de 1991, o IDHM era de 0,541. Enquanto, em 2000 o indicador expressava 0,626. Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,168), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,129), seguida por Renda e por Longevidade. O IDH permite medir o desenvolvimento de uma população além da dimensão econômica. É calculado com base na: renda familiar per capita (soma dos rendimentos divididos pelo número de habitantes); expectativa de vida dos moradores (esperança de vida ao nascer); taxa de alfabetização de maiores de 15 anos (número médio de anos de estudos da população local) (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO/ PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO-PNUD, 2014).

De acordo com o Censo de 2010, a população se distribuía da seguinte forma no território municipal: 4.424 residentes em Vargem Alegre, 866 residentes em São José do Turvo, 4.294 em Ipiabas, 2.541 em Dorândia, 12.664 residente em Califórnia da Barra e 69.989 no Distrito sede de Barra do Piraí. Segundo o Sindicato Rural são territórios rurais parte do Distrito Sede, Dorândia, Ipiabas, São José do Turvo, Vargem Alegre, cerca de 47 bairros e uma pequena área do Distrito da Califórnia. De forma que a densidade demográfica do município é de 163,7 habitantes por km². Quanto à população rural do município, em 2010, era estimada em 2.821 habitantes, ou seja, aproximadamente 3% do total de habitantes no município. Enquanto que em 2000 a população rural do município era maior, estimada em 3.687 habitantes de um total de 84.816 pessoas.

Ainda em relação ao zoneamento do município, de acordo com o Plano Diretor (2006) o município é composto pela Zona Urbana (ZUR- aquela que é constituída por um conjunto de territórios ocupados por usos urbanos delimitados por perímetros instituídos através de decretos municipais⁶), Zona Rural (ZRU- todo território do município com exceção das partes

⁶ De acordo com o Plano Diretor do município de 2006, os decretos que estabeleceram zonas urbanas foram: Decreto no 5 de 03/02/76, para o Distrito Sede (Revogado pela Lei Municipal nº 1347 de 23 de novembro de 2007); b) Decreto no 19 de 25/06/75, para o Distrito de Ipiabas (Revogado pela Lei Municipal nº 1350 de 23 de novembro de 2007); Decreto no 39-A de 22/08/75, para o Distrito de Vargem Alegre (Revogado pela Lei Municipal nº 1347 de 23 de novembro de 2007); Decreto no 40 de 22/08/75, para o Distrito de São José do Turvo (Revogado pela Lei Municipal nº 1351 de 23 de novembro de 2007); Decreto no 41 de 22/08/75, para o Distrito de Dorândia (Revogado pela Lei Municipal nº 1349 de 23 de novembro de 2007); Deliberação no 15 de 02/05/69 e Lei Estadual no 6460 de 28-0171 para o Distrito de São José do Turvo localidade de Califórnia da Barra (Revogado pela Lei Municipal nº 1348 de 23 de novembro de 2007).

que compreendem a zona urbana), e a Zona de Expansão Urbana (ZEU- é aquela compreendida como parte das áreas rurais, ao longo da Rodovia BR-393 e seu entorno para perímetro urbano do município e do distrito Sede até o complexo da Barra, passando por Dorândia e Vargem Alegre). É importante observar ainda, que de acordo com o documento, os limites dos perímetros urbanos foram alterados devido a presença de ocupações verificadas em campo, logo a instituição desses perímetros devem ser revistas.

Segundo o mesmo documento, a Zona Rural pode ser dividida em pelo menos três áreas, entre elas: ZRU1: é constituída pelo relevo mais tumultuado, com a Serra da Concórdia e a Serra do Ipiranga, área de proteção aos reservatórios do Sistema Santa Cecília e o trecho da zona situado a oeste da área urbana do Distrito Sede. Já a ZRU 2 é compreendida por toda a área do município situada à margem esquerda do rio Paraíba do Sul, com limite na cumeada da Serra das Minhocas, área urbana do Distrito de Ipiabas e a BPI-103 e a leste a RJ-145. Por fim, a ZRU 3 é constituída por toda a área no norte do município, limitada ao sul pela ZRU2 com ponto comum entre ela a cumeada da Serra das Minhocas e BPI-103, onde podem ser observada a potencialidade para atividades como turismo, recreação, venda de produtos artesanais, entre outras. A figura 03 abaixo apresenta o mapa do macrozoneamento de Barra do Pirai, onde apresentam quais seriam as localidades rurais e urbanas do município. É importante observar que de acordo com os endereços e a pesquisa de campo nos empreendimentos, constatou-se que a maioria dos meios de hospedagem se encontra em áreas rurais.

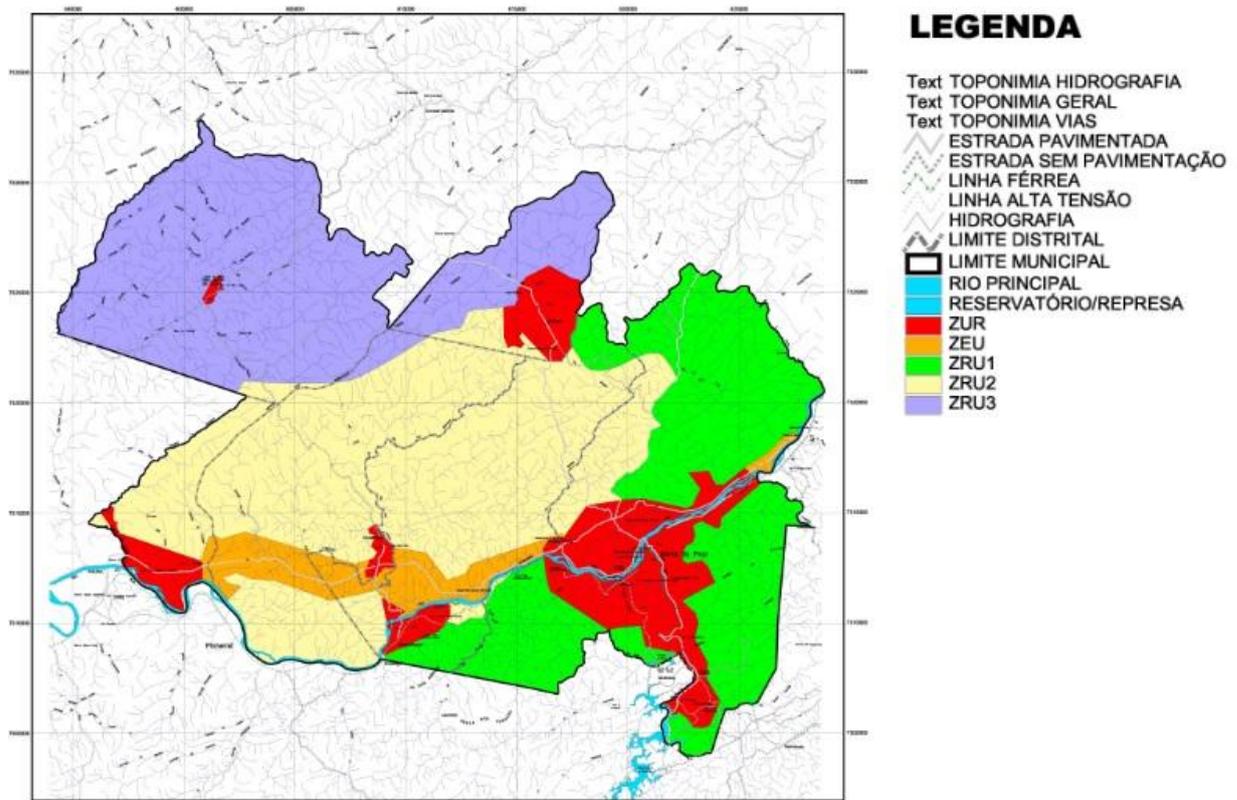


Figura 03: Macrozoneamento de Barra do Pirai
 Fonte: Plano Diretor Barra do Pirai, 2006.

Em 2010, foram contabilizados 30.758 domicílios particulares permanentes, de forma que 29.854 domicílios eram em áreas urbanas e 888 em áreas rurais (IBGE 2014, CENSO 2010). De acordo com a instituição, dos domicílios permanentes rurais: 1,6% tinham um tipo de saneamento adequado, 21,9% era considerado inadequado e 76,5% semiadequado. Já em relação à posse de alguma linha telefônica, seja móvel ou fixa, 618 domicílios permanentes rurais possuíam telefone celular, enquanto 183 domicílios possuíam telefone fixo. Assim, aproximadamente 21% dos domicílios rurais possuíam em 2010, telefone fixo. Esses dados estão relacionados à qualidade de vida nas áreas rurais, que mostram que as condições de vida das comunidades rurais no município ainda não são ideais.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) através do Atlas de Desenvolvimento Humano (2014), a média de anos de estudos no município como um todo em 2010 foi de 9,15 anos, enquanto que em 2000 era de 8,73 anos e em 1991, 8,7 anos. Média semelhante à do estado do Rio de Janeiro, que em 2010 foi de 9,17 anos. Ou seja, a média de anos de estudo aumentou, chegando próximo à média estadual. Observa-se ainda, que este indicador mede os anos de estudo de um indivíduo desde criança até a finalização dos estudos escolares.

Ainda apresentando dados sobre educação, 2.326 residentes rurais são alfabetizados, ou seja, aproximadamente 82% da população rural. O que é um dado satisfatório. Outra informação relevante é a proporção de pessoas de 6 a 14 anos de idade que frequentavam a escola no período da pesquisa, que foi de 98,65% no município. Assim, a maioria das crianças e adolescentes, independente se os alunos estavam atrasados ou não, se encontravam na escola. Ainda no mesmo âmbito, 53,62% dos alunos de 6 a 14 anos de idade estavam frequentando o ensino fundamental na série correta para sua idade (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO-PNUD, 2014).

Com relação às famílias, em 2010 foram contabilizadas 27.840 residentes no meio urbano e 787 famílias residentes no meio rural. Já em relação as “famílias conviventes residentes em domicílios particulares rurais por classe de rendimento mensal per capita” foram contabilizadas 86 famílias, com o seguinte perfil (tabela 04).

Tabela 04: Rendimento mensal per capita de famílias conviventes residentes em domicílios particulares rurais

Total	86 famílias
Renda de até 1/4 salário mínimo	03 famílias
Renda de mais de 1 ou 2 salários mínimos	0 famílias
Renda de + de 1/2 a 1 salário mínimo	36 famílias
Renda de 1/4 a 1/2 salário mínimo	38 famílias
Sem rendimento	09 famílias

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Dessa forma, observa-se que muitas famílias rurais possui um baixo rendimento, de modo que existem famílias que não tem rendimento nenhum. Sobre rendimento, de acordo com o Censo 2010 (IBGE, 2014) o valor da renda nominal mensal per capita dos domicílios particulares permanentes rurais era de R\$530,11. Enquanto a média geral do município era de R\$835,16 e a média urbana de R\$844,23. O que indica que a renda das famílias rurais fica bem aquém das famílias urbanas.

Assim, sobre as famílias rurais é importante identificar, que no Censo 2010 (IBGE, 2014), foram contabilizadas 787 famílias residentes em domicílio particular, caracterizadas pelo seguinte número de componentes (tabela 05):

Tabela 05: Número de componentes das famílias rurais em domicílio particular em Barra do Piráí

Componentes	Famílias
Mais de 5 pessoas na família	59
5 pessoas na família	83
4 pessoas	171
3 pessoas	205
2 pessoas	269

Fonte: Censo 2010- IBGE, 2014.

Observa-se assim, que o perfil da maior parte das famílias rurais é composto por 02 componentes apenas. Pelo âmbito do rendimento médio da população, observa-se que o valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou + de idade, com renda economicamente ativa é de R\$1.252,91 (IBGE, 2014).

E ainda, de acordo com O IBGE (Censo 2010) as ocupações no município podem ser caracterizadas de acordo a tabela 06 abaixo:

Tabela 06: Habitante de 10 anos ou mais de idade por ocupação na semana de referência em Barra do Piráí

Ocupação	Quantidade de Habitantes
Atividade do trabalho principal era administração pública, defesa e seguridade social	2.155
Atividade do trabalho principal era agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.594
Atividade do trabalho principal era água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	218
Atividade do trabalho principal era alojamento e alimentação	1.775
Atividade do trabalho principal era artes, cultura, esporte e recreação	339
Atividade do trabalho principal era atividades administrativas e serviços complementares	1.041
Atividade do trabalho principal era atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	299
Atividade do trabalho principal era atividades imobiliárias	117
Atividade do trabalho principal era atividades mal especificadas	1.919
Atividade do trabalho principal era atividades profissionais, científicas e técnicas	876
Atividade do trabalho principal era comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	7.829
Atividade do trabalho principal era construção	3.474
Atividade do trabalho principal era educação	2.903
Atividade do trabalho principal era eletricidade e gás	329
Atividade do trabalho principal era indústrias de transformação	6.603
Atividade do trabalho principal era indústrias extrativas	255
Atividade do trabalho principal era informação e comunicação	366
Atividade do trabalho principal era organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0

Atividade do trabalho principal era outras atividades de serviços	1.352
Atividade do trabalho principal era saúde humana e serviços sociais	1.491
Atividade do trabalho principal era serviços domésticos	3.766
Atividade do trabalho principal era transporte, armazenagem e correio	1.919

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Referente ainda às ocupações do trabalho, O Censo 2010 (IBGE, 2014) enfatiza através do indicador “Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupados na semana de referência com condição de contribuição para instituição previdenciária oficial em qualquer trabalho de contribuinte- rural” que 751 pessoas das pessoas rurais eram contribuintes, enquanto 498 pessoas não eram contribuintes. Isso pode estar relacionado a diversos fatores, entre eles, a possibilidade de empregos com carteiras não assinadas, entre outros. E ainda, 68,63% dos ocupados com 18 anos ou mais, em 2010, possuíam apenas o ensino fundamental completo, enquanto 47,40% dos ocupados com 18 anos ou mais possuíam grau de escolaridade, ensino médio completo e 12,54% dos ocupados com 18 anos ou mais possuíam nível superior completo (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO-PNUD, 2014). Dessa forma, observa-se que a maioria dos ocupados possui ensino fundamental completo, o que pode confirmar o porquê do rendimento baixo.

Dentro da mesma perspectiva, de acordo com o Censo 2010 (IBGE, 2014) foram contabilizadas 45.189 pessoas de 10 anos ou mais de idade economicamente ativas no município. Já sobre a taxa de ocupados, de acordo com a Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil 2013- PNUD (2014) cerca de 55,13% da população em 2010 estava ocupada, de forma que: 55,63% eram empregadas com carteira assinada (18 anos ou mais), 17,23% eram empregadas sem carteira assinada (18 anos ou mais), 5,61% eram trabalhadores do setor público (18 anos ou mais) e 21,73% eram trabalhadores por conta própria (18 anos ou mais). Logo, para o Censo 2010 (IBGE, 2014) havia um total de 4.565 pessoas de 10 anos ou mais que eram economicamente ativas, mas desocupadas, enquanto 40.623 pessoas eram consideradas economicamente ativas e ocupadas, além de 37.165 não serem economicamente ativas, totalizando aproximadamente 82.354.

Já em relação às áreas rurais, segundo o Censo 2010, existiam 1.325 endereços rurais em Barra do Piraí e 165 estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2014). O Censo Agropecuário 2006 sintetiza que o total da área dos estabelecimentos agropecuários, de acordo com a condição do produtor era de 21.484 hectares.

Sobre a produção agropecuária, de acordo o Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2014), as principais culturas por estabelecimento agropecuário são (tabela 07):

Tabela 07: Produção Agropecuária em Barra do Piraí

Cultura	Número estabelecimento agropecuários
Asininos	2 unidades
Aves	60 unidades
Bovinos	196 unidades
Bubalinos	1 unidade
Caprinos	8 unidades
Equinos	107 unidades
Muare	18 unidades
Outras aves	24 unidades
Suínos	31 unidades
Produtos de lavoura permanentes- Banana (+ de 50 pés existentes)	17 unidades
Produtos de lavoura permanentes - Café arábica em grão-verde (+ de 50 pés existentes em 31-12-2006)	2 unidades
Produtos lavoura temporária - Cana de açúcar	6 unidades
Produtos lavoura temporária- Milho em grão	5 unidades
Produtos lavoura temporária - Feijão em grão	1 unidade
Produtos de lavoura temporária- Mandioca (aipim, macaxeira)	6 unidades
Produtos de lavoura temporária- milho em grão	5 unidades

Fonte: Censo Agropecuário 2006- IBGE, 2014.

Por fim sobre a utilização das terras no município para o uso da agropecuária é importante apresentar a divisão através da tabela 08:

Tabela 08: Utilização de Terras nos estabelecimentos agropecuários em Barra do Piraí

Utilização de terras	Número de Estabelecimentos	Área Total
Construções, benfeitorias ou caminhos	182 unidades	844 hectares
Lavouras - área para cultivo de flores (inclusive hidroponia e plasticultura), viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação	1 unidade	Dado não disponível
Lavouras - área plantada com forrageiras para corte	82 unidades	2.138 hectares
Lavouras - permanentes	47 unidades	973 hectares

Lavouras - temporárias	29 unidades	127 hectares
Matas e/ou florestas - florestas plantadas com essências florestais	2 unidades	Dado não disponível ⁷
Matas e/ou florestas - naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	46 unidades	864 hectares
Matas e/ou florestas - naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	68 unidades	2.692 hectares
Pastagens - naturais	181 unidades	8.250 hectares
Pastagens - plantadas degradadas	11 unidades	153 hectares
Pastagens - plantadas em boas condições	56 unidades	3.034 hectares
Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestal também usada para lavouras e pastejo por animais	23 unidades	1.732 hectares
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	35 unidades	150 hectares
Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	9 unidades	86 hectares

Fonte: Censo Agropecuário 2006- IBGE, 2014.

Através da tabela acima, observa-se que muitas propriedades estão procurando normas formas do uso sustentável da terra, enquanto existe em um número menor de áreas degradadas. Esse fato é bastante relevante visto que a região é bastante degradada devido ao ciclo do café, a criação de bovinos entre outras culturas.

Assim, esses dados são de grande importância para análise junto com os indicadores qualitativos que serão vistos no último capítulo.

⁷ A expressão “dado não disponível” se referem a estatística do IBGE quando os dados tinham menos de 03 informantes, a fim de evitar individualização da informação.

CAPÍTULO III: TURISMO NO MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAI

Devido ao legado histórico cultural que a região do Vale do Café herdou do Ciclo da Café, uma das grandes potencialidades turísticas local são os patrimônios culturais, dentre outras atividades na área rural (o que será abordado no próximo capítulo). Neste sentido, antes do aprofundamento sobre o fenômeno turístico em Barra do Pirai, é fundamental entender conceitos relacionados ao turismo rural e histórico.

3.1 Turismo rural

È inevitável negar que o rural brasileiro sofre e têm sofrido diversas mudanças, seja no aumento da tecnologia na produção ou na mudança da atividade produtiva para outra que não seja propriamente agrícola, como os serviços, de forma que o turismo emerge com uma alternativa para a obtenção e complementação de renda. Segundo Roque e Vivan (1999) a exploração do turismo em espaço rural permite a introdução de novas alternativas de renda para o produtor, formando um novo perfil de proprietários de terras, que podem ser denominados empresários do setor rural. Estes proprietários podem ser considerados estrategistas e participam da procura por metodologias administrativas com o objetivo de criar programas e projetos originais para o meio. No entanto, é necessário observar a veracidade desses projetos, já que muitas vezes o turismo que é praticado nesses espaços, de rural só tem a área.

Neste sentido, em meio à discussão sobre o êxodo rural em busca de melhores condições de vida e o seu oposto, a vinda para o campo para fugir do caos da cidade, o turismo rural surge como uma alternativa econômica para os moradores do meio rural, além de introduzir o setor de serviços interno à propriedade rural (COLESANTI; COSTA, 2002). Assim o turismo rural pode ser considerado uma alternativa econômica para as famílias e proprietários rurais já que muitas vezes complementa a renda.

O turismo rural deve preservar a genuidade do local, equilibrando os costumes do passado e as características atuais. De forma que a grande diferença entre o turismo rural e o tradicional é que para o primeiro, a exploração agropecuária mantém suas atividades e rotinas normais, atendendo clientes que buscam maior contato com a natureza, interligando descanso e atividades de recreação onde os turistas podem vivenciar práticas cotidianas de uma propriedade rural (BLOS, 2000).

Para Colesanti e Costa (2002) o turismo rural não se limita apenas a um só tipo de atividade e/ou não pode ser compreendido como substituto da produção tradicional do campo. No entanto, pode ser apresentar em uma gama de modalidades, de forma que complemente a renda dentro da agricultura familiar.

De acordo com Silva et. al. (1998, p. 153) o turismo rural pode ser considerado com um conjunto de

atividades internas à propriedade, que geram ocupações às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade, devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas e bens não materiais existente nas propriedades rurais (paisagem, ar puro, etc), a partir do 'tempo livre' das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão de obra externa.

Já Cavaco (1996) salienta que os contatos com a natureza e a cultura local são grandes atrativos para os turistas que buscam fugir da realidade estressante da vida cotidiana dos grandes centros urbanos. Logo, o turismo rural funciona como uma nova opção de lazer, uma forma de interação com esse modo de vida, onde os elementos atrativos são a simplicidade

peculiar a este meio e as belezas cênicas ali presentes, remetendo o indivíduo a exercer um olhar contemplativo.

Zimmermann e Castro (1996) apontam alguns princípios fundamentais da atividade. Primeiramente, o turismo rural deve cultivar a autenticidade da localidade receptora, preservando a paisagem, as atividades produtivas, a cultura étnica, a arquitetura das edificações da propriedade, ou seja, tudo que forme a identidade local. De modo que não se deve desrespeitar a vocação natural do ambiente. Em segundo lugar, deve-se ter uma harmonia ambiental, ou seja, todas as estruturas devem obedecer ao perfil arquitetônico existente, em busca do equilíbrio harmônico. Já em terceiro lugar, deve haver a preservação de costumes, a valorização cultural local, sendo necessário oferecer ao turista a possibilidade de vivenciar todas as formas culturais locais como a gastronomia, o artesanato, os moveis, a arquitetura, além de divulgação da cultura através de apresentações de grupos folclóricos, entre outros. Os meios de hospedagem devem possuir um diferencial, que seria o atendimento familiar, o entrosamento entre turistas e as pessoas hospedeiras, além do crescimento de empregos e diminuição de saída de jovens do meio rural em busca de emprego.

Neste sentido, a atividade propicia o resgate do regionalismo cultural, valoriza e preserva o ambiente. De acordo com Colesanti e Costa (2002) existem algumas vantagens (oportunidades) e desvantagens (desafios) na implantação do turismo em um espaço rural. As vantagens seriam: o turismo pode ser uma opção empresarial que visa à conservação ambiental; a atividade tem grande possibilidade de resgatar as tradições culturais formando uma identidade local; o turismo rural pode ser uma estratégia para complementação de renda do produtor rural; pode aumentar a oferta de emprego no campo, evitando assim o êxodo rural; pode haver a revitalização do espaço rural, além da pluriatividade da empresa rural, permitindo o incremento dos produtos e o aumento da sua comercialização havendo agregação de valores. Por outro lado, as desvantagens seriam: a falta de planejamento pode gerar aspectos negativos, degradando e descaracterizando o espaço rural; a escassez de informações referentes a experiências de projetos já implantados dificulta o planejamento e o gerenciamento das atividades turísticas no meio rural; pode haver mão de obra despreparada para prestação de serviços com a nova demanda gerada pela atividade turística; a insuficiência de regulamentação e normatização para o exercício da gestão do turismo no espaço rural; além da dificuldade do produtor rural em compreender os mecanismos administrativos do setor de serviços no ambiente rural e interno à sua propriedade.

Nesta perspectiva, antes de entender o turismo rural no Brasil, especialmente em Barra do Piraí, é necessário entender o surgimento da segmentação e sua caracterização mundial. De acordo com Roque e Vivan (1999) o turismo em espaços rurais é uma atividade antiga, com diversos princípios e conceituações. Deve-se destacar que em algumas localidades, como nos Estados Unidos e Nova Zelândia, encontra-se uma modalidade de turismo rural voltada para *farm houses* ou *country vacations*, que teve o surgimento no hábito dos rancheiros norte americanos de ceder espaço em suas terras para hospedar viajantes, visitantes e pescadores. Todavia, esse acolhimento era inicialmente gratuito, mas com o decorrer do tempo, os rancheiros perceberam que a atividade poderia ser uma fonte de renda para a propriedade.

Já em países europeus, como a França, Espanha, Portugal e Irlanda é um costume habitual receber visitantes ou turistas no campo. Isso se deve ao fato histórico da existência de pessoas que paravam em locais com Santiago de Compostela na Espanha, para encontrar um abrigo com acomodações á baixo custo. Por outro lado, em Portugal, o turismo rural pode ser considerado com um acolhimento familiar, que é denominado “turismo de habitação”, cuja característica é marcada pelas casas apalaçadas ou residências de valores arquitetônicos no campo. É importante ressaltar ainda, que o turismo rural depende de diversas características, entre elas as realidades ambientais e sociais de cada local. Logo, o turismo rural em cada local estará associado às peculiaridades locais (ROQUE;VIVAN 1999).

Saindo da esfera mundial, é necessário abordar também as características do turismo em espaço rural brasileiro. Segundo os atores supracitados, o turismo rural é recente e se confunde com múltiplas definições, como turismo de interior, agroturismo, turismo alternativo, turismo verde, turismo endógeno, turismo agrícola, entre outros. Nessa vereda, pode se entender que turismo em espaços rurais é toda prática turística de visitar e conhecer o ambiente rural, relacionando o resgate e valorização da cultura regional. Ou seja, “trata-se de uma atividade capaz de integra-se ao processo produtivo cotidiano da propriedade rural, como a pecuária leiteira, o plantio de milho, entre outras” (ROQUE; VIVAN, 1999, p. 07).

Neste sentido, segundo Silva (1998) o turismo rural une a exploração econômica a outras funções com do ambiente rural e da cultura local. Ou seja, consiste na realização de atividades neste meio, podendo englobar outras modalidades como: turismo ecológico, de aventura, cultural, de negócios, de saúde social, e turismo esportivo. Campanhola e Silva (2000) afirmam também que existem confusões na denominação do que seria turismo rural, pois existem autores que não diferenciam turismo rural de turismo em espaço rural. Todavia, em relação ao turismo e áreas rurais, para os autores, existem apenas as modalidades: turismo em espaço rural e agroturismo, já que estas categorias refletem melhor a separação das atividades de lazer e recreação que ocorrem dentro e fora das propriedades rurais. Turismo em meio rural pode ser definido como

(...) atividades de lazer realizadas no meio rural que abrange várias modalidades definidas com base em seus elementos de oferta: turismo rural, turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural, turismo de negócios, turismo jovem, turismo social, turismo de saúde e turismo esportivo. Nesse conceito, incluem-se os ‘spas’ rurais; os centros de convenções rurais; os locais de treinamentos de executivos; os parques naturais para atividades esportivas; as caminhadas; as visitas a parentes e amigos; as visitas a museus, igrejas, monumentos e construções históricas; os festivais, rodeios e shows regionais; as visitas a paisagens cênicas e a ambientes naturais; a gastronomia regional; os campings, as colônias de férias, os hotéis fazenda, os fazenda hotéis, os esportes da natureza como canoagem, alpinismo, pesca, chácara de recreio e condomínios rurais de segunda moradia. (CAMPANHOLA; SILVA, 2000, p. 147)

Logo, para esse autores o turismo no meio rural estaria relacionado a qualquer atividade de lazer e turismo que seja realizada em áreas rurais, envolvendo, além do agroturismo, outras atividades não necessariamente relacionadas a produção agropecuária. Geralmente, os conceitos de turismo rural, turismo em meio rural e agroturismo são considerados sinônimos por alguns pesquisadores. Entretanto, de acordo com Silva et. al. (1998) o agroturismo no Brasil pode ser definido como

Atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade, devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas e bens não materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro, etc), a partir do ‘tempo livre’ das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão de obra externa. São exemplos de atividades associadas ao agroturismo: a fazenda hotel, o pesque pague, a fazenda caça, a pousada, o restaurante típico, as vendas diretas do produtor, o artesanato, a industrialização caseira e outras atividades de lazer associadas à recuperação de um estilo de vida dos moradores do campo (CAMPANHOLA ; SILVA, 2000, p. 148).

Neste contexto, o agroturismo pode ser definido como atividades turísticas que ocorrem no interior das propriedades com atividades agropecuárias produtivas. Os hotéis

fazenda não poderiam estar dentro da classificação agroturismo, já que geralmente não produzem em interface com a produção agropecuária. Segundo os autores supracitados, geralmente essas propriedades pertencem à empresários urbanos que não tem nenhuma identidade ou tradição rural, de forma, que estes apenas se aproveitam da fluxo de demanda crescente da população urbana por essa modalidade.

Se for analisar o turismo em Barra do Piraí segundo este enfoque pode-se apontar que turismo é caracterizado pelo turismo em meio rural, através dos resorts de lazer, os hotéis fazenda locais e a visita ao patrimônio histórico (fazendas e monumentos). Apesar desses patrimônios caracterizados principalmente pelas fazendas históricas, possuem apenas visitação (não podendo o visitante pernoitar⁸), onde apresentam através de visitas guiadas ou encenações a vida da família dos barões do café, que viviam no meio rural, com hábitos tipicamente rurais. Não pode ser classificado com agroturismo, já que a ênfase é na apresentação na história da época e por mais que fale do cotidiano das famílias, os visitantes não aprendem nada sobre práticas agrícolas com apresentação ou observação, não recuperando assim o estilo de vida dos moradores do campo.

Por outro lado, Rodrigues (2000) salienta que o turismo rural é uma modalidade relativamente nova no Brasil, quando comparada á outras segmentações como turismo de sol e praia e devido a esse fato há uma imprecisão de conceitos e marcos precisos do inicio dessa atividade no Brasil (apesar de ser considerar a cidade de Lages como pioneira no setor). Logo, a conceituação do fenômeno parece estar vinculada a tentativa de classificação do parâmetro europeu, o que é um grande equivoco, já que cada localidade possui sua peculiaridade. Muitas das vezes existe certo equivoco do que seria o “rural”, pois muitos o caracterizam apenas como “não urbano”. Assim, de acordo com a autora supracitada o elemento geográfico de localização da atividade turística não deve ser interpretado apenas como rural em contraponto ao urbano. É fundamental considerar pelo menos alguns fatores fundamentais: “processo histórico de ocupação territorial; a estrutura fundiária; características paisagísticas regionais; estrutura agrária com destaque para as relações de trabalho desenvolvidas; atividades econômicas atuais; características da demanda e tipos de empreendimentos” (RODRIGUES, 2000, p. 53).

E ainda, o turismo rural estaria relacionado á atividades agrárias que conferem a paisagem sua fisionomia rural, diferenciando-se de áreas onde a marca persistente é o grau de naturalidade, relacionado a ecossistemas ricos em biodiversidade (RODRIGUES, 2000).

Conforme citado anteriormente, o fato do turismo rural ser confundido com segmentações de turismo de natureza se dá ao significado do que seria rural e quando se relaciona a escala municipal, essa conceituação se torna mais complexa ainda. Rodrigues (2000) afirma que existe um hibridismo em conceituar a modalidade de turismo nestas áreas em turismo rural ou ecoturismo. Esse fato em muitos locais é tão intenso, que muitas vezes se propõe a segmentação eco-rural. Outro fato importante remete a diferenciação do conceito de turismo rural em alguns países, apesar da classificação dessa modalidade no Brasil inadequadamente esta muito ligada á classificação europeia. Dessa forma, o conceito de turismo rural no Brasil e em Portugal sofre diferenciações, já que no Brasil turismo rural é algo mais abrangente, que envolve atividades relacionadas aos recursos rurais, as atividades desportivas e ecológicas e a dimensão da cultura e do modo de vida dessas comunidades

⁸ De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT, 1994) o turismo pode ser descrito como as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, por negócios e outros motivos, não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado. Dentro desse contexto, o visitante pode ser definido como qualquer pessoa que viaje a um lugar que não seja aquele do seu entorno habitual por um período de menos de 12 meses e cuja finalidade ao viajar seja alheia ao exercício de uma atividade remunerada no lugar que visite.

rurais. Por isso, para caracterizar uma localidade como turismo rural é necessário analisar alguns aspectos citados anteriormente e analisar a demanda. O que será analisado a seguir.

A mesma autora questiona qual é o papel dos empreendimentos turísticos para o desenvolvimento do turismo rural nestas localidades. Para ela, ou o empreendimento vai ter uma ligação histórica com lugar ou se caracteriza por uma relação puramente comercial.

A compra de um terreno, a construção de uma lago para pesque-pague, restaurante, lanchonete, apesar de se localizar fora do perímetro urbano, pouco caracteriza-se pela ruralidade. Sem, muitas vezes, manter qualquer vínculo paisagístico ou afetivo com o lugar. Geralmente o proprietário reside na cidade e quase tudo esta a cargo de empregados. Nem mesmo as relações de trabalho são específicas do mundo rural. Os funcionários são urbanos e-ou terceirizados ou recrutados por uma empresa, recebendo sob regime de comissão pelo valor arrecadado. Também pode ocorrer que as instalações, antes de cunho rural, tenham sofrido modificações no uso, como antigos haras, que hoje são adaptados e alugados para festas de casamento. O caso complica-se um pouco como as chácaras de veraneio, sem cunho rural- a não ser pela localização em zonas Peri-urbanas- e atualmente também alugadas para festas de caráter totalmente urbano. Que rótulo poderíamos dar aos dois exemplos citados? Turismo rural, turismo urbano ou turismo em espaço rural? Nenhuma dessas nomenclaturas é rigorosamente correta, considerando-se, de início, que tais atividades nem se caracterizam com turismo, e sim como lazer. Como sugestão há de lançar mão de um rótulo que indique o hibridismo, como a expressão ‘lazer-peri-ubano’. (RODRIGUES, 2000, p. 57)

Dessa forma, para a autora essa forma de turismo, ou melhor, lazer, deve-se ser nomeada “lazer Peri-ubano”, não podendo ser classificado como turismo em espaço rural ou turismo rural. Sendo isto visto muitas vezes ao longo das localidades que se autodenominam rurais. Em Barra do Pirai existem alguns empreendimentos que alugam o espaço para festas de casamento, entretanto, existe uma relação com a cultura local, marcado principalmente pela história do Ciclo do Café, o que será analisado a seguir. Já os outros empreendimentos caracterizados como resorts em meio rural, não se classificam como tal, apesar de ter atividades de cunho ruralista. O que os próprios proprietários ou administradores afirmam que as atividades ocorrentes em seus empreendimentos não podem ser classificadas dentro da modalidade turismo rural, mas sim na perspectiva turismo em espaço rural.

Neste sentido, para Rodrigues (2000) o turismo rural pode ser classificado em dois grandes grupos, um relacionado ao cunho histórico e o outro de natureza contemporânea. O presente trabalho se baseou nesta classificação.

1- Turismo rural tradicional- entram neste rótulo as modalidades:

a) Turismo rural de origem agrícola- são propriedades que se instituíram historicamente com a exploração agrária durante o ciclo do café principalmente. De forma que o patrimônio histórico representado pelos suntuosos casarões (sede das fazendas) que funcionam como meios de hospedagem. Em muitos casos as atividades agrárias são abandonadas para dar início ao setor de hospedagem, onde os proprietários não moram no local e os funcionários desempenham atividades de cunho urbano. Estes locais comportam serviços especializados para o lazer como: alugueis de cavalo, de charrete e pedalinhas, pesque-pague, algumas atividades de lida de campo como ordenha (existem empreendimentos que criam gado apenas para esse fim). Esse tipo de empreendimento pode ser rotulado como fazenda-hotel, não podendo ser nomeado como hotel-fazenda quando é construído para ser um meio de hospedagem, ou seja, não era considerada uma fazenda, foi construída para ser um hotel com hábitos do cotidiano de uma. Esse fenômeno é recorrente na região, tal como em outras regiões de São Paulo (São Luís de Paraitinga, São José do Barreiro, Bananal), na

Serra da Mantiqueira em Minas Gerais e no Paraná, local conhecido como Norte Velho do Paraná, entre outros.

b) Turismo rural de colonização europeia- este fenômeno está relacionado a história da imigração europeia no Brasil, em especial nas regiões do Sul e Sudeste do país, destacando-se São Paulo, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essa classificação caracteriza-se através da existência de atividades agrárias, que ainda são importantes, sendo o turismo um setor complementar. Os proprietários podem ou não residir no local. Para exemplificar, pode-se citar a região vinícola da serra gaúcha, onde os turistas podem apreciar um cenário bucólico herdado da cultura dos europeus e da história da imigração. (RODRIGUES, 2000)

2- Turismo rural contemporâneo: Para Rodrigues (2000) essa categoria se opõe a primeira devido aos seus equipamentos terem sido implantados a partir de 1970, época que o turismo passa a ter importante papel na economia do país. Essa categoria pode ser considerada uma alternativa ao turismo de massa ou de sol e praia, predominante no país. Já que o turismo rural cresce com a urbanização dos espaços no país. Essa categoria baseia-se em possuir equipamentos e instalações que estão ligadas à história do Brasil, com a exploração de atrativos culturais históricos. Destacam-se:

a) Hotéis-fazenda: conforme dito anteriormente, trata-se de hotéis localizados na zona rural, instalados para exploração do turismo rural, com a valorização da cultura local e as atividades consideradas ao modo rural.

b) Pousadas rurais: Geralmente tem menor porte e menos luxo que os hotéis-fazenda, mas procuram oferecer ao turista ou visitante, serviços meramente rurais, fazendo com que este viva o cotidiano da vida do campo, sem muita sofisticação. E os *spas* rurais, onde oferece a oportunidade do hóspede-paciente viver o bucolismo de uma vida no campo, associadas a caminhadas, relaxamento e outras atividades para perda de peso e relaxamento. Devido a estas razões que geralmente estes empreendimentos se localizam em uma zona rural.

c) Segunda residência campestre- geralmente esta localizada em áreas rurais de municípios próximos aos grandes centros urbanos.

d) Campings rurais- são importantes para abrigar jovens e famílias que buscam desfrutar do turismo rural. Geralmente se localizam em vales de rios, em áreas de significativa cobertura vegetal, como matas ciliares.

Mesmo sem um marco preciso do início da segmentação no Brasil, alguns autores consideram como pioneiro da atividade no Brasil a região de Lages e Santa Catarina.

Essa região, antes de ser considerada a capital nacional do turismo rural, era somente um ponto de parada na travessia entre o planalto serrano catarinense e o Estado do Rio Grande do Sul. A base de sua economia eram a pecuária praticada nas inúmeras propriedades existentes e a exploração de madeira. Com a escassez da madeira nativa, foi necessário buscar alternativas de mudanças e, em 1986, alguns produtores resolveram diversificar sua área de atuação, abrindo a propriedade rural para visitantes que vinham passar o fim de semana e vivenciar o dia-a-dia da fazenda. Inicialmente, o visitante chegava na propriedade pela manhã para tomar café e nela permanecia até o anoitecer, participando das atividades como a tosa de ovelhas, a doma dos potros, inseminação artificial, entre outras atividades. Mais tarde, estas práticas foram chamadas de 'agroturismo', dando origem a outras como as fazenda-hotéis ou hotéis-fazenda, que forneciam pouso aos turistas. Receber o turista não só para a visita na fazenda mas também para o pernoite exigiu uma nova e ampla concepção empresarial pelos proprietários rurais, podendo ser considerada como uma das etapas da implantação do turismo em espaço rural. (ROQUE; VIVAN, 1999, p. 08)

Hoje, Lages desenvolve atividades relacionadas ao agroturismo, fazendas-hotéis, hotéis-fazenda e lazer, pousada, ecoturismo e turismo de aventura, tendo como um dos principais objetivos o aproveitamento das peculiaridades de cada propriedade e de seus proprietários, criando assim a primeira rota de turismo no espaço rural. Outras regiões no Brasil também são exemplos do desenvolvimento do agroturismo, como Venda Nova do Imigrante e Afonso Claudio, no Espírito Santo, entre outras. Já no Rio de Janeiro, destaca-se a Rota do Café na região de Vassouras, que se caracteriza através de casarões coloniais de conotação histórica e a Rota da Truta na região Serrana (ROQUE; VIVAN, 1996).

Neste sentido, de acordo com a caracterização do turismo em espaço rural mencionado acima, em meio à dificuldade de unificação do conceito de turismo rural é necessário apresentar as divergentes tipologias e atividades do turismo em territórios rurais. A primeira tipologia remete talvez umas das principais formas que é apresentado o turismo rural ou turismo em meio rural no Brasil, os hotéis fazenda (CAMPANHOLA E SILVA, 2000). Os hotéis-fazenda são propriedades inseridas no espaço rural, relacionadas ou não com atividades agropecuárias, de forma que podem ser caracterizadas pelo grande investimento financeiro inicial necessário para construção ou adaptação de suas instalações voltadas para o turismo rural com pernoite e serviço qualificado e consciente de seu papel de prestador de serviço. É importante salientar ainda, que nos hotéis fazenda pode existir o interesse por determinado nichos do mercado, existindo atendimento diferenciado à grupos de idosos, ou excursões, grupos empresárias e famílias (ROQUE; VIVAN, 1996). A maioria dos estabelecimentos voltados para o turismo rural em Barra do Piraí são os hotéis fazenda, que atendem em grande escala, idosos e famílias, o que será abordado no próximo capítulo.

Já as fazendas hotéis mantêm as atividades relacionadas com o campo em seu dia a dia. Eles adaptam parte de sua estrutura para receber o turista, oferecendo acomodações sem perder suas atribuições naturais. Permitindo dessa forma, que os turistas vivenciem mesmo que parcialmente, o ambiente da 'roça', incluindo a gastronomia e tradições características da região. Por outro lado o agroturismo visa a valorização não só da região e do ambiente, mas também o produto rural. Neste sentido, o turista visita a propriedade para apreciar uma refeição ou realizar outras atividades típicas, como ordenha, além de buscar conhecer produtos específicos da região (ROQUE; VIVAN, 1996). No caso de Espírito Santo, por exemplo, é muito comum a busca por cachaças, linguças ou comidas relacionadas aos suínos.

E ainda, o turismo rural de eventos pode ser relacionado as atividades temporárias e momentâneas, como rodeios e festas folclóricas. A propriedade abre seu espaço para promoção de eventos não só para conhecidos, como para turistas também. O ecoturismo também é uma alternativa que pode gerar renda e agregar valores aos produtos rurais, já que essa segmentação se encontra dentro do âmbito do turismo ecológica e socialmente sustentável. Ou seja, além do turismo ter a possibilidade de geração de renda para a propriedade, existe o papel da conscientização ambiental, tanto do viés do proprietário rural, como do visitante, já que são despertados da importância da preservação ambiental.

Silva, Vilarinho e Dale (1998) citam outras atividades que podem ser praticadas nos espaço rurais como: restaurantes rurais, chácara de recreio e condomínios rurais, turismo em rios e represas, complexos hípicas, fazenda-escola, entre outros. Outras atividades que podem ser praticadas em empreendimentos rurais que utilizam do turismo como fonte de renda são opções de lazer junto á natureza como: cavalgada, passeio interpretativo com guias, participações de atividades de lida de campo, processo produtivo, canoagem, descida de corredeira, observação de aves, pesca esportiva, parque infantil, entre outros. (TROPICIA, 1998).

Neste sentido, o turismo rural surge como alternativa econômica, sendo considerado indutor do crescimento de ocupações não agrícolas no meio rural.

3.1.1 Turismo rural e desenvolvimento

De acordo com Schneider e Fialho (2000) entre as principais atividades não agrícolas que tem sido preponderante nas áreas rurais, destaca-se a indústria da transformação (têm crescido no período de 1981 a 1992). Em Barra do Piraí, principal objeto de estudo deste trabalho, no total de pessoas com 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (40.623 pessoas), apenas 1.594 pessoas trabalham com agropecuária, na produção florestal, pesca ou aquicultura (dados relacionados ao município como um todo). De forma que a grande maioria está empregada no comércio (7.830 pessoas) e na indústria da transformação (6.603 pessoas).

Em meio à nova conceituação do rural brasileiro, o turismo surge como uma alternativa econômica em vista sua característica de criação de postos de empregos devido à diversidade de atividades no setor. Com o surgimento do turismo rural despertou-se o interesse do comércio, além de outras atividades tais como a industrialização de alimentos caseiros (bolos, pães, queijos, entre outros), os restaurantes típicos, o artesanato, os passeios de carroça e a cavalo, e as trilhas para caminhadas ecológicas (SILVA, 1999).

O turismo rural como qualquer outro segmento da atividade, possui aspectos positivos e negativos, conforme explicitado anteriormente. De benefícios, pode ocasionar a valorização do espaço destacando o lado cultural e natural do ambiente, contribuindo assim para conservação e manutenção do patrimônio histórico, cultural e natural deste meio. Pode contribuir ainda, para a reorganização social e econômica do local, já que proporciona benefícios diretos às pessoas que estão direta ou indiretamente envolvidos com a iniciativa. Outro aspecto positivo que pode ser destacado é a criação de um mercado de consumo para os produtos de origem agrícola, oferecendo uma renda complementar para as famílias rurais, através de produtos diferentes dos produtos vendidos no comércio varejista normal, como produtos sem agrotóxicos (SCHNEIDER; FIALHO, 2000).

Para a população local e a localidade, o turismo rural e/ou turismo em espaço rural pode influenciar na realização de melhorias de infraestrutura⁹ (o turismo depende de fato para sua consolidação) e a criação ou aperfeiçoamento de serviços, como saneamento básico, pavimentação de estrada, recuperação de áreas degradadas, entre outros (SILVA, VILARINHO, DALE, 1998). Em Barra do Piraí, a sinalização turística ainda deixa a desejar. A estrada que é o principal acesso de turistas do Rio de Janeiro e São Paulo (Dutra) através de Piraí é bem pavimentada, no entanto, a estrada que chega ao distrito turístico de Ipiabas, não está em bom estado de conservação. Todavia, a tendência é melhorar. Proprietários de meio de hospedagem da região salientam que desde a implementação do estabelecimento até os dias atuais, muita coisa mudou para melhor.

E ainda,

Através do turismo no meio rural, a comunidade pode compartilhar dos benefícios indiretos gerados como melhoria da infraestrutura e serviços públicos- saneamento básico, hospitais, segurança, transporte-; aumento no número de indústrias e de estabelecimentos comerciais com demanda por produtos para consumo imediato,

⁹ A cadeia produtiva do turismo é um conjunto de empresas, elementos materiais e imateriais que desenvolvem ocupações relacionadas ao mesmo. É composta por pelo menos três elementos: as empresas líderes (meios de hospedagem, agências de viagens, operadoras turísticas, empresas de entretenimento, empresas vendedoras de artesanato e outros produtos típicos, centros comerciais e galerias de arte), provedores de serviços (transportadoras, informações turísticas, locadoras de veículos, centro de convenções, parques de exposições, auditórios, fornecedores de alimentação, construção civil, artesãos, sistema de comunicação, serviços de energia elétrica) e infraestrutura de apoio (escolas de turismo, serviço de elaboração de projetos, assistência técnica, infraestrutura física- estradas, aeroportos, etc-, instituições governamentais, telecomunicações, sistema de segurança, sistema de seguros, convenio com universidades, representações diplomática, casas de câmbio e bancos, equipamento médico e hospitalar, serviços de recuperação do patrimônio público, administração dos resíduos sólidos, preservação do ambiente. (TADINI; MELQUIADES, 2013, p. 29)

presentes, comidas típicas, *souvenir*; desenvolvimento da indústria do lazer; melhoria indireta do setor agrícola por meio da potencialização da demanda de produtos de qualidade típico de cada região- mel, queijos, embutidos-; aumento de construções; recuperação do patrimônio histórico e cultural; recuperação de áreas degradadas e florestas nativas. (MATTHEWS, 1990 apud SILVA, 2000, p. 152)

Por outro lado, quando não planejado, o turismo rural pode trazer malefícios para comunidade receptora e a própria localidade, como danos ao meio ambiente, por exemplo, um local que não tenha uma rede de esgoto compatível com o número de turistas e a comunidade, ou seja, em consequência deste fator, dejetos contaminam rios, lagos, entre outros (CAMPANHOLA; SILVA, 1999).

Para Schneider e Fialho (2000) o turismo rural

(...) se não planejado e não ordenado, pode acarretar diversos tipos de danos e impactos. Em primeiro lugar, pode ocasionar a descaracterização da cultura local devido à modificação dos padrões de sociabilidade tradicionais decorrentes da intensificação das relações mercantis e, sobretudo, pela ampliação dos horizontes sócio-culturais dos mais jovens que, em muitos casos, acabam recusando a seguir as práticas culturais paternas como o folclore, a língua. Em segundo lugar, a comunidade local é afetada pelo aumento do tráfego de pessoas e pela ampliação da mobilidade populacional, o que nem sempre do agrado de todos. Em terceiro, é notório que o turismo rural é seletivo em relação às áreas onde ocorre sua expansão. Assim, enquanto em algumas localidades essa atividade pode dinamizar e economia, em outras pode conduzir à depressão e a crise, acentuando os desequilíbrios regionais que acabam contrariando o sentido da iniciativa. Um quarta característica que pode surgir é o aumento da violência e do uso de drogas, típico de relações sociais de intensificação das relações humanas. Uma última consequência que pode ocorrer é o aumento do custo de vida das populações que residem de forma permanente no local, especialmente os preços das atividades de serviço e de acesso à moradia. Esses potenciais problemas podem causar fortes impactos sobre o ambiente local, embora possam ser contornados pela população e pelo poder público através de intervenções conscientes e planejadas (...) (SCHNEIDER, FIALHO, 2000, p. 36-37).

Outro importante fato que o turismo exerce sobre as áreas rurais é o aumento no preço fundiário, o que faz com que os proprietários vendam suas terras em busca de emprego nas cidades. Contudo, devido à alta seletividade do mercado de trabalho nos centros urbanos, esses proprietários se veem obrigados a voltarem para o meio rural. No entanto, agora não como proprietário de terras, mas tendo outro serviço, muitas vezes relacionado ao turismo e lazer (SCHNEIDER; FIALHO, 2000), o que torna a situação mais crítica.

Para Campanhola e Silva (2000) um grande contraponto da relação entre turismo rural e desenvolvimento se remete as campanhas publicitárias ou simplesmente a apresentação de trabalhadores de áreas rurais em precárias condições de vida e de trabalhos como símbolo de rusticidade e autenticidade rural. Ou seja, os autores criticam a apresentação destes como fósseis vivos, sendo signo de atratividade para grandes centros urbanos, já que isto não tem relação com desenvolvimento e pode não trazer aspectos que venham a favorecer a um grupo de agricultores que vivem no meio rural em dura realidade.

A grande expectativa do turismo rural é o desenvolvimento rural diante da crise no setor agrícola, que pode ter surgido devido a investimentos em outros setores econômicos considerados estratégicos para o conceito de desenvolvimento adotado (CAMPANHOLA, SILVA, 2000). Até porque, as iniciativas de desenvolvimento rural não podem depender apenas da agricultura para melhoria da qualidade de vida, crescimento econômico e de serviços e sim através da utilização de recursos locais que possam implementar novas atividades econômicas competitivas. O turismo rural é uma das atividades que pode emergir dentro desta perspectiva (BLOS, 2000).

Para Blos (2000) o turismo rural é considerado uma estratégia para a Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER¹⁰) da Comunidade Econômica Europeia. Isso porque a

(...) variedade de paisagens e patrimônios culturais propiciam às zonas rurais uma capacidade de criação de diferentes formas de atividades no espaço rural. Com isso, o turismo rural foi eleito como o elemento prioritário no contexto das ações LEADER, sendo considerado um meio de intercâmbio e trocas entre o rural e o urbano. Mas é o seu importante efeito multiplicador sobre os investimentos diretos que o privilegia como um instrumento de desenvolvimento. Seu papel é incisivo à medida que aumenta a necessidade de satisfazer uma demanda que é crescente. (BLOS, 2000, p. 201)

Neste contexto, para a LEADER existem pelo menos seis fatores básicos para que a atividade rural contribua com o desenvolvimento local, entre eles:

manter um equilíbrio ideal entre os sistemas ecológicos, socioeconômicos e culturais do local, ao mesmo tempo que nele se introduz um processo de desenvolvimento e portando mudança; criar para a população local uma fonte de rendimentos suplementares, que permita fazer face à crise dos sistemas agrícolas e das sociedades rurais, o que implica um controle local sobre as decisões de investimento; contribuir para a diversificação das atividades econômicas aumentando a oferta de serviços e de produtos locais, eles próprios fatores de uma maior capacidade de atração turística; promover o intercâmbio entre as culturas e as populações no conhecimento e respeito mútuos, como fator de solidariedade e coesão social; favorecer uma política coordenada de ordenamento do território, que permita melhorar a competitividade das atividades econômicas das zonas menos favorecidas e dotá-las de infraestruturas e equipamentos indispensáveis à qualidade de vida, tanto para as populações locais como para os visitantes (DE ALBURQUERQUE, 2001, p. 131)

Por fim, Almeida (1999, p. 93) aponta que o turismo rural “pode se constituir em elemento dinamizador das áreas rurais desfavorecidas”. Todavia, apesar da potencialidade de gerar benefícios econômicos e sociais para a localidade receptora, é difícil acreditar que a atividade possa ser panaceia para o desenvolvimento rural dessas localidades, visto que existem diversos interesses neste meio, devendo analisar se o desenvolvimento é para um ou outro grupo (CAMPANHOLA, SILVA, 2000).

¹⁰ Liaison entre Action de Développement de ‘Économie Rurale fundamenta-se na promoção do desenvolvimento local de economias rurais, através de alternativas inovadoras e eficazes. Para sua concretização, foram constituídos Grupos de Ação Local (GAL) com uma margem de avaliação e autonomia para gestão de recursos em nível local. Assim, o projeto pretende reunir todos que buscam ou contribuam para o desenvolvimento de zonas rurais (BLOS, 2000). Neste sentido, o projeto LEADER foi baseado em sete grandes componentes: enraizamento territorial estratégico, valorização do potencial endógeno, abordagem ascendente, gestão descentralizada e global dos financiamentos, abordagem integrada e multi-setorial, parceria privado e público e organização em rede. Assim, as políticas não se baseavam apenas em atividades agrícolas, de forma que a situação das populações não agrícolas era de imensa importância, onde o turismo no espaço rural se apresenta como uma iniciativa favorável visto crescimento do turismo na Europa e saturação dos destinos tradicionais. Logo, apesar do turismo rural ainda estar muito associado à sazonalidade, ele passa a ser considerado como estratégia com futuro, já que pode fixar a população rural local, criando empregos e desenvolvimento para área menos favorecidas (JOUEN, 2000).

3.2 Turismo histórico

O turismo rural em Barra do Piraí, conforme será exemplificado no capítulo seguinte pode ser intensamente visualizado pela sua associação ao turismo histórico e pedagógico através das visitas as antigas fazendas de café que hoje ou realizam alguma atividade agropecuária ou funcionam como meios de hospedagem.

Conforme citado anteriormente por Rodrigues (2000) existe um grande debate no que seria turismo rural, de forma que alguns estudiosos acreditam que é tudo que pode ser realizado no meio rural (turismo em áreas rurais) e outros acreditam que deve estar relacionados às práticas rurais, destacando-se o agroturismo. Todavia, existe um consenso nesta discussão, que associa o lado cultural à esta segmentação. A cultura é de essencial importância para o desenvolvimento do turismo rural, seja através arquitetura e do patrimônio histórico presente, da gastronomia ou dos hábitos cotidianos da população local (Schneider; Fialho, 2000). Em Barra do Piraí pode ser observado em hotéis fazenda e pousadas rurais excursões cujo apresentam a história da região e os hábitos das famílias da época. Um grande destaque, por exemplo, é para o chá imperial que é oferecido por alguns hotéis e fazendas históricas que remetem aos hábitos do passado, onde são apresentados os hábitos alimentares das famílias do período do café. Salienta-se ainda, que em muitos estabelecimentos os alimentos são oferecidos junto com a representação de importantes personagens da época, como o barão e a baronesa. Por outro lado, deve analisar até que ponto este fenômeno resgata e valoriza a cultura local ou se é apenas uma teatralização para fins comerciais.

Conforme dito anteriormente, o turismo rural possui aspectos positivos e negativos. Como benefícios, a atividade pode valorizar a região, destacando a cultura e a diversidade natural, além de proporcionar a conservação e manutenção do patrimônio histórico, cultural e natural. Para Freire e Pereira (2002) em meio ao crescimento do turismo, da sua influencia na economia das localidades receptoras e diante de todas as segmentações turísticas, o turismo cultural pode ser considerado um dos segmentos mais comprometidos com o fortalecimento da identidade, a preservação da memória e do patrimônio cultural em localidades receptoras. Dessa forma, para os mesmos autores (2002, p. 128):

(...) juntamente com os impactos positivos do turismo na economia local- gerando recursos e criando novas oportunidades de negócios, trabalho e renda-, há sempre os riscos de danos à natureza e à identidade local, trazidos pelos empreendimentos do setor, que alcançam lugares os mais distantes, onde geralmente a vida é muito simples e onde pequenas comunidades, organizadas em torno de práticas culturais muito antigas, se veem bruscamente alteradas pela chegada de forasteiros e seus estranhos costumes. O turista cultural, entretanto, chega pedindo licença, e assim pode visitar a história não só conhecendo as evidências materiais do passado, presentes em sítios, monumentos e objetos consagrados como patrimônio, mas também escutando ou lendo relatos e lembranças dos que vivenciaram e fizeram a história do lugar.

E ainda, no contexto do turismo de sol e praia, cujo muitas vezes os turistas são mal informados e educados e usufruem do atrativo sem apreciar e entender o que visitam. Surge o turismo cultural e outros segmentos turísticos tal como o ecoturismo como forma de solução para as áreas que sofreram muito com o turismo de massa ou como forma de se evitar esse processo nas localidades receptoras (GOODEY, 2002).

Para Goodey (2002, p. 135) o turismo cultural

(...) pressupõe um público educado e informado, que compartilhe com órgãos de patrimônio uma definição sobre o que constitui lugares, eventos e coleções corretas. Por outro lado, o turismo cultural deve ser visto pelos órgãos de preservação como um meio de arrecadar recursos para a manutenção de lugares e manifestações, bem como instrumento de informação ao público visitante.

Para Swarbrooke (2000) o turismo cultural pode ser marcado através de vários recursos, desde atrações históricas à comida e bebida típicas tradicionais, podendo variar de acordo com as regiões geográficas. De forma, que nas áreas urbanas o enfoque do turismo cultural estaria voltado para as atrações turísticas físicas e as artes performáticas. Já nas áreas costeiras, poderia ser evidenciada muitas vezes a cultura ‘artificial’ estabelecido em resorts, por exemplo. E a prática do turismo cultural voltado para observação dos estilos de vida tradicionais em áreas rurais e montanhosas.

No caso, pode-se constatar que o turismo histórico e pedagógico em Barra do Pirai se formou através principalmente da abertura dos casarões construídos na época do ciclo do café para visitas guiadas, hospedagem e culinária. Para muitos donos de fazenda o turismo histórico chega como uma forma de arrecadar renda para manutenção do patrimônio ou para aumentar a autoestima dos moradores locais, além de informar e conscientizar sobre fatos importantes da história do Brasil. Segundo relatório sobre o turismo no Vale do Café elaborado pela PRESERVALE (Instituto de Preservação e Desenvolvimento do Vale do Paraíba, 2010) o turismo cultural se fortaleceu na região devido às ações individuais de investimentos na recuperação do patrimônio material, na sua equipagem, manutenção e modernização. Todavia, inicialmente esse processo não era para o turismo propriamente. Neste momento, muitos casarões desvalorizados eram comprados. Assim, neste cenário emerge a vontade e decisões para implantação e fortalecimento para o investimento no turismo cultural. Segundo uma funcionária da Pousada com casarão histórico o turismo na região tem grande importância devido a

(...) um contexto histórico riquíssimo e que demorou muito para ser resgatado. A Evelin¹¹ foi a pessoa, que a agente pode falar que foi a mola propulsora, ela que começou a induzir a todos os outros amigos, que eram também fazendeiros, tinham fazendas históricas, eram herdeiros dessas fazendas, mas não necessariamente tinham dinheiro para manter. Ela que começou a colocar na cabeça dessas pessoas que elas precisavam abrir essas fazendas, que geralmente eram fechadas para a família, para visitação. Porque todas tinham um contexto histórico interessante, personalidades importantes que na época passaram pelas fazendas. Então a gente pode dizer que o boom do turismo histórico- cultural nessa região, na verdade, têm uns treze anos e começou com ela, fundando a PRESERVALE, junto com um grupo de amigos, que, inclusive a Sonia Mattos. Foi ela, Sônia e mais. E aí começou todo essa questão de resgate histórico, vamos fazer essa pesquisa então. Documentação a galera tinha nas fazendas. A história viva através do moveis, da arquitetura. Então vamos tentar resgatar, organizar bem. E é isso que o PRESERVALE também fazia, meio que dava esse apoio técnico e eram os próprios fazendeiros que tinham interesse forte por historia, como Paulo (...). E o Roberto, assim que ela faleceu, ele deu continuidade ao projeto dela. E aí a gente foi pesquisando mais, organizando mais, o projeto pedagógico foi se aprofundando mais. (Funcionária pousada com casarão histórico)

Neste cenário, o turismo cultural no município é marcado principalmente pela visita guiada nos casarões históricos, praças e centros históricos vizinhos, como Vassouras. Assim, o turista interage com a história do ciclo através da apresentação realizada geralmente pelos próprios proprietários das propriedades, onde são representados hábitos da época, roupas, histórias das famílias e sua relação com os escravos, características arquitetônicas, entre outros. É importante observar ainda, que muitas vezes a visita guiada é marcada por um grande envolvimento do turista com a história, devido aos guias interpretarem personagens da época, através do uso de vestimentas da época e encenação de personagens como o barão e a baronesa no roteiro. Além, do oferecimento de refeições típicas, como os chás com alimentos da época ou o restaurante ser localizado em importantes locais da propriedade, como a senzala.

¹¹ Evelyn Pascoli foi herdeira de Nellie Pascoli que comprou a fazenda histórica em 1960. A herdeira segundo os atuais administradores da pousada, resgatou a história da fazenda e da região através do desenvolvimento do turismo histórico cultural.

Para o Ministério do Turismo (2010, p. 16)

A criação de produtos tematizados, utilizando técnicas de interpretação e interação, que ressaltem a história do lugar e de seus personagens, para apresentar o patrimônio tangível e intangível do ambiente visitado, é uma forma de ampliar o conhecimento, possibilitar a fruição e emocionar o visitante.

È importante observar que o lazer apesar de muito importante para o turismo histórico, não pode ser considerado o único objetivo, já que para que uma localidade detenha das consequências positivas dessa segmentação, é necessário integrar com a comunidade, além de fazer do patrimônio uma atração educativa que atraia visitantes em busca de observação e compreensão do mesmo, afim que este não seja tão mercantilizado de forma que não contemple os objetivos reais do turismo cultural (GOODEY, 2002).

Sobre a necessidade do controle local no planejamento e ação dessa segmentação turística Swarbrooke (2000) afirma que quando a comunidade local e o governo tem pouca influência no processo do desenvolvimento do turismo cultural, o processo está em desacordo com os ideais do turismo sustentável. Ou seja, é um grande contraste relacionado ao legado cultural, além de não trazer grandes benefícios para as localidades receptoras quando o turismo cultural é controlado por profissionais de fora e não nativos.

Neste sentido, segundo o autor supracitado, o turismo cultural emerge na esperança de atrair um menor número de visitantes para uma localidade receptora, visitantes estes mais conscientes, que visitem menos lugares de formar mais devagar, reunindo menor número de experiências, com mais qualidade e mais aberto para receber informações sobre o significado de lugares e manifestações.

Assim, o turismo histórico cultural é um segmento bastante forte em Barra do Piraí, atraindo pessoas interessadas em conhecer a historia da região e do país. No entanto, apesar desse perfil específico, o turismo cultural se confunde e associa ao turismo rural nas fazendas históricas, pousadas e hotéis fazenda da região, o que será abordado no capítulo seguinte.

3.3 Peculiaridades do turismo local

Conforme dito anteriormente, o turismo no Vale do Café pode ser caracterizado como consequência da evolução histórica que a região sofreu com apogeu e o declínio do Ciclo do Café, que por muitos anos influenciou a economia do país. Ou seja, a vivência das famílias tradicionais da época, a questão da escravidão, é apresentada através da visita às fazendas históricas, museus e praças da região. Somado a isso, existe o turismo rural que muitas das vezes pode ser muito associado ao turismo histórico e pedagógico da região, já que muitos empreendimentos hoteleiros denominados hotéis fazenda são representações do turismo rural e possuem como atividades ou atrativos a apresentação história da fazenda e do casarão através da representação do cotidiano vivido na época dos barões do café.

Segundo Lucas (2001, p. 257)

A região do Vale do Rio Paraíba do Sul foi cenário privilegiado deste ciclo, que promoveu a riqueza do país através da derrubada maciça da Mata Atlântica. A implantação da lavoura cafeeira deixou como legado histórico o patrimônio arquitetônico dos solares imperiais e a pecuária extensiva, ocupando de modo decadente a região já desgastada pela monocultura. A profunda crise conjuntural em que mergulhou o Vale estendeu-se até recentemente, não obstante os surtos de industrialização que eclodiram na região, a partir das primeiras décadas do século atual.

E ainda,

(...) nos anos setenta e oitenta esboçou-se a retomada da vocação regional, através do interesse pelas antigas Fazendas do Café, que foram, em grande parte, salvas da

ruína por novos proprietários dedicados à recuperação destes patrimônios. Motivados pela perspectiva do investimento em um novo alento para a economia rural da região, diversas foram as fazendas restauradas por particulares que, nesta tarefa, conseguiram resgatar a memória aristocrática do Vale. Estes investimentos, contudo, não lograram atingir a revitalização econômica das atividades agropecuárias, anteriormente predominantes na região do Médio Paraíba e muitas destas Fazendas, mais uma vez, viram-se estagnadas e sem opções de utilização sustentável (LUCAS, 2001, p. 257).

Dados do relatório da PRESERVALE (2010, p. 12) indicam o desenvolvimento do turismo cultural foi uma grande saída para a revitalização da região, devido.

Não se produzia mais nada de relevância comercial, além de pontuais empreendimentos fabris principalmente em Valença (...). Restou a lavoura de subsistência, algumas produções hortícolas e, sobretudo, a pecuária leiteira e de corte, que começou como alternativa às antigas propriedades cafeeiras e manteve-se sempre com expressão macroeconômica pouco significativa. Essa herança, a região carrega até hoje. Como alternativa para reverter a crise estrutural de mais um século, a nova direção econômica que toma o Vale do Café no sentido da montagem de um parque turístico vocacionado para o turismo cultural é inquestionavelmente uma boa saída (talvez única) para a revitalização dessa importante região.

O relatório ainda cita como foi a evolução turística da região do Vale Paraíba, de forma que a partir de 1950 muitas fazendas a beira da ruína foram compradas por motivações diversas, entre elas a busca de muitas famílias em resgatar a memória aristocrática da região e dos seus antepassados ou somente a busca de uma residência de veraneio para lazer, ou ainda para investimentos na agropecuária. Em 1970 e na década de 80 do mesmo século, muitas fazendas históricas passam para outros proprietários, umas para investimentos em agropecuária e outras como forma de residência, necessitando de grande manutenção e reparo, o que marcou os anos 80 (montagem de residência, manutenção da infraestrutura de produção, equipamentos de energia). Assim, a década de 80, foi marcada por um período de manutenção nas fazendas históricas, investimento em paisagismo, aquisição de gado de leite e corte, criação de cavalo e implantação de empreendimentos rurais. Neste período também, devido a certo grau de amizade entre os proprietários das fazendas, dentre outros fazendeiros, os mesmos deram início ao trabalho de acolhimento de visitantes para conhecer a história do Ciclo, devido à importância do legado patrimonial da região.

Já na década de 90, influenciados pela questão ambiental, os proprietários decidiram apostar em uma proposta de desenvolvimento sustentável da região, através da preservação dos patrimônios culturais e ecológicos com foco no turismo. A partir deste momento, criou-se a PRESERVALE. De acordo com o relatório sobre a região elaborado pela instituição (2010), a história da organização se iniciou em 1994, quando 60 pessoas, dentre eles fazendeiros, pesquisadores, ambientalistas, arquitetos, agentes de viagens e historiadores, além outras pessoas apaixonadas pela história do Ciclo do Vale do Café, fundam a instituição com o ideal de defesa do patrimônio rural e em busca da sustentabilidade através do turismo cultural. Logo, a PRESERVALE nasceu da união de diversos fazendeiros e proprietários de propriedades históricas, acrescentando renda através da hospedagem e visitação guiada.

A partir dos anos 2000, houve uma grande divulgação do Vale, devido principalmente às comemorações dos 500 anos de descobrimento do Brasil. Logo, a partir desse momento, os brasileiros foram estimulados a conhecer sua história (dentre outras razões) fazendo do turismo cultural uma segmentação bastante procurada. Depois de 2001, devido às crises das

viagens internacionais, houve um estímulo ao turismo interno, favorecendo o crescimento da região como um importante destino turístico.

Neste sentido, um fato importante, que será analisado no próximo capítulo, será a concepção do que é turismo rural e se essa modalidade de turismo é praticada no município de Barra do Piraí. Já que muitas das vezes o conceito de turismo rural confunde-se com turismo em meio rural, conforme apontado acima. De acordo com a classificação de Campanhola e Silva (2000) o turismo em Barra do Piraí pode ser caracterizado pelo turismo em meio rural, através dos resorts de lazer (turismo de lazer), os hotéis fazenda e pousadas locais, além da visita aos patrimônios históricos (fazendas e monumentos). Salienta-se ainda, apesar de existir o turismo de lazer através nos resorts, estes inserem dentro do seu cronograma recreativo atividades extremamente ligadas ao turismo rural como a ‘fazendinha’, proporcionando animais para observação, horta e algumas vezes o visitante-hóspede pode participar de atividades com ordenha. Por outro lado, a existência dessas atividades não pode caracterizar turismo rural e sim mais um atrativo oferecido por estes estabelecimentos.

É importante observar ainda, que apesar da ênfase a apresentação dos patrimônios históricos caracterizados como turismo histórico, o turismo rural também pode ser baseado em aspectos históricos e culturais de uma região. Conforme Almeida e Riedl (2000, p. 07) o produto turístico dessa segmentação

(...) necessita de especificidade própria consoante a motivação de seus usuários. Aspectos históricos e culturais que fundamentaram a tradição familiar no desenvolvimento de atividades agropastoris, também merecem consideração para essa modalidade, pois daí decorrem a herança cultural e a história de vida, aspectos estes que motivam o turista.

Dessa forma, o turista rural não está ligado apenas a paisagem cênica, e sim envolvido no modo de vida rural. O que pode ser observado através da apresentação histórica do convívio de uma família na época do Ciclo da Café e a representação da culinária da época. Apesar de alguns autores se contraporem a esse argumento, afirmando que o turismo rural deve estar associado ao passado e presente das atividades agropastoris da localidade.

Neste sentido, o turismo rural em Barra do Piraí pode ser definido principalmente através dos seus hotéis-fazendas. No município são encontrados pelo menos 04 (01 não foi possível contato para pesquisa de campo) empreendimentos desta característica, além da existência de 01 hotel dessa característica na região limítrofe entre Barra do Piraí e Vassouras. Conforme salientado anteriormente por Roque e Vivan (1996) esses empreendimentos são inseridos no espaço rural, podendo ter ou não atividades agropecuárias, podendo ter grande investimento para adaptação de dormitórios para pernoites. É importante salientar ainda, que o público alvo desses hotéis são famílias e idosos, sendo marcante a presença de idosos nas fazendas que possuem visita histórica também.

Dois dos quatro hotéis fazendas visitados possuem atrativos históricos associados, podendo o visitante decidir se irá pernoitar ou não. Os meios de hospedagem além de dar oportunidade do hóspede de pernoitar, oferecem também roteiros de um dia, denominados ‘*day use*’, oportunizando ao visitante passar o dia aproveitando diversos atrativos como pesque-pague, andar a cavalo, caminhar, sem se hospedar. Neste mesmo sentido, dois hotéis entrevistados podem ser caracterizados como hotéis de lazer, no entanto, possuem atividades recreativas relacionadas ao turismo rural. Um dentre estes está aberto para visita diária, pois possui um parque aquático. Dessa forma, a maioria das fazendas históricas em Barra do Piraí está aberta ao público através da presença de algum serviço turístico, tais como: hospedagem ou visita, almoço típico, café ou chá imperial, lanche, sarau, dentre outras atividades e eventos regionais.

Para o Ministério do Turismo (2010) definir o que é turismo rural se torna um pouco complexo visto a falta de entendimento sobre o que seria meio rural, ou seja, não há um consenso geral do que seria turismo rural, de forma que cada país define quais as características devem ser atribuídas para a realização da atividade turística neste meio, influenciadas pela identidade e peculiaridades do local. Nesta vereda, o órgão diferencia turismo em espaço rural ou em áreas rurais de turismo rural. De forma que o primeiro se caracteriza por ser

Todas as atividades praticadas no meio não urbano, que consiste de atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: Turismo Rural, Turismo Ecológico ou Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo de Saúde, Turismo Cultural, Turismo Esportivo, atividades estas que se complementam ou não (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010 p. 17)

Já turismo rural

(...) é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 18).

Logo, de acordo com a especificação citada acima, o turismo em Barra do Piraí apesar da proximidade com o meio urbano, tem ocorrido em áreas rurais, sendo que grande parte dos empreendimentos turísticos produzem na sua área ou pelo menos possuem um horta e aves, o que poderia ser mais enfatizado nos roteiros turísticos. Todavia o mais importante poderia considerar o resgate ao patrimônio cultural, que muitas das vezes é associado ao Ciclo do Vale do Café e as vivências rurais da época. Outra atividade que poderia ser mais fomentada seria o artesanato, já que são pontos específicos que essa iniciativa é incentivada. Nas fazendas, por exemplo, existe a venda de artesanatos, entretanto a região poderia ter uma marca. Já que é considerada a região do Café, no entanto, entre Vassouras e Barra do Piraí são poucas as cafeterias que poderiam ser trabalhadas para a atividade. Observa-se que existem meios de hospedagem localizados em áreas urbanas, todavia este objeto não será estudado no trabalho, cujo cunho é o desenvolvimento rural, além do fato que a grande maioria destes empreendimentos estão localizados em meio rural.

Para Tropic (1998) o turismo rural também pode ser caracterizado através de atividades recreativas ao ar livre, sendo marcante o contato com a natureza. Dentre estas atividades, podem ser citadas: cavalgada, passeio interpretativo, participação de atividades com lida do campo, canoagem, processo produtivo, passeio de bicicleta, observação de aves, pesca esportiva, parque infantil, entre outros. Nessa vereda, a grande maioria dos hotéis pesquisados em Barra do Piraí possuem atividades neste âmbito. Todavia, algumas dessas atividades acontecem esporadicamente ou quando o hóspede solicita, como participação em atividades de lida do campo.

Sobre o demanda turística, conforme será analisada no capítulo seguinte (de acordo com os questionários), a maioria dos turistas chegam do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Neste sentido, sobre o assunto é importante observar que de acordo com alguns psicólogos, a demanda pode ser determinada a partir da motivação comportamental. Já sobre a lógica dos geógrafos a fator seria o número total de pessoas que viajam (demanda real) ou gostariam de viajar, mas não o fazem por algum motivo (demanda potencial) (MATHIESON e WALL, 1982).

Dessa forma, segundo Cooper et al. (2001) a demanda pode sofrer influência de uma série de fatores que estão relacionadas ao comportamento do consumidor. Já que cada indivíduo tem sua particularidade, ou seja, existem diferenças na forma de agir, de ver ao seu redor e de motivar para decidir algo sobre sua viagem. Um dos fatores que podem intervir na demanda por algum produto turístico é o preço destes, ou seja, preços elevados podem coibir na procura por um serviço turístico, da mesma forma que preços baixos podem incentivar esse fluxo (CARVALHO E VASCONCELLOS, 2006). Salienta-se ainda, que estes fatores não ocorrem isoladamente, e que, depende da visão e das peculiaridades de cada indivíduo, já que o que é caro para um, pode ser barato para outro. Dentro desta perspectiva, segundo Valls (1996 apud IGNARRA, 2003) o produto turístico pode ser considerado com um aglomerado, um amálgama, um grupo de elementos tangíveis e intangíveis em particular. Entre os tangíveis estão os bens, os recursos, as infraestruturas e os equipamentos. Já entre os intangíveis estão os serviços, a gestão, a imagem da marca e o preço.

A renda pode ser outro fator que pode influenciar ou não uma viagem, assim como o preço de bens e serviços turísticos complementares ou substitutos. Como por exemplo, a decorrência das variações cambiais, que podem incentivar o crescimento de um destino e o declínio de outro. Outros fatores que podem influenciar, mas com menos intensidade, na procura por um produto turístico é a qualidade comparativa, ou seja, o preço dos produtos é tão importante quanto a qualidade do serviço prestado (MELQUIADES; TADINI, 2011). Assim, bens e serviços turísticos com maior qualidade tendem a ser mais procurado. Dessa forma, um produto turístico pode ser barato, mas a má qualidade do bem ou do serviço pode fazer que sua demanda diminua.

Para Carvalho e Vasconcelos (2006) outro fator que pode ser um influenciador do comportamento da demanda turística é a seletividade das necessidades. O turismo muitas vezes é considerado um bem de luxo, onde o consumidor agindo racionalmente, primeiramente prioriza os bens e serviços indispensáveis para depois usufruir da atividade. Neste sentido, Maslow (1970) afirma que uma série de necessidades afeta o indivíduo na seguinte ordem: 1º necessidades fisiológicas, 2º – segurança, 3º – amor, 4º – estima, 5º – autorealização. Outro fator é o modismo, que pode alavancar ou declinar a procura turística por um bem ou serviço turístico, fazendo com que diferentes ramos do setor turístico invista em marketing e comunicação para o efeito ser positivo (IGNARRA, 2003).

Por fim, a disponibilidade de tempo livre pode influenciar no comportamento da procura turística, além de fatores como variações climáticas, catástrofes naturais e artificiais também podem afetar na demanda por bens e serviços turísticos. (MELQUIADES; TADINI, 2011). Ou seja, devido a estes fatores segundo o proprietário da fazenda histórica, é necessário fugir da sazonalidade e fatores que influenciam no comportamento do turista.

Sobre o grau de conectividade entre os agentes, o que será discutido em alguns verificadores no capítulo seguinte, é necessário que a interação entre os agentes ainda é incipiente. Nessa vereda, é preciso afirmar que o território pode ser visto como o espaço resultante da interação do cidadão e seu ambiente, de forma, que se insira nele o passado e as possibilidades futuras de construção de uma nova realidade a partir da participação dos atores e do uso dos próprios recursos existentes no local (ANDION, 2003). Dessa forma, com o mundo globalizado pode surgir a capacidade de formação de redes de solidariedade e reciprocidade entre cidadãos de uma determinada região, estabelecendo um importante diferencial competitivo, já que provoca a formulação de estratégias coletivas de adaptação á novos cenários. Ou seja, é nesse cenário que redes podem surgir como elementos essenciais para o processo de desenvolvimento de certa localidade. Já que estas redes são capazes de envolver as complexas exigências atuais, procurando resultados melhores seja no âmbito ambiental, social e econômico. E ainda, inseridas nessas redes muitas pequenas empresas

conseguem se incorporar dentro lógica da sociedade globalizada atual (AMATO NETO, 2000); CASAROTTO FILHO & PIRES (1998); FARAH (2001).

Neste sentido, a busca da competitividade no mundo globalizado transformou-se no propulsor da economia e empresas nacionais. Segundo Vale, Amâncio e Lima (2006):

Altera-se nesse contexto, inclusive, o próprio sentido de competitividade, antes focado, sobretudo, na dimensão empresarial e estática, para abarcar toda uma dinâmica de construção de espaços produtivos e redes organizacionais, em que a competição não ocorre apenas entre empresas, mas também entre territórios. Regiões **vencedoras** (grifo do autor) no mundo vêm demonstrando a importância de fatores como especialização produtiva, aprendizado baseado na interação entre diferentes empresas e instituições, capacidade de cooperação, esforço coletivo para a inovação, qualidade de mão de obra, ambientes econômicos, social e cultural favoráveis, entre outros. A integração das empresas em rede parece repercutir, diretamente, no desempenho empresarial. Ao mesmo tempo, a natureza, a intensidade e a qualidade das redes existentes e suas interconexões em um determinado território parecem constituir fatores diferenciados no processo de desenvolvimento local. (VALE; AMÂNCIO; LIMA, 2006, p. 136-137)

De acordo com Vale, Amâncio e Lima (2006) o conceito de redes está extremamente relacionado com a interação e construção coletiva, ou seja, é fundamental a confiança mútua através da presença de capital social.

Capital social vem sendo utilizado na caracterização da definição de redes principalmente quando aplicados no âmbito das ciências sociais. Pode ser definido como o “conjunto de valores comuns compartilhados, fundamental para o surgimento de empreendimentos sociais baseados na cooperação” (VALE, AMÂNCIO, LIMA, 2006, p. 138). Para Geinder (2001 apud VALE, AMÂNCIO, LIMA, 2006) as redes podem ser caracterizadas de acordo cinco pontos diversos: tempo de existência, confiança, dependência compartilhada e interdependência; especificidade dos propósitos da relação; natureza dos ganhos obtidos. Nesse contexto, conforme autores supracitados, capital social tem sido considerado um aspecto essencial para geração de riqueza e consolidação do desenvolvimento, junto com o capital físico (Recursos naturais e equipamentos produtivos) e humano (Habilidades e conhecimentos adquiridos). O capital social consolida-se através de redes sociais e normas de confiança que facilitam a cooperação coletiva voluntária, que pode acarretar o benefício mútuo de organizações e grupos.

Assim, conforme já foi dito inúmeras vezes ao longo do texto, o turismo no município de Barra do Pirai é marcado no resgate histórico e outras atividades de cunho rural, o que será analisado no próximo capítulo. Ou seja, turismo em espaço rural podendo ser caracterizado através da presença de atividades do hábito rural, de lazer e apresentação do patrimônio histórico presente. Existem hotéis fazendas que oferecem visitação sem a necessidade de hospedagem, entretanto, há também as fazendas históricas que fazem essa visitação, tendo nesta atividade a complementação de renda nas outras atividades realizadas por ela. Ou seja, essas fazendas históricas oferecem *tours* exibindo a história daquele local e da região, oferecendo um almoço ou lanche que trazem na mente os anos passados. Essas fazendas geralmente não tem pretensão de tornarem-se hotéis, no entanto, enxergam no turismo uma forma de manter vivo o patrimônio, não só pela renda gerada, como também pelo resgate da cultura.

Sobre esses empreendimentos, é necessário observar ainda que

As Fazendas Santa Maria (atual Hotel Fazenda do Arvoredo) e Ponte Alta (atual Pousada Fazenda Ponte Alta), (...) iniciaram o processo pioneiro de transformar suas instalações em empreendimentos hoteleiros, preservando as características da arquitetura rural neoclássica e o mobiliário de época, ambientados na paisagem bucólica e no cenário natural das antigas Fazendas do Café. Outras fazendas em Barra do Pirai (...) embora não dispoondo de acomodações para hóspedes, iniciaram

o trabalho de abertura à visita orientada, aonde o turista pode assistir a uma verdadeira aula de história viva ministrada pelas proprietárias, que recebem pessoalmente grupos de visitantes com reserva antecipada, além de oferecerem quitutes da gastronomia local fabricados nas Fazendas, bem como artesanatos da região (LUCAS, 2001, p. 259).

CAPÍTULO IV: REVELANDO O TURISMO RURAL EM BARRA DO PIRAI

A pesquisa pode ser considerada qualitativa, já que observa uma relação entre o mundo real e o sujeito, isto é, há um vínculo entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzidos em números. Baseia-se na interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados (MENEZES, SILVA, 2001).

Quanto aos procedimentos técnicos (GIL, 1999), a pesquisa foi baseada na revisão bibliográfica: consulta de livros e materiais impressos relacionados ao turismo e turismo rural, desenvolvimento e crescimento socioeconômico, geografia, espaço, territorialidade, história sobre a região do Vale Paraíba e conhecimentos afins, além de documentos e arquivos provenientes de órgãos públicos e privados (tais como inventários turísticos e dados sobre a história da região e sua relação com o turismo, além de documentos de divulgação dos locais ou da região). Dessa forma, a pesquisa bibliográfica auxiliou no entendimento sobre o conceito de desenvolvimento, crescimento econômico e turismo rural e histórico, auxiliando na análise de como o turismo rural tem ou não influenciado no desenvolvimento do município e de que forma Barra de Pirai tem se preparado para a implementação da atividade, entre outros. Dados como IDH, PIB, dentre outras informações estatísticas foram utilizadas e analisadas também.

Além da pesquisa bibliográfica, foi realizada uma pesquisa de campo com a realização de entrevistas semiestruturadas em roteiros (apêndices A, B, C, D, E, F e G). Destaca-se que o roteiro foi organizado para dar uma sequência nas entrevistas, obtendo resultados mais objetivos. Entretanto, outras perguntas surgiram no encaminhamento da entrevista. Utilizou-se também a aplicação de questionários com 21 turistas que visitavam a região (roteiro no apêndice G), com finalidade de ser mais um instrumento para as entrevistas. A iniciativa buscou analisar as respostas para o cruzamento de dados no tratamento dos mesmos, além de analisar se os turistas que visitam esses empreendimentos turísticos se autodenominam turistas rurais. Ressalta-se ainda, que a pesquisa de campo iniciou em maio de 2013 com finalização em novembro de 2013.

Com relação ao tratamento dos dados, as entrevistas foram transcritas, analisados de grau de incidência das respostas mais importantes e relacionadas, integrando-as com a análise dos outros capítulos e os questionários com os turistas. A análise foi dividida em ‘desvendando o turismo rural em Barra do Pirai’, onde foram analisadas as questões dos capítulos anteriores, através de entrevistas com os proprietários dos empreendimentos e agentes relacionados ao turismo local como, por exemplo, o sindicato e associação comercial de Barra do Pirai e Vassouras, além da análise sobre a peculiaridade do turismo rural no local.

Outro ponto abordado foram os verificadores qualitativos para análise do desenvolvimento do turismo no município, entre eles: o mercado de trabalho, onde foram analisados dados sobre número de empregos oferecidos pelos empreendimentos, renda média dos funcionários, sazonalidade, a capacitação dos funcionários desses empreendimentos e a questão dos *free lancers*; o grau de produção interna para uso turístico, já que uma das características do turismo rural, conforme mencionado pelo Ministério do Turismo (2010) é sua relação com a agropecuária; a conectividade entre agentes turísticos locais, já que essa interação pode ajudar muito um desenvolvimento da atividade de um local; a relação do setor público e privado; o turismo como fonte de renda para esses empreendimentos turísticos e a influência destes no desenvolvimento do município. Por fim, essas questões foram mescladas com dados econômicos e estatísticos do município.

Foram entrevistados seis proprietários e administradores de 06 empreendimentos hoteleiros da região: 03 hotéis-fazenda em Barra do Pirai, 01 hotel-fazenda em Vassouras (esse hotel foi escolhido, devido sua localização limítrofe com Barra do Pirai, não causando danos à pesquisa) e 02 hotéis (resorts) de lazer. É importante observar ainda que estes dois

hotéis de lazer foram escolhidos devido estes se localizarem em área rural e possuírem atividades recreativas relacionadas ao meio rural.

Nestes empreendimentos, foram aplicadas entrevistas com roteiro com os responsáveis (administradores, gerentes ou proprietários) e um ou dois funcionários destes. Foram aplicados também, conforme dito anteriormente, 21 questionários com visitantes e turistas que visitavam a região, a fim de avaliar o envolvimento destes com o turismo rural.

Foram entrevistados também proprietários e funcionários de duas fazendas históricas, que recebem apenas visitação, sem pernoite. Esses empreendimentos veem o turismo com complementar de renda para as despesas da fazenda, já que também são considerados estabelecimentos agropecuários. Todavia, é importante salientar que a maioria dos estabelecimentos hoteleiros estudados oferece o modelo *day use* também. De forma, que 02 destes possuem casarões históricos, oferecendo visitas guiadas de um dia.

Outros entrevistados foram agentes relacionados ao turismo na região: as associações e sindicatos do comércio de Barra do Piraí e Vassouras, já que um o turismo tem grande relação com o desenvolvimento do comércio nessas cidades. O presidente da Associação Comercial de Vassouras foi entrevistado para a análise do indicador ‘influência do turismo’ e ‘conectividade entre agentes’, já que Vassouras é considerada o segundo maior receptor de turistas da região, perdendo apenas para o Distrito de Conservatória em Valença. Também foi entrevistada em Vassouras a diretora do atrativo Museu Casa de Hera. Devido ao museu ser um importante atrativo que é visitado por turistas que se hospedam em diversos locais e visitantes que passam o dia em Vassouras. Por fim, foi entrevistada a secretária de turismo do município de Barra do Piraí na época da sua gestão (atualmente mudou o secretário de turismo, tal como prefeito e seus dirigentes), a Presidente do Conselho Regional de Turismo do Vale do Ciclo da Café e o Sindicato Rural de Barra do Piraí¹². O quadro 01 sintetiza maiores informações sobre estas entrevistas, contudo é importante destacar que devido a razões éticas¹³, não serão divulgados os nomes dos empreendimentos turísticos analisados, logo serão dados nomes fictícios, conforme quadro 01 abaixo.

É importante observar ainda, que outros dois estabelecimentos turísticos foram identificados, todavia não foram estudados, já que estes não responderam aos diversos contatos estabelecidos.

¹² De acordo com o atual Presidente do Sindicato Rural e Vereador de Barra do Piraí, Francisco Leite, o Sindicato Rural faz parte do Sistema CNA (Confederação Nacional da Agricultura) e atende aos municípios Barra do Piraí, Pinheiral, Piraí, Vassouras e Mendes. Em Barra do Piraí são contabilizados 522 produtores rurais com 420 propriedades. O mesmo enfatiza que a missão do sindicato é defender o produtor rural e implantar políticas públicas que melhorem a qualidade de vida do produtor rural e de sua família. O sindicato trabalha na maior parte do tempo com treinamento, com cursos que podem variar de 08 a 40 horas e auxílio a toda parte contável desse produtor, além de toda parte social da instituição.

¹³ Apesar de todos os entrevistados concordarem com a divulgação das suas entrevistas, por razões éticas neste trabalho, somente serão dados nomes reais as instituições públicas e não governamentais. Já os empreendimentos privados serão nomeados de forma fictícia conforme quadro 01.

Quadro 01: Relação de entrevistados (continua)

Quem	Quando	Onde	Principais Atrativos
Secretaria de Turismo e Desenvolvimento de Vassouras: Coordenadora Vivian May	29/04/2013	Sede secretaria	-
Secretaria de Turismo de Barra do Piraí: Rosângela Abbud- antiga secretária	16/07/2013	Sede secretaria	-
Fazenda Histórica B: 01 funcionária e proprietário	04/09/2013	Casarão da Fazenda	Turismo histórico
Hotel de Lazer A: Chefe de recepção e gerente	14/04/2013	Hotel	Parque Aquático e hotel, turismo de lazer (resort)
Fazenda Histórica A: 01 funcionário e proprietária	20/09/2013	Fazenda	Turismo histórico
otel fazenda B: 02 recepcionistas e 01 auxiliar de gerência	23/08/2013	Hotel Fazenda	Turismo rural e de lazer
Hotel Fazenda C: proprietário, gerente e 01 camareira	23/08/2013	Hotel Fazenda	Turismo rural e ecológico
Sindicato do Comércio de Barra do Piraí - Sr. Orlando Pimentel- Presidente	27/09/2013	Sede do sindicato	-
Associação Comercial de Vassouras- Sr. Hamilton- Presidente e proprietário de um restaurante em Vassouras	08/10/2013	Restaurante do proprietário	Alimentação
Hotel de Lazer B: gerente	06/08/2013	Hotel	Turismo de lazer (resort)
Hotel Fazenda A: gerente comercial, 01 camareira e 01 recepcionista	16/08/2013	Hotel Fazenda	Turismo rural e ecológico
Museu Casa de Hera: funcionária Daniele Alves	04/09/2013	Museu	Turismo histórico cultural

Quadro 01. Continuação.

Quem	Quando	Onde	Principais Atrativos
Pousada com casarão histórico: administrador, 01 recepcionista e 01funcionária do guiamento turístico	18/08/2013	Casarão Pousada	Turismo rural, ecológico e histórico
Conselho Regional de Turismo do Ciclo do Vale do Café: presidente Ana Lúcia M. Furtado	12/08/2013	Hotel da proprietária em Vassouras	-
Sindicato Rural de Barra do Piraí: Presidente Francisco Leite	12/12/2013	Sede sindicato	-

Quadro 02: Questionários

Quantidade	Local
21	Pousada com casarão historic

4.1 Descobrimdo o turismo rural em Barra do Piraí

Conforme dito anteriormente, de acordo com estudiosos da área, o turismo rural pode ser definido pelo aproveitamento turístico do espaço rural, atendendo as premissas do desenvolvimento sustentável, ou seja, através da conservação do ambiente, incluindo a população local como atores culturais, buscando promover a participação e o contato cultural, revalorizando as áreas rurais como algo a mais do que apenas meras produtoras de alimentos. Outro viés, semelhante ao sentido do anterior, relacionado o turismo rural, seria o visitante não estar apenas em um meio rural, mas sim, viver o cotidiano característico deste meio, como atividades de lida do campo, caminhadas, cavalgadas, gastronomia, entre outros.

O turismo em Barra do Piraí pode ser definido principalmente através do resgate histórico da sociedade cafeeira apresentando o cotidiano e a culinária da época, complementando-se muitas vezes com o turismo histórico e pedagógico. Todavia, conforme salientado anteriormente, praticamente todos os empreendimentos hoteleiros do local possuem atividades recreativas inerentes à segmentação rural. Além da representação cultural da época do Ciclo do Café, já que o entorno cultural é um aspecto significativo para o desenvolvimento do turismo rural, pois o turista não é motivado apenas pela paisagem, como também pelo *modus vivendi* rural (ALMEIDA; RIELD, 2000).

Todavia, apesar das segmentações histórico e rural serem relacionadas, alguns agentes locais não consideram a segmentação de turismo rural no local.

Antes de analisar o posicionamento desses agentes sobre o turismo na região é necessário observar se o local pode ser denominado como uma localidade para a realização de

atividades relacionadas ao turismo rural, através da caracterização de Rodrigues (2000). De acordo com a autora, citada no capítulo anterior, para conceituar um local com potencialidade para o turismo rural é necessário observar pelo menos algumas propriedades, tais como o processo histórico de ocupação territorial; a estrutura fundiária; características paisagísticas regionais; estrutura agrária com destaque para as relações de trabalho desenvolvidas; atividades econômicas atuais; características da demanda e tipos de empreendimento.

Primeiramente, o processo histórico de ocupação territorial baseou-se na colonização e ocupação territorial para plantio de café, o que tornou a região uma das mais importantes até o declínio do Ciclo. Foi nessa época que as famílias viviam hábitos rurais com predomínio da escravidão. Ou seja, a ocupação territorial foi marcada com hábitos agropecuários, como plantio de café (principalmente) na época do Ciclo do Café e atualmente como a criação de gado de leite, plantio de hortaliças entre outras. Esse importante ciclo é contado aos visitantes através de encenações de hábitos dessa época e apreciação da culinária da época no local, através de lanches e almoços servidos nas visitas em alguns empreendimentos turísticos.

Sobre a estrutura fundiária e características paisagísticas da área, Barra do Piraí é marcada em grande parte por área urbana, no entanto, nas áreas rurais é característica a observação de latifúndios. Entre morros devastados ao longo dos séculos com o café, o gado e outras atividades econômicas, existem fragmentos florestais. Algumas fazendas possuem ‘reserva legal’, todavia são poucas as cadastradas. Conforme dito nos capítulos anteriores, a zona rural do município pode ser constituída por três áreas. Observa-se ainda, que os empreendimentos turísticos estão localizados em áreas consideradas rurais, entretanto, muitos estão bem próximos a perímetros urbanos.

Já no âmbito da estrutura agrária municipal, mesmo com apenas 3% de população rural em Barra do Piraí, a estrutura agrária foi marcante com o Ciclo do Café (algumas propriedades ainda produzem), com uso da mão de obra escrava. Com o declínio do café outras atividades emergiram, dentre elas a criação de gado e atualmente a cultivo de hortaliças. Conforme dito por Rodrigues (2000)

Muitas propriedades inicialmente destinadas à produção agrícola de exportação, como o café no Sudeste, passaram à produção do gado leiteiro, após crise cafeeira. Fato bastante comum no Vale do Paraíba (tanto paulista como o fluminense) e na Serra da Mantiqueira. Muitos núcleos do vale do Paraíba têm sua origem na rota dos tropeiros no período colonial (...) (RODRIGUES, 2000, p. 63)

Dessa forma, as atividades econômicas atuais do município baseiam-se na agricultura (milho, banana, alface e café), na pecuária (criação de bovinos, suínos e equinos), indústria (mais de 303 indústrias e 2921 empresas instaladas) e o comércio (que recebe pessoas de praticamente toda a região do Médio Paraíba). Segundo o Presidente do Sindicato Comercial de Barra do Piraí, Orlando Pimentel, o comércio de Barra do Piraí sempre foi e é o alavancador da cidade.

(...) Nos somos responsáveis pelo maior PIB da cidade e somos responsáveis pelo maior número de empresas da cidade. Dentro da sua, do seu trabalho, não sei se já te falaram alguma coisa disso. O turismo não é só o turismo tradicional que a gente conhece, de ver coisas bonitas, de visitar isso e aquilo ali. Mas Barra do Piraí na minha opinião é uma cidade turística muito forte, mas aqui não tem nada. Tem comércio. A gente recebe pessoas de Piraí, de Pinheiral, de Mendes, de Paulo de Frontim, de Valença. Desses arredores todos, porque Barra do Piraí é um polo comercial. Então o nosso turismo, é o turismo do dia inteiro. Um polo comercial. A quantidade de ônibus, de linhas de ônibus que veem dessas cidades para cá, é uma coisa assustadora (...) então é muita gente que vem a Barra do Piraí. Por quê? Porque o comércio em Barra do Piraí é o que chamamos de shopping ao céu aberto. (...) nós temos uma área de 1 Km² todo o comércio da cidade. Você não precisa de carro para nada. (...) Então Barra do Piraí, em termo de turismo, ele é isso, ela é um polo que a gente chama de um polo eclético. É um polo comercial eclético, porque nós temos aqui: áreas de alimentação, áreas de prestação de serviço (...). Então é tudo que um shopping tem. O shopping precisa ter cinema, tem cinema.

Precisa de uma área, condições gastronômicas, é o que mais se tem aqui, é barato, neste tipo de self service. Quando você come com sete reais, com sete e cinquenta. E banheiros públicos. Foi um luta grande, demoramos a colocar na cabeça da prefeitura que essa quantidade toda gente que vinha aqui precisava de ter banheiros públicos. Não dava mais para continuar em cada loja que eles entram, “será que você me deixa ir ao seu banheiro?”. Então é isso aí, Barra do Piraí, é um polo turístico de comércio. (...)

O comércio do município é tão forte que o presidente do sindicato relaciona o setor com o turismo, já que ele tem capacidade de gerar grandes fluxos de pessoas para o local. No entanto, devemos salientar que o turismo para ser considerado com tal, deve ter pernoite. De forma que quando não houver o pernoite, deve-se classificar com apenas visitação.

Neste sentido, apesar do município ter grande parte da sua população em área urbana, atividades econômicas consideradas rurais são de grande importância e visível para sustentação do município. Já em relação ao comércio, que é bastante influenciador na economia local, é incentivado por moradores do entorno e não por turistas, o que será analisado a seguir. A tabela 09 apresenta a participação de cada atividade econômica no valor adicional bruto no Rio de Janeiro, na Região Médio Paraíba e em Barra do Piraí (2011)

Tabela 09: Participação das atividades econômicas no valor adicional bruto no Rio de Janeiro (%)

Atividade	Estado do RJ	Região Médio Paraíba	Barra do Piraí
Agropecuária	0,43	0,57	1,84
Indústria	30,39	38,37	22,12
Serviços	69,18	61,06	76,04
Administração Pública	18,12	16,42	31,31

Fonte: Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisa e Formação de Servidores do Rio de Janeiro (CEPERJ)- Anuário estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2013.

Dessa forma, destaca-se que a participação de atividades como a agropecuária, serviços e administração pública em Barra do Piraí, é maior que o da região Médio Paraíba¹⁴ como um todo, destacando-se a grande participação do setor de serviços dentro da estatística.

As características da demanda turística são pessoas do Rio de Janeiro (capital e área metropolitana), São Paulo e Minas Gerais. Segundo Tropia (1998) uma boa acolhida, uma comida caseira e uma paisagem aconchegante tem sido algo de grande importância para quem vive entre o cimento e o asfalto. Ou seja, a busca pelo descanso e diversão no meio rural tem sido uma opção cada vez mais procurada por pessoas que vivem e trabalham nos grandes centros. A autora salienta ainda, que a maior demanda turística para a prática dessa modalidade geralmente vem de cidades situadas em um raio de 100 a 150 km de distância, onde os turistas pernoitam e alguns passam apenas o dia. É o que ocorre com os turistas do Rio de Janeiro e algumas cidades de Minas Gerais (nas proximidades de Juiz de Fora, principalmente). Estes turistas saem dos grandes centros que são relativamente próximos em busca de tranquilidade e diversão. Geralmente são famílias que levam seus filhos para conhecer hábitos que são considerados raros por eles, como tirar o leite da vaca e ver a horta. De acordo Orlando Pimentel, Presidente do Sindicato do Comércio de Barra do Piraí:

(...) Mas impressiona demais o sujeito ver uma galinha, sabe. Vê tirar leite da vaca, a criança de 10, 11 anos, na cabeça dela o leite é naquela caixinha. Acho que ela pensa que é naquela caixinha, porque ninguém se preocupa em chegar perto do filho. Uma pessoa que mora em Ipanema, por exemplo, “olha filho essa caixinha é

¹⁴ Segundo a estatística, os municípios componentes da região Médio Paraíba são: Pinheiral, Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda.

onde está o leite, mas o leite vem da vaca e é assim?”. Ninguém se preocupa com isso daí. Tem outras coisas, que são mais importantes. Então, quando chega em um lugar desse eles ficam malucos. Quando vê porco, porquinho, deita aquela porca imensa do tamanho disso, do tamanho dessa mesa. Aí aquela porca deitada e vinte tetas, em cada teta um porquinho mamando. Elas ficam enlouquecidas com aquilo dali, sabe.

Ainda, referindo-se a demanda turística do município, através dos questionários aplicados com turistas que visitavam o local, a grande maioria era de São João de Meriti (43%), Baixada Fluminense, município distante cerca de 100 km de Barra do Piraí. O grupo estava hospedado em Valença, município vizinho de Barra do Piraí, mas foram visitar algumas fazendas históricas locais. Outros turistas chegaram do Rio de Janeiro (33%), capital, principalmente de bairros como Méier e Campo Grande. Alguns estavam hospedados no hotel e outros estavam apenas visitando (estavam hospedados em Valença). As outras localidades citadas foram Barra Mansa (9%), de Barra do Piraí (5%) e Minas Gerais (5%), conforme figura 04. Salienta-se que essa estimativa é apenas para verificação em relação às respostas dos agentes entrevistados, sendo a amostra ainda pequena. As respostas dos agentes entrevistados (proprietários, administradores e funcionários de empreendimentos turísticos) confirmaram que o fluxo chega principalmente desses três estados citados anteriormente.

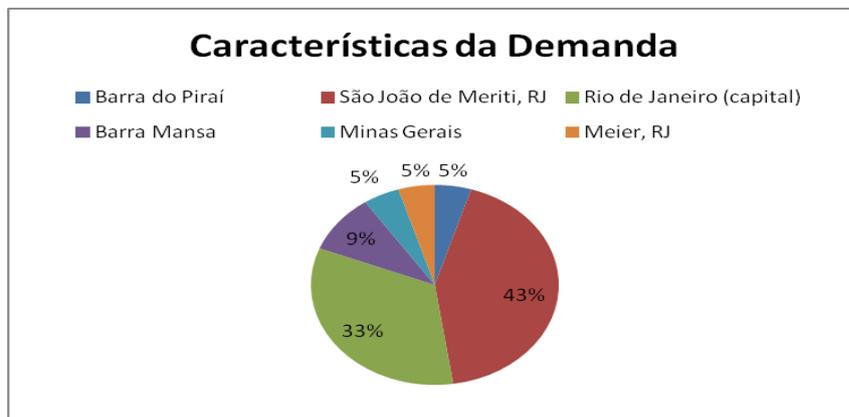


Figura 04: Características da demanda

Outra característica importante refere-se como estes turistas estavam acompanhados. De forma, que a maioria dos turistas que responderam o questionário estava em grupo (52%), em família (33%), e o restante em casal, com amigos e não respondeu (5%), conforme figura 05. É importante salientar ainda, que em outras pesquisas de campo observou-se que os turistas chegam geralmente em família ou em grupos, conforme resultado dessa amostra.

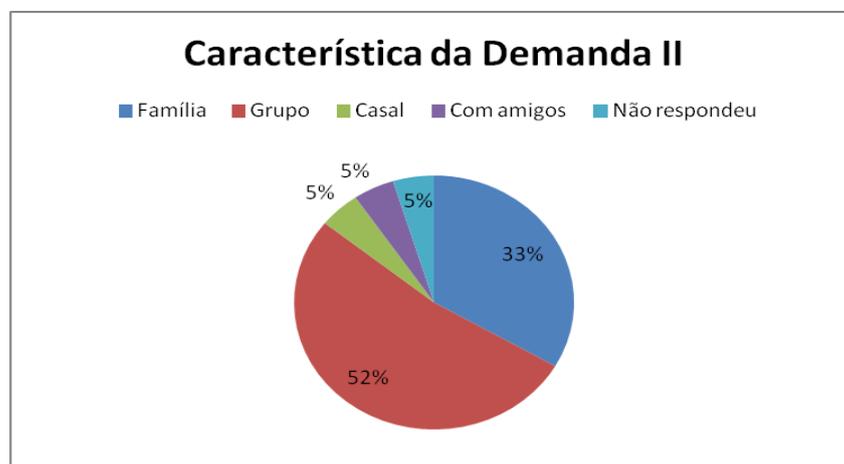


Figura 05: Características de demanda II

E ainda, de acordo com o proprietário e administrador da fazenda histórica B o perfil da demanda baseia-se:

Então eu descobri que é um público que 80% de carioca, é do Rio de Janeiro mesmo. Você tem gente, que procura mais, a partir de, depois dos 35. Casais, famílias, melhor idade. Você tem o pessoal de uma renda, uma classe social média aí, é classe social média. Grau de escolaridade também segundo grau e terceiro grau. Então, é um turismo ainda, isso é fácil de entender, para esse tipo de pessoa com, que tem um poquinho mais de dinheiro, que tem um grau de escolaridade melhor. Quer dizer por quê? Porque está diretamente relacionado à cultura.

Dentro desta perspectiva, com base na classificação de Rodrigues (2000) os empreendimentos turísticos o município é constituído por:

➤ Fazendas históricas que possuem visitação, mas também possuem atividades agrícolas e de pecuária, sendo o turismo responsável geralmente por cerca de 50% dos lucros totais. A fazenda histórica B, que possui visitação e é a única fazenda que continua na mesma família há gerações:

E o que o turismo vem fazendo aqui, principalmente com a gente é ajudar a manter não só esse patrimônio mas como a fazenda como todo. O turismo vem crescendo, vem crescendo a cada ano. Então eu acho que esse é o grande objetivo nosso: desenvolver o turismo na fazenda, preservar o patrimônio, o acervo, o casarão é um dos acervos mais importantes da região e principalmente ajudar na receita da fazenda como um todo, porque a fazenda não se resume só no casarão e no turismo. A fazenda tem a parte de criação, nos somos produtores, então criamos frangos também. Então é isso, tá indo bem, mas poderia estar indo melhor. (Proprietário Fazenda histórica B)

➤ Pelos hotéis fazendas e pousadas que podem ser classificados como turismo rural contemporâneo, já que engloba equipamentos implantados a partir da década de 70. Estes empreendimentos são construídos para esta modalidade. É o caso de alguns hotéis fazenda do local que foram construídos para esse fim.

➤ Pelas fazendas hotel: é o oposto da classificação acima, ou seja, pode ser classificada segundo Rodrigues (2000) como turismo rural tradicional, onde essas fazendas se constituíram historicamente através da exploração agrária e agora funciona como um meio de hospedagem. É o caso de algumas fazendas históricas que fizeram pequenas modificações para o pernoite de turistas. Observa-se ainda que muitas dessas fazendas se autodenominam hotéis fazenda erroneamente segundo a classificação de Rodrigues (2000).

Salienta-se ainda, que de acordo com Rodrigues (2000) a modalidade denominada ‘turismo rural do ciclo cafeeiro’ pode ser encontrada em antigas fazendas de café do Estado de São Paulo e no Rio de Janeiro, nos vales do Rio Paraíba (no Rio de Janeiro: Valença, Vassouras, Barra do Piraí, Piraí e Rio das Flores). Nestes locais o turismo rural praticado pelas antigas e tradicionais fazendas de café, desempenha papel significativo.

➤ Pelas pousadas rurais que também podem ser classificados como “turismo rural contemporâneo” onde também hospedam hóspedes, mas com pouca sofisticação.

➤ Os hotéis de lazer ou resorts- existem empreendimentos de alta sofisticação, onde os hóspedes tem a oportunidade de ter lazer através de atividades recreativas e de saúde, como massagens, entre outros.

Neste sentido, através da classificação e análise de Rodrigues (2000) o turismo em Barra do Piraí pode ser classificado com turismo rural, através da classificação ‘turismo rural tradicional’ destacando empreendimentos de origem agrícola, como as fazendas históricas que abrem suas portas para o setor; e ‘turismo rural contemporâneo’ através dos hotéis fazenda e a pousada rural. Já o turismo de lazer praticado nos resorts pode também ser considerado uma modalidade turística em espaço rural. Outro aspecto que deve ser destacado é a existência de hotéis e pousadas na área urbana e central do município, entretanto no proposto trabalho foi analisado somente os empreendimentos presentes na área rural.

Por outro lado, analisando o turismo rural no âmbito das entrevistas com os principais agentes do turismo local, foi perguntado e eles quais seriam as potencialidades turísticas da região, a fim de analisar o potencial para a segmentação do turismo rural. Segundo proprietário de um hotel fazenda, a grande potencialidade do local seria o clima e o próprio local.

Olha(...)A potencialidade deste distrito eu acho muito grande, maior do que outros que tem no entorno, pelo clima, pela água que tem aqui, pelas florestas, que tudo isso é que leva o clima a ser um clima muito bom e que esta exatamente perto, principalmente do Rio. Estamos a 150 km do Rio e quando a gente sai de lá e chega aqui a diferença de temperatura é no mínimo 10 graus de diferença. Então um curto prazo, uma curta distancia você muda totalmente de clima. (...) Por isso eu acredito muito na potencialidade, é um planalto, é uma área ainda grande para ser ocupada. (Proprietário Hotel Fazenda C)

Já o administrador da pousada com casarão histórico salienta que a grande potencialidade turística da região seria o turismo histórico nas fazendas, além das segmentações turísticas relacionadas ao meio ambiente.

Seria o turismo histórico não é, que é os das fazendas. O turismo que é referente ao meio ambiente (...). E o turismo de aventura, que tem alguns lugares aqui aventuras também. (Administrador, Pousada com casarão histórico)

A proprietária de uma fazenda histórica A enfatiza que o grande potencial seria o turismo histórico cultural, deixando bem claro a falta de potencialidade para o turismo rural, apesar de a propriedade possuir atividades agropecuárias.

È o turismo histórico, histórico cultural. Eu acho que aqui não tem esse turismo rural, de mostrar plantação, com animais. Esse tipo de turismo rural, acho que aqui não acontece. O que acontece é que nós somos aqui em Barra do Piraí quatro fazendas, todas abertas a visitaçõ que fazem o turismo histórico (...)

Nesta vereda, apesar dos entrevistados não citarem ou até negarem a existência ou potencialidade para o turismo rural, é notória que alguma as atividades citadas podem se encaixar no desenvolvimento da prática, como o resgate ao patrimônio cultural da região. Já que de acordo citado por Almeida (2000) anteriormente, os aspectos históricos e culturais que fundamentam as tradições familiares merecem também consideração no turismo rural e é a partir desse fato que a história cultural e de vida podem motivar os turistas. Ou seja, ao cotidiano das famílias que viveram na época do café representados junto com o chá, almoço ou lanche podem ser um atrativo dessa segmentação, já que existe um resgate culinário da época das famílias aristocratas rurais.

Quando perguntados se o turismo no local caracterizava-se com rural, os entrevistados responderam, conforme texto abaixo. A proprietária de um hotel fazenda A afirmou que sim já que:

(...) A gente trabalha com. A gente tem uma pequena fazendinha, a gente faz a alimentação dos animais. Está em uma zona rural. (Gerente Hotel Fazenda A)

Já o presidente da Associação Comercial de Vassouras e também proprietário de um restaurante no centro histórico de Vassouras salienta que o turismo rural:

Eu acho que tem tudo haver. A gente tem a área aí grande explorada nesta parte. Não tem nada formatado como um produto, mas existem os potenciais, existe uma estrutura a ser trabalhada. A própria cavalgada, a gente tem uma cultura de cavalos na região. Então tem muito turismo de cavalgada aí, que possa ser explorado. Tem muita coisa para ser desenvolvido. (Hamilton, Presidente da Associação Comercial de Vassouras)

Dessa forma, de acordo com o entrevistado apesar de não haver um produto formatado, existe um grande potencial para o setor. Quando o mesmo se refere ao “produto não formatado”, o mesmo comenta que na região, principalmente em Vassouras não há uma cultura para o turismo, conforme citado abaixo:

Na verdade, a gente deslumbra o turismo para a cidade. Mas a gente ainda não tem ele consolidado, assim não tem cultura de turismo na comunidade. Uma cidade que o turismo é forte, as pessoas trabalham no final de semana, porque naquele momento é que circula mais grana, não é. A gente não tem essa cultura tão forte, o empresariado ainda trabalha para o consumo interno. Somente o entretenimento e a hospedaria que trabalha para o turismo. (Hamilton, Presidente da Associação Comercial de Vassouras)

Esse é um grande problema para o desenvolvimento do turismo na região, a falta de entretenimento aos finais de semana e feriados, o que será discutido a seguir. É importante observar ainda, que esse ator morador de Vassouras foi entrevistado, devido o município ser considerado um dos maiores destinos receptores da região.

Na perspectiva do funcionário do hotel fazenda B quando perguntado se o empreendimento poderia ser considerado dentro da segmentação do turismo rural, respondeu que:

Turismo rural: primeiro que a gente tem toda a parte, quase toda, a única coisa que falta para a gente entrar no turismo rural é nossa horta. (...) Só está faltando isso que agora, assim que Deus quiser, no começo de mês que vem a gente já consegue de novo. Porque é uma coisa simples, um gasto não pouco elevado, mas tem um bom retorno. Uma coisa simples, mas o hóspede quer ter aquele contato. Então nós temos várias caminhadas, várias trilhas, então isso é bem bacana. É bem coisa de rural mesmo. Ordenha, as crianças vão lá e tiram o leite da vaca. O chá é bem rural, de 1858 quando existiu o Barão de Santa Maria. Nicolau Cordeiro Leão. Então é uma coisa bem de interior, as pessoas, o jeito do interior. Bem mesmo do cantão do meio rural. O que fala “só”. (...) (Funcionário, Hotel Fazenda B)

Ou seja, fica bem claro que apesar o estabelecimento se vender como principalmente turismo histórico, é possível visualizar não só atividades recreativas relacionadas ao turismo rural como a própria vivência e perfil dos funcionários do campo.

Já o proprietário do hotel fazenda C salienta que a proposta do empreendimento é desenvolver o turismo rural:

A gente comprou essa área aqui já para o objetivo do turismo rural. Não era, não estava nada feito. Era apenas a área do terreno e ao longo tempo nós viemos fazendo que você vai ver por ai afora. Sempre visando esse turismo rural com ecologia, principalmente voltada para ecologia, as florestas, essas coisas todas. Isso tem sido muito bem aceito pelas pessoas. Os nossos hóspedes vem para cá, gostam muito. Repetem muito em função do hotel esta bem no interior. E é por aí. (...) Isso é voltado ao turismo rural, é isso. Então nós temos aí dentro disso aí, do turismo, temos um lago muito grande, armazena água onde nós temos pedalinhas, barcos a remos para pescar. Tem, ainda dentro desse aspecto rural, uma tirolesa de 120m de extensão, passando por cima desse lago, para a pessoa gostar disso também. (...) Além dos cavalos, o gado. Porque aqui nós temos. (Proprietário Hotel Fazenda C)

Por fim, o presidente do sindicato rural afirmou que o turismo na região:

È fundamental, porém eu não acredito em nada que não tenha uma política pública definida. Em Barra do Piraí nós temos ainda 21% do nosso território em Mata Atlântica, quer dizer nós já teríamos cumprido a reserva legal; temos um patrimônio arquitetônico da época da cultura do café, com belíssimas fazendas, quer dizer mantemos a arquitetura toda desse período. Porém nós não temos uma política pública. Nós não temos as estradas para chegar a essas fazendas. Nós não temos uma linha de treinamento. Nós não temos uma linha de financiamento. Enfim o que existe de turismo rural na nossa região, é da iniciativa privada. São produtores que compram as suas fazendas e investem ou para recebimento, para receptivo ou para sua própria moradia. Uma coisa que falta, uma política de receptivo. Hoje você chega em Vassouras, “ah, tem a Fazenda São Fernando, tem a Fazenda São Luis do Boa Sorte”. Você chega em Barra do Piraí, você tem a fazenda São José da Prosperidade e a Taquara. Enfim iniciativa privada pura. Você não tem aqui um fomento a política pública do turismo rural. (Francisco Leite, Presidente do Sindicato Rural de Barra do Piraí)

Sobre a égide dos turistas, a grande maioria (56%) dos que responderam ao questionário, reconheceu que a grande potencialidade da região são as fazendas, monumentos e a própria história da região. Já 21% respondeu que a potencialidade é o turismo de lazer. Próximo desse percentual, 20 % dos turistas acreditam que a grande potencialidade turística do município e da região é o turismo rural. E apenas 3% dos turistas citam o ecoturismo com um potencial turístico no Vale do Café, conforme figura 06.

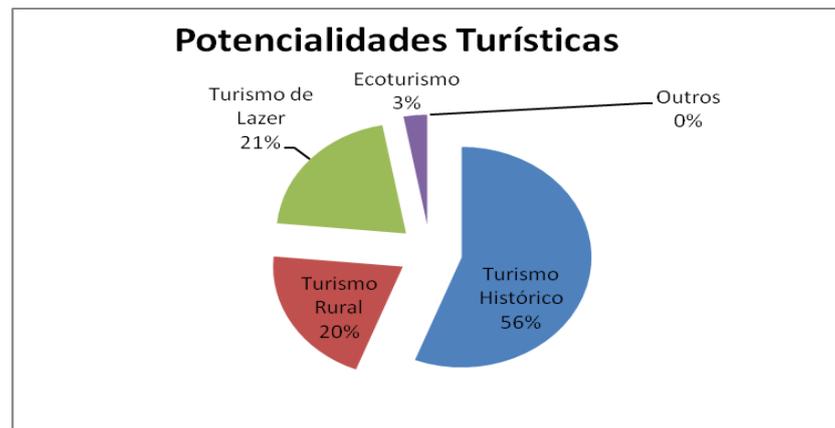


Figura 06: Potencialidades turísticas

Conforme foi salientado anteriormente, a história quando exposta em hábitos e cotidiano das famílias rurais do passado, tal como a herança destes costumes são atrativos do turismo rural, já que existem diversas motivações para essa segmentação. Isso pode ser considerado quando os entrevistados respondem mais de uma resposta, ou seja, pode caracterizar que essas segmentações estão interligadas. Dessa forma, apenas um turista acredita que a grande potencialidade do município é o turismo rural, enquanto que 12 referem-se ao turismo histórico com principal potencial turístico de Barra do Piraí. Esses dados podem expressar que por mais que os turistas estejam em um hotel-fazenda os pontos que mais chamaram sua atenção foram as atividades relacionadas ao turismo histórico, o que ocasionou o pensamento que há apenas essa segmentação no local, não interligando com outros. Já o resto dos turistas citaram pelo menos duas segmentações, o que pode exprimir que diferentes atividades se interligam para caracterizar o turismo rural.

Logo após, estes turistas foram questionados se a localidade tem potencialidade para o turismo rural, ou seja, essa pergunta explica se estes turistas se acham ou não ‘turistas rurais’ ou entendem que estão dentro de um hotel fazenda, empreendimento caracterizado segundo a segmentação citada acima. Dos 21 questionados, cerca de 90% acredita que a localidade tem potencialidade para o desenvolvimento de atividades rurais (figura 07) isso devido: ao local receber grupos do Brasil todo; porque tem muita coisa para ver; tem animais; tem fazendas;

porque tem entretenimento e agricultura; porque tudo que viu; por causa da existência de trilhas e cavalos; por causa da história e porque a área é rural. Dessa forma, os respondentes acreditam que por ser em uma área rural, pela existência de fazendas, ter animais e atividades inerentes ao modo rural, já são motivos suficientes para o desenvolvimento do segmento de turismo rural em Barra do Pirai. Já o resto dos entrevistados não sabe se a localidade pode ser caracterizada segundo essa segmentação.

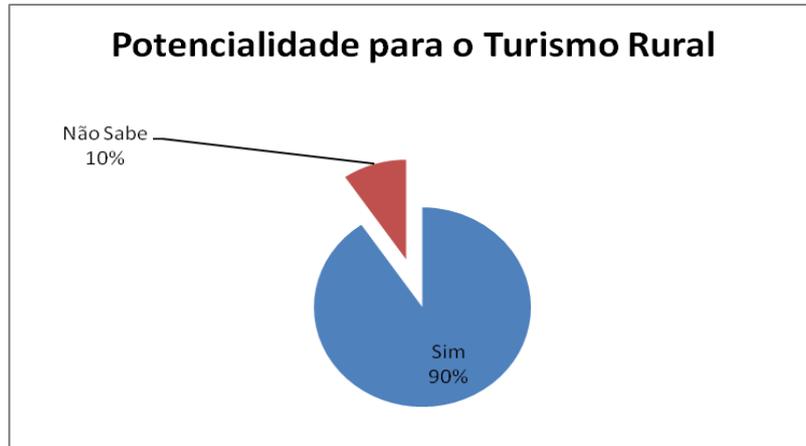


Figura 07: Potencialidade para o turismo rural

Ainda em relação à potencialidade do desenvolvimento do turismo rural em Barra do Pirai, os turistas foram questionados se eles se interessariam em praticar alguma atividade característica do meio rural, como ordenha, entre outras e se já fizeram algumas destas atividades dentro desses empreendimentos. Cerca de 81% responderam que se interessariam em praticar alguma atividade, enquanto 19% não gostariam de realizar alguma atividade no âmbito rural (Figura 08). Do total, 09 visitantes afirmaram que nunca fizeram nenhuma atividade rural dentro dos empreendimentos turísticos em Barra do Pirai; 02 fizeram caminhada na ultima estadia no hotel fazenda; 02 foram observar minhocas, cultivo de plantas e hortaliças e animais no mesmo hotel; 02 turistas responderam que já fizeram atividades rurais, mas não naquela estadia; 01 pessoa respondeu que não fez nenhuma atividade visto que já morou em meio rural e conhece o cotidiano e 05 não responderam. Logo, observa-se que grande percentagem nunca fez atividades inerentes a segmentação nesses empreendimentos, por outro lado alguns responderam que fizeram algumas atividades, ou seja, as atividades são oferecidas.

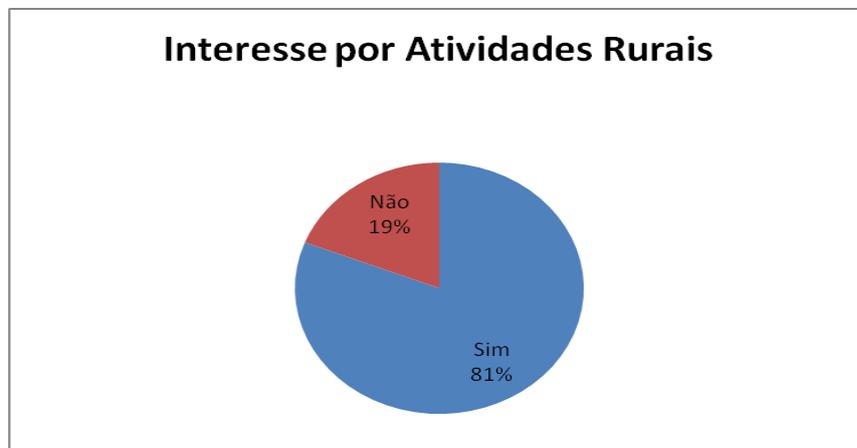


Figura 08: Interesse por atividades rurais

È importante observar conforme o conceito de hotel fazenda salientado anteriormente, o estabelecimento deve estar inserido no espaço rural, podendo estar ou não relacionados à atividades agropecuárias, mas exige alto investimento e papel como prestador de serviço. Ou seja, esses meios de hospedagem recebem pessoas geralmente de áreas urbanas que exigem um mínimo de qualidade no serviço prestado, buscando hábitos rústicos e peculiaridades do local.

4.2 A visão dos agentes de Barra do Piraí e região

A discussão do presente trabalho tem como base a análise de entrevistas com agentes locais relacionados com o turismo, o resultado dos questionários aplicados com turistas, além da pesquisa bibliográfica e documental. Logo, as entrevistas com os agentes locais foram averiguadas através de indicadores determinados na pesquisa, dentre eles: mercado de trabalho (número de empregos, renda média dos funcionários, sazonalidade, capacitação de mão de obra e *free-lancers*), grau de produção interna, conectividade entre agentes turísticos locais, relação setor público-privado, turismo como fonte de renda para os empreendimentos turísticos locais e influencia destes em Barra do Piraí. O que será estudado a seguir.

4.2.1 O mercado de trabalho no setor de turismo

Pelo menos 16 funcionários de empreendimentos turísticos foram entrevistados, entre eles camareiras, recepcionistas, chefe de recepção e gerentes. Cada um apresentou sua vivência com o setor, tal como expectativas e realidades. Conforme citado anteriormente, no meio rural têm se notado um crescimento de atividades não agrícolas e pecuárias, destacando-se o turismo. Dessa forma, o turismo tem sido causador do crescimento de ocupações não agrícolas em muitas localidades rurais do Brasil.

Apesar de não ser o principal motivo da sua existência, o turismo tem influenciado bastante na inserção de trabalhadores no mercado de trabalho, devido a sua característica de atrair grandes demandas e ao efeito multiplicador, podendo gerar empregos diretos e indiretos. Segundo Almeida & Riedl (2001) o turismo geralmente exige mão de obra pouco qualificada (para alguns serviços, já que em geral a qualificação, curso de línguas é bastante solicitado) o que quase sempre representa baixa remuneração. Dessa maneira, a atividade torna-se um grande potencial no meio rural, já que em geral a mão de obra local é de baixa qualificação e busca níveis baixos de remuneração. Isso pode ajudar a retardar ou reduzir a saída de jovens do meio rural, já que geralmente esses são selecionados para trabalhar com o segmento. Todavia, o que nota-se em Barra do Piraí que alguns jovens que se qualificam no setor saem na região em busca de melhores oportunidades ou trabalham em outras áreas, enquanto outros com segundo grau, mas com mais qualificação do que do resto da comunidade, ficam com cargos como recepcionista de hotel. Os autores supracitados afirmam ainda que o turismo rural

(...) pode estimular a produção de produtos alimentícios para o turistas ou comércio local. Por outro lado, a agricultura, em vez de ser estimulada e alavancada pelo turismo, pode acabar substituída por outras atividades mais rentáveis, perdendo a competição em termos de trabalho e terra, especialmente em regiões geográficas desfavoráveis. È desejável que as atividades relacionadas ao turismo rural sejam complementares á atividade agrícola da propriedade. Tendo em vista a sazonalidade da atividade agrícola, e dependendo da estação do ano, o

fluxo de turistas pode sofrer variações devido às características climáticas de cada região (ALMEIDA & RIEDL, 2001, p. 34).

Isso ocorre principalmente nas fazendas históricas do local, que funcionam como visitação e possuem atividades agrícolas e pecuárias, o que será analisado no aspecto ‘influência do turismo’.

Já em relação ao número de empregos, observou-se na pesquisa que os hotéis fazenda buscam jovens da região e estes veem no turismo uma forma de aprendizado. Não se preocupando em trabalhar finais de semana ou feriados. Segundo a recepcionista do hotel fazenda B, trabalhar com o turismo:

Foi muito bom, para mim tem sido muito bom, porque você conhece outras pessoas e conversa igual aqui. Essa fazenda que eu não conhecia e vejo os turistas falando que passou em novelas. Para mim foi até uma forma de estudo. (Recepcionista Hotel fazenda B)

Para a recepcionista, que ocupa o seu primeiro emprego, trabalhar no empreendimento foi uma oportunidade de aprendizado. Segundo o auxiliar da gerência do mesmo meio de hospedagem, em alta temporada, contando com os *free-lancers* o hotel chega a possuir de 30 a 35 funcionários.

A criação de empregos *free-lancers* se dá principalmente por causa da sazonalidade, em especial também devido aos principais hotéis funcionarem apenas final de semana. Dentro do aspecto positivo, tem o fato desse tipo de emprego não deixar que faltem postos de trabalhos, onde muitos trabalhadores possuem mais de uma ocupação. Todavia, esse modelo de emprego não permite que os trabalhadores rurais se capacitem para o setor e tenham maiores oportunidades para trabalhar no setor.

De acordo com 07 proprietários ou administradores de empreendimentos rurais, a média de empregados nos hotéis fazendas varia um pouco, para o hotéis com mais unidades habitacionais existem cerca de 17 a 20 funcionários. Já os meios de hospedagem de porte pequeno, o total de funcionários fica em média 6 pessoas. E as fazendas de visitação funcionam com 02 a 04 funcionários. Com exceção do Parque aquático que oferece mais de 300 empregos diretos. Segundo o gerente do hotel, o turismo:

Ele gera cerca de 300 empregos diretos, então assim ele tem um impacto grande economicamente. Ele traz um grande número de pessoas para o município. A gente chega a ter 3, 4, 5 mil pessoas num fim de semana, no resort. Então assim, é ele gera uma quantidade de pessoas grande vindo para a nossa região. Certo que parte desse grupo pessoas são daqui mesmo da região, mas existe uma grande formação de gente que vem de fora, do Rio, região serrana, Sul de Minas e Vale do Paraíba em São Paulo. (Gerente, Hotel de Lazer A)

È importante observar que dentro dessa estatística, muitas vezes foram contabilizados também os empregados *free-lancers*. Já que grande parte dos meios de hospedagem trabalha apenas final de semana ou estão a mercê da sazonalidade, o que deixa caro a contratação de um funcionário fixo, mesmo que a fazenda produza também, pois o perfil dos trabalhadores do turismo é diferente dos trabalhadores de campo. Para solucionar o problema o proprietário de um hotel fazenda contrata duas equipes, uma trabalha de segunda a sexta e outra de sexta a domingo.

Nós temos dois tipos de funcionários. (...) Não é muito antiga uma lei, que eu não sei quando, o tempo. Mas deve ter no máximo uns dez anos. Quando foi permitido, determinadas empresas que nem o hotel, sobretudo o turismo, contratarem pessoas para só trabalhar 25 horas por semana. Isto representa 3 dias e 8 horas. Que dá 24. Então sexta, sábado e domingo. Nós temos funcionários que trabalham sexta, sábado e domingo. Oito horas por dia dá 24 horas. Então o que acontece, dá 24h que eu digo não é por dia, mas na semana. Então tem duas equipes para poder. 8 horas só não dá. Tudo bem, então se faz duas equipes para trabalhar. Então há dois tipos de empregados, um tempo integral vamos chamar assim, que trabalham de segunda a sexta; e o outro, de tempo

de, o contrato chama de horário reduzido. Que trabalham sexta, sábado e domingo. (Proprietário Hotel Fazenda C).

Do ponto de vista do presidente do Sindicato Rural de Barra do Piraí é muito difícil o funcionário rural se inserir no turismo rural, devido a diversos fatores, entre eles a falta de qualificação que o setor necessita:

O emprego neste turismo rural, hoje está muito baixo. Porque é mão de obra especializada. Eu não pego um homem rural e transformo ele em um garçom. Eu não transformo ele em um guia. Eu preciso de investimento para transformar esse homem. Hoje que escolhe o turismo rural ou treinou ou trouxe de fora. Há emprego, mas ainda não é uma realidade. Não cumpre seu papel. Ainda não distribuiu renda. (Francisco Leite, Presidente Sindicato Rural de Barra do Piraí)

Para o proprietário da fazenda histórica B, o fato da demanda ser motivada por diversos fatores influencia muito no fluxo turístico e no lucro do empreendimento:

(...) o turismo ele é muito sensível. Qualquer coisinha, é um dia frio, o pessoal desmarca. É um problema na estrada, caiu uma barreira, é a questão que deu uma dengue no Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro, o pessoal acha que tem dengue aqui. Então o colégio de São Paulo desmarca, porque acha que tem problema de dengue aqui. Então turismo é muito sensível. Então a gente esta, o fluxo vai variando, mas é muito assim, uma variação muito pequena. (Proprietário Fazenda histórica B)

Como solução para fugir da sazonalidade e de alguns incidentes que podem influenciar no fluxo de demanda, o proprietário inaugurou um restaurante, segundo ele:

O quê que acontece, eu já venho fazendo esse trabalho a oito, dez anos. Então quando você esta o ano inteiro trabalhando, chega no final do ano se passar uma semana sem vir visitante ou duas semanas ,você está , sua cabeça fica desse tamanho, você fica enrolado. Empregado não pode deixar de receber, a luz, não sei o que né. Então para evitar, pagar o décimo terceiro, tem férias, aqueles negócios todos. Aí para você não ter esse problema, para eu tentar amenizar um pouco esse problema, minha esperança é essa, que daqui a um mês mais ou menos, eu to me preparando, já estou investindo para abrir o restaurante, mas só aos sábados e domingos para melhorar a minha receita pelo menos. Pois se o visitante não vier aqui eu não faço dinheiro. (...) Eu ganho dinheiro aqui com a visitação. (Proprietário Fazenda Histórica B)

Em relação às demais características relacionadas ao trabalho, os proprietários afirmaram que a maioria dos funcionários é da localidade ou das proximidades. Existem estabelecimentos que fornecem moradia para que o funcionário possa viver com a família. Com relação à renda salarial a maioria dos empreendimentos trabalha de acordo com as regras do sindicato de cada setor, por exemplo, para garçom é um média salarial, para recepcionista outro. Entretanto, dados das entrevistas mostram que em geral a média salarial é de entre 01 (hum) salário mínimo a R\$800,00 mensais. Segundo um administrador da pousada:

A gente tem um sindicato de hotéis, a gente segue as questões do sindicato. Porteiro tem um salário. Garçom tem um, cozinheiro tem outro. A gente segue o que manda o sindicato. (Administrador Pousada com casarão histórico).

Já de acordo com os funcionários a média salarial varia, mas em geral é de um salário mínimo, exceto para os funcionários com maior qualificação, como gerentes, administradores, setor da tecnologia, entre outros. Sobre qualificação grande parte dos funcionários é semianalfabeto ou concluíram o ensino fundamental ou médio, esse motivo pode colocar o turismo como uma grande oportunidade para esses funcionários que inicialmente possuem o campo como oportunidade. Segundo o administrador de um hotel no local a exigência do nível de qualificação depende da função.

Sim, depende da função. Depende da função que você tem isso nas áreas administrativas, nas áreas de tecnologia. Tem de todo tipo, então eles são qualificados em terceiro grau e pós-graduação. (Gerente Hotel de lazer A)

Já em relação a uma nova oportunidade para comunidade rural, de acordo com uma recepcionista de um hotel fazenda (trabalha um ano no empreendimento e tem ensino médio completo) trabalhar com o turismo foi uma grande oportunidade, já que antes a mesma trabalhava em trabalhos temporários como garçomete.

Ah, olha. Porque igual assim, é, eu acho que, igual aqui, eu trabalho no hotel, então é um ponto turístico. Porque eu começo, eu passei a lidar com as pessoas. Porque se eu não soubesse lidar com as pessoas, como eu poderia estar trabalhando aqui num ponto turístico. Então isso foi muito importante para mim. (Recepcionista Hotel Fazenda B)

Para outra recepcionista do mesmo equipamento turístico, que também possui o ensino médio completo, trabalhar com o turismo foi uma ótima oportunidade, já que o mesmo é seu primeiro emprego (trabalha no hotel cerca de três meses) e tem tido grande aprendizado.

Foi muito bom. Para mim tem sido muito bom, porque você conhece outras pessoas e conversa igual aqui. Essa fazenda que eu não conhecia e vejo os turistas falando que passou em novelas. Para mim foi até uma forma de estudo. (Recepcionista Hotel Fazenda B).

A recepcionista salienta ainda que trabalhar com o turismo não era sua expectativa de vida, mas através de uma oportunidade que surgiu com o convite de uma amiga que já estava no local, a experiência tem sido enriquecedora.

Assim, nunca tive o olhar voltado para o turismo. Pois como teve a oportunidade, eu estou gostando muito. É uma área que eu não pensava. (Recepcionista Hotel Fazenda B).

Para uma funcionária (de nível de escolaridade ensino médio completo) de uma fazenda histórica o turismo tem trazido visitantes para um local onde não se há tantas atividades ou expectativas. A mesma afirma ainda que voltou a trabalhar (está há 11 anos no empreendimento) por causa da implantação da visitaçã na fazenda.

Eu moro aqui na cidade, trabalhei na fazenda porque fui babá (...) ele era bebezinho, saí e retornei para cá por causa do turismo. Voltei para trabalhar com visitaçã. Sou de Barra mesmo. (Funcionária Fazenda Histórica B)

Ela ainda aponta ainda que o turismo influenciou na sua vida, já que trouxe uma visã de vida diferente do que tinha anteriormente.

(...) Quando eu recebo o turista assim. Eu hoje eu tenho uma visã diferente. Bom se eu fosse, se eu fosse mais nova, eu faria com certeza um turismo. Com certeza, porque é muito agradável. (Funcionária Fazenda histórica B).

Quando a entrevistada se refere a “fazer turismo” quer mencionar a realizaçã de um curso superior em turismo ou áreas afins, já que com o emprego a mesma tem trabalhado muito. A funcionária finaliza exemplificando sua expectativa em relaçã ao setor:

Espero que cresça, cresça e cresça cada vez mais. Que venham, entendeu. (Funcionária Fazenda histórica B).

Referindo-se ainda na expectativa do crescimento do turismo para estes funcionários, a camareira de um hotel fazenda cita:

Eu espero que traga coisas boas. Melhorias para Ipiabas. Porque nós estamos precisando não é, de melhoria. Mais trabalho não. (Camareira Hotel Fazenda C).

No mesmo sentido, a cozinheira de outro Hotel Fazenda exclama sua expectativa em relação ao setor:

Mais desenvolvimento, mais emprego. (Cozinheira Hotel Fazenda Folhas Verdes)

Deste modo, estes funcionários veem o turismo como uma alavanca para o desenvolvimento, que trará emprego, renda e autoestima para o local. Apesar dos salários serem baixos ainda, todavia concede a oportunidade de exercer outras atividades sem ser lida no campo. A maioria dos funcionários está posicionada em cargos operacionais (garçom, camareira, recepcionista), já os cargos de gestão geralmente ficam com os proprietários ou pessoas com um grau de escolaridade maior (a partir do ensino superior), sendo que dentre estes alguns são da região e outros não, foram para o local para o emprego.

Por fim, para o Presidente do Sindicato do Comércio de Barra do Piraí, o comércio talvez seja a atividade que mais absorva mão de obra local, sendo que este é mantido através das compras da população local e vizinhas. De forma, que é muito raro um turista passar e comprar algo na cidade, principalmente pelo fato dos mesmos ficarem em hotéis que oferecem o sistema *all-incluse* (tudo incluído no pacote, exceto bebidas na maioria dos estabelecimentos), não havendo a necessidade dos turistas buscarem outros serviços. E quando há, geralmente é indicado e previamente agendado. Segundo o mesmo:

(...) eu estou tentando ver se levo uma carreta do SENAC para Ipiabas para ficar á três meses e ensinar: garçom, ensinar culinária, ensinar servir mesa, serviço de copeira, essas coisas todas. Porque é muito deficiente. Porque lá tem usar a mão de obra de lá. Eles ganham pouco, porque só funciona sexta de noite, sábado e domingo. De segunda sexta até 12 dia está fechado. Então não quer assinar carteira, quer pagar o sujeito de gorjeta. Cobra 10% e paga de gorjeta. Então eles veem trabalhar para cá. Sabe. Agora os daqui querer ir para lá, é difícil. É muito mais difícil. (Orlando Pimentel, Presidente Sindicato do Comércio de Barra do Piraí).

Nesta vereda, a sazonalidade e o fato do funcionamento da maioria dos estabelecimentos turísticos serem geralmente aos finais de semana, feriados e período de férias, pode ser um grande entrave para o setor. Assim, é necessário analisar uma solução para este fato, que venha beneficiar os funcionários como os proprietários, já que um hotel vazio é um lucro perdido, devido a característica de perecibilidade e intangibilidade¹⁵ do produto turístico. Uma sugestão seria o incremento dos eventos, no entanto os proprietários locais afirmam que a divulgação não é eficaz, não impactando imensamente no lucro destes. Segundo apontamentos de um administrador de um hotel-fazenda quando perguntado quais seriam os locais que os turistas visitam ao sair do hotel:

¹⁵ O produto de serviços no turismo possuem algumas características importantes quando relacionados ao mercado. Entre a intangibilidade, a heterogeneidade, a perecibilidade e a inseparabilidade. A intangibilidade significa que os serviços prestados não podem ser tocados, medidos ou experimentados devido não terem nenhuma característica física. Ou seja, existem apenas no momento que são produzidos e consumidos; Já o significado de heterogeneidade remete-se a não existência de uma unidade na prestação de serviços. Dessa forma, um serviço nunca é realizado da mesma forma do outro; A perecibilidade é uma consequência da intangibilidade. Assim, o produto não pode ser armazenado, devido a sua duração limitada. Logo, se uma unidade habitacional deixa de ser usada, o proprietário deixa de lucrar, pois gastou para manter o local e não há com estocar; Por fim, a inseparabilidade remete que o consumidor participa diretamente no processo de produção do serviço, ou seja, a produção e o consumo ocorrem simultaneamente. (CASTRO, MELQUIADES, TADINI, 2011)

Principalmente Conservatória à noite. A Seresta porque ela tem. Ela é muito divulgada. Valença conseguiu fazer um distrito, a cidade da Seresta. Um distrito mais reconhecido como a cidade da seresta. E é uma divulgação que a gente recebe muito hospede que vem em função de Conservatória. Que os hotéis, lá tem muito mais hotéis e pousadas, mas já não absorve todos os hospedes lá. (...) mas tem eventos em Ipiabas, que é muito mal divulgado mas são muito bons, que a gente recebe um hóspede aqui. Esse festival de Jazz é um, que começou a fazer propaganda dele semana passada. Não tem condição. (Administrador Hotel Fazenda C)

Dessa forma, apesar desses eventos serem de boa qualidade, a divulgação não é eficaz e o distrito de Ipiabas, que tem um grande potencial turístico, passa a ser muitas vezes cidade dormitório para aqueles que não conseguiram hospedagem em Conservatória e até mesmo apenas uma rota de passagem. Sobre este tema, o mesmo funcionário finaliza ainda:

(...) Eu acho que recebe pouco, que poderia receber muito mais. E aí. Por causa de incentivo, por causa da falta de divulgação do potencial da região aqui, de Ipiabas. A gente recebe muito mais hóspede que veem para cá por conhecerem Conservatória, que é distrito de Valença. Do que propriamente dito da região, que eu acho que também tem o seu valor. Ipiabas tem um potencial muito bom, mas que é ainda muito pouco explorado. Muito pouco. (Administrador Hotel Fazenda C)

Sobre a qualificação dos funcionários do setor, a maioria dos empregados que estão envolvidos, conforme citado anteriormente, tem segundo grau completo, com exceção de alguns funcionários que estão encarregados em algum setor de gestão. Grande parte dos meios de hospedagem afirma que realiza cursos de caráter frequente ou esporadicamente. Alguns entrevistados, como o administrador da pousada com casarão histórico afirma que utiliza alguns órgãos do Sistema S: SESC (Serviço Social do Comércio), SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas) SESI (Serviço Social da Indústria), SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), para capacitação de funcionários:

Sebrae, Sesc, Senac (Administrador Pousada com casarão histórico)

O ponto de vista de uma funcionária do Hotel Fazenda B indica o oposto, quando a mesma explana que a capacitação na região é pouca.

Pouco, muito pouco mesmo. (Recepcionista Pousada com casarão histórico B).

Já o gerente de um hotel de lazer A aponta existe uma forma de capacitação de funcionários que é realizada frequentemente, conforme explanado abaixo:

Temos capacitação, por exemplo, aqui dentro do hotel existe um treinamento que é feito duas vezes por mês, as quintas feiras. (...) temos funcionários da região e das cidades vizinhas (Gerente Hotel de lazer A).

Nessa vereda, através da análise das entrevistas, os funcionários acreditam no turismo como forma de desenvolvimento, ou seja, pode trazer oportunidades, infraestrutura e aumentar a autoestima da população da cidade. Apesar dos mesmos acharem baixos os salários oferecidos.

4.2.2 Grau de Produção Interna

O turismo rural é conhecido como uma atividade que ocorre no meio rural, de forma que os proprietários integram o setor a produção (atividades agrícola e pecuária), sendo o turismo considerado uma fonte para complementar a renda. Conforme citado anteriormente, Barra do Pirai, segundo a classificação de Rodrigues (2000), pode classificar o turismo rural praticado no local por “turismo rural tradicional” apresentado pelas fazendas-hotéis e o

“turismo rural contemporâneo” caracterizado através das pousadas e hotéis fazenda. Dessa forma, mesmo que o hotel fazenda tenha sido construído para esse fim, diferentemente da fazenda-hotel, é necessário ter no leque das suas atividades, algo relacionado com a vida do campo ou a vida do homem cotidiano local. Ou seja, na maioria das vezes o hotel produz alimentos ou para o seu sustento ou como apenas representação do que seria uma vida rural. De forma que, quando há a análise da segunda opção, pode-se converter em um grande equívoco, já que a atividade não seria natural do local, mas inventada para vender esse produto turístico.

Em Barra do Piraí todos os hotéis pesquisados possuem pelo menos pequenos características que se pode denominar com hábitos de uma vida do campo, como horta, atividades de cavalgada, entre outros (apesar de significado de rural ter mudado bastante, ou seja, muitos hábitos estão relacionados a vida urbano, como empregos não agrícolas). Todavia grande parte dos empreendimentos produz alimentos para o consumo (mesmo que seja em pequena quantidade). Neste sentido, o turismo rural pode se caracterizar também através da produção de produtos para venda (vendem também produtos artesanais), subsistência e como atividades recreativas. Assim, os administradores ou proprietários desses meios de hospedagem afirmaram quando perguntados se o hotel produzia algo:

Então, alguma coisa vai passar a produzir. Mas assim, não, não. Alguma coisa vai passar a produzir. Não. Em termos de doces de compota, igual a esse chá imperial, muitas coisas são fabricadas aqui no hotel. (Funcionário Hotel Fazenda B)

Dentro dos alimentos e outros produtos que esse empreendimento hoteleiro produz estão: aves, alguns legumes e verduras, massas, boa parte dos ovos, sucos e algumas frutas, biscoitos e doces (que são utilizados no ‘Chá Imperial’ encenação de um chá das famílias aristocratas rural na época dos barões do café). O resto dos produtos como carnes vermelhas, laticínios, pães, cereais, biscoitos, bebidas, soja, café, material de limpeza e outros utensílios são comprados em lojas e mercados da região. Os peixes chegam de Angra dos Reis e apenas os ovos são fornecidos por um produtor rural da região (apêndice I).

De acordo com o presidente do Sindicato Comercial de Barra do Piraí os turistas não passam no centro da cidade ou em lojas do município, pois possuem tudo nos hotéis, o que pouco influencia no comércio local. Todavia, de acordo com o mesmo, muitos meios de hospedagem compram na região, o que influencia muito nesse setor.

(...) Compra é em Barra do Piraí. Ninguém sai daqui para compra que não seja Barra do Piraí. A não ser se o cara seja muito forte, como é o caso do Seu João, que tem hotel em Cabo Frio, que tem hotel em Búzios. Então tem um poder de compra que faz contato com São Paulo e vem um caminhão para ele, de pratos de tudo mais. Mas essa área toda aqui de Ipiabas, Santana de Barra, de Pinheiral, de Valença, vem tudo comprar em Barra do Piraí. As televisões, as geladeiras, através de ponto frio, Casa Bahia, Lojas Cem (...), Comida na Casa do Arroz. (Orlando, Presidente Sindicato do Comércio de Barra do Piraí)

Já a pousada rural aponta que não produz no estabelecimento, de forma que realiza suas compras na região através de mercado e fornecedor direto.

Não, compra aqui, tudo na região. Do mercado e tem fornecedor também. (Administrador, Pousada com casarão histórico)

O administrador deste empreendimento citou ainda que produz no hotel, apenas doce, o resto é comprado em algum fornecedor, mercados e/ou lojas locais. A principal loja de varejo apontada foi a Casa do Arroz no próprio município já os restos dos fornecedores são da região, mas não do próprio município (apêndice J).

Seguindo esta lógica, o hotel fazenda C salienta que efetua suas compras no supermercado e também produz outros alimentos. Segundo o proprietário

As principais são dos supermercados daqui da região. As principais coisas. Mas nós. Ai é outra coisa do turismo rural. É muito importante isso, que é a produção própria. Tem dois aspectos muito importantes dessa coisa: redução do custo e que os hóspedes quando vem, veem aquilo que estão comendo. Aqui eu faço questão de disser para eles todos: 'oh, você vai na horta para ver, que aqui não entra defensivo agrícola, nunca entrou aqui. Vai na horta vê, como que é plantada lá sua alface, seus legumes e coisas, que podem comer'. Bem eu costumo dizer o único lugar que eu como legumes cru é aqui. Porque a gente sabe que não tem. Então essas duas coisas, estes dois aspectos é muito bom. (Proprietário Hotel Fazenda C).

Dessa forma, de acordo com a análise de fornecedores do empreendimento, em geral, cita-se fornecedores (empresas da região) e mercados e lojas locais. O resto é do próprio hotel conforme entrevista acima (apêndice L).

Por fim, o administrador do hotel fazenda A aponta que a maioria dos produtos ofertados no empreendimento é comprada em lojas de varejo da região, em especial a Casa do Arroz (apêndice M).

Através da análise dos questionários e das pesquisas realizadas, nota-se que apenas um entrevistado falou um pouco sobre a compra de produtos em produtores rurais. Mesmo que não seja visível em Barra do Piraí, a elaboração de um roteiro turístico ou a formação de meios de hospedagem em propriedades de pequenos agricultores rurais, a compra de produtos em propriedades caracterizadas por agricultura familiar por partes dos empreendimentos turísticos da região seria uma ótima oportunidade para o desenvolvimento local. De acordo com Silva, Vilarinho e Dale (1998) quando menciona-se o turismo rural familiar é importante observar que : o turismo familiar organizado e qualificado, quando valoriza a cultura e o ambiente, pode ocasionar o desenvolvimento rural, contemplando atividades econômicas capazes de criar setores comerciais alternativos, objetivando a manutenção das comunidades nos seus locais de origem. Assim o turismo rural pode gerar empregos em um curto espaço de tempo e um custo razoavelmente baixo, quando comparado aos demais setores econômicos.

Nessa vereda, de acordo com o presidente do Sindicato Rural quando perguntado se existe alguma relação do turismo rural com o produtor rural, como venda de produtos para empreendimentos hoteleiros ou do ramo, ou propriamente com um ponto de atração turística para visitação ou para alojamento em suas propriedades:

Ainda não. È o que a gente fala de turismo rural e turismo no meio rural. Existe uma diferença muito grande nisso daí. Não é porque que é hotel fazenda que é turismo rural. Você tem o rural dentro daquele hotel, mas ele não é rural. Turismo rural é quando você tem a convivência com as atividades e as praticas agrícolas. Isso nós ainda não conseguimos. Diferente da região do Espírito Santo. Nós temos lá caso de sucesso, Venda Nova do Imigrante. Aqui nós estamos lutando nessa ideia de Venda Nova do Imigrante a mais de dez anos. E nós não conseguimos avançar. (Francisco Leite, Presidente do Sindicato Rural de Barra do Piraí)

Para o mesmo isso acontece devido o produtor rural trabalhar de forma isolada não tendo assim estratégias para o seu crescimento.

Porque veja bem, o produtor isolado. Geralmente, o produtor rural, não desqualificando ele, ele não teve um acesso a cultura, ao estudo. Então ele não tem noção da potencialidade dele. Ele tem uma propriedade rural, ele, vamos dizer tira 100 litros de leite, ele tem um faturamento de 100 reais por dia, R\$3.000,00 no fim do mês. Um custo de meio, 50% de custo, vamos dizer R\$1,500 reais. Ao passo se ele recebesse o turista e fizesse venda, ele aumentaria muito mais. A São José da Prosperidade é uma fazenda que tem visitação, a Magid me disse que ano passado ele recebeu mais de quatro mil turistas. Ela tem suíno e eucalipto. A maior fonte de renda da fazenda São José da Prosperidade é o turismo rural. Então falta o que. O empreendedor rural tem que ser empreendedor. (...) Ter essa visão de mercado também não é para qualquer um. Falta o que, falta incentivo, falta chegar para o produtor rural e mostrar que ele não tem só um negócio de produção, ele pode trazer as pessoas da cidade para conviver no meio rural. Pode ser quatro quartos, mas com água quente com TV. (...) O

produtor tem que entender o seguinte, que ele está recebendo pessoas de fora que vai querer chuveiro com água quente, tem ter uma cama limpa. Tem ter no mínimo um frigobar. Então que quer ter uma comida gostosa. Para ele fazer a convivência no meio rural. Isso nós estamos com dificuldade nisso. Vassouras, Barra, Piraí, Pinheiral, Volta Redonda. (...) Nós temos propriedade de leite aqui maravilhosas, que podiam receber para um café da manhã. A pessoa ir visitar a produção, ir visitar a ordenha. Depois tomar um café e comprar manteiga, queijo, creme de leite. Nós não temos essa visão. (Francisco Leite, Presidente Sindicato Rural)

E ainda, o mesmo aponta ainda, que são poucos os produtores rurais que vendem algum produto para estabelecimentos turísticos, conforme citação abaixo:

Muito pouco. O forte nosso aqui na região são as feiras municipais. Em Barra tem uma feira a mais de cem anos, centenária. Aí você chega lá e você vê vários produtores rurais. Tem até turista. (...) Se você não tem uma política pública você não vai a lugar nenhum. Para mim a política pública é quando o governante coloca recurso para aquilo acontecer. Papo, folha, papel, discurso não é política pública. (...) (Francisco Leite, Presidente Sindicato Rural Barra do Piraí)

Já a proprietária da fazenda histórica A, afirma que produz produtos que são vendidos nas lojas locais e para os turistas que visitam a fazenda:

A linguiça é vendida na região, supermercado, padarias. E a gente vende aqui também. Vende para os turistas também. Eu tenho uma lojinha e a gente vende para os turistas também. Vende artesanato, vende a cachacinha que a gente fabrica, mas não comercializamos nossa cachaça fora da fazenda. A cachaça é bem artesanal, mas a gente vende para os turistas que visitam a fazenda e querem levar. (Proprietária da Fazenda histórica A)

Sobre a relação do agricultor rural com o desenvolvimento do turismo nestes espaços Schneider e Fialho (2000) afirmam que essa categoria é a mais atingida negativamente pelo desenvolvimento do turismo rural, principalmente os pequenos agricultores. Devido a fatos como

Em geral, devido a problemas de escala e acesso a recursos para reconversão ou integração, muitos agricultores familiares acabam encontrando dificuldades para participar de um negócio turístico. É sabido que toda atividade comercial necessita, no início, de um investimento para poder participar do mercado criado pelo turismo. Mas os pequenos agricultores enfrentam obstáculos no acesso a programas de financiamento devido á falta de garantias para a tomada de crédito. Outro fator limitador tem sido a incapacidade de vislumbrar a criação ou adequação de uma atividade ao turismo devido a sua arraigada tradição de agricultor ‘ em tempo integral’. Além disso, a passagem muito rápida de uma atividade a outra também pode se tornar prejudicial, pois há casos em que os ingressantes na atividade turística abandonaram por completo a agricultura, o que implicou o aumento de dependência externa e o custo de vida familiar sem mencionar a possibilidade de comprometer o abastecimento local de produtos agropecuários. (SCHNEIDER; FIALHO, 2000, p. 38)

Neste sentido observamos que a grande maioria dos empreendimentos hoteleiros locais não produz para a própria subsistência e muitas vezes quando esse fato acontece, é apenas para apresentar aos turistas o cotidiano da vida do campo.

Foi perguntado aos turistas se haviam realizado alguma atividade tipicamente rural e se sim, quais. Sendo que a maioria afirmou que nunca fez nenhuma atividade no empreendimento e em nenhuma visita a região (43%), 9% ou já fez alguma atividade ou realizou um caminhada na visita aquele hotel no dia; grande parte dos entrevistados não respondeu a pergunta (24%) e o restante ou não praticou nenhuma atividade devido já ter vivido em área rural (5%), ou fez apenas realizou observação de alguma atividade, como minhoqueiro (5%) ou praticou o plantio de hortaliças (figura 09). É importante salientar que grande parte dos entrevistados, conforme dito anteriormente, estavam visitando o local para a apresentação histórica, no entanto, estavam hospedados em um hotel em Valença. Já a

maioria que estava hospedada no hotel respondeu que haviam praticado ou observado alguma atividade do ‘homem rural’ na estadia.

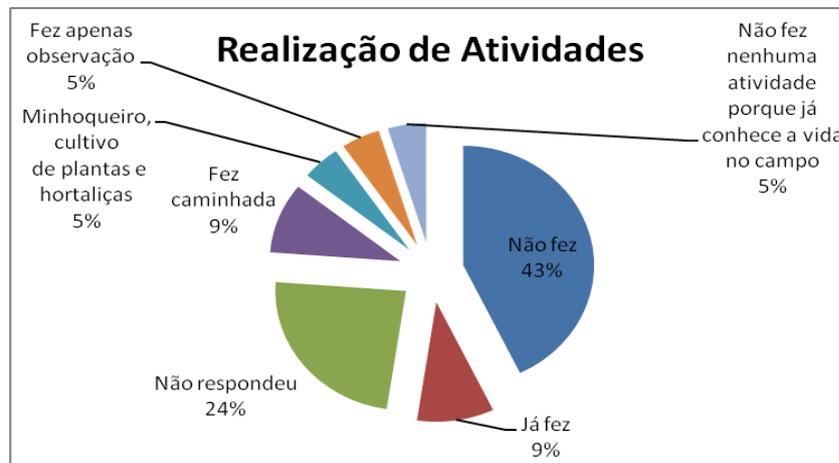


Figura 09: Realização de atividades nos estabelecimentos turísticos

Por fim, através da análise de entrevistas e questionários, nota-se que apesar de ser muito importante mostrar ao visitante a origem da comida que o alimenta em sua estadia e outros hábitos do cotidiano do homem rural, muitas vezes essas práticas são reconstruídas para gerar demanda turística. Poucos empreendimentos dão importância para esse fato. Por outro lado, a maioria dos turistas não é incentivada para praticar essas atividades, já que o foco da visitação é a história do Vale do Café. Não que isso não seja importante ou não apresente a vida rural. Todavia, seria interessante aperfeiçoar essa prática, inserir nos roteiros a apresentação (no caso das fazendas históricas, apresentar as características da agricultura da época do Ciclo do Café e atualmente) ou a inserção dos turistas em atividades de lida do campo. Já em relação ao não pernoite das fazendas históricas, a maioria dos proprietários apontou que inserir hospedagem no local poderia causar danos ao patrimônio histórico, o que não seria positivo, além do turismo ser uma atividade para complementar a renda, já as estas possuem atividades agropecuárias. Ou seja, inserir hospedagem nestes estabelecimentos não ocasionaria vantagens.

4.2.3 Conectividade entre agentes turísticos

Os laços entre agentes, espaços de discussão, dentre outros, podem ser interessantes estratégias para o desenvolvimento de localidades, conforme afirmado anteriormente.

O conceito de redes¹⁶ pode estar relacionado uma forma particular de associação, de natureza horizontal¹⁷, que reúne voluntariamente diversos atores que interagem entre si de

¹⁶. Segunda Capra (1996) onde há seres vivos pode-se encontrar seus componentes organizados em redes. É importante observar ainda, que segundo Anjos (2004) sistema e redes estão interligados, devido a isso alguns estudiosos relacionam a teoria dos sistemas da biologia com a sociedade humana. Por outro lado, Maturana e Varela (1997) salientam que apesar de reconhecerem que outros estudiosos usam a teoria da autopoiese em outros campos do saber como as ciências sociais, eles acreditam que há uma limitação nesta utilização, visto que a sociedade humana caracteriza-se por aspectos que superam os observados em outros organismos vivos.

¹⁷ De acordo com Marcon e Moinet, a rede pode ser caracterizada segundo seu aspecto organizacional em vertical ou horizontal. Sendo que a rede é chamada como vertical quando apresenta alguma estrutura hierárquica, sendo mais comum em organizações que possuem matriz/filial para estarem mais próximas dos seus clientes. Entretanto, as filias possuem pouca autonomia jurídica e administrativa. Já no caráter horizontal, cada empresa inserida nesta rede possui independência administrativa, todavia age coletivamente em busca de objetivos comuns (BALESTRIN; VARGAS, 2004).

maneira sistêmica, compartilhando valores e implantando ações que geram benefícios coletivos, influenciando positivamente empresas, comunidades e setores. É importante ressaltar ainda, que interação entre atores tem superado muitas situações não favoráveis no âmbito social e empresarial. (GRAY, 1989; ASTLEY, 1984; BRESSER e HARL, 1986; CARNEY, 1987 apud VALE, AMÂNCIO e LIMA, 2006). Para os mesmos autores, o conceito de redes “é um conjunto de organizações ou de indivíduos engajados, reciprocamente, em transações recorrentes, reguladas segundo uma lógica de coordenação que extrapola o caráter estrito seja do mercado, seja da hierarquia” (2006, p. 139).

Analisando a aplicação do conceito em Barra do Piraí, verifica-se através da pesquisa que existe alguma forma de laço de cooperatividade entre os atrativos (mesmo que mínima), já que um indica o outro, mesmo com o fato da maioria dos meios de hospedagem se caracterize pelo sistema *all inclusive*, onde o hóspede tem tudo dentro do hotel. Todavia, existe um desconforto quando a indicação é para uma visita a um patrimônio histórico que também é um meio de hospedagem, devido a competitividade. Contudo, não existe uma rede formalizada, com exceção a formação do Conselho Regional de Turismo do Ciclo do Vale que Café (CONCICLO), que objetiva integrar os setores privado e público da região em prol do desenvolvimento do turismo. A atual presidente do órgão explana sobre qual seria o papel do mesmo na região do Vale do Café Fluminense:

O Conselho nasceu exatamente para criar forças, primeiro unir, a iniciativa privada e o poder público. Fazer com que essas pessoas de alguma forma caminhasse juntas, já que todos estão trabalhando pela mesma coisa. A princípio, estaríamos todos trabalhando para o desenvolvimento do turismo na nossa região. E unir forças, partindo de um princípio que os empresários da região e os secretários de turismo de toda a região, nós teríamos uma grande representatividade, diante do estado, diante da federação. Então o nosso grande desafio, é realmente, nos fazer representar e conseguir conquistar um espaço melhor e permitir que o turismo se desenvolva na região. (...) Então o quê que o Conciclo tem fazer, é unir esses interesses e tentar fidelizar esses turistas, esses clientes e tentar fazer com que ele circule. Como fidelizar e fazer com que ele possa circular na região. O cliente de Vassouras hoje, pode ser o cliente de Miguel Pereira amanhã, de Conservatória em uma outra oportunidade e por aí vai. Porque tem muito para vir e descobri internamente na região. (Ana Lúcia, Presidente Conselho Regional do Vale do Ciclo do Café e Proprietária do Hotel Santa Amália)

Dentro desse âmbito, é de imensa importância detalhar que os conselhos regionais fazem parte de uma das etapas para a implantação do Programa de Regionalização do Turismo (PRT- ROTEIROS DO BRASIL)¹⁸, que possui como uma das suas diretrizes criar laços entre representantes de todas as instancias- poder público, empresários, sociedade civil, instituições de ensino e terceiro setor- para todos contribuirmos com as ações do Programa na Região. O PRT surge dentro do âmbito do Plano Nacional de Turismo 2003-2007 (PNT)¹⁹ e junto com a criação do Ministério do Turismo, de forma que sintetiza que a gestão deveria ser feita por regiões com produtos semelhantes, afirmando uma competitividade benéfica. De acordo com Beni (2006, p.28)

¹⁸ Apesar de existirem políticas anteriores a década de 60 (relativas às viagens e a aviação), foi a partir dessa época que políticas mais específicas começaram a ser implantadas. Foi em 1966, que houve a criação da EMBRATUR e o Sistema Nacional de Turismo (18 de novembro de 2006). Entretanto, mesmo com a criação dessas instituições o turismo continuava à margem da política pública brasileira, sendo que em 2003 houve a criação do PNT (2003-2007) e junto com o documento o PRT-Roteiros do Brasil em substituição do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) de 1994. De forma, que o fato do crescimento de políticas públicas na área se deve ao potencial econômico da atividade, além do considerável potencial para a minimização de inúmeros problemas da sociedade atual, como o quadro da pobreza e desigualdades sociais, degradação de recursos naturais, entre outros (DOS SANTOS, 2007).

¹⁹ O PNT (2003-2007) tinha como base um diagnóstico das fragilidades e dos problemas do turismo brasileiro, com as contribuições sistematizadas agrupadas em eixos temáticos (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2012). Ou seja, em síntese foi criado baseado na política pública de turismo foi instituído como forma de planejar a atividade, minimizando as consequências negativas, além de contribuir para erradicar problemas de desigualdades já existentes.

(...) o Programa de Regionalização do Turismo, articulando organismos e instâncias nacionais e regionais, promovendo a cooperação e a interação com órgãos de administração federal, estadual e municipal.

Assim, o PRT substituiu o PNMT²⁰ e tinha como objetivo em escala regional:

ampliar e qualificar o mercado de trabalho; dar qualidade ao produto turístico; diversificar a oferta turística; estruturar os destinos turísticos; ampliar o consumo turístico no mercado nacional; aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional; e aumentar o tempo de permanência e gasto médio do turista (Dos Santos, 2007, p. 77)

È importante observar ainda que segundo o Ministério do Turismo (2007) o PRT-Roteiros do Brasil propõe o desenvolvimento da atividade turística de forma regionalizada, onde o foco é no planejamento coordenado e participativo. Dessa forma, o conceito adotou-se o conceito de região turística como referência espacial. Já que através de observações de roteiros turísticos em todo o Brasil, analisou-se que estes extrapolavam as fronteiras de municípios e até mesmo de estados. Onde algumas localidades já utilizam políticas relacionadas à regionalização, em forma de polos, circuitos ou zonas turísticas.

Logo o PRT surgiu como forma de dar continuidade á algumas ações estabelecidas até o momento, ampliando-as para enfoque regional, incentivando a participação de agentes locais e a criatividade em cada região, otimizando assim o desenvolvimento também dos municípios que ficaram á margem da implementação de políticas públicas.

Neste contexto, essa breve explanação sobre o PRT- Roteiros do Brasil tem como finalidade enfatizar que a conectividade entre atores é de grande importância, não só para o desenvolvimento local, como principalmente para o desenvolvimento regional, que é um dos grandes pilares do surgimento do CONCICLO. Assim, é importante observar que o programa tem como diretrizes políticas três estratégias para alcançar a regionalização, todas relacionados à emergência de laços, entre elas: a gestão coordenada, o planejamento integrado e participativo e o apoio à comercialização²¹. No mesmo âmbito, o PRT baseia-se em princípios que embasam a operacionalização do mesmo, entre eles: a participação, a sustentabilidade, a integração e a descentralização²². Ou seja, todos os princípios estão

²⁰ De acordo com Cobos, Paixão e Silveira (2006) o PNMT foi iniciado na gestão de Itamar Franco e sobreviveu até a gestão de Fernando Henrique Cardoso em 2002. Visava fortalecer o poder público municipal, para estruturação de programas e políticas junto com o setor privado e a população local a fim de se obter o desenvolvimento sustentável das localidades. Logo era possível observar à intenção do governo em transmitir às instâncias local as responsabilidades que era de esferas federais. Ainda segundo os mesmos autores, uma das razões do programa não ter dado certo, foi o fato de grande parte dos recursos serem destinados para municípios que recebia intensa demanda turística; o fato dos municípios não estarem dotados de recursos técnicos e humanos adequados e a incapacidade do programa em reverter os resultados do programa para a população local.

²¹ A gestão compartilhada busca a formação de parcerias com vistas ao compartilhamento de propostas, responsabilidades e ações, podendo envolver as três esferas do poder executivo, como instâncias que promovam a interlocução do poder público com as comunidades. Já o planejamento integrado e participativo remete em pensar a elaboração de planos estratégicos de desenvolvimento do turismo regional de forma participativa. Por fim, a terceira estratégia denominada “promoção e apoio à comercialização” se define através do estabelecimento de relações com agentes de mercado, facilitadas pela atuação e interação institucional e setorial, favorecendo o processo de inclusão social. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007)

²² De acordo com o Ministério do Turismo (2007) a participação estaria muito relacionada ao conceito de cidadania, de forma que é necessário envolver e abrir espaço para todas as instâncias, públicas, privadas, terceiro setor, para o individual e o coletivo. Já a sustentabilidade estaria baseada em pelo menos três pilares (sustentabilidade sociocultural, econômica, político-institucional) que incentiva que os benefícios ocasionados pelo setor contribua para o bem estar da coletividade, através do processo de alocação e gestão eficiente dos recursos, fluxo constante de investimentos público e privado. A integração estaria relacionada ao bom

relacionados a questão de interação e reciprocidade entre atores, destacando as redes como instrumento de troca de informações, experiências e fortalecimento das relações entre os diversos parceiros envolvidos na regionalização do turismo. A rede permite que os agentes envolvidos possam implementar ações comuns, articulando-se para o desenvolvimento do setor, promovendo assim, a conectividade entre eles, para que haja a colaboração. E ainda, a construção de redes também é um importante instrumento para que haja a descentralização, outro princípio da operacionalização do programa (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007). Segundo o órgão, o estímulo a formação de redes²³ locais, regionais ou estaduais pretende influenciar no dinamismo das regiões, contribuindo para abrir novos espaços de atuação de novas lideranças.

Analisando a interação entre diferentes empresas e instituições observa-se que a relação entre empresas ligadas ao turismo ocorre informalmente, através de indicação para visita. O proprietário do hotel fazenda C fala sobre a relação com outros meios de hospedagem da região:

Temos ligações comerciais (...). Não há impedimento propriamente dito. É bom saber o que os outros fazem. (Proprietário Hotel Fazenda C)

Já quando perguntado se os turistas saíam de lá para visitar outros locais da região, o proprietário afirmou:

(...) É variável. Porque tem aqueles que vêm para aqui se hospedar para ir visitar a região e está aqui hospedado. Aí eles vão visitar outros hotéis, fazendas, as fazendas históricas. Vão visitar. E vai para Conservatória, para a seresta. Vai para onde quiser. E também tem aqueles que vem para aqui e ficam aqui o dia inteiro. Tem muitos que vem para aqui e só ficam aqui. (Proprietário Hotel Fazenda C)

Já a proprietária da fazenda histórica A, afirmou os turistas chegam com roteiros pré-determinados de forma que eles

Visitam outras fazendas. Tem uns que já veem com o roteiro pré-determinado. Passa aqui, toma um café aqui, almoça não sei aonde, tem isso também. (Proprietária Fazenda histórica A)

Quando perguntado se a fazenda indicava outros atrativos, a proprietária afirma que procura ajudar na elaboração de roteiros para os turistas:

Indico, a gente até faz o roteiro para eles. Quando eles ligam para cá, a gente faz: ah vem almoçar aqui, depois vai para não sei aonde. Não eu acho melhor que você está em Vassouras, almoça lá, depois você toma café aqui. Não tem problema nenhum. (Proprietária Fazenda Histórica A).

Do ponto de vista da recepcionista de um hotel fazenda do município os turistas visitam outros atrativos, como outras fazendas e cidades:

funcionamento de toda a cadeia produtiva do setor, ou seja, a integração entre diversos agentes potencializarão os resultados das ações e o alcance dos objetivos. Por fim, a descentralização, significa fortalecer os espaços de participação, ampliando a participação de diversos agentes no planejamento, implementação, avaliação de desenvolvimento da atividade.

²³ Para o Ministério do Turismo (2007, p. 53) a formação de redes de relacionamentos é uma ação que perpassa todas as fases do Programa. A rede tem como estratégia promover a conectividade, com o objetivo de realizar ações sistemáticas de promoção de contatos entre os vários participantes. A segunda estratégia visa estimular o trabalho conjunto e a construção de parcerias. Isso significa estreitar as relações já constituídas, os contatos estabelecidos, as conexões já efetivadas. Busca-se fortalecer as relações por meio do trabalho conjunto. (...) A terceira estratégia está relacionada a promover e apoiar a troca de informações. Assim é que a difusão de informações constitui o eixo estruturado de todo projeto da rede.

Saem, para visitar outras fazendas. De vez em quando a Ponte Alta. Até a cidade às vezes, algumas cidades. (Recepcionista Hotel B)

Por outro lado, o proprietário da fazenda histórica B afirma que o geralmente os visitantes vão ao local por indicação de outros hotéis:

(...) Os hotéis me mandam, porque, também é uma cultura, aquela cultura pobre de hotel. Se eu fosse um hotel aqui eles não mandavam. Existe essa briguinha de hotel com hotel. Como eu não sou hotel, todo mundo me manda, porque eu não sou concorrente dele. (Proprietário Fazenda histórica B)

Seguindo essa lógica, fica claro que alguns meios de hospedagem indicam apenas atrativos turísticos culturais, como visitar um casarão de época, que não permitem pernoite. Já que existem pelo menos 02 meio de hospedagem que são casarões antigos e trabalham com visitação também.

A gerente do hotel fazenda A, aponta que os turistas saem para visitar as fazendas históricas da região e que eles indicam as mais próximas:

Alguns saem. Já vem com interesse específico em conhecer uma fazenda. Eles procuram alguma fazenda que seja histórica. Fazenda histórica não é. Que seja próxima e que não seja muito cara. Que seja um valor assim R\$35, R\$40 reais, porque acima disso, acima de R\$35, R\$40 eles acham caro. E que seja próxima, no máximo 15 minutos de carro. Também não querem ficar muito tempo. Tem medo. (Gerente Hotel Fazenda A)

O administrador da pousada com casarão histórico salienta que existe uma grande interação de empresários locais, principalmente entre os proprietários ou representantes das fazendas históricas.

Sempre tem. Quando tem uma feira, a gente se reuni para poder ir para as feiras. Geralmente é mais das fazendas. A gente tem 04 fazendas em barra do Pirai para desenvolver (...) e a gente se reúne para isso. (Administrador da Pousada com casarão histórico)

De acordo com a proprietária da fazenda histórica A:

A gente tem uma parceria muita boa com todos os hotéis de Conservatória, Vassouras. Existe uma parceria muito grande. Eles indicam a fazenda. O hospede esta lá, quer fazer uma visita, eles ligam para cá: Dona Magid, eu estou com tantos hospedes aqui. Ai eu encaixo e tal, entendeu. Isso acontece muito. (Proprietária Fazenda histórica A)

Por outro lado, o gerente de hotel de lazer A, afirma que seria muito bom para o crescimento do turismo na região se houvesse uma maior interação entre os envolvidos:

Acho que se cada um tentar divulgar, e mais difícil se fossemos um pouco mais unidos. Se a gente, por exemplo, tivesse um bureau entre os hoteleiros e os secretários de turismo da região, não só de Barra do Pirai, mas das cidades vizinhas também. (Gerente hotel de lazer A)

Do ponto de vista dos turistas, foram obtidas as seguintes respostas para a pergunta se eles haviam conhecido outros locais na atual viagem ou em visitas anteriores. A maioria afirmou que visitou outros locais na região (76%), enquanto 19% não tiveram a oportunidade, sendo que 01 respondente não visita, pois mora na região. Dos que responderam que sim, 12 pessoas conheceram atrativos em Vassouras, Mendes, Conservatória, Pirai e Barra do Pirai, 02 visitaram também outras fazendas históricas e 02 não souberam responder. Já os que responderam que não saíram do hotel, 02 ainda não visitaram outros locais, pois ainda é o segundo dia da viagem, no entanto pretender conhecer outros atrativos da região, 01 não visitou e 01 já conheceu outros locais da região em outra estadia (figura 10).



Figura 10: Visitação em outros atrativos

Diante da afirmativa que existe mesmo que mínimo, um grau de cooperação entre os agentes turísticos locais, é preciso incentivar discussões que incluam agentes não só locais, como de âmbito regional. É necessário, os empresários locais se adaptarem ao conceito de empreendedor coletivo, que busca uma ruptura com o paradigma de competição para um novo baseado na cooperação. De forma, que esse empreendedor coletivo tem o papel de questionar e finalizar com modelos existentes, gerando uma nova dinâmica organizacional. Além de informar o grupo dos benefícios da cooperação, gerando assim, um ambiente de possíveis interações e troca de experiência para a garantia de uma ação cooperada e integrada (VALE AMÂNCIO, LIMA 2006). Segundo Vale, Amâncio e Lima (2006) em alguns modelos de redes, o empreendedor coletivo tem o papel de sensibilizar as pessoas e organizações, gerando espaços de cooperação e construção coletiva. Ajudando dessa maneira, na definição de uma agenda comum. De forma que ele deve acompanhar, avaliar, monitorar e cobrar os resultados do grupo. Além de apoiar a estruturação e organização de novos modelos associativos. A própria existência desse agente já pode ser considerada uma inovação, que é uma ação de uma característica do conceito de redes, o esforço coletivo para a inovação.

Por outro lado, é importante observar que os agentes locais indicam e os turistas visitam principalmente as fazendas históricas, ou seja, o turista vai á esse atrativo para conhecer a historia da região e do local através da visita guiada na fazenda. No entanto, ele não observa ou participa de alguma atividade típica do meio rural, com exceção para os famosos chás imperiais dos quais são servidos alimentos do meio e a venda de alguns alimentos ou utensílios de produtores rurais, já que alguns são vendidos nessas fazendas. Ou seja, também é necessária uma maior aproximação com os produtores rurais, incentivando as propriedades de agricultura familiar a vender para estes empreendimentos e turistas ou ainda utilizar sua propriedade como atrativo turístico. Poderia se criar um produto típico local que incentivaria a inserção de produtores rurais locais na cadeia produtiva do turismo.

Por fim, quando relacionados á outros aspectos sobre a formação de redes, como ambientes econômicos, social e cultural favoráveis, é importante destacar que apesar de existir mazelas como em outros municípios, Barra do Pirai tem um grande potencial econômico, seja através do turismo, do comércio, da indústria e da agricultura. A cultura apresenta um cenário razoável, visto que muitas vezes a população nem conhece ou sabe informar aos turistas onde estão localizados os atrativos locais. Todavia, esse é um problema que pode ser resolvido com medidas a curto e médio prazo, com inserir o assunto nas disciplinas escolares, divulgar melhor para a população, entre outros. Logo, fica claro que apesar de haver uma cooperação informal no município e na região, ainda não há uma

dinâmica cadeia produtiva do turismo, devendo ser destacado como ponto estratégico em busca do desenvolvimento.

4.2.4 Conectividade entre o setor público e o privado

O turismo é uma atividade que utiliza o espaço como seu principal meio de sobrevivência. Ou seja, o turismo consome o espaço geográfico, sendo necessária uma política nacional que seja norteadora da atividade, atuando como mediadoras entre diversos sujeitos sociais mediante este processo (CRUZ, 2000).

De acordo com Dias (2005) o turismo é profundamente dependente do setor público, de tal forma que podemos colocá-lo como principal responsável da qualidade do produto turístico. Neste sentido, diante do argumento que o turismo é um fenômeno que pode causar fatos positivos e negativos, é de extrema importância que o Estado facilite, induza e organize a atividade, criando políticas que norteie os diferentes interesses. Além do fato, que para a realização do turismo é necessário o uso de bens públicos como as infraestruturas, segurança, entre outros bens muitas vezes sob gestão de órgãos públicos (DIAS, 2005).

Dessa maneira, o Estado tem hegemonia na produção do espaço (junto com o mercado), dado seu papel de regulador das relações sociais e de provedor de infraestrutura. Todo o conjunto de normas que emana do Estado regula tanto a vida pública quanto a vida privada. (CRUZ, 2009).

De forma geral, o Estado tem função de desenvolver o fomentar o turismo. Para Salvati (2004) o Estado deve: elaborar e implementar a política de turismo²⁴, com intuito de direcionar o desenvolvimento; estabelecer prioridades e estratégias no desenvolvimento do produto turístico; elaborar e aplicar legislação e regulamentação do turismo, estipulando normas sob as quais as atividades turísticas devem desenvolver; capacitação de recursos humanos; implementação e manutenção de infra estrutura; estruturação e diversificação da oferta turística; promoção turística; elaboração de dados estatísticos, a fim de direcionar investimentos; proteção e conservação dos recursos naturais, paisagísticos, históricos e culturais do uso turístico direto ou não; promoção do bem estar das comunidades que recebem o turista e do próprio turista; promoção da articulação e mobilização entre diversos atores envolvidos no processo de desenvolvimento do turismo.

Para o mesmo autor, o Estado deve mediar os diferentes interesses: governo local, o setor privado, o patrimônio cultural e natural, a comunidade local e o turista (SALVATI, 2004). Ao mesmo tempo em que a implantação de infraestrutura e a qualidade adequada para o desenvolvimento do turismo, devem-se ter a interação do setor público (nível local, regional e nacional) e o privado (comunidade receptora e empresários locais, através da oferta de serviços complementares) (RUSCHMANN, 2000).

Conforme analisado anteriormente, a conectividade entre diferentes agentes locais e regionais, em especial empresas, é de grande importância para o impulso do desenvolvimento. Todavia, de grande valor também, principalmente no setor turístico que depende da interação de diversos agentes, a conectividade entre setor público e privado pode ser de imensurável valor o crescimento de um lugar.

Observou-se através da pesquisa de campo que existe certa relação entre os empresários ou responsáveis por empreendimentos turísticos locais e órgãos da esfera pública,

²⁴ Por políticas públicas entende-se que seria um conjunto de ações empreendidas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade (DIAS, 2005). Já Beni (2006) afirma que política pública de turismo está relacionada ao conjunto de decisões que, integradas harmonicamente no contexto da política nacional de desenvolvimento, orientam a condução do setor e regulam as ações a serem executadas, as quais se traduzem em planos e programas de desenvolvimento setorial.

entretanto ele ainda é incipiente, o que pode ser transferido para a qualidade do produto turístico.

De acordo o proprietário do hotel fazenda C, existe uma relação comercial e institucional entre eles e o setor público, e que alguns representantes até visitam o local:

Existe relação comercial e institucional. É até boa a relação. (Proprietário hotel fazenda C)

Agora com o turismo a cavalo, vamos falar com um secretario que vem aqui amanhã almoçar. O prefeito vem aqui. Então há bom relacionamento. Do estado também Há pessoas da secretaria de turismo, o secretario de desenvolvimento do Rio de Janeiro já esteve aqui. O aquele Luiz Carlos, que é do desenvolvimento também vem muito aqui. E do turismo na área federal, a gente tem inscrição lá. O registro do Ministério do Turismo. (Proprietário Hotel Fazenda C)

Destaca-se que o auxiliar de gerencia do hotel fazenda B afirmou que o maior entrave para o desenvolvimento do turismo no local é o apoio dos políticos:

O apoio dos políticos. (Funcionário Hotel fazenda B)

Para outro empresário local o apoio do setor público local é na divulgação dos empreendimentos como atrativo turístico:

(...) a parceria que a gente tem com a secretaria é a divulgação. Eles fazem divulgação sempre das fazendas, mas financeiro não. Cada um tem o seu. Não tem nenhum beneficio financeiro não. Então as parcerias que tem é de divulgação mesmo. Tem eventos a secretaria vai participa e o poder público e a gente o privado. Então eles levam os panfletos para onde tem evento e mostram o que a região tem. (Administrador Pousada com Casarão Histórico)

A proprietária da fazenda histórica A também confirma a boa relação com o setor público da região:

A secretaria de turismo também, são pessoas da cidade, conhecida . Também apoia a gente com certeza. Agora mudou, mudou secretaria e tudo. Mas sempre foram parceiros nossos. Esses dias eu me encontrei com o prefeito que esta com um projeto ai. Eu falei tá bom pode contar comigo. Vai fazer uma reunião. Eu falei tá bom, vamos lá. SEBRAE também, essa semana o SEBRAE esteve aqui. A gente esta sempre aderindo a esses movimentos. Chamam a gente, nós vamos lá. A gente precisa disso. A gente participa do festival do vale do Café, que acontece todo ano e a proposta é música nas fazendas. Eu acho que esse foi o quinto ou sexto ano que eu participo e é fantástico, porque tem uma divulgação muito boa e é público. É para 200 pessoas, vem aqui 200 pessoas, vem de São Paulo, Minas, vem de todo lugar. Quer dizer tem uma divulgação muito boa. O festival Vale do Café eu acho que é o maior deles aqui na região, mais organizado não é. Tem um patrocínio bom também, isso conta muito. (Proprietária Fazenda histórica A)

Do outro ponto de vista, o gerente do hotel de lazer A, afirma que apesar de existir uma pequena relação, através de cadastro e seguimentos de normas municipais, regionais e estaduais, isso não é suficiente para o bom andamento do turismo no município. De forma que o gerente enfatiza que a relação com o setor público o maior empecilho para o desenvolvimento do turismo no local:

A gente tem os nossos cadastros e normas da região e do estado, porem assim na e uma coisa assim que renda muitos frutos ainda. (Gerente Hotel de lazer A)

Já o proprietário da fazenda histórica B:

O maior empecilho, a política. É não ter gente capacitada, você sabe disso, em esfera municipal, estadual e federal. Não funciona nenhuma, então fica difícil. Por exemplo, sinalização, você conhece a região? Quando

you chegou em Barra do Piraí, você atravessou o viaduto não é? Dali como é que você fez? (Proprietário Fazenda histórica B)

O proprietário afirma ainda, que:

Eu fui no Palácio Guanabara, eles fizeram um lançamento de um guia do estado .Aí eu fui lá fiz, falei um minuto lá no microfone, falei um pouco como foi o processo de formação do turismo aqui , com o treinamento do SEBRAE. O resto foi mesmo a coisa do empresário, do poder privado. É o que mantém o turismo na região. Essa que é a verdade. Então, falei um pouco para eles, e eles fizeram esse lançamento, mas como é que era. Você não tem muito com que , não tem muito, a gente não sabe o que vai acontecer, falaram de uma verba, falaram de um dinheiro que vinha para a região. Vinte milhões. (Proprietário Fazenda histórica B)

Deve observar que a maioria dos entraves para o desenvolvimento da atividade identificados através da pesquisa, é papel primordial do setor público (será analisado abaixo), como: divulgação, acesso, sinalização, entre outros.

A gerente de um hotel fazenda A, afirma que é boa a relação, principalmente com a secretaria de turismo, que ajuda muito na divulgação do empreendimento:

Existe a nossa relação com a nossa secretaria de turismo não é. Mas por exemplo isso já foi pedido, já foi solicitado. Eles já vieram aqui, eles conhecem o hotel. Então a gente tem uma boa relação. Agora eles vão fazer um evento no Pão de Açúcar, mandaram pedir informação, ligaram. Eu sinto de repente isso eles não podem mudar também né. É muito curto prazo para eles fazerem, mas é uma coisa que atrapalha. Você tem ficar torcendo para não dar sol para não dar cheiro. (Gerente Hotel Fazenda A)

Por fim, uma breve análise desse indicador qualitativo pode indicar que a relação entre os dois setores ainda não é suficiente para o direcionamento de ações em prol do desenvolvimento do setor no local para consequentemente trazer benefícios para todos os envolvidos, desde os empresários locais até a população local.

4.2.5 Turismo como fonte de renda

Embora a globalização tenha a tendência de impulsionar processos como homogeneização de produtos, de padrões de consumo, de hábitos e consumo em prol da maior eficiência e produtividade, o fenômeno de certo modo, reforça o local. Na medida em que estimula organizações comunitárias para que o local não seja excluído do processo de desenvolvimento. É neste sentido, que a participação da comunidade se torna um requisito básico para a diminuição de desigualdades sociais em busca do desenvolvimento local (CAMPANHOLA; SILVA, 2000).

Diante deste cenário, o turismo em espaço rural deve estar associado aos aspectos sociais e ambientes de cada localidade para assim ser considerado um vetor o desenvolvimento local. Logo, o turismo pode contribuir para a valorização do município, no momento em que contribui para a proteção do meio ambiente e patrimônio natural, cultural e histórico no meio rural. Todavia, se não houver regulações e instrumentos adequados para a gestão desse espaço, a atividade pode causar influência negativa nos ambiente natural, na economia e nas comunidades locais (CAMPANHOLA; SILVA, 2000).

Em Barra do Piraí, de acordo com alguns entrevistados, o turismo baseado na apresentação do cotidiano das fazendas dos barões aos visitantes tem influenciado muito na valorização do local. Neste âmbito, para entender de que forma o turismo tem influenciado na renda dos proprietários é necessário observar o caso das fazendas de visitação que possuem outra atividade econômica e os hotéis fazenda que às vezes possuem outras também. Os quadros 03 e 04 apresentam análises sobre o papel do turismo na complementação da renda das fazendas históricas do Vale do Café.

Quadro 03: Análise sobre o papel do turismo na complementação da renda nas fazendas históricas (continua)

Entrevistados	Expressões-Chaves	Idéias Centrais	Ancoragem
Fazenda Histórica A	<p><u>O turismo foi uma coisa que veio para ajudar a gente, principalmente na manutenção do casarão, não é.</u> Porque toda a renda que a gente tem, a gente reverte na manutenção do casarão que é muito difícil e cara. A gente não recebe nenhuma ajuda, então tudo isso é feito por nós. (...). Então, aqui nos fizemos isto. Revertemos toda a renda do turismo para conservação e manutenção das instalações da fazenda.</p>	<p>O turismo para a proprietária da fazenda histórica tem um grande papel no complemento da renda, principalmente para a conservação desse patrimônio histórico.</p>	<p>A visitação é um fator fundamental na manutenção e conservação do patrimônio cultural.</p>
Fazenda Histórica A	<p><u>Aqui na fazenda nós temos três atividades: nós temos uma fábrica de linguiça (...); nós temos reflorestamento de gado de corte, (...); e o turismo que eu faço.</u></p>	<p>O turismo é uma das principais atividades da fazenda, em conjunto com a produção de linguiça e criação de gado de corte.</p>	<p>Segundo a proprietária, a renda do turismo tem ajudado aos poucos, uma hora ela arruma uma coisa, outra hora outra. Sendo que o pico máximo de visitação anual foi de 4.000 mil visitantes.</p>
Fazenda Histórica A	<p><u>A gente vai fazendo devagar, na medida que a gente pode, não é.</u> Claro que não dá para você fazer tudo. <u>Então cada ano eu faço uma coisa</u>, arrumo o telhado. Já arrumei todo o telhado da casa. Agora arrumei o telhado da área do alambique. Falta ainda arrumar o telhado dessa cozinha, que eu ainda não mexi. Falta aquela parte do descanso dos tropeiros (...)</p>	<p>A proprietária afirma que uma vez por ano com a renda do turismo realiza-se uma reforma.</p>	<p>O turismo tem ajudado aos poucos na restauração do casarão da fazenda.</p>

Quadro 03. Continuação.

Fazenda Histórica A	Eu acho que o turismo veio resgatar, o turismo histórico das fazendas, veio resgatar toda essa historia da nossa região que esta meio adormecida. Então ninguém conhecia, até os próprios moradores. Hoje a gente recebe as escolas, os professores. E com isso a gente faz o resgate da nossa historia. Essa região viveu a historia do café, então eu acho que esta sendo muito bom.	A visitação na fazenda histórica tem influenciado no aumento de autoestima local, resgatando assim a história do Ciclo do Café.	A apresentação histórica do Ciclo do Café na Fazenda tem ajudado no aumento de autoestima para todos os envolvidos e a população local, já que muitos acham que em Barra do Piraí não há nenhuma atração
---------------------	--	---	--

Quadro 04: Análise sobre o papel do turismo na complementação da renda nas fazendas históricas II (continua)

Entrevista	Expressões-Chaves	Idéias Centrais	Ancoragem
Fazenda Histórica B	<u>E o que o turismo vem fazendo aqui, principalmente com a gente é ajudar a manter não só esse patrimônio mas como a fazenda como todo.</u> O turismo vem crescendo, vem crescendo a cada ano. <u>Então eu acho que esse é o grande objetivo nosso: desenvolver o turismo na fazenda , preservar o patrimônio, o acervo, o casarão (...).</u>	O turismo ajuda a manter 50% dos negócios da família, principalmente a manutenção do casarão histórico.	O turismo tem complementado a renda das famílias proprietárias de forma que elas têm investido na manutenção e conservação desse patrimônio histórico.

Quadro 04. Continuação

Fazenda Histórica B	<p>É 50% aqui. A gente pode dizer é 50% para a criação de frangos e outras coisinhas que a gente tem de alugueis, alguns imóveis, mas pouca coisa. E 50% para o turismo segurar. Então quando eu comecei a administrar aqui eu já tive logo essa visão de que “sabe” uma coisa tem que ajudar a outra (...). Porque fazenda aqui, principalmente aqui na nossa região, é muito difícil você conseguir fazer uma grande receita. Porque você está em uma região muito montanhosa, a topografia aqui é muito montanhosa. E você tem o problema hoje do êxodo rural, no Brasil inteiro, não é aqui não. Ninguém quer trabalhar mais na roça. Em numa região montanhosa dessa você não tem como mecanizar. Você está lá no estado do Paraná, regiões planas, Goiás, é outra coisa. Mas aqui, como é que você pode fazer um plantio num morro, sem mão de obra nessa região cheia de montanha, é complicado.</p>	<p>Produzir em um local montanhoso pode despender um grande gasto e qualificação de mão de obra. Dessa forma, apesar da fazenda ter outras atividades econômicas, o turismo tem influenciado muito na complementação de renda para a manutenção do casarão histórico.</p>	<p>O turismo necessita primeiramente do espaço para ser trabalhado. De forma que logo após outras necessidades surgem. Estas famílias já possuem o patrimônio histórico, de forma que a manutenção do mesmo tem alto custo. Assim, para que haja a visitação no local é necessária a preservação do patrimônio material e imaterial, tal como a qualidade do serviço.</p>
Fazenda Histórica B	<p>O ano passado eu até achei que foi melhor que esse ano de fluxo de demanda, de procura. Então, mais ou menos, vou te falar grosseiramente, em torno de cinco mil a seis mil visitantes ao ano. É essa faixa aí para essa fazenda, tá. Tem fazendas como a Ponte Alta, aqui do lado, que ela recebe mais porque abriu primeiro, é hotel, faz bastante diferença ser hotel. A gente não tem essa pretensão de abrir para hotel, até porque o acervo da casa (...)</p>	<p>O fluxo é bastante alto, sendo seu perfil marcado principalmente por estudantes, famílias e idosos. O maior dado de demanda no local foi o recebimento de aproximadamente cinco a seis mil visitantes por ano.</p>	<p>Apesar da pouca divulgação, a visitação na fazenda mantém bom fluxo. De forma que o proprietário investiu no serviço, estruturando um restaurante na antiga senzala.</p>

Quadro 04. Continuação

Fazenda Histórica B	O turismo tem esse compromisso, principal compromisso. O povo começar a conhecer a historia para ele poder começar a criar essa identidade, (...)	Segundo o proprietário, essa é um grande benefício que o turismo pode gerar sem ser a renda, a valorização cultural por parte do povo.	A valorização do turismo nas fazendas, além do aspecto econômico, ocasionou a valorização local por parte da população local, visto que aumento a autoestima da população.
---------------------	---	--	--

Dessa forma, conforme analisado no quadro acima, o turismo é de fundamental importância na fonte de renda dos empreendimentos turísticos de Barra do Piraí, principalmente na manutenção dos casarões históricos, cujo custo é bastante alto. Assim, muitas das vezes o turismo complementa a renda junto com atividades agropecuárias. Apesar do não ser ruim, o fluxo turístico ainda não é adequado, principalmente pelo fato da maioria dos empreendimentos não receberem hóspedes de segunda a quinta. Ou seja, é necessária a estruturação de estratégias para manter contínuo o fluxo de turistas a semana toda, tal como a contratação e capacitação de funcionários para esse processo. Sobre a questão, o proprietário do hotel fazenda C explica como funciona o processo de obtenção de lucro, sendo que a hospedagem funciona geralmente aos fins de semana:

Consegue se manter com alguma dificuldade. Vamos dizer o seguinte: não há uma sobra, não há resultado propriamente. O hotel em si, ele como a gente chama da empresa. Ele é o ponto de equilíbrio. Ele tem, dá para se manter, mas não dá para ter resultado considerando o investimento que tem. Se nós considerarmos que tem investimento aqui e que este investimento em outra atividade, fora daqui lógico. Ou até um investimento financeiro, aplicação, teria mais resultado financeiro. Mas não teria o resultado pessoal, de realização pessoal. Porque você vê aqui. Você vê que eu trabalho ainda hoje, com 72 anos. Então o que acontece, sexta, sábado e domingo, este é o nosso lazer. Eu fiz daqui e a minha mulher também, quase que um hobby comercial. Trabalhando, comercial, mas como um hobby. Que a gente gosta disso daqui. Por isso eu te digo, é preciso gostar desse tipo de atividade. Agora quando você junta a parte do hotel, a parte de gado tirando leite, o que mais tem. Hoje estão aí vendo coisa de abelhas para tirar o mel. (Proprietário Hotel fazenda C)

O mesmo ainda afirma

Então a gente diz que o patrimônio ainda esta resultando alguma coisa, mas o hotel aqui hoje ele não está dando lucro. Agora então porque aqui ainda não fechou o hotel se não dá lucro? Porque eu sei que ele vai dar quando eu me dedicar exclusivamente a isso. Aí a gente dá. Ou seja, quando a gente tiver trabalhando de segunda a segunda e divulgando que hoje, agora trabalha de segunda a segunda. Eu acho, tenho convicção que ele vai dar resultado. Porque isso que a gente está aí insistindo e mantendo a coisa. Acho ainda um bom negócio. (Proprietário, Hotel Fazenda C)

Para o gerente do hotel de lazer A é bastante complexo para o meio de hospedagem se articular para o funcionamento apenas nos fins de semana:

É difícil, você montar uma estrutura para atender muita gente e pouca gente. Não pode ser grande demais ou pequena que não consiga atender. (Gerente, Hotel de lazer A)

4.2.6 Influência dos empreendimentos no desenvolvimento local ou regional

Neste âmbito foi averiguado o papel dos empreendimentos e a visão que os turistas têm sobre as influências daqueles seja no desenvolvimento rural local ou propriamente na região do Vale do Café. Dessa forma, no quadro 05 seguem algumas respostas de proprietários, funcionários, entre outros agentes sobre a questão.

Quadro 05: Análise da influência dos estabelecimentos turísticos no desenvolvimento de Barra do Piraí e da região do Vale do Café (continua)

Entrevistado	Expressões- chaves	Idéias Centrais	Ancoragem
Fazenda Histórica B	<p><u>Tem, lógico que tem.</u> Sempre vai ter. Mas você tem um problema muito serio aqui na região.</p> <p>O que quê aconteceu em Barra do Piraí, como o prefeito, principalmente o prefeito, ele não tem essa, esse interesse, nunca teve interesse de desenvolver o centro histórico. Nem ele e nem nenhum prefeito. Então o centro histórico está abandonado. Então o que que acontece, o visitante vem aqui e só visita o entorno, as fazendas e os hotéis que eles ficam. (...) Porque não tem estrutura para receber e nem interesse.</p>	<p>O empreendimento turístico influencia no desenvolvimento local, principalmente com a valorização do local e o aumento de autoestima da população local. Entretanto, isso não é o bastante para incentivar a política pública à investir na manutenção de outros atrativos na cidade. Logo os turistas passam pela cidade, mas não param ou utilizam de outros serviços. Não impactando tanto a economia local.</p>	<p>Como a maioria dos meios de hospedagens utilizam o sistema de <i>all-incluse</i>, quando não é indicado ou não há essa prestação de serviço, o hóspede acaba não saindo do hotel. E quando sai visita outros atrativos, mas não passa pelo centro de Barra do Piraí, visitando o comércio local. Salienta-se ainda a falta de investimento em equipamentos necessários para o setor.</p>

Quadro 05. Continuação

Sindicato Rural	<p><u>Os impactos existem, existe o impacto, mas os impactos são como eu te falei, são impactos devido aos empreendimentos individuais. Então você ainda não vê circular entre a população. Você não vê a melhoria do impacto. Por exemplo, lá em Ipiabas, nós estamos agora criando as doceiras de Ipiabas, elas estão fomentando uma cooperativa de doceiras para vender doces para o turista. Quando isso amadurecer aí o dinheiro vai circular dentro da comunidade. Na hora que nós tivermos os guias mirins lá, o dinheiro vai circular. Hoje o que acontece que os administradores de hotéis são de fora. (...) Então se você for ver bem, toda essa mão de obra, nós estamos importando. Até a mão de obra de garçons e camareiras nós estamos importando.</u></p>	<p>Segundo o presidente da associação o impacto econômico ainda é insipiente na cidade, devido as iniciativas serem privadas. De forma, que os cargos centrais de administração de alguns empreendimentos turísticos estão nas mãos de pessoas que vivem fora da região.</p>	<p>O turismo não tem mão de obra qualificada para alguns cargos, de forma, que alguns cargos administrativos ficam nas mãos de pessoas que não vivem na região e alguns proprietários também não são da região.</p>
Hotel Fazenda A	<p>Nosso hotel é muito pequeno, então assim é uma pequena empresa. <u>Mas eu acredito assim que ele gera emprego direto, indireto, não é. Eu acho que, e também nós compramos tudo aqui na região.</u> Então é uma coisa que, eu não sei formalizar isso, mas eu acredito que tenha algum impacto.</p>	<p>Apesar o hotel ser pequeno, ele gera empregos diretos e indiretos. Outro aspecto também estar relacionado às compras que o meio de hospedagem realiza na cidade.</p>	<p>O hotel fazenda tem em média 6 funcionários, de forma que acreditam que mesmo o empreendimento ser pequeno tem sua parcela de influência no setor econômico, pois os funcionários são da região e comprar tudo no mesmo local.</p>

Quadro 05. Continuação.

Fazenda Histórica B- Funcionária	<u>Eu acho que é uma coisa boa. Entendeu, é uma coisa muito boa para a região</u> porque a nossa região não tem quase que nada para mostrar, para apresentar, entendeu. <u>Aqui não tem muita coisa para mostrar e o turismo traz as pessoas para cá, entendeu.</u>	A funcionária da fazenda histórica fica orgulhosa em dizer que o turismo tem aumentado na autoestima do local, já que ele torna o local conhecido, com pessoas e atividades novas	Conforme análise de outras entrevistas, a visitação nas fazendas históricas tem ajudado bastante no aumento da autoestima por parte dos moradores locais.
Hotel de Lazer A	<u>Ele gera cerca de 300 empregos diretos, então assim ele tem um impacto grande economicamente. Ele traz um grande número de pessoas para o município. A gente chega a ter 3, 4, 5 mil pessoas num fim de semana, no resort.</u> Então assim, é ele gera uma quantidade de pessoas grande vindo para a nossa região.	O hotel causa grande impacto na economia não só do município como em toda a região. Podendo gerar 300 empregos diretos e atraindo uma média de 5 mil pessoas.	Esse hotel de lazer tem grande potencialidade de trazer pessoas para a visita de um dia ou hospedagem. Lembrando que o mesmo, dos hotéis entrevistados, é o que tem maior possibilidade de ficar aberto todos os dias da semana. Como é um hotel de grande porte, tem grande possibilidade de impactar economicamente no município e na região.
Pousada com casarão histórico	<u>(...)Ele gera emprego não é, e o que eu acho que é mais importante mesmo preservação do meio ambiente,</u> porque o turista vem, ele quer saber o que você faz com o lixo. Ele quer saber tudo isso. Pelo menos uma porcentagem quer saber. E manutenção do patrimônio que eu acho que é mais fundamental de tudo isso. <u>Essas casas se você não tiver uma funcionalidade para elas, elas acabam caindo.</u>	De acordo com o administrador além do impacto econômico, através do formação de empregos diretos e indiretos. O empreendimento ajuda na preservação e dissimulação e técnicas ecológicas e ajuda na manutenção e conservação do patrimônio histórico, o casarão.	O empreendimento que possui alojamento para turistas, mas também tem visitação no casarão histórico, além de gerar emprego direto e indireto, ajuda na conservação ambiental e do patrimônio cultural.

Quadro 05. Continuação.

<p>Pousada com casarão histórico</p>	<p><u>Ele mantém. Ele não te dar lucro, mas ele te dá uma condição de você manter o patrimônio.</u> As vezes aperta, é sazonal, então tem período que você <u>tem muito movimento e período que você não tem nada.</u></p>	<p>O turismo ajuda na manutenção do patrimônio histórico, todavia ainda não chega a dar lucro, principalmente devido ao caráter sazonal e as visitas estarem mais vinculadas aos finais de semana.</p>	<p>O turismo ainda não tem a capacidade de gerar lucro, apesar de influenciar bastante na manutenção dos casarões históricos. Todavia, devido ao caráter sazonal e ter mais demanda turística aos finais de semana, além de ainda não ser suficiente, o turismo ainda não consegue gerar grande lucros para os empreendimentos turísticos.</p>
<p>Conselho Regional de Turismo (CONCICLO)</p>	<p>Então, eu vejo que em Vassouras por exemplo, <u>o turismo talvez ocupe o quarto ou quinto lugar como empregador.</u> Acho que quinto lugar, pois teríamos a universidade, a própria prefeitura, o comércio, a agricultura e talvez em quinto lugar o turismo. <u>O turismo é muito difícil nós não temos pesquisas, nada. E muitos hoteleiros ainda se recusam a estar no mercado formal,</u> muitos hoteleiros se recusam a estar no cadastro geral que é a lei geral de turismo. Então, isso dificulta até para fazer essa leitura.</p>	<p>O turismo em Vassouras, um local que recebe turistas que se hospedam no local e de outros hotéis da região, como Barra do Pirai, pode ser considerado o quinto lugar na economia do município. As atividades que exercem maiores impactos econômico são: a universidade local, a prefeitura, o comércio (financiado principalmente pela universidade) e a agricultura.</p>	<p>O turismo por mais que Vassouras seja um dos destinos mais visitados da região, ainda não influencia tanto no crescimento econômico do município, ficando em média, em quinto lugar das atividades econômicas do local. É importante observar ainda, que a Universidade local (Universidade Severino Sombra) tem o papel de influenciar bastante o comércio local e até a frequência de alguns meios de hospedagem, que fazem planos para esses alunos.</p>

Quadro 05. Continuação

<p>Hotel Fazenda B</p>	<p>Esse impacto de hotelaria. <u>Primeiramente, pelo a quantidade de emprego que é gerada. Não só aqui, mas nas pousadas. Então o impacto é bem bacana a respeito de emprego.</u> (...) mas em termo de mão de obra, a rede de hotelaria está muito fraca em termo de mão de obra qualificada. (...). <u>Favorece a cidade, porque quem vem aqui acaba indo ao centro de Barra para comprar uma coisa.</u> Farmácia é bem favorecida com o ramo de hotelaria, porque sempre tem ligação de uma coisa que esqueceu. (...) <u>Eu creio que até se não tivesse tanto hotéis assim, o comércio de Barra do Piraí, o supermercado, ia dar uma boa caída. Porque, nada a nada, todos os hotéis compram dentro da cidade, só os grandes porte que compram fora.</u></p>	<p>Para o funcionário o turismo ajuda na oferta de empregos diretos e indiretos. Todavia, é muito difícil encontrar mão de obra qualificada no local, principalmente pois muita gente não quer trabalhar aos fins de semana, período que o hotel fica mais cheio. O hotel favorece a economia hotel através das compras, principalmente nos supermercados locais, de forma que a maioria dos meios de hospedagem do município compra na rede local, com exceção os grandes hotéis, onde suas mercadorias chegam da capital do Rio de Janeiro e São Paulo.</p>	<p>O turismo ajuda no comercio local através das compras realizadas pelos empreendimentos turísticos, além da geração de empregos diretos e indiretos.</p>
<p>Hotel Fazenda C</p>	<p>(...) <u>O impacto aqui foi o desenvolvimento de todo o turismo. Porque este foi o primeiro hotel na região, voltado para o turismo rural. Então realmente, o que houve de desenvolvimento turístico aqui na região, foi eu posso dizer sem coisa, é em função de nós termos implantado aqui o Hotel Fazenda (...).</u> Tanto que a partir daí tudo caminhou em volta disso, tanto o turismo de aventura , o que é, essas caminhadas a pé, essas trilhas ecológicas. <u>Tudo isso veio em função da gente ter implantado isso daqui (...)</u></p>	<p>O hotel foi o despontar do turismo na região, não só o rural como o de aventura, o ecoturismo, entre outros. Com a implantação do hotel fazenda as coisas começaram a acontecer em Ipiabas. O turismo cresce a cada dia na localidade.</p>	<p>O hotel fazenda incentivou a desenvolvimento turístico da região, não só para o turismo rural, como o turismo de aventura, ecoturismo, entre outros. Hoje o distrito pode ser considerado turístico, com mais investimentos em Barra do Piraí.</p>

È importante observar ainda, que o turismo rural, conforme analisado, em Barra do Piraí, é marcado por grandes propriedades e empresários, de forma, que o pequeno produtor rural fica de cerca forma à margem de todo esse crescimento. Restando a ele a venda de alguns produtos ou o próprio trabalho nesses empreendimentos (o que é difícil devido a pouca qualificação). De acordo com Froehlich (2000) o turismo em espaço rural (ele diferencia turismo em espaço rural e agroturismo) pode gerar renda para alguns agropecuaristas tradicionalmente patronais e para agricultores familiares consolidados, deixando apenas ‘respingos’ para outros setores da população rural, restando a estes a venda do artesanato, o trabalho sazonal e a venda de outros produtos caseiros, isso quando conseguem. Isso devido os empreendimentos turísticos devem ter investimentos em infraestrutura e qualidade no serviço prestado ao cliente da cidade. Outro fato importante é que quando o agricultor rural não consegue recurso, esse recurso pode vir de cofres públicos, seguindo o princípio que o turismo rural seria a base para o desenvolvimento rural. Todavia esse recurso acaba sendo transferido para o turismo e não mais para a agricultura familiar. Segundo o presidente do Sindicato Rural do município é bastante complicado para os pequenos agricultores se tornarem empreendedores do turismo, pois eles trabalham de forma isolada e não entendem que o turista necessita de um mínimo de qualidade e conforto no serviço prestado. Todavia, afirma ainda que existem iniciativas para o envolvimento dos mesmos na atividade, mas é preciso buscar a identidade Sul Fluminense.

Os órgãos que vem nos apoiar infelizmente eles vem com pacotes prontos. Tipo SEBRAE, ele traz o pacote pronto com a cartilha do turismo lá do Espírito Santo. O que tinha que se fazer é criar um grupo de estudo para estudar a nossa região e nós encontrarmos um modelo de desenvolvimento nosso. Do Sul Fluminense. Não adianta eu importa o turismo de Santa Catarina, quando começou o turismo lá em Lages. Não adianta. Lá o povo é europeu. Não adianta, nós aqui somos um povo tudo mestiço. Não adianta. Então o que acontece, o SEBRAE o SENAR vem com os pacotes prontos. Ai não dá certo. (...) Tem ter um movimento de estudo para se formular o turismo rural do Sul Fluminense. (Francisco Leite, Presidente Sindicato Rural Barra do Piraí)

O mesmo salienta ainda que

Você traz um hotel-fazenda que tem cinquenta quartos você vai concentrar. Se você abrir dez fazendas pequenas que tenha três, quatro quartos, que lá fora são chamados de “Parador”, lugares, hospedarias. Você conseguia oxigenar muito mais o turismo. Eu acredito que o turismo da grande cidade, ele quer ter contato. Ele quer acordar e ver uma vaca berrando. Ele quer acordar e ver um pintinho nascendo, ele quer andar a cavalo, ele quer tirar o leite. E nós ainda não tivemos competência para segurar isso. (Francisco Leite, Sindicato Rural de Barra do Piraí).

Outro ponto de vista bem interessante é o entendimento do turista ou visitante do local sobre a influência que o turismo exerce no local onde está ocorrendo. Principalmente devido o perfil diferencial do turista, que muitas vezes preocupa-se em descobrir e interagir com o ambiente natural e social do local visitado. Dessa forma, dos 21 entrevistados, 19 acreditam que o empreendimento causa algum impacto econômico ou influencia no desenvolvimento do local e apenas 02 acreditam que não. Dentre os que responderam que sim, 01 acredita que o turismo traz pessoas de todos os locais para a região; 09 acreditam que o turismo traz recursos econômicos; 01 salienta que tudo ainda não é o suficiente, ainda precisa crescer mais; 05 afirmam que a atividade ajuda na preservação do ambiente e da história do Vale do Café; 01 salienta que a influencia é positiva; 01 acredita que com o crescimento do turismo, tem mais oportunidade de mão de obra; 01 acredita que o turismo impacta no comércio; enquanto 01 acredita que o setor ajuda no aumento do investimento em infraestrutura e apenas 01 afirma que o turismo influencia, pois aquilo é parte do Brasil e necessita.

Por outro lado, os que acham que o turismo não influencia no desenvolvimento de Barra do Piraí, O1 acredita que ainda falta mais cultura para o povo, enquanto O1 entrevistado afirma que os empreendimentos são muito isolados, o que não ajuda na distribuição de benefícios. Dessa forma, conforme analisado acima, o turismo tem sua parcela de contribuição, ainda que com todos os problemas e necessidade de maior planejamento e inserção de toda a comunidade no setor.

Ainda dentro do âmbito de impactos e influencia do setor de turismo no desenvolvimento de Barra do Piraí, é necessário analisar o caso do sistema dos empreendimentos que utilizam a modalidade de *all-include*, o impacto do turista no comércio, além do papel dos eventos no local.

4.2.6.1 Turismo e Comércio

De acordo com Cavaco (2000) a relação do turismo e o comércio podem ser múltiplas. O comércio está muito envolvido com o desenvolvimento do turismo e pode também ser sustentado por ele, desde lojas de materiais de construção até aos produtos alimentares, passando pelos artesanatos e *souvenirs*. Por outro lado, o mercado turístico em meio rural caracteriza-se em ser um pouco denso e disperso, com complexo desequilíbrio entre os visitantes que chegam e os consumidores residentes.

Barra do Piraí é um município que possui um comércio consagrado que recebe clientes de grande parte do outros municípios do Vale do Café. Segundo o Sindicato Comercial do município o comércio é formado por diversas lojas, supermercados, bancos, restaurantes, como capacidade de receber grandes lojas que só abrem filial em um lugar com grande potencial de clientela. O mesmo chega a denominar o local como *shopping* ao céu aberto. Dentro desta perspectiva, o local teria grande potencial para receber turistas de outras localidades. O que não acontece devido a diversos fatores, tais como: os turistas geralmente ficam nos hotéis (pacote com tudo incluso) e quando saem do meio de hospedagem, muitas vezes já possuem roteiro pré-determinado; o comércio é voltado para produtos e serviços locais, o comércio não funciona aos domingos (época de visita dos turistas), entre outras razões. Todavia, o comércio é tão forte no local, que o Presidente do Sindicato Comercial afirma que o verdadeiro turismo na cidade é o de compras no centro comercial.

Então Barra do Piraí, em termo de turismo, ele é isso, ela é um polo que a gente chama de um polo eclético. È um polo comercial eclético, porque nós temos aqui: áreas de alimentação, áreas de prestação de serviço (...). Então é tudo que um shopping tem (...) (Orlando Pimentel, Presidente Sindicato do Comércio de Barra do Piraí)

Isso, eles veem como se fosse um shopping mesmo. Elas chegam assim, por exemplo, quando elas chegam assim de alimentação, porque aqui nós temos a rede chamada "Casa do Arroz", são quatro supermercados de primeiríssima linha. Temos o Bramil, também um supermercado de primeiríssima linha(..) Esse cliente geralmente vem na parte da manhã, faz as compras nele. A rodoviária aqui dá essa vantagem, ela traz a pessoa no centro da cidade. A rodoviária é no centro da cidade. (...). O povo que vem na compra no comércio lojista, esse vem mais na parte da tarde. Esse dado nós temos também, é quando o lojista fica mais forte. (...) Então o nosso turismo é esse aí. (Orlando Pimentel, Presidente Sindicato do Comércio de Barra do Piraí)

Nessa vereda o presidente do sindicato acredita que o turismo no local é o de compras, já que acredita que o turismo está associado aos deslocamentos com alguma motivação, no determinado caso para as compras:

Nunca foi forte em nenhum turismo que não seja esse que muita gente acha que não é turismo. Mas eu acho que isso é um turismo. Eu acho que um turismo é tudo aquilo que atrai alguém para algum lugar. Eu entendo, por exemplo, que o Papa é uma atração turística, o sujeito vai à Itália, vai lá para ver a, é uma atração religiosa. Tiradentes é uma tração de antiguidade, e Barra do Piraí é uma atração de comércio. As pessoas vêm para cá e

aqui elas encontram tudo. (...). E o turismo tradicional ele se faz em Barra do Piraí de maneira muito incipiente ainda, em Ipiabas. Ipiabas é um distrito de Barra do Piraí, que fica no meio do caminho de Barra do Piraí para Conservatória. (Orlando Pimentel, Presidente Sindicato do Comércio de Barra do Piraí)

Todavia, é preciso observar que apesar da motivação, o turismo pode ser considerado como tal quando a pessoa pernoita, o que não acontece no caso dos compradores que visitam o local para comprar algo e volta para sua casa no mesmo dia. Já em relação aos turistas que pernoitam em algum local do município e da região o impacto é incipiente. Para o entrevistado o que sustenta o comércio local são os moradores locais e do entorno do município, já o turismo tradicional:

Tem um outro tipo de turismo, eles vão conhecer cachoeira, eles vão ver uma coisa, que os filhos deles levam um susto. É um frango, é uma galinha vivo, “mas o que quê é isso”, porque eles são veem congelados. Eles vão ver a gente tirar leite da vaca, “mas não é numa caixinha”, pensam que vão ver numa caixinha. Eles vão fazer trilhas, entrar em gipes. Andam naquelas estradas, é uma outra realidade. Ipiabas é uma outra realidade. (Orlando Pimentel, Presidente Sindicato do Comércio de Barra do Piraí)

Quando questionado se o turista que ficava nos hotéis da região comprava no comércio no centro da cidade:

Não, porque esse turista é um turista rico. O turista de Ipiabas é um turista rico, que ele é de fora do Brasil ou então é paulista ou carioca. E não tem menor, esse comércio aqui é nada para eles. Eles estão acostumados com grande comercio. (Orlando Pimentel, Presidente Sindicato do Comércio de Barra do Piraí)

E ainda, quando refere aos hotéis com tudo incluso (*sistema all inclusive*):

Eles travam muito. (...) O sujeito vai para lá, faz um pacote e lá fica. Porque eles têm almoço, janta, tem tudo. (...) Então esse tipo de turistas não interessa para eles vir em Barra do Piraí. Não tem nada para ele. O que tem aqui é para as pessoas que são mais ruralistas. E que precisam vir para a área urbana. É a pessoa que esta cuidando do porco, que esta tirando o leite da vaca, que precisa vir aqui para fazer as compras dele. (Orlando Pimentel, Presidente Sindicato do Comércio de Barra do Piraí)

Sobre esse assunto, os locais que oferecem o pacote completo a Presidente do Conselho Regional de Turismo enfatiza que:

(...) São poucos os hotéis tipo resort que trabalha com sistema de all inclusive, que é um bom sistema, também valorizado, uma coisa nova. Mas que busca o turismo de uma cidade, uma região como a nossa, uma região interiorana, ele também curti ficar numa praça, ficar andando por aí tranquilamente. Ele curte isso. Esses hotéis na realidade, eles interagem muito pouco com a cidade, com o desenvolvimento da região. É um desenvolvimento localizado interno entende, porque ele não permite que o turista, ele, vamos dizer assim, distribua, a renda dele. Então o interessante, que o turista, por exemplo, vindo de carro, ele vai abastecer aqui. Ele vai comprar o artesanato. Ele compra um produto de fazenda, uma linguiça, um queijo, produtos típicos da nossa região. Ou seja, ele vem e ele tem uma renda, que ele vai gastar um valor per capita, que ele vai deixar na cidade. Ele vai abastecer o carro dele, ele vai comprar um docinho, ele vai visitar uma fazenda. Ele vai visitar um museu. Então ele vai ter um gasto fracionado na cidade e na região. Ao contrario, quando é um caso de um turistas de um resort que as vezes nem passa pela cidade. Ele vai direto da casa dele para o resort, do resort para casa. Então ele não passa pela região. Então esse turista não agrega tanto valor ao desenvolvimento do local, da cidade. (Ana Lúcia, Presidente Conselho Regional de Turismo do Vale do Café Fluminense)

Já o proprietário de uma fazenda histórica B, salienta que visitante geralmente visita os atrativos e nem passa pelo centro:

Então o que quê acontece, o visitante vem aqui e só visita o entorno, as fazendas e os hotéis que eles ficam. Ninguém entra no centro da cidade, para desenvolver uma economia, para deixar um dinheiro. Porque não tem estrutura para receber e nem interesse. (Proprietário, Fazenda Histórica B)

Dentro da perspectiva dos artesanatos e produtos no local, analisou-se que é um número bem pequeno de turistas que passam, às vezes por acaso no comércio e compram. Sobre o assunto o sindicato do comércio do município afirma que:

Tem, essa minha loja que estou te falando, por exemplo, é uma loja forte em artesanato. 70% nosso é forte em artesanato. (...). Mas é fraco, porque não vêm pessoa aqui pegar artesanato. Quando vem é acidentalmente, você, a pessoa chega “interessante essa loja aqui, essa loja devia estar em Conservatória”. Ela foi em Conservatória e por um motivo qualquer resolveu conhecer Barra do Piraí. “A eu queria uma lembrança de Barra do Piraí”. “ Ah, aqui para levar uma lembrança você vai no Recanto das Cerâmicas”. Aí lá tem essas bobagenszinhas que a gente manda fazer, Xicrinha de porcelana, canetas “eu estive em Barra do Piraí e lembrei de você”, essas coisas, besteirinhas assim. E se aqui fosse uma cidade universitária, era fácil a loja prosperar, porque a pessoa vem de fora daqui e leva uma lembrança. Mas aqui não vem ninguém de fora, os que vêm ficam nas fazendas. Quem compra são aqueles que já te falei, as pessoas da periferia. É o pessoal de Vassouras, pessoal de Mendes, de Paulo de Frontim, Miguel Pereira. (Orlando Pimentel, Presidente Sindicato do Comércio de Barra do Piraí)

Por outro lado, uma grande crítica dos turistas que visitam a região, e alguns citaram esse fato como um dos grandes empecilhos para o desenvolvimento do turismo foi boa parte do comércio estar fechado aos domingos e feriados, quando os turistas passam pelo local. O Sindicato do Comércio de Barra do Piraí menciona que tudo até a alimentação depende do comércio, de forma que quando ele fecha até os restaurantes acabam ficando vazios.

Lá é um pouco diferente de Barra do Piraí. Vassouras tem como atração o universitário. É um turismo cultural. Então o universitário não fica lá nos finais de semana. Então o dono afrouxa. Em compensação nos dias de aulas eles ficam até 11h da noite, meia noite, o que não acontece aqui. Aqui o comércio fechou, as coisas começam a acabar também. Pontos de comida no Maximo 21h, 22h. Dez horas se você quiser comer aqui, vai comer em barraquinha na rua ou vai em restaurantes de fora. Porque os restaurantes aqui, todos, é o self service, comida a kilo, tudo focado no comércio. Acabou o comércio, acabou tudo. (Orlando Pimentel, Presidente Sindicato do Comércio de Barra do Piraí)

O mesmo salienta que não vê necessidade dos restaurantes ficarem abertos até mais tarde e as lojas e os mesmos aos fins de semana, já que quem impulsiona o comércio local, frequenta de segunda a sábado até as 19h. O mesmo acontece com Vassouras, boa parte dos restaurantes e outras lojas funcionam até sábado. O Presidente da Associação Comercial de Vassouras afirma que

Uma cidade que o turismo é forte, as pessoas trabalham no final de semana, porque naquele momento é que circula mais grana, não é. A gente não tem essa cultura tão forte, o empresariado ainda trabalha para o consumo interno. Somente o entretenimento e a hospedaria que trabalha para o turismo. (Hamilton, Presidente Associação Comercial de Vassouras)

A presidente do Conselho Regional de Turismo afirma que é necessário para o turismo que os estabelecimentos estejam abertos aos fins de semana. Todavia, ela exemplifica que o que mantém o comércio de Vassouras é a universidade, ou seja, apesar de muitos turistas visitarem o município nos fins de semana, grande parte dos estabelecimentos se encontra fechado.

Você vê que o final de semana, quando muitos estudantes não estão aqui a cidade passou as finais de semana fechada. Então na cidade muitos comércios ainda fecham, é uma luta para ver se abre. Porque o turista ele quer consumir. Ele quer comprar, ele quer visitar. Ele quer conhecer o comércio. O turista, uma das características dele é que ele é consumidor. Ele quer levar lembranças, ele quer enfim visitar o que a cidade tem para oferecer. (Ana Lúcia Furtado, Presidente Conselho Regional de Turismo do Ciclo do Vale do Café)

Sobre o papel da universidade no município o presidente da Associação Comercial de Vassouras aponta:

A universidade entra no serviço que a cidade oferece aí. Ele é uma prestadora de serviço que movimenta o comércio da cidade. Então eu acho que hoje a gente está trabalhando mais dentro das atividades comerciais instaladas no município do que aquelas externas. A gente não está captando muito recurso externo. Esta captando mais é a nossa capacidade de produção, de recursos. eu acho que, é por isso que eu acho que as vezes o caminho mais rápido para Vassouras se desenvolver seria captar de fora para cá. (Hamilton, Presidente Associação Comercial de Vassouras)

O mesmo afirma ainda que necessita um esforço maior para que isso aconteça:

E acho que tem ter um trabalho motivacional, não é. Se eu, por exemplo, todo mundo trabalha o turismo. A hotelaria trabalha, o restaurante trabalha, a farmácia trabalha (...) mas está todo mundo trabalhando sozinho, não existe uma união, aí não demonstra força. Os trabalhos são muito pulverizados, então as pessoas não acabam percebendo. Se os trabalhos de cada um fossem somados, daria uma repercussão grande. Mas é porque cada um faz o seu de forma isolada aí a projeção é pequena. (Hamilton, Presidente Associação Comercial de Vassouras)

Quando questionado, se o turismo impactava no comércio da cidade, principalmente devido ao fato de Vassouras ser considerado um dos principais destinos da região, ele afirma que constantemente é visto turistas nos restaurantes da cidade. Todavia, o que mantém o comércio é o morador e o trabalhador local. Já o impacto do setor no comércio seria grande em momentos onde:

(...) a gente realmente vende a cidade, vamos dizer assim, o Festival do Vale do Café, e ações em que a cidade realmente cria um pacote de ações atrativas e o turista vem, a gente consegue perceber nitidamente assim os impactos da economia do turismo na cidade. Mas quando não tem nenhuma ação aonde Vassouras não está se vendendo, a gente não tem a presença de turistas, aí a gente não percebe entendeu. Eu acho que precisava ter assim um calendário anual de ações para se vendido anualmente Vassouras, para as pessoas pudessem marcar a marca Vassouras na sua cabeça e começar a vir, não é. E não tem. Hoje nós temos três: Festival do Café, cachaça e Chorinho e Festival do Vale do Café, são os dois de maior projeção, que vende Vassouras para fora. Esse ano não teve Café, Cachaça e Chorinho, só teve o Festival do Vale do Café. Então foi o único evento do ano que falou de Vassouras em uma abrangência maior. (Hamilton, Presidente Associação Comercial de Vassouras)

Falando um pouco sobre a questão dos eventos na região, existe uma grande controvérsia sobre essa dimensão. Apesar destes geraram renda através do maior número de visitantes na região, os envolvidos acham que não são apenas os eventos que vão ajudar no desenvolvimento turístico da região. Ou seja, a política pública do setor não deve visar apenas esse fato.

Ai quando ele entra lá, o que quem pensa, eu já passei experiência com gente fazendo isso. Ele acha que turismo é fazer eventos, acha que é mais fácil pensar assim. Ai o cara começa a fazer festinha na praça, começa trazer show do não sei o quê e vai fazendo só isso. Que é muito mais prático e um caminho curto. Porque você trazer shows, não é. Todo mundo gosta (...). É isso, acontece. Não, aí teve uma exposição aí, eles estão tentando resgatar esse lado, mas é difícil. Porque já está inserido isso na cultura de exposição, são shows, festas e bebedeiras. Sabe, é festa do peão. É por aí. (Proprietário Fazenda Histórica B)

O proprietário questiona que os eventos na região não impactam muito no aumento da visitação, com exceção ao Festival do Café, que é divulgada bastante a região.

O que ajuda é o Festival Vale do Café. Esse sim é o mais importante festival. (...) Porque é o seguinte, o festival é um concerto, então quando tem aqui na fazenda o concerto aqui. E aí eu ofereço uma visitação. Aí eles pagam

o concerto e já fazem a visitação. Ainda tem esse pensamento assim, sabe. Mas a resposta, desse marketing vem depois. Não é uma coisa imediata. Porque quando dá o festival, tem muita divulgação em jornal, no Globo. Ah, tem essa questão, quando sai no Globo, no outro dia tem procura. (Proprietário Fazenda Histórica B)

Compartilhando a mesma opinião, a presidente do CONCICLO acredita que o Festival do Café ajuda muito na divulgação e na venda do turismo na região:

Mas, por exemplo, nós entendemos que os eventos que tenham esse formato regional, ou seja, que ele aconteça simultaneamente em todas as cidades. Que isso atraia o turista. Porque nós conseguimos por um preço muito menor promover a região como um todo. E isso dá visibilidade a nossa região. Por exemplo, o Festival do Café (...) traz uma visibilidade muito grande para a nossa região. Isso é importante, e não é só no momento do festival, porque a divulgação ela fica aí. As pessoas que saem daqui satisfeitas, elas saem falando sobre o Vale, ela sai multiplicando. (Ana Lúcia, Presidente Conselho Regional do Vale do Ciclo do Café)

Por outro âmbito, o presidente do sindicato comercial do município critica o caráter fixo do cronograma de atividades do evento, de forma que tudo já vem completo, não dando opção ao hóspede optar por diferentes atrativos:

Quando acontece uma coisa como esse que motivou o nosso começo da conversa, o Festival do Café, o comércio é muito esquecido, a gente pega igual uma viagem dessas que você procura uma companhia, “nós vamos fazer esse tour aqui”. Aí você vai para o hotel que eles determinam, faz as viagens que eles bem entendem. Esse ano eu fui lá e fui informado o que aconteceria, reclamei e falei que não queria mais isso. Que a partir do ano que vem, 2014, eu queria ser protagonista, que queria falar sobre Barra do Piraí, porque eu me considero com condições para falar sobre Barra do Piraí. (Orlando Pimentel, Presidente Sindicato Comercial de Barra do Piraí).

Retifica ainda que o festival não influencia muito no comércio, já que todos os envolvidos passam pelo local e voltam ou para casa ou para o hotel:

E depois fizeram aqui a complementação, dentro da igreja de São Benedito, nove horas da noite. (...) t. Santos, que é o maior violinista do Brasil, talvez da América do Sul e talvez um dos melhores do mundo. Ele tocou lá dentro da igreja, tocou para umas oitenta pessoas. E o que que isso pode ajudar o comércio em um horário desses. Nada, 0, 0000, nada. Talvez tenha arrumado para ele, duas ou três garrafas de água que ele bebeu durante a apresentação. Deve o que colaborou com o comércio de Barra do Piraí. Que nem dormi aí, ele dormiu. Entrou no carro e foi embora. (Orlando Pimentel, Presidente Sindicato Comercial de Barra do Piraí).

4.3 Perspectivas sobre o turismo

Por fim, foram estruturadas algumas perspectivas sobre o turismo local de acordo com a opinião dos participantes da pesquisa (agentes locais e turistas). Estes aspectos foram: os principais entraves, desafios, oportunidades e o que se espera do desenvolvimento do turismo no município e na região.

De acordo com os entrevistados a grande maioria argumentou que é um grande entrave para o desenvolvimento do turismo na região é o apoio e interesse por parte dos políticos, seguido da falta de divulgação. Outras respostas mencionadas com pouca incidência foram: o aumento de salário, a falta de interação com a população, a falta de receptivo, a infraestrutura de acesso e a falta de qualidade dos prestadores de serviços turísticos (incidência de 01 resposta cada). O quadro 06 apresenta as principais respostas para a questão:

Quadro 06: Análise sobre a visão dos agentes locais sobre os principais entraves para o desenvolvimento turístico de Barra do Piraí (continua)

Entrevistados	Expressões-chaves	Idéias centrais	Ancoragem
<p>Presidente Conselho Regional (CONCICLO)</p>	<p>Bom, <u>o pouco ou quase nenhum investimento no acesso, acho que esse é um entrave grande. Acesso e sinalização</u>, isso é um grande problema. <u>Eu colocaria isso na conta do poder público</u>. Também vejo que a população ele não faz a parte dela, entende. <u>Então, a valorização do lugar onde mora por parte da população</u>. Se a própria população conhecesse o potencial turístico, investisse nisso, e no mínimo conhecesse. <u>Eu posso te garantir que quase 70% das pessoas que moram aqui não conhece a nossas fazendas históricas...</u> E Algumas, uma boa parte, <u>mas de 50% não sabe aonde fica</u>. Então isso é um fator que dificulta, porque ele pode até não conhecer, mas poderia valorizar. Ele pode não conhecer, pode não valorizar, mas poderia orientar para chegar lá. E isso não acontece, o turista quando ele chega aqui, ele tem maior dificuldade de acessar (...).</p>	<p>Para a presidente do CONCICLO os grandes entraves para o desenvolvimento do turismo são: o pouco investimento em acesso, como a sinalização; a interação do turismo com a população local, ou seja, a população conhecer os atrativos turísticos e sua própria história, saber a importância do turismo para a região e como receber e tratar o turista.</p>	<p>A sinalização e o estado das estradas de acesso às localidades é de grande importância para o desenvolvimento do turismo, principalmente no caso dos hotéis fazendas, já que a grande maioria dos estabelecimentos se localiza em áreas rurais, ou seja, existe certa dificuldade de localização. Nos dias da pesquisa de campo, houve dificuldades para a localização de alguns estabelecimentos, visto que muitas estradas de acesso eram de chão batido, com pouca sinalização, sem sinal de celular e gps ou locais para buscar informações. Muitas das vezes os próprios hotéis cuidam das estradas de acesso (as de chão batido), para não prejudicar seu negócio. Com relação à população, conforme citado acima, é muito importante a interação da comunidade local na dinâmica turística, principalmente pelo fato dos mesmos terem influência direta com a atividade. De forma que se a população local não estiver inserida na dinâmica e nos benefícios oriundos do turismo, consequência negativas podem ocorrer como: especulação imobiliária, desigualdades sociais, hostilidade ao turistas, entre outros.</p>

Quadro 06. Continuação.

<p>Proprietário Hotel Fazenda C</p>	<p><u>A falta, ao meu ver essa, o poder público investir um pouco na divulgação do local e da potencialidade que existe do turismo aqui.</u> <u>Porque é parte do empresário ela está feita e nós estamos fazendo.</u> Não só nós aqui, todos aqui na região. (...). <u>Então falta a eles fazerem, saneamento básico que não tem.</u> Essas são as coisas do poder público: saúde, essas coisas que estão por aí, todo mundo reclama. A educação esta razoável aqui no local, mas saúde que não tem para a população e saneamento básico. <u>Mas no turismo mesmo é o saneamento básico.</u> E a divulgação. Não adianta divulgar a cidade, crescer a cidade com valas, com esgoto a céu aberto como tem aí em outras cidades. (...) são essas coisas que o poder público tem fazer e divulgação.</p>	<p>Segundo o proprietário, os grandes entraves são: a divulgação e investimentos em infraestrutura como saneamento básico, dentre outros.</p>	<p>Em relação direta ao turismo, o proprietário salienta que a falta de divulgação e saneamento básico são as grandes dificuldades para o desenvolvimento do turismo no local. Com a afirmação constata-se que turismo está interrelacionado com diversas estruturas para o uso da população, sendo esta mais um bom motivo para a interação dos autóctones no processo turístico da localidade. Ou seja, cidade boa para o turista deve ser cidade boa para o cidadão antes. Dentro desse âmbito, o proprietário ainda afirma que não se pode crescer turisticamente com a cidade necessitando de melhorias, isso é um ponto negativo para atratividade do destino e para a população local.</p>
---	--	---	---

Quadro 06. Continuação.

<p>Funcionária Fazenda Histórica B</p>	<p><u>È que a gente não tem assim, divulgação de ninguém. Aqui é só mesmo no boca a boca. Não tem sabe aquela secretaria de turismo que vem, que ajuda, que faz, facilita.</u> Acho que só mesmo, um indicando o outro, um indicando o outro.</p>	<p>A funcionária afirma que o principal entrave para o desenvolvimento do turismo é a pouca divulgação, que ocorre principalmente através do "boca-a-boca". A funcionária considera ainda, que a atuação do poder público ainda é falha em relação ao fato.</p>	<p>A divulgação foi considerado um fator bastante considerável como entrave do desenvolvimento turístico. De forma, que para a maioria dos entrevistados as ações do poder público para com o turismo ainda não são suficientes, necessitando de um maior interesse por parte destes, através de investimentos e elaboração de estratégias de marketing, infraestrutura de acesso, capacitação de população, dentre outros.</p>
<p>Gerente Hotel Fazenda A</p>	<p>Difícil responder, mas eu vou fazer com você uma das coisas que me atrapalha. Por exemplo, a estrada aqui. A gente é uma pequena empresa, paga tudo, paga todos os impostos, <u>a estrada na frente do hotel é totalmente esburacada.</u> Até eu acho que não precisa asfaltar até a porta do hotel, porque é ruim. Eu acho que esta bom ali, mas eu acho que deve passar sempre a máquina. E ai tem uma água ali que passa, que tem que ser manilhada, <u>tem um esgoto aberto ali.</u> O acesso é feio sabe. E quando dá sol dá mal cheiro. Quando esquenta muito dá mal cheiro. Então são coisas assim (...). Nós que arrumamos (a estrada).</p>	<p>Para a entrevistada, a falta de infraestrutura é um dos principais entraves para o desenvolvimento do turismo. De forma, que existe esgoto não tratado nas proximidades do hotel e a estrada é tão ruim, que o próprio estabelecimento se encarrega de realizar a manutenção do acesso.</p>	<p>Como outras respostas, a infraestrutura é um grande dificultador do turismo no local, já que muitas vezes o próprio estabelecimento tem fazer alguma ação para que a estadia não seja prejudicada</p>

Os turistas também foram perguntados sobre os maiores desafios e oportunidades para o desenvolvimento do turismo na região, de forma, que se obtiveram as seguintes respostas:

1-Os maiores desafios elencados forma: não tem desafio (5 respostas), a pouca ou falta de divulgação (3 respostas), falta de investimento do poder público (manter o patrimônio (2 respostas), manter o comércio aberto aos fins de semana (2 respostas), ter mais meio de hospedagem e atrativos para todas as idades (2 repostas), conservação das praças, manter a qualidade do serviço prestado, qualificar a mão de obra, continuar a crescer, usar área para outras atividades (todas com incidência de 01 resposta apenas).

2- Sobre as oportunidades para o desenvolvimento do turismo, as respostas foram as seguintes: tudo (6 respostas), a história da região (4 respostas), as fazendas (3 respostas) e a natureza, o clima, o descanso, aproveita os próprios recursos, a conservação do local, o ar puro (todas com a incidência de 01 resposta cada).

Já em relação ao que se espera do turismo em Barra do Piraí por parte dos entrevistados (dos que responderam), a maioria respondeu que espera que a atividade cresça (7 respostas), enquanto as outras respostas foram: cresça e tenha mais hotéis (1 resposta), continue assim, pois está bom (01 resposta), traga melhorias para a cidade (4 respostas), traga mais oportunidades para as pessoas (2 respostas), tenha novas formas de acolhimento das pessoas (01 resposta), que melhore as estratégias de divulgação (01 resposta), a profissionalização do turismo (01 resposta), mais políticas públicas para o setor (01 resposta), que a região se organize como um polo turístico (01 resposta) e as preocupações são com o turismo de compras, o comércio e não o tradicional (01 resposta).

Para o administrador do hotel fazenda C

Eu espero mais desenvolvimento para Ipiabas. Melhores condições, porque eu acho que desenvolver um turismo, o distrito se desenvolve também. Aqui ainda há muita pobreza em volta, aí para fora. Eu acho que o distrito, o município tem um potencial de absorver isso. De gerar emprego, gerar renda para as famílias. Ainda tem muita família que vive mesmo da hortinha, do porquinho que cria, do leite que tira da vaca. Então é uma pobreza bem grande. (Administrador Hotel Fazenda C)

Já a funcionária da pousada com casarão histórico espera que

(...) Que a cada dia cresça mais. Porque tem um leque de coisas que podem ser feitas. Eu por exemplo, quando percebi que era encantador para as pessoas, chegarem e olharem essa questão da caracterização do barão e da baronesa. Eu quis montar um negocio a parte aqui na fazenda, que é a questão das roupas de época. Eu faço assim, eu tenho algumas roupas de época, de colégio e para adulto. Só que por causa dessa dinâmica de como funciona o dia a dia, eu optei, a partir do ano que vem vai ter, durante o dia mesmo, para qualquer pessoa que veia, eu optei pela hospedagem por enquanto e para as escolas que se hospedam. Todos se caracterizam. Então, mas a gente recebe pouquinho, por exemplo, as vezes eu caracterizo 50 crianças. Aí a noite a gente faz o baile imperial para eles. Tem sarau a noite, todos caracterizados. (...) aí ajuda a vender mais também, entendeu (...). (Funcionária pousada com casarão histórico).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo é uma atividade que utiliza o espaço geográfico como algo essencial para sua fundamentação. Assim, quando planejado pode influenciar no desenvolvimento de localidades, de forma que a atividade interaja com todos os agentes locais, inclusive com a população local.

O município de Barra do Piraí tem como atividades econômicas principais a agropecuária, a indústria e o comércio/serviços. A cidade também possui grande potencialidade para o turismo através de patrimônios material e imaterial oriundos da época do Ciclo do Café e as propriedades rurais. Todavia, a cidade ainda não recebe um fluxo de demanda significativa e apesar de existir a potencialidade do turismo rural, através dos hotéis fazenda e pousadas rurais, além das fazendas históricas, essa segmentação de turismo não é apropriadamente explorada.

O turismo em Barra do Piraí é caracterizado através do resgate histórico cultural da sociedade do café, com a representação de hábitos das famílias aristocratas da época. Esse fato remete a confusão de qual segmentação seria significativa, o turismo rural, histórico ou pedagógico. Dentro desta perspectiva, é importante mencionar que entorno cultural é um aspecto expressivo para o incremento do turismo rural, já que os turistas muitas vezes não são somente atraídos pela bela paisagem, como também pelo modo de vida rural.

Neste sentido, o turismo rural no município está associado a modalidade histórica e pedagógica e este fato é bastante significativo, visto que o direcionamento das segmentações turísticas é bastante importante devido a vários aspectos, principalmente na elaboração de estratégias de marketing para atração do público alvo e análise das potencialidades da localidade). Segundo Petrocchi (2001) a segmentação do mercado turístico pode ocasionar diversos benefícios, entre eles: percepção de novos produtos que não foram trabalhados antes, elaboração de estratégias de marketing mais efetiva, otimização de recursos ao aloca-los em segmentos que possibilitem a criação de vantagem competitiva.

Desse modo, o turismo rural em Barra do Piraí pode ser caracterizado através da interação com o patrimônio histórico da localidade (turismo em espaço rural), em conjunto com as atividades recreativas tipicamente rurais como lida com campo, visualizada nos hotéis fazenda e pousada rural (mesmo que não seja em muitos empreendimentos a atração principal). De acordo com a classificação de Rodrigues (2000), a constituição dos empreendimentos turísticos no município pode ser entendida através das fazendas históricas de visitação, os hotéis fazenda e pousadas classificados como turismo rural contemporâneo, os hotéis fazenda classificados como turismo rural tradicional (fazendas que se constituíram através da exploração agrária e funciona como meio de hospedagem atualmente) e os hotéis de lazer, com massagens, diversos tipos de piscinas e outras atividades do âmbito. É importante observar ainda, que praticamente todos os meios de hospedagem oferecem algumas atividades característica do *modus rural* como colheita e cultivo, todavia essas recreações ainda não são consideradas muitas vezes os principais atrativos dos mesmos. Já que muitos turistas se hospedam nestes empreendimentos devido a atrativos culturais e não especificamente a busca por esta atividade. Contudo, a própria representação do modo de vida das famílias rurais da época já pode se caracterizar uma forma de turismo rural, conforme exemplificado nos capítulos anteriores. No entanto, é importante salientar que seria de grande importância para o fomento do turismo rural no município a estruturação estratégias de recreação e lazer que insiram nos roteiros e cronogramas pratica do modo de vida rural, tanto nos meios de hospedagem, como nas fazendas históricas, como por exemplo, apresentar aos visitantes das fazendas históricas como a propriedade se sustenta desde época do café até os dias atuais (agropecuária).

A atividade turística é bastante importante para Barra do Piraí como para toda a região, todavia ainda não influencia tanto na dinâmica econômica da cidade quando comparada a outras atividades econômicas. O turismo é marcado pela visitação nas fazendas históricas e a maioria dos meios de hospedagem baseados no sistema *all-inclusive*, ou seja, está dentro do pacote turístico a maioria dos serviços que serão consumidos pelos turistas, de forma, que muitas vezes o turista não precisa sair do hotel, e quando sai vai visitar alguns atrativos que já estão pré-determinados no roteiro turístico. Os turistas não exercem impacto no comércio, de forma que os grandes compradores são visitantes das cidades vizinhas. Esse fato pode ser visto, devido aos fins de semana a maioria das lojas comerciais e restaurantes se encontra fechado, o que é uma grande crítica por parte dos turistas, já que a maioria visita a região nos finais de semana. É importante observar ainda, que os locais mais visitados pelos turistas que estão hospedados em Barra do Piraí na região é o Distrito de Conservatória (Valença) e a cidade de Vassouras.

Atenta-se ainda, que muitos dos turistas que visitam a região, acabam visitando também as fazendas históricas de Barra do Piraí, já que a cidade possui 04 casarões abertos, um importante número se comparado a outras cidades da região.

A política pública como em qualquer local tem um importante papel na gestão do turismo local, principalmente na mediação entre turistas, a população local e o setor privado. Todavia, existem algumas iniciativas que devem ocorrer para a propagação do turismo no local como melhoria da sinalização turística, das estradas de acesso, das estratégias de marketing, além da melhor interação entre o público e privado com finalidade de discutir ações estratégicas para o fomento do setor e inclusão de todos nesse processo, já que muitas vezes a população local não participa desse processo e frequentemente nem conhece os atrativos locais. Assim, constata-se que muitas iniciativas estão relacionadas ao papel do setor público.

Apesar de ainda não ser suficiente, existe uma relação entre os agentes privados e entre os agentes privados e públicos. Com relação aos empreendimentos turísticos, os mesmos indicam um o outro, com ênfase na indicação das fazendas históricas sem pernoite por parte dos meios de hospedagem. Todavia, é mais difícil uma fazenda histórica indicar outra devido a competição. Logo, seria uma ótima oportunidade o estabelecimento de formas de discussões para elaboração de estratégias para o desenvolvimento do turismo na região que seja benéfica para todos os envolvidos. Atualmente, o Conselho Regional de Turismo (CONCICLO) possui este objetivo, reunir agentes de turismo para discussões e elaboração de ações para o desenvolvimento regional, entretanto, o número de membros ainda não atinge uma quantidade suficiente, visto o número de agentes turísticos da região. E ainda, existe uma grande controvérsia em relação ao qual seria o território da região do Vale do Café Fluminense, já que muitos municípios não aceitam a ideia de outras cidades com realidades tão distintas fazerem parte da região turística como Volta Redonda, por exemplo. O conselho ainda sofre por falta de infraestrutura e investimento, ou seja, os recursos ainda não são suficientes para o bom andamento do órgão, que realizou no ano de 2013 o planejamento estratégico da instituição.

Já em relação ao relacionamento do poder público com o privado, as atuais secretarias buscam um contato maior, mas este ainda é incipiente, sendo necessárias ações em conjunto com outras secretarias como de obras para o desenvolvimento adequado do turismo no município. Outro questionamento dos empreendedores da região, é que os órgãos estaduais não olham para a região da mesma forma que olham para outras do estado, o que dificultaria o crescimento do turismo regional.

Dentre os principais entraves que os entrevistados citaram foi o apoio dos políticos, o que pode ser observado principalmente através da ruim condição da infraestrutura turística do município. Assim, a divulgação é considerada umas das principais deficiências do município.

Em contraponto, a maioria dos respondentes acredita que o local tem grande potencialidade para o turismo, todavia deve-se ser mais bem estruturado. A maioria espera que o turismo ocasiona melhores condições para vida para os envolvidos e a população local, seja através de renda e empregos, ou na melhoria da condição de vida (infraestrutura, educação, saúde, entre outros).

Neste sentido, segundo análise de todos os dados da pesquisa, elaborou-se uma relação de alguns desafios e oportunidades para a implantação do turismo em espaço rural no município, com base em Colesanti e Costa (2002):

Oportunidades:

- O turismo ser uma atividade que ajuda na conservação ambiental, de forma, que em algumas fazendas a caminhada e o contato com a natureza é um atrativo com bastante potencial.
- A atividade possibilitou o resgate cultural da história da região e fonte de renda para as fazendas históricas. Todavia, ainda é incipiente a inserção dos pequenos produtores rurais nesse processo.
- O turismo atualmente é uma estratégia para complementação de renda para os proprietários das fazendas históricas, que utilizam da renda da atividade, para manutenção do patrimônio, cujo custo é bastante caro, dentre outras ações.
- O turismo criou oportunidades para jovens que não tinham trabalho, podendo ter evitado o êxodo rural. Criou ainda, uma valorização da cultura por parte destes, que antes não conheciam a história da região e dos seus antepassados, aumentando a autoestima da população local.
- Pluriatividade dos estabelecimentos rurais, já que a maioria das fazendas tem outra atividade econômica e algumas oferecem produtos locais para serem comercializados.

Dentre os desafios, destacam-se:

- Turismo rural ainda não foi consolidado no município, de forma que seus atrativos muitas vezes não são trabalhados de forma correta como atrativos por parte dos gestores. Apesar de a ênfase ser no turismo histórico cultural, o fortalecimento do turismo rural poderia ser mais um atrativo capaz de influenciar fluxo turístico.
- Pouca interação com a população local, que muitas vezes desconhece o patrimônio histórico do local e outros atrativos turísticos, desvalorizando assim o potencial turístico local.
- Muitos dos funcionários possuem apenas segundo grau completo e necessitam de mais capacitação para área de turismo. De forma, que alguns meios de hospedagem oferecem cursos de capacitação. Todavia, poderiam ser contínuos não só para os funcionários, como para jovens e adultos das regiões rurais, como forma de oportunidade de uma carreira profissional.
- Em relação ao emprego ainda, devido a atividade turística acontecer principalmente aos fins de semana e feriados, o número de empregos gerado pelo setor ainda é insuficiente, destacando o papel dos trabalhadores temporários denominados *free-lancers*.
- Apesar do contato não oficial entre agentes turísticos, através da indicação de outros atrativos, a interação entre estes deve ser melhorada, através de maiores debates e discussões sobre estratégias para o desenvolvimento turístico na região e gestão do mesmo. Atualmente existe o Conselho Regional de Turismo (CONCICLO) que tem esse como um dos objetivos, além a instituição PRESERVALE, cujo foi formada pelos fazendeiros da região. Todavia, esses órgãos devem ser fortalecidos e mais agentes devem participar. É preciso ainda, decidir

a abrangência do território do Vale do Café e incentivar a participar de todos: setor privado e público.

- Apesar da existência identidade histórica da região, deve estimular uma identidade através de produtos típicos como artesanato, culinárias, entre outros. Atualmente, são poucas as cafeterias na região, Vassouras, por exemplo, possui uma apenas e Barra do Pirai, nenhuma dentro do contexto histórico (não mencionado os oferecidos nas excursões pelas fazendas históricas). Já o artesanato, apesar de haver grande quantidade de artesãos, alguns produtos vendidos são de outros locais, como de Juiz de Fora ou são pouco os pontos de venda dos produtos. E quando são vendidas nos estabelecimentos turísticos, poucas são as formas de atratividade para estes produtos.
- Outro fator importante relacionado com o acima, é que a maioria das lojas comerciais fica fechada nos fins de semana, o que é uma reclamação por parte dos turistas. Apesar do turista não ser o cliente principal do comércio, é importante que a cidade se organize para o setor.
- O turismo apesar de ser bastante influente como fonte de renda para as fazendas históricas e os meios de hospedagem, ainda não é um grande benefício para os pequenos produtores rurais, já que o setor seria um grande potencial para complementação de renda através do turismo rural, todavia isso ainda não acontece. Os produtores rurais são impactados financeiramente através da venda de alguns produtos diretamente para os hotéis ou para mercados e lojas da região.
- De acordo com os autores, uma desvantagem que o turismo pode ocasionar diz respeito á dificuldade do produtor rural em compreender os mecanismos administrativos do setor de serviços no ambiente rural e na sua propriedade, o que pode ser um grande entrave para inserção deste no setor.
- A falta de investimento do setor público em infraestrutura de acesso, por exemplo, e divulgação. De forma que a questão da divulgação poderia ser solucionada através do encontro entre agentes turísticos do local e da região e porque não a criação de um *convention visitors bureau*²⁵.

Neste sentido, o turismo tem ajudado muito na renda de alguns estabelecimentos turísticos, mas ainda é insuficiente afirmar que ele tem influenciado no desenvolvimento local de Barra do Pirai, pois são necessários outros fatores para que isso aconteça. Saliento que esta pesquisa não se encerra aqui. São necessárias maiores pesquisas quantitativas para definir o desenvolvimento rural do município. Dessa forma, com intuito de ajudar no desenvolvimento de um turismo adequado na localidade, foram propostas algumas recomendações de acordo com o resultado da pesquisa. Afirmando ainda, que as recomendações são opiniões próprias definidas através da vivência na região do Vale do Café e através da pesquisa de campo e bibliográfica. Seguem:

- Realização de maiores pesquisas sobre potencialidades turísticas do município e da região, além da pesquisa sobre o perfil de visitantes para assim elaborar estratégias de marketing mais eficazes.
- Fortalecer nos cronogramas recreativos dos estabelecimentos turísticos atividades relacionadas ao modo de vida rural, como práticas de lida do campo.

²⁵ Segundo Tadini e Melquiades (2011) a organização é sem fins lucrativos e é reconhecida por fomentar o turismo através da criação de eventos e meios de divulgação dos atrativos turísticos de uma cidade ou região, com o intuito de aumentar o fluxo de visitantes. Atualmente, devido a sua atuação, a fundação tem uma relevante representação em diversos países, permitindo legitimidade para discutir e propor políticas regionais de turismo, além de influenciar na geração de investimentos no setor.

- Fortalecer mais espaços para discussões entre agentes turísticos, facilitando a interação entre os mesmos, para assim elaborarem estratégias para gestão do turismo no município e na região.
- Buscar dos órgãos públicos maiores investimentos em infraestrutura e buscar parcerias para capacitação da população local.
- Integrar as comunidades locais na gestão do turismo, informando a importância do setor para a localidade tal como capacitá-las para sua inserção no setor.
- Incentivar grupos para desenvolvimento de outras atividades na cadeia produtiva do turismo, como artesanato, culinárias, entre outros. Além de fortalecer a identidade local através de produtos típicos, como o café.
- Fortalecer junto ao poder público, a busca por cursos de capacitação para o local, como curso de turismo, entre outras áreas afins.
- Incentivar a inserção dos pequenos produtores rurais no setor, através da abertura de meio de hospedagem, dentre outros estabelecimentos turísticos, incrementando assim, a fonte de renda destes.
- Fortalecer a compra de produtos oriundos de produtores rurais da área, quando não produzidos dentro do estabelecimento rural.
- As fazendas históricas inserirem no seu roteiro a apresentação de formas e aspectos sobre o cultivo da época do Ciclo do Café e os dias atuais, através de informações de que forma é todo processo, por exemplo.
- Incentivar a criação de um *convention visitors bureau* ou fundações com objetivos semelhantes.
- Buscar formas de manter o fluxo turístico a semana toda, tal como a contratação de um número maior de funcionários.
- Fortalecer a concepção da importância do turismo para o município e para a região, principalmente para os comerciantes, exemplificando a necessidade de bem receber o turista e manter o comércio aberto aos fins de semana para este fim.

O processo turístico em Barra do Pirai ainda é incipiente para influenciar a dinâmica de desenvolvimento seja no âmbito local ou regional. São necessárias maiores estratégias em prol desse objetivo, conforme salientado nas considerações acima. Portanto, é importante a inserção da população local, além dos agentes envolvidos, criando assim uma cadeia produtiva forte e inclusiva. Deve-se delinear e implantar políticas públicas eficazes dentro de uma perspectiva sustentável do setor, transformando o turismo em uma alternativa de desenvolvimento para o município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABLAS, L. Alguns aspectos do desenvolvimento regional. **Planejamento e Conjuntura**, São Paulo: SEP, n.69, 1973.
- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, 149p.
- ALBAGLI, S.; MACIEL, M. Capital social e desenvolvimento local. In: LASTRES, M.H. et al. **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume-umará, 2003.
- ALBURQUERQUE, C. **Turismo no espaço rural: uma estratégia para o desenvolvimento local**. In: Turismo no espaço rural brasileiro. Anais do III Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Piracicaba: FEALQ, 2001.
- ALEIXO, E; COSTA, M. **Políticas Públicas de Turismo v. 1**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2011.
- ALMEIDA, J., RIEDL, M., FROEHLICH, J. (org). **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Maria: Centro Gráfico, 1998.
- ALMEIDA, J. A., RIEDL, M. (org.). **Turismo Rural: Ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. 07p.
- AMATO NETO, J. **Redes de cooperação produtiva e clusters regionais: oportunidades para pequenas e médias empresas**. São Paulo: Fundação Verzolini, 2000.
- ANDION, C. **Análise de redes e desenvolvimento sustentável local**. Revista Administração Pública, v. 37, n. 5, p.1033-1054, set/out 2003.
- ANJOS, F. **Processo de planejamento e gestão de territórios turísticos: uma proposta sistêmica**, 2004. 256f. Tese (Doutorado) Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- BALESTRINI, A; VARGAS, L. **A dimensão estratégica das redes horizontais de PME's: teorizações e evidências**. Revista Administração Contemporânea, Curitiba, Edição especial, p. 203-227, 2004.
- BAPTISTA, F. **Agriculturas e territórios**. Oeiras, Portugal: Celta, 2001. 207p.
- BAPTISTA, F. **Famílias e explorações agrícolas: notas sobre a agricultura familiar na Europa do Sul**. Trabalho apresentado no IV Congresso Latino-americano de Sociologia Rural. Chile, dezembro de 1994.
- BENI, M. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo, SP. Ed.: Senac, 2001.
- BENI, M. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BISSOLI, M. **Planejamento Turístico Municipal com Suporte em Sistemas de Informação**. São Paulo, SP: Futura, 2001.

BLOS, W. **O turismo rural na transição para um outro modelo de desenvolvimento rural**. In: ALMEIDA, A; RIEDL, M. (Orgs.) *Turismo rural: Ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru, SP: EDUSC, 2000, p. 199- 222.

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

BRANDÃO, C. **A busca da utopia do planejamento regional**. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/263>. Acesso em 01 de agosto de 2012.

BRANDÃO, C. **Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado**. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/107/carlos_brandao.pdf. Acesso em 01 de agosto de 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo cultural: orientações básicas**. 3.ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo rural: orientações básicas**. 2.ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo- Roteiros do Brasil: Introdução à Regionalização do Turismo /Ministério do Turismo**. Secretaria Nacional de Políticas Públicas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização-Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo- Roteiros do Brasil: Diretrizes Políticas**. Brasília. Ministério do Turismo, 2004.

BRESSER PEREIRA, L. **A crise da América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal?** Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=240>. Acesso 02 de março de 2014.

CAMPANHOLA, C; DA SILVA, J. **O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro**. In: ALMEIDA, A; RIEDL, M. (Orgs.) *Turismo rural: Ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru, SP: EDUSC, 2000. P. 145-179.

CAMPANHOLA.C; SILVA, G. **Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor**. In: I Congresso Brasileiro de Turismo Rural. *Anais...* Piracicaba (SP): FEALQ, 1999, p. 9-42.

CANO, W. **Uma agenda nacional para o desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CEYQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.eco.unicamp.br%2Fdocprod%2Fdownarq.php%3Fid%3D1813%26tp%3Da&ei=D8wrUIK5G8SI6AH8tIH4DA&usg=AFQjCNFLQ3YwZP55fAzmI7-HrV5ELCrI4g>. Acesso em 10 de agosto de 2012.

CAPRA, F; **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Pensamento, 1996.

CARVALHO, L; VASCONCELOS, M. **Introdução à economia do turismo**. São Paulo: Saraiva, 2006.

CASAROTTO, N; PIRES, L. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégia para a conquista da competitividade global com base na teoria italiana**. São Paulo: Atlas, 1998.

CASTRO, D; MELQUIADES, T; TADINI, R. **Fundamentos do Turismo**. v. 02. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2011.

CAVACO, C. **Turismo rural e desenvolvimento local**. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (org.) Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques metodológicos. São Paulo: Hucitec, 1996. 94-121.

CHANG, H. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

COBOS, V; PAIXÃO, D; SILVEIRA, C. **Políticas Públicas de Turismo e a Política no Brasil: singularidades (des)continuidade**. CIÊNCIA & OPINIÃO. Curitiba, v. 3, n. 1, jan./jun. 2006.

COLESANTI, M; COSTA, A. **Turismo rural e educação ambiental desenvolvimento sustentável para o espaço rural no município de Tupaciguara**. Revista Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 03, n. 05, fevereiro 2002.

CONCEIÇÃO, P; CONCEIÇÃO, J. **Atividades não agrícolas no Brasil rural**. Disponível em: <http://arquivo.rosana.unesp.br/docentes/patriciamiro/LEAR/22%20GT%20Pedro%20Henrique%20Z.%20da%20Concei%C3%A7%C3%A3o,%20J%C3%BAnia%20Cristina%20P.%20R.%20da%20Concei%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 27 de janeiro de 2014.

CONSTANZA, R. **Economia ecológica: uma agenda de pesquisa**. En: MAY, P.; MOTTA, R. (Orgs.) Valorando a natureza: análise econômica para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

COPPER, C. et. al. (Org). **Turismo: princípios e prática**. Porto Alegre: Bookman, 2001.
CORIOLANO, L. **Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios**. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/21coriol.pdf>. Acesso em 24 de janeiro de 2012.

CRUZ, R. **Planejamento governamental do turismo: convergência e contradições na produção do espaço**. En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amália Inês de Geraiges Lemos, Mónica Arroyo, Maria Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinomaricano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

CRUZ, R. **Política de turismo e território**. São Paulo, SP: Ed. Contexto, 2000.

CRUZ, R. **Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira.** In: BARTHOLO, R; SANSOLO, D; BURZTYN, I. (orgs). Turismo de base comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 92-107.

DE ALBUQUERQUE, C. **Turismo no espaço rural: uma estratégia de desenvolvimento local.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 03, 2001, Piracicaba. Turismo no espaço rural brasileiro. Piracicaba: FEALQ, 2001.

DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil.** São Paulo, Atlas, 2003.

DIAS, R. **Introdução ao turismo.** São Paulo: Atlas, 2005.

DOS SANTOS, A. **Turismo: uma alternativa efetiva de inclusão social: Uma reflexão sobre as políticas públicas de turismo no Brasil.** 2007. 244 p. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2007.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries.** Oxford: Oxford University Press, 2000.

ENTRENA DÚRAN, F. **Cambios en la construcción social de lo rural.** Madrid: Tecnos, 1998.

FARAH JR, M. **Desenvolvimento local e comportamento dos agentes econômicos: estratégias empresariais pró-ativas ou reativas?** Revista FAE, Curitiba, v. 04, n.04, p.13-22, maio-agosto 2001.

FARIA, D. **Desenvolvimento e turismo: uma abordagem conceitual.** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2012. 25p.

FERREIRA, B. et. al. **Ocupações agrícolas e não agrícolas: trajetórias e rendimentos no meio rural brasileiro.** Disponível em: https://IPEA.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_15.pdf. Acesso em 19 de janeiro de 2014.

FOCAULT, M. **Microfísica do poder.** 16 ° Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FRANK, A. G. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

FREIRE, D; PEREIRA, L. História oral, memória e turismo cultural. In: MURTA, S; ALBANO, C (org). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar.** Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES DO RIO DE JANEIRO. **Participação por atividade econômica no valor adicionado bruto, segundo Regiões de governo e municípios do Estado do Rio de Janeiro.** Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/Anuario2013/ApresentacaoEconomiaContabilidade.html>.

Acesso 19 de abril de 2014.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974. 2 ed.

FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, C. **Brasil: opciones futuras**. Revista Cepal, n. 70. Santiago do Chile, abr. 2000.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 10ª ed. revista pelo autor, 2000.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GÓES, A; DE OLIVEIRA, R. **Turismo sexual: Uma reflexão crítica**. Disponível em: http://www.feapa.com.br/dinamicportal/artigos/TURISMO_SEXUAL.pdf. Acesso em 30 de outubro/2010.

GOMES, P. **História geral da civilização brasileira- 2º grau e concursos vestibulares**. 6 ed. ver. Belo Horizonte: Editora Lê, 1976.

GOODEY, B. Turismo cultural: novos viajantes, novas descobertas. In: MURTA, S; ALBANO, C (org). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.

HALL, M. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamento**. São Paulo: Contexto, 2001.

HAYED, F. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HIRSCHMAN, A. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

IGNARRA, L. **Fundamentos do Turismo**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, Rio de Janeiro, v. 24, 2004, 27p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Barra do Pirai**. Disponível em: http://www.cidades.com.br/cidade/barra_do_pirai/003192.html. Acesso 04 de janeiro de 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=29&uf=33>. Acesso em 08 de março de 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006 de Barra do Pirai**. Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=330030&idtema=3&search=rio-de-janeiro|barra-do-pirai|censo-agropecuário-2006>. Acesso 04 de janeiro de 2014.

INSTITUTO DE PRESERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO VALE PARAÍBA. **Relatório final: Ações Estratégicas de revitalização do Vale do Café**. 2.ed.Julho 2010.

JOUEN, M. **Europa rural na virada do terceiro milênio**- O Modelo Rural Europeu LEADER Magazine n. 25- Inverno 2000-2001.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceito e medida**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 03, p. 379-408, set/dez. 2004.

LAMEGO, P. **O Brasil é o Vale**. Valença-RJ: Gráfica PC Duboc, 2006.

LAURENTI, A.; DEL GROSSI, M. **A evolução das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas e não-agrícolas nas áreas rurais do Brasil**. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Org.). O Novo Rural Brasileiro - Uma Análise Nacional e Regional. 1 ed. Jaguariúna: EMBRAPA,2000, v. 1, p. 15-66.

LUCAS, S. **Turismo de patrimônio no espaço rural- A experiência do Vale do Paraíba**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 03, 2001, Piracicaba. Turismo no espaço rural brasileiro. Piracicaba: FEALQ, 2001.

LUCCI, E; BRANCO, A; MENDONÇA, C. **A formação do mundo atual:geopolítica e economia**. In: LUCCI, E; BRANCO, A; MENDONÇA, C. Geografia geral e do Brasil: ensino médio. São Paulo: Saraiva, 2003.

MACHADO, L. **Vassouras, recanto histórico do Brasil**. Vassouras: Gráfica Palmeiras, 2000.

MATHIESON, A; WALL, G. **Tourism: economic, physical and social impacts**. Harlow: Longman, 1982.

MATURANA-ROMESÍN, H; VARELA, F. **De máquinas e seres vivos: autopoiese- a organização do vivo**. 3ª Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MENEZES, E; SILVA, E. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3 ed. rev. Atual- Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Estudos Avançados 15 (43), 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Código de Mundial de Ética do Turismo**. Disponível em http://www.projetu.com.br/codigo_mundial.htm. Acesso em 30 outubro/2010.

PETROCCHI, M. **Gestão de polos turísticos**. São Paulo: Atlas, 2001.

PLOEG, J. D. **Van der et al. Rural development: from practices and policies towards theory**. Sociologia Ruralis, Oxford, UK, v. 40, n. 4, p. 391-408, out. 2000.

POCHMANN, M. **Reconversão econômica e as tendências recentes das ocupações profissionais no Brasil**. Campinas, CESIT/IE/UNICAMP, 1998. 29p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ. **Barra do Piraí**. Disponível em: http://www.pmbp.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=56&Itemid=54. Acesso em 25 de setembro de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ. **Plano Diretor de Barra do Piraí**. Disponível em: http://www.barradopirai.rj.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=55&Itemid=142. Acesso em 19 de janeiro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ. **Mapa de Zoneamento de Barra do Piraí**. Disponível em: http://www.barradopirai.rj.gov.br/images/obras/territorio_macrozoneamento_revisao1_geo.pdf. Acesso 14 de abril de 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Atlas do Desenvolvimento Humano. **Perfil de Barra do Piraí**. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/barra-do-pirai_rj. Acesso em 19 de janeiro de 2014.

REARDON, T; BERDEGUÉ, J. **Rural nonfarm employment and incomes in Latin America**. Texto apresentado no Seminário Internacional Desarrollo del Empleo Rural No Agrícola. Chile, BID, Cepal, FAO e Rimisp, setembro de 1999.

REJOWSKI, M; SOLHA K. T. **Turismo em um cenário de mudanças**. In: REJOWSKI, M.(org.). Turismo no percurso do tempo. 2 ed. São Paulo: Aleph, 2005.

RODRIGUES, A. **Turismo rural no Brasil-Ensaio de uma tipologia**. In: ALMEIDA, A; RIEDL, M. (Orgs.) Turismo rural: Ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru, SP: EDUSC, 2000. p 51- 68.

ROQUE, A; VIVAN, A. **O turismo no espaço rural: uma estratégia para nova gestão rural brasileira**. Revista de Administração da Universidade Federal de Lavras, Lavras, v. 01, n. 01, p. 05-12, janeiro-junho, 1999.

ROSTOW, W.W. **A decolagem para o crescimento sustentado**. In: AGARWALA, A.N; SINGH, S.P. (Orgs.) A economia do subdesenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. p. 181-211.

RUSCHMANN, D. **O turismo rural e o desenvolvimento sustentável**. In: ALMEIDA, J; FROEHLICH, J; RIEDL, M (orgs). Turismo rural e desenvolvimento sustentável. Campinas, SP: Papyrus, 2000. (Coleção Turismo)

RUSCHMANN, D. **Planejamento e ocupação do território através da expansão da atividade turística: condicionamentos básicos a partir da questão ambiental**. In: RODRIGUES, A (org). Turismo e ambiente: reflexões e propostas. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2000.

SAAB, W. **Considerações sobre o desenvolvimento do setor de turismo no Brasil.** Disponível em: http://www.bndespar.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set1008.pdf. Acesso em 10 de agosto de 2012.

SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SALVATI, S. (org). **Turismo responsável: manual para políticas públicas.** Brasília, DF: WWF. Brasil, 2004.

SCHNEIDER, S; FIALHO, M. **Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul.** In: ALMEIDA, A; RIEDL, M. (Orgs.) **Turismo rural: Ecologia, lazer e desenvolvimento.** Bauru, SP: EDUSC, 2000.

SCHNEIDER, S. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas.** Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 06, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHARPLEY, R. **Tourism and sustainable development: exploring the theoretical divide.** Journal of Sustainable Tourism, Clevedon, v. 8, n. 1, p.1-19. 2000.

SILVA, G. **O novo rural brasileiro.** Revista Nova Economia, Belo Horizonte 7(1), p. 43-81, maio de 1997.

SILVA, J; VILARINHO, C; DALE, P. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: UFSM (ed.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável.** Santa Maria:UFSM, 1998. Cap. 1, p. 11-49.

SILVA, J; DEL GROSSI, M. **Ocupação e renda nas famílias agrícolas e rurais no Brasil, 1992-97.** Campinas, IE/Unicamp, 1999, (Projeto Rurbano).

SILVA, J. (1993). A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo : SEADE, v.7, n.3, p.2-10, jul./set. (Republicado em: SILVA, Graziano J. (1996). **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: UNICAMP/IE. 217p. TELFER D.J. **The Evolution of tourism and development theory.** En: SHARPLEY, R.; TELFER D.J. (Eds.). **Tourism and development: concepts and issues.** Clevedon: Chanel View Publication, 2004. p.35-78.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética.** v. 05. São Paulo: Aleph, 2000.

TADINI, R; MELQUIADES, T. **Fundamentos do Turismo.** v. 01. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013.

TAVARES, M; FIORI, J. **Desajuste global e modernização conservadora.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TELFER, D. **The evolution of tourism and development theory**. En: SHARPEY, R; TELFER, D (Eds.). *Tourism and development: concepts and issues*. Clevedon: Chanel View Publication, 2004.

TENÓRIO, F. (org) **Cidadania e Desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Ijuí. 2007.

THOMAS, A. **Poverty and the “end of development”**. En: ALLEN, Tim; THOMAS, A. (Eds.). *Poverty and development into the 21st century*. Oxford: The Open University, 2000a. p.3-22.

THOMAS, A. **Meanings and views of development**. En: ALLEN, T; THOMAS, A (Eds.). *Poverty and development into the 21st century*. Oxford: The Open University, 2000b. p.23-48.

TOMAZZONI, E. **Turismo e desenvolvimento regional: dimensões, elementos e indicadores**. Caxias do Sul, RS: EducS, 2009.

TROPIA, F. **Turismo em meio rural**. 2. Ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 1998.

URRY, J. **The tourism gaze**. London: Sage Publications, 2000.

VALE, G; AMÂNCIO, R; LIMA, J. **Criação e gestão de redes: uma estratégia competitiva para empresas e regiões**. *Revista Administração*, São Paulo, v. 41, n.2, p. 136-146, abril/maio/junho, 2006.

VÁZQUEZ-BARQUERO, A. **Desarrollo, redes e innovación: lecciones sobre desarrollo endógeno**. Madrid: Pirámide, 1999.

VEIGA, J. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008, 3 ed. 220p.

VEIGA, J. **A face rural do desenvolvimento: natureza, territórios e agricultura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. 197p.

WALLICH, H. **Algumas notas para uma teoria do desenvolvimento derivado**. In: AGARWALA, A; SINGH, S. *E economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

ZIMMERMANN, A.; CASTRO, I.C. **Turismo rural :um modelo brasileiro**. Florianópolis: Ed. do autor, 1996.

Sites:

Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD:
http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/barra-do-pirai_rj

CEPERJ- CEEP:
<http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/Anuario2013/>

IBGE:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>

Prefeitura de Barra do Pirai:

www.pmbp.rj.gov.br

APÊNDICES

APÊNDICE A: Roteiro de entrevista com funcionários

- 1- O que você entende por turismo?
- 2- Em sua opinião qual é a importância do turismo no município e na região?
- 3- Quais são as principais potencialidades turísticas do município e da região para você?
- 4- Em sua opinião, o município recebe um fluxo de demanda turística adequado? Se não, por quê?
- 5- Qual é sua formação?
- 6- Onde você mora? Nasceu neste lugar?
- 7- Há quanto tempo você trabalha no hotel?
- 8- Qual é sua função e média salarial?
- 9- Você trabalhava antes? Se sim, em que?
- 10- Em sua opinião, qual é a impressão que os turistas têm do local?
- 11- De onde chegam os turistas?
- 12- O que você espera do turismo na região?
- 13- Os turistas saem do hotel para visitar a região? Se sim, quais lugares? Se não, por quê?
- 14- Em sua opinião, qual é o principal entrave para o desenvolvimento turístico do município e da região?

APÊNDICE B: Roteiro de entrevista Conselho Regional de Turismo (CONCICLO)

- 1- Em sua opinião qual é a importância do turismo no município e na região?
- 2- Quais são as principais potencialidades turísticas da região para você?
- 3- Em sua opinião, a região recebe um fluxo de demanda turística adequado? Se não, por quê? Qual é o município que mais destaca?
- 4- Para você quais são os impactos dos empreendimentos turísticos na região?
- 5- Qual é o município mais impactado pelo turismo na região?
- 6- Qual é o principal público alvo da região? Quais são as segmentações mais visíveis?
- 7- Como tem sido direcionado o turismo rural na região?
- 8- Qual é o papel da CONCICLO no fomento ao turismo na região?
- 9- Você tem uma média de empregados no setor turístico da região? Qual é a média salarial e qualificação?
- 10- O que você espera do turismo na região?
- 11- Os turistas saem dos hotéis para visitar a região? Se sim, quais lugares? Se não, por quê?
- 12- Quais são os entraves para o desenvolvimento do turismo na região?

APÊNDICE C: Roteiro de entrevista para os responsáveis por meios de hospedagem e fazendas históricas

- 1- Em sua opinião qual é a importância do turismo no município e na região?
- 2- Quais são as principais potencialidades turísticas do município e da região para você?
- 3- Em sua opinião, o município recebe um fluxo de demanda turística adequado? Se não, por quê?
- 4- Para você qual é o impacto do empreendimento na região?
- 5- Qual é a proposta do empreendimento?

- 6- Qual é o principal público alvo do meio de hospedagem ou fazenda histórica? De onde chegam os turistas?
- 7- O estabelecimento pode ser denominado dentro da segmentação do “turismo rural”? Por quê?
- 8- Para o responsável: Qual é sua qualificação? De onde você é? Sempre trabalhou com o turismo?
- 9- Quantos funcionários em média o estabelecimento possui?
- 10- De onde são estes funcionários? Qual é a qualificação?
- 11- De acordo com a qualificação? Favor falar a média salarial.
 - Uma média de funcionários com ensino fundamental
 - Uma média de funcionários com ensino médio
 - Uma média de funcionários com ensino superior
 - Uma média de funcionários com pós-graduação.
- 12- O que você espera do turismo na região?
- 13- De onde chegam as principais matérias-primas do estabelecimento? Quais são os principais fornecedores?
- 14- Os turistas saem do hotel para visitar a região? Se sim, quais lugares? Se não, por quê?
- 15- Qual é o maior empecilho para o desenvolvimento do turismo na região?
- 16- Existe uma relação entre o empreendimento e a secretaria de turismo ou do Estado ou Ministério do Turismo
- 17- Vocês produzem algo no hotel?O que?
- 18- Vocês capacitam ou oferecem capacitação ao funcionário?
- 19- Vocês tem alguma parceria com outros atrativos turísticos ou hotéis na região?

APÊNDICE D: Roteiro de entrevista para Sindicato Rural de Barra do Pirai

- 1- Em sua opinião, qual é a importância do turismo para o município e para região?
- 2- Quais são as potencialidades turísticas do município e da região para você?
- 3- Em sua opinião, o município recebe um fluxo de demanda turística adequado?Se não, por quê? Qual é o município que mais se destaca?
- 4- Para você qual é o impacto do empreendimento na região?
- 5- Qual é o município mais impactado pelo turismo na região?
- 6- Qual é o principal público alvo da região? Quais são as segmentações mais visíveis?
- 7- Como tem sido direcionado o turismo rural no município e na região?
- 8- Qual é o papel do Sindicato Rural? Tem alguma relação com o turismo?
- 9- Você tem uma média de empregados no setor turístico na região? Qual é a média salarial e a qualificação?
- 10- O que você espera do turismo no município e na região?
- 11- Os turistas saem do hotel para visitar a região? Se sim, quais lugares? Se não, porquê?

APÊNDICE E: Roteiro de entrevista Sindicato do Comércio de Barra do Pirai e Associação Comercial de Vassouras

- 1- Em sua opinião qual é a importância do turismo no município e na região?
- 2-Quais são as potencialidades turísticas do município e da região na sua opinião?
- 3-Na sua opinião, qual é o impacto do turismo no comércio?
- 4- Qual é a proposta da associação/sindicato?

- 5-O turismo no município pode ser denominado turismo rural?
- 6-Qual é a relação da associação com o turismo na região?
- 7-Qual é a sua qualificação e sua origem?
- 8-E em relação ao mercado de trabalho, qual seria o impacto do turismo?
- 9-Quais seriam as principais atividades econômicas do município?
- 10-Quem sustenta o comércio?
- 11- O que você espera do turismo no município e na região?
- 12-Quem sustenta o comércio?
- 13-Quais seriam os locais mais visitados na região?
- 14-Qual é o maior empecilho para o desenvolvimento do turismo na região?
- 15-Existe alguma relação entre a associação e a secretaria de turismo ou do Estado ou com o Ministério do Turismo?

APÊNDICE F: Roteiro de entrevista Museu Casa de Hera (atrativo turístico)

- 1-Em sua opinião qual é a importância do turismo no município e na região?
- 2- Quais são as principais potencialidades turísticas do município e da região para você?
- 3- Em sua opinião, o município recebe um fluxo de demanda turística adequado?Se não, por quê?
- 4- Para você qual é o impacto do turismo na região?
- 5-Qual é a proposta do empreendimento?
- 6- Qual é o principal público alvo do museu? De onde chegam os turistas?
- 7- Para o responsável: Qual é sua qualificação? De onde você é? Sempre trabalhou com o turismo?
- 8- Quantos funcionários em média o estabelecimento possui?
- 9- De onde são estes funcionários? Qual é a qualificação?
- 10- De acordo com a qualificação? Favor falar a média salarial.
 - Uma média de funcionários com ensino fundamental
 - Uma média de funcionários com ensino médio
 - Uma média de funcionários com ensino superior
 - Uma média de funcionários com pós-graduação.
- 11- O que você espera do turismo na região?
- 12-Os turistas visitam outros atrativos da região?
- 13- Qual é o maior empecilho para o desenvolvimento do turismo na região?
- 14-Existe alguma relação entre a associação e a secretaria de turismo ou do Estado ou com o Ministério do Turismo?

APÊNDICE G: Roteiro de entrevistas Secretarias de Turismo (Barra do Pirai e Vassouras)

- 1-Em sua opinião qual é a importância do turismo no município e na região?
- 2- Qual é o fluxo turístico do município nos últimos cinco anos?
- 3- Qual é a perspectiva do turismo nos próximos anos?
- 4- Qual são as principais potencialidades turísticas do município e da região para você?
- 5- O município possui infraestrutura para o recebimento de turistas? Quais?
- 6- Quais são as diretrizes da Política Nacional de Turismo que o município tem seguido?
- 7- Para você, qual é a importância do Programa de Regionalização do Turismo para a região do Vale do Café?

- 8- O município tem seguido alguma diretriz do PRT? Se sim, quais?
 9- Em sua opinião, e em números, qual é o impacto econômico que o turismo tem ocasionado no município e na região?
 10- Qual é a relação do município com outros da região em relação ao desenvolvimento turístico?
 11- Em sua opinião, o município recebe um fluxo de demanda turística adequado? Por quê?

APÊNDICE H: Questionário Turista

1) Quais são as principais potencialidades turística da região?

() turismo histórico () turismo rural () turismo de lazer () ecoturismo () outros

Quais: _____

2) Você acha que os empreendimentos turísticos causam impacto na região?

() sim () não

3) De onde você veio: _____

4) Chegou:

() sozinho () em família () em grupo () com amigos () casal () outros.

Quais _____

5) Você acredita que a localidade tem potencialidade para o turismo rural?

() sim () não

6) Você conheceu ou pretende conhecer outros locais da região em sua visita?

() sim () não

Qual: _____

7) Você se interessaria em conhecer atividades rurais?

() sim () não

quais: _____

8) Em sua opinião, qual é a maior qualidade e desafio para o desenvolvimento do turismo na região?

Desafio: _____

Qualidade: _____

APÊNDICE I: Lista de alimentos e outros produtos originários ou não do Hotel Fazenda B

Alimentos-Utensílios	Fornecedores da região	Mercados e Lojas da região	Maiores Informações
Carnes Vermelhas	X		Frigorífico
Aves			Hotel
Latícínios		x	
Frutas	X		Tem algumas no hotel
Legumes e Verduras			Algumas no hotel
Eletrodoméstico		x	
Eletroeletrônico		x	
Pães		x	Panificadora local
Peixes			Pescado em Angra dos Reis
Ovos	X		Produtor Rural e hotel também
Cereais		x	
Feijão		x	
Massas		x	Algumas no hotel
Biscoitos			Hotel
Refrigerantes		x	
Sucos			Hotel
Bebidas Alcoólica		x	
Móveis		x	
Soja		x	
Óleos		x	
Doces			Hotel
Café		x	
Material de Limpeza		x	
Utensílios (copos, panelas, taças...)		x	
Outro: Ração de animais		x	Agropecuária
Observação	Loja mais citada Supermercado Casa do Arroz		

APÊNDICE J: Lista de alimento e outros produtos originários ou não da Pousada com casarão histórico

Alimentos-Utensílios	Fornecedores da região	Mercados e Lojas da região	Maiores Informações
Carnes Vermelhas		x	
Aves	X		Ricca
Laticínios		x	
Frutas		x	
Legumes e Verduras		x	
Eletrodoméstico		x	
Eletroeletrônico		x	
Pães		x	
Peixes		x	
Ovos	X		Granja Gonçalves
Cereais	X		Desprol
Feijão		x	Casa do Arroz
Massas		x	Casa do Arroz
Biscoitos		x	Casa do Arroz
Refrigerantes		x	Casa do Arroz
Sucos		x	Casa do Arroz
Bebidas Alcoólica		x	Casa do Arroz
Móveis		x	Casa do Arroz
Soja		x	
Óleos	X		Desprol
Doces			Hotel
Café	X		Desprol
Material de Limpeza	X		
Utensílios (copos, panelas, taças...)		x	
Observação	Loja mais citada Supermercado Casa do Arroz;		
Observação II	Fornecedor Desprol		

**APÊNDICE L: Lista de alimento e outros produtos originários ou não no Hotel Fazenda
C**

Alimentos-Utensílios	Fornecedores da região	Mercados e Lojas da região	Maiores Informações
Carnes Vermelhas	X	x	
Aves	X		
Laticínios	X	x	
Frutas	X	x	
Legumes e Verduras			Hotel
Eletrodoméstico		x	
Eletroeletrônico		x	
Pães		x	
Peixes	X		
Ovos	X		
Cereais		x	
Feijão		x	
Massas		x	
Biscoitos	X	x	
Refrigerantes	X		
Sucos	X	x	
Bebidas Alcoólica		x	
Móveis		x	
Soja		x	
Óleos		x	
Doces	X		
Café		x	
Material de Limpeza		x	
Utensílios (copos, panelas, taças...)		x	

**APÊNDICE M: Lista de alimento e outros produtos originários ou não no Hotel
Fazenda A**

Alimentos-Utensílios	Fornecedores da região	Mercados e Lojas da região	Maiores Informações
Carnes Vermelhas		x	Casa do Arroz
Aves		x	Casa do Arroz
Laticínios		x	Casa do Arroz
Frutas		x	Casa do Arroz
Legumes e Verduras		x	Casa do Arroz
Eletrodoméstico		x	Casa do Arroz
Eletroeletrônico		x	Casa do Arroz
Pães		x	Casa do Arroz
Peixes		x	Casa do Arroz
Ovos		x	Casa do Arroz
Cereais		x	Casa do Arroz
Feijão		x	Casa do Arroz
Massas		x	Casa do Arroz
Biscoitos		x	Casa do Arroz
Refrigerantes		x	Casa do Arroz
Sucos		x	Casa do Arroz
Bebidas Alcoólica		x	Casa do Arroz
Móveis		x	Casa do Arroz
Soja		x	Casa do Arroz
Óleos		x	Casa do Arroz
Doces		x	Casa do Arroz
Café		x	Casa do Arroz
Material de Limpeza		x	Casa do Arroz
Utensílios (copos, panelas, taças...)		x	Humaitá Louças